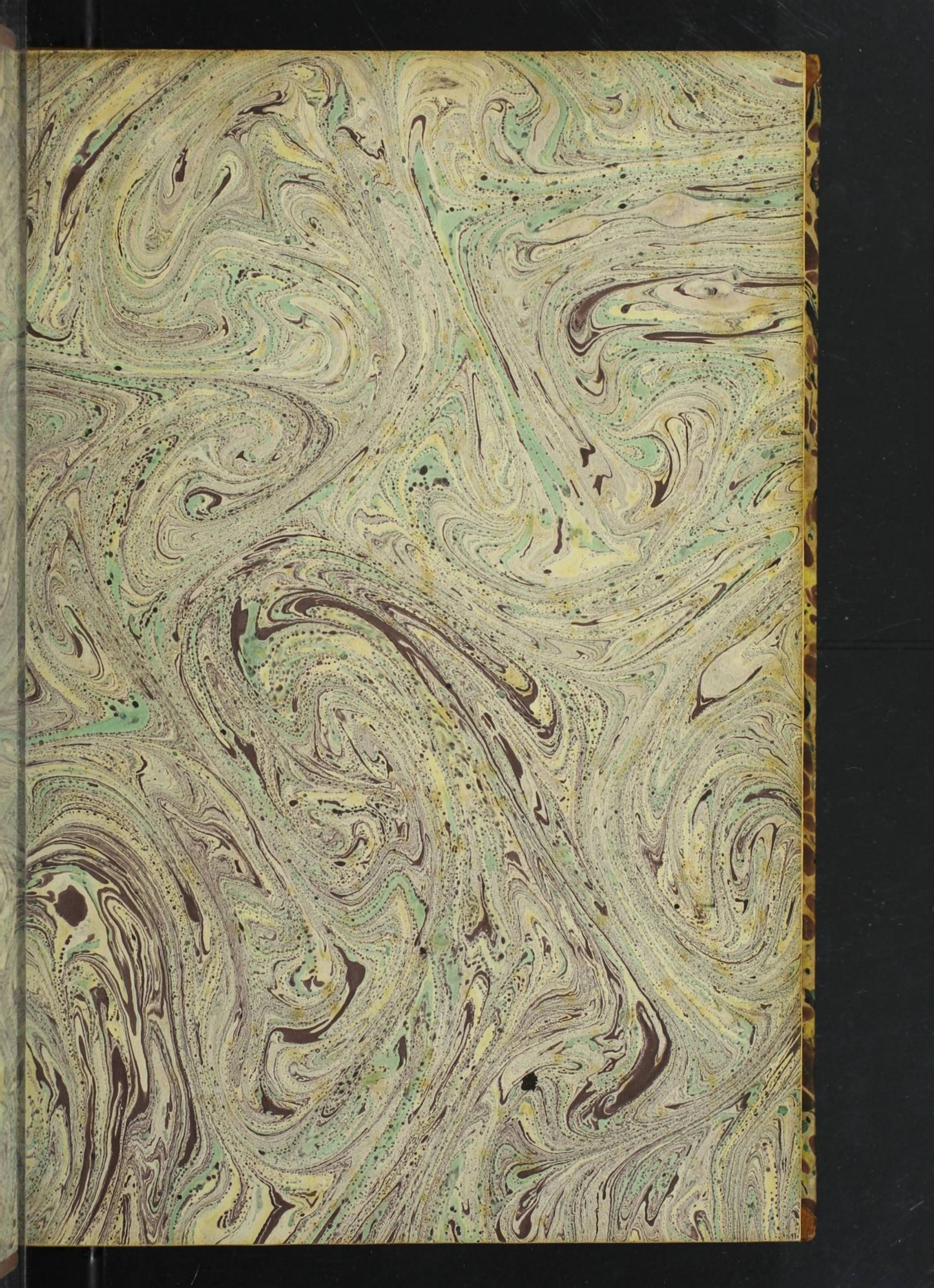


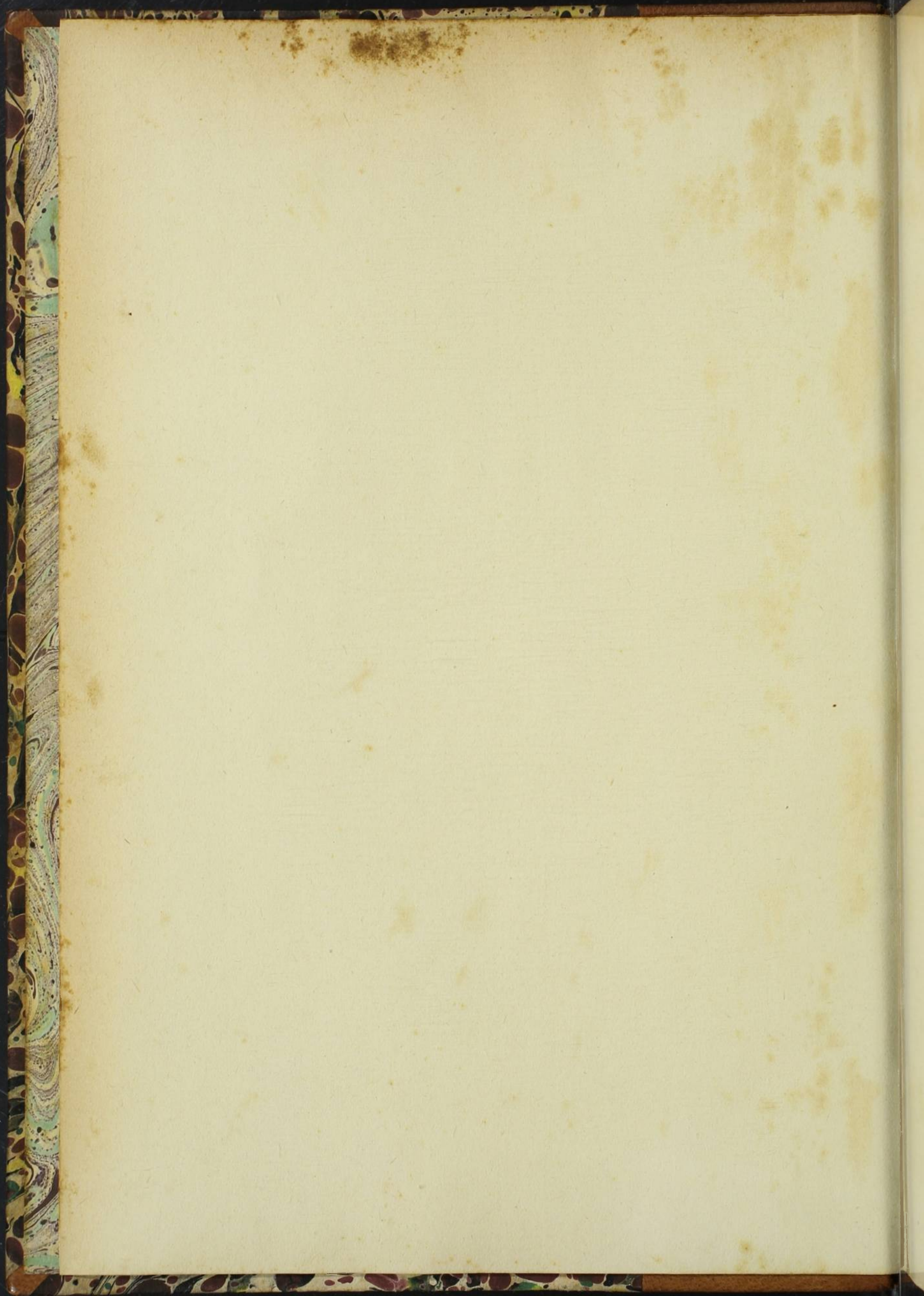
le ne fay rien
sans

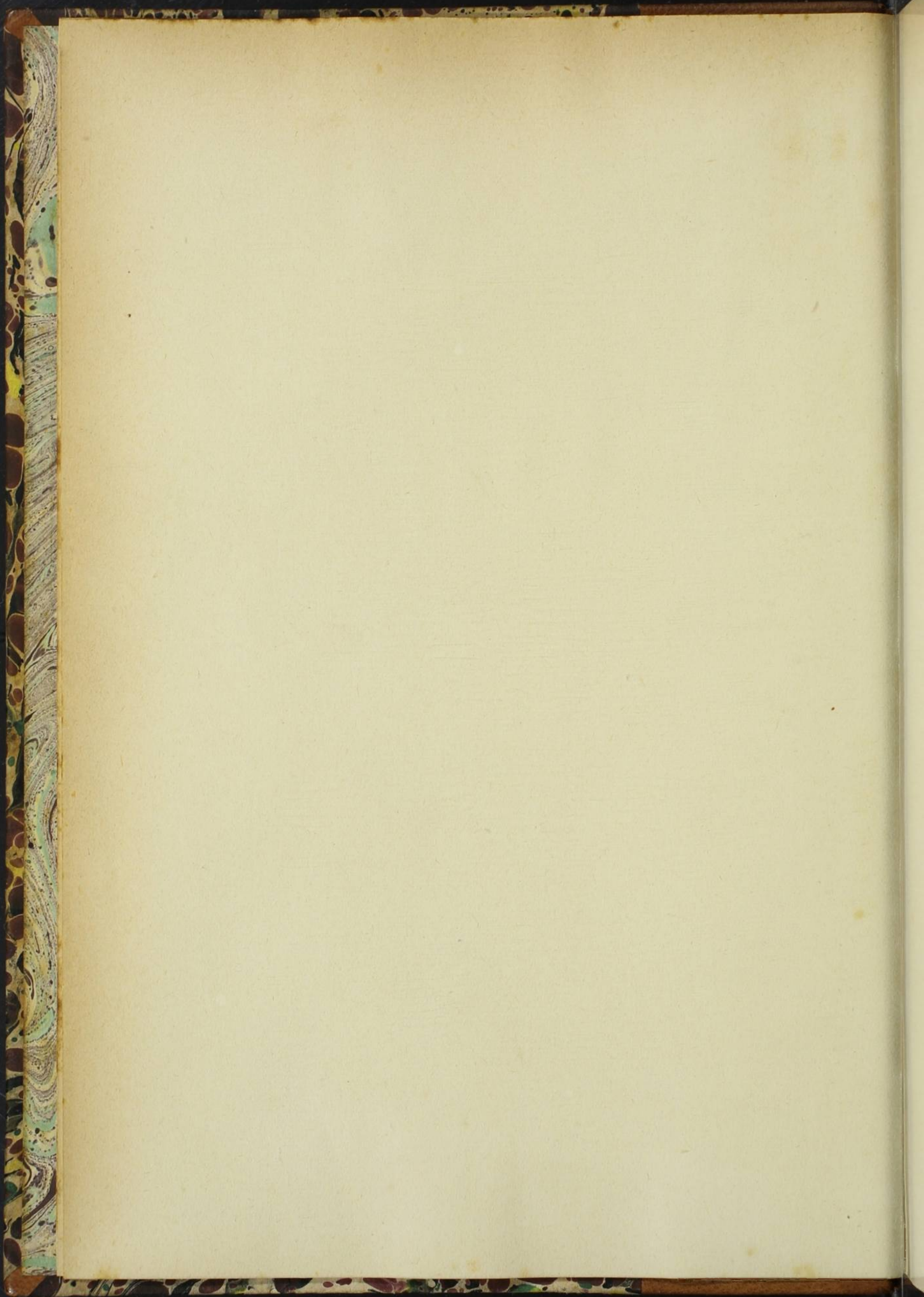
Gayeté

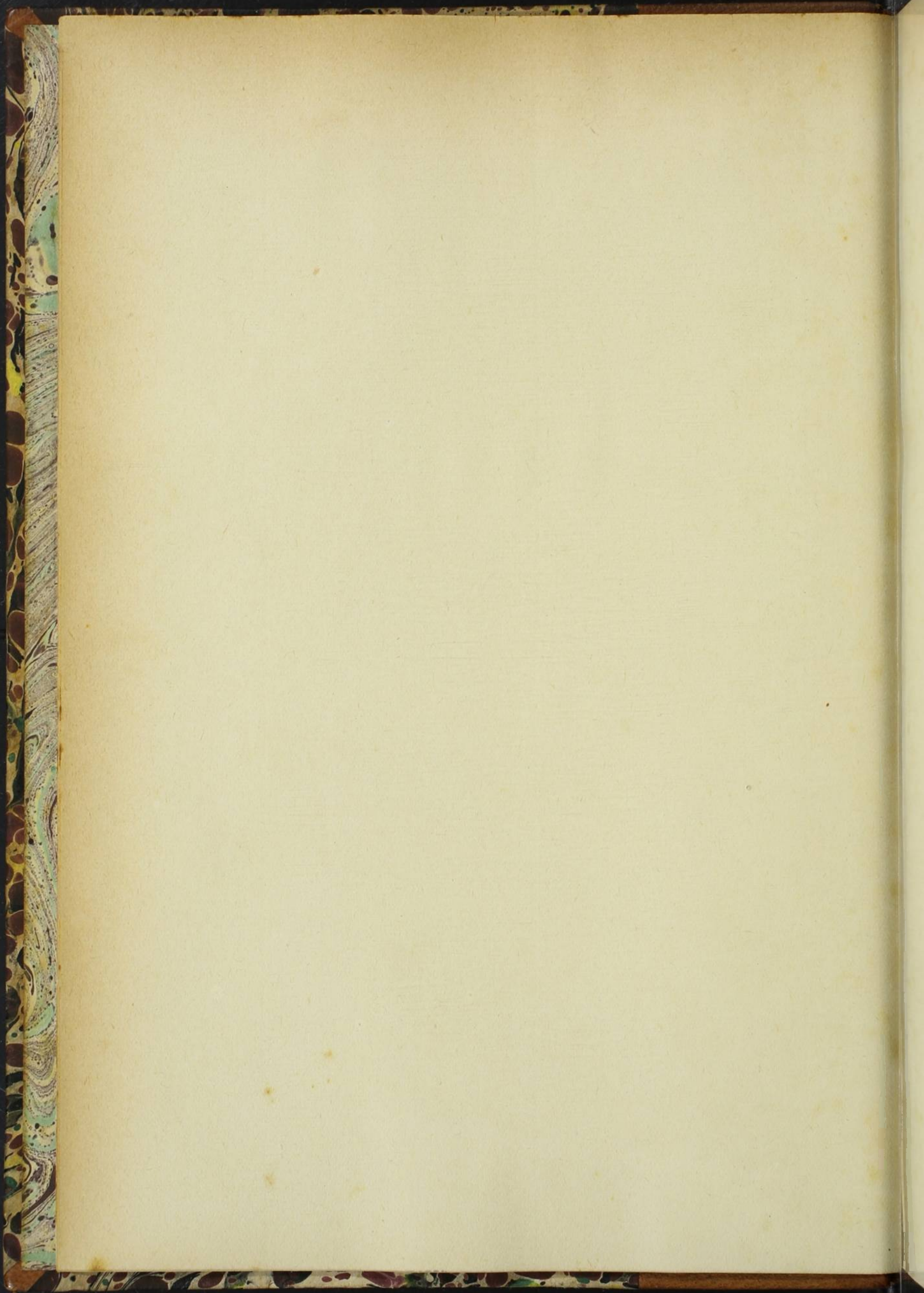
(Montaigne, Des livres)

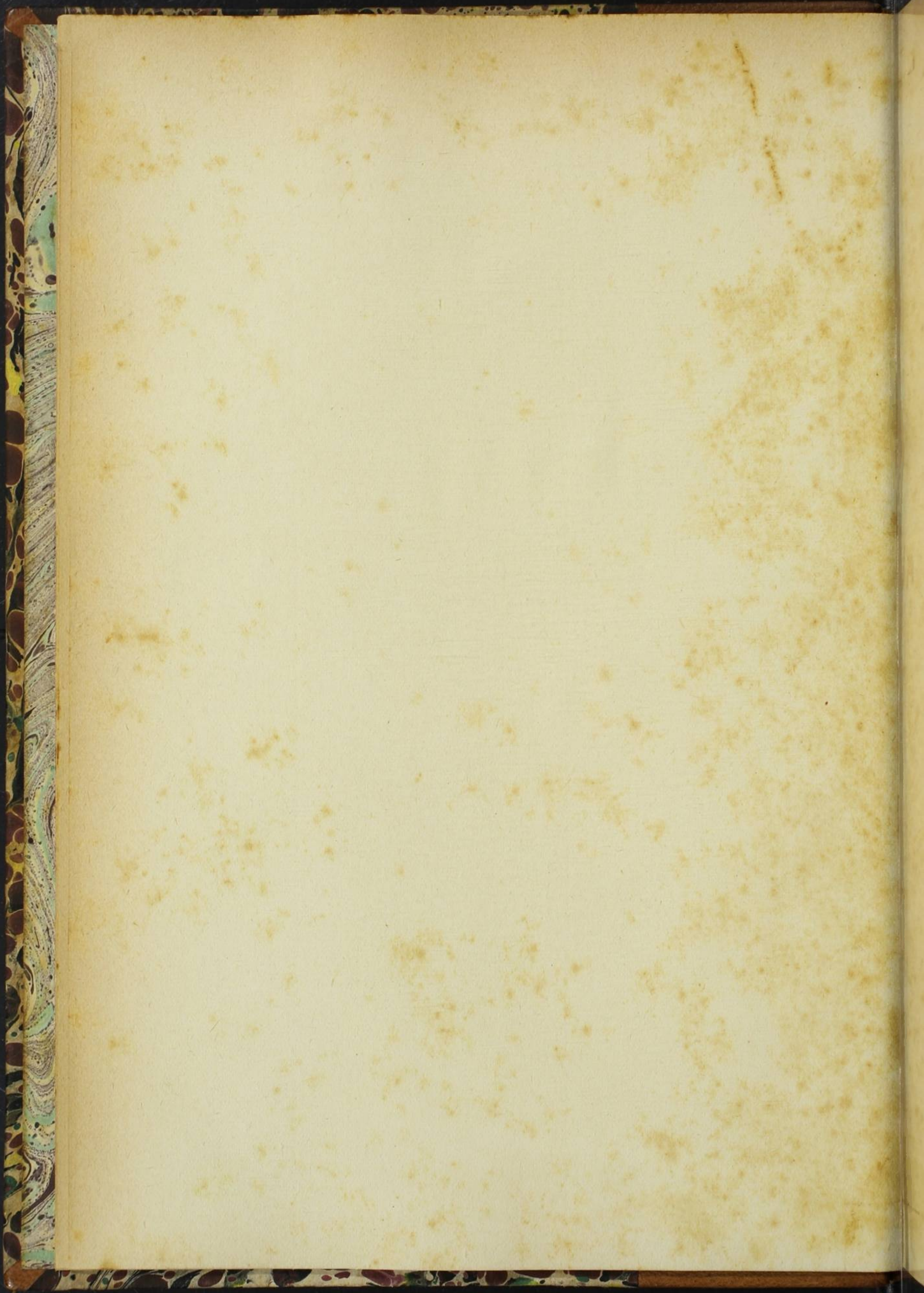
Ex Libris
José Mindlin









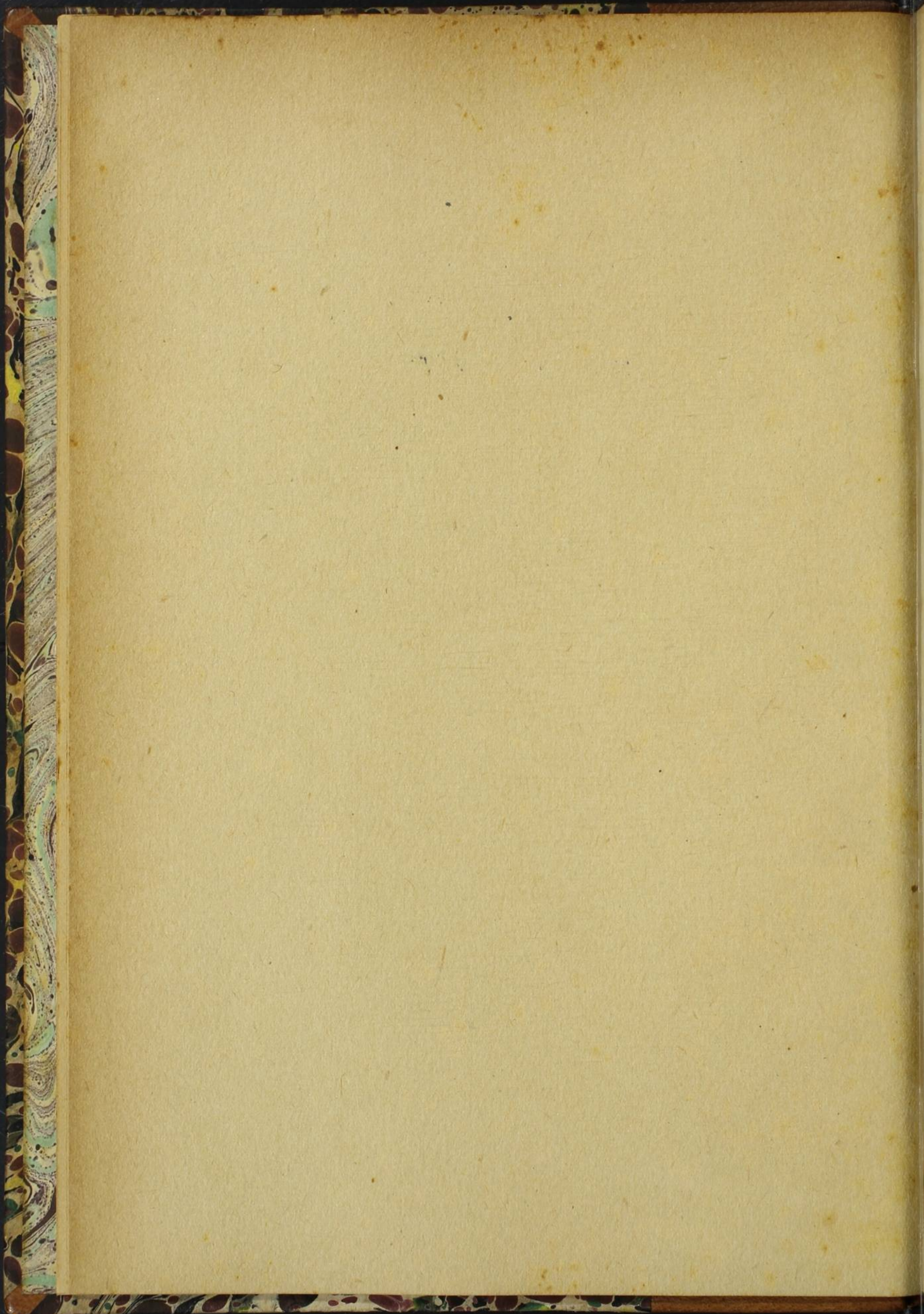


AFFONSO DE E. TAUNAY

MONÇÕES CUYABANAS NO
SECULO XVIII

—
Separata do Tômoo
UNDÉCIMO E ULTIMO
DA
Historia Geral das Bandeiras Paulistas

—
1950 —————
IMPRESA OFICIAL DO ESTADO
————— SÃO PAULO

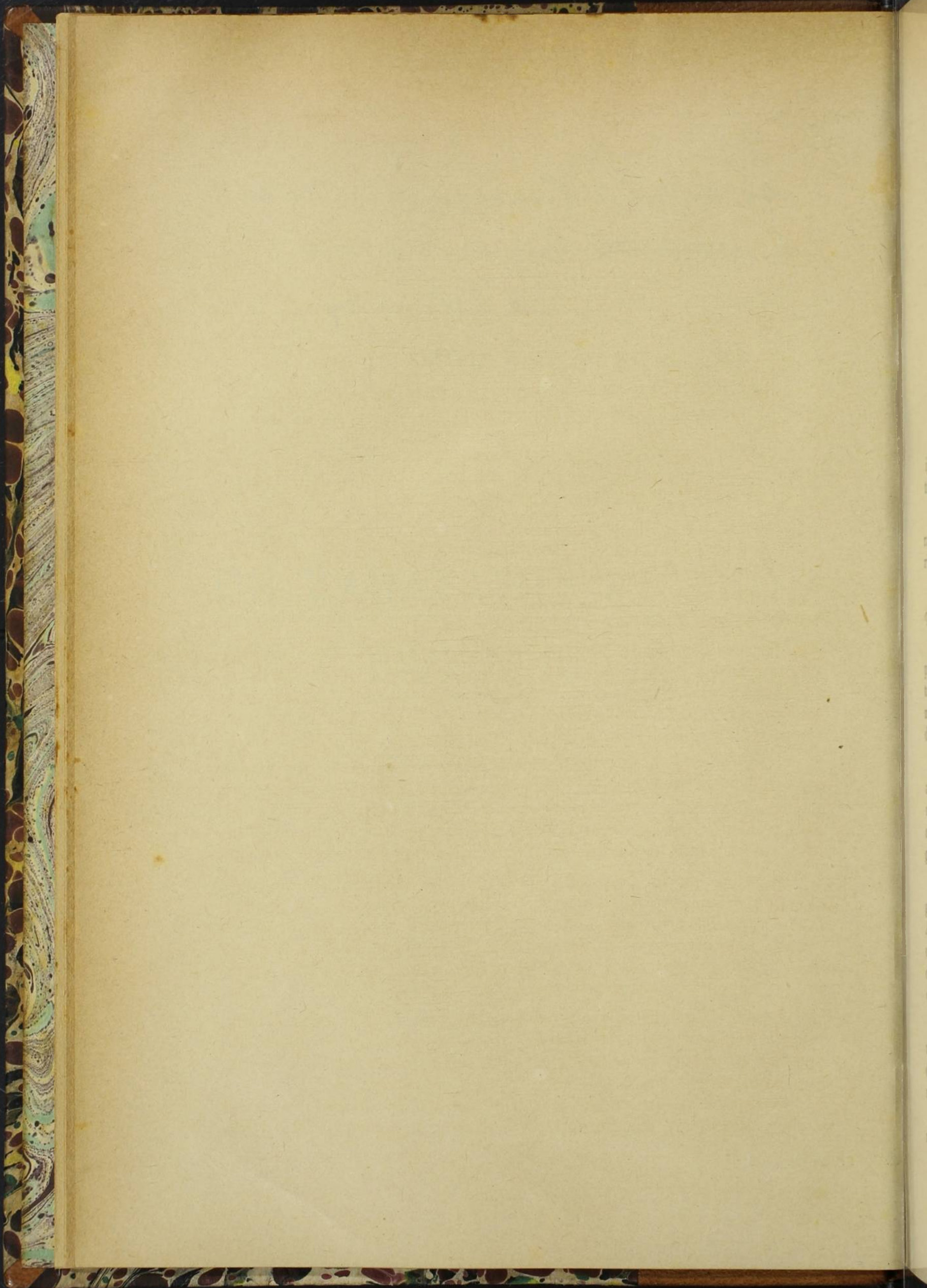


Dr. Ex. Ar.º Sr. Fernando G. Alves. Ex. Ar.
D. Stornetta lembrança e gratidão

A. de B. annay

Paul 25 de abril de 1951

MONÇÕES CUYABANAS NO
SEculo XVIII



CAPÍTULO I

O TIETÊ, INSTRUMENTO MÁXIMO DE PENETRAÇÃO DO BRASIL SUL OCIDENTAL

No conjunto das vias de penetração do Brasil meridional ignoto e selvagem, nenhuma tem tão longínqua significação quanto a que ao Tietê tão notável realce empresta.

Está o nome do grande rio de São Paulo, tributário do Paraná, indestrutivelmente ligado à história da construção territorial do imenso Brasil ocidental.

Muito mais antiga a navegação frequente de suas águas do que a do São Francisco e do Amazonas.

Inçado de dificuldades, entrecortado pelas barreiras das itaipavas e dos saltos, como que a Providência propositalmente lhe tornara áspero e penoso o vencimento do dilatado curso para manter exercitadas as qualidades de resistência e a capacidade de sofrimento dos seus navegadores rudes.

Nele não se nota a placidez lacustre amazônica, permitindo a entrada e a livre marcha das esquadrihas e das esquadras, por milhares de quilômetros a dentro do Continente, nem os enormes trechos desimpedidos do São Francisco, do Paraná, do Uruguay, nem ainda a navegabilidade do Itapicurú ou do Parnaíba.

A cada passo barram-no longas corredeiras, obstruem-no grandes saltos intransponíveis às embarcações como os de Itú, Avanhandava e Itapura. Assim, ao Sertão e aos mistérios do centro sul-americano — defendeu o Tietê com toda a energia das águas a cada passo escachoantes. Foi o adversário digno de ser vencido por aqueles que o dominaram.

Quando às suas maretas entregaram a sorte incerta as primeiras e toscas esquadrihas dos devassadores do Sertão? As que lhe sulcaram as ondas e afrontaram as penedias? E' o que ninguém sabe, e provavelmente, jamais se saberá.

Imemorialmente navegado pelos índios do planalto, em demanda das terras do Paraguay, desceram pelas águas do velho

rio de Anhembi os exploradores das primeiras décadas da descoberta e do povoamento do Campo de Piratininga.

E a contra-corrente os espanhóis do Paraguay como categoricamente afirmou o velho Ruy Diaz de Gusman em "La Argentina", ao relatar que os castelhanos, frequentemente chegavam ao Avandava, fato que Azara recordou e Eduardo Prado denegou sem lhe caber contudo razão.

Pouco depois de 1540 os espanhóis ribeirinhos do Paraná em Ciudad Real remontaram o grande rio "que es el mismo llamado de La Plata" e seu afluente paulista. A exegese de Groussac em documentos castelhanos quinhentistas é a tal propósito categórica.

Quando, à margem da "agua grande" do Yetê de Piratininga, na antiga várzea de Guarepe, se puseram, pela primeira vez, a meditar acerca do curso provavel daquelas massas líquidas, volumosas, que nasciam tão perto do mar e singularmente corriam para o interior das terras, que teria ocorrido à mente dos primeiros povoadores do planalto? Onde iria ter o misterioso caudal?

Acaso às terras dos monstruosos coruqueans ou dos minúsculos guayazis? Dos inumeráveis matuyus, gigantes de pés voltados para trás? Acaso atravessaria as florestas de árvores de vidro e árvores de fogo povoadas de abantesmas e animais monstruosos? Ou antes: não se dirigiria às paragens prodigiosas de Parima e do Eldorado? ou aos lagos encantados de Manoa e de Eupana? Acaso não se lançaria também naquela vasta coleção de águas lacustres situada no centro do Brasil e a que atravessavam o Amazonas, o Maranhão, o São Francisco e o Rio de Janeiro?

Quanto sonho de conquista, de perscrutação da Selva, de desvendamento do mistério americano não evocaria esse fluir do rio das Anhumas?

Documento oficial cartográfico surge-nos o primeiro em 1628, quando o Capitão-general do Paraguay, don Luiz de Céspedes Xeria, empreende a passagem de ponto que talvez seja o atual Porto Feliz, a Ciudad Real, sempre pelo Tietê e o Paraná. Saindo de São Paulo, a 16 de julho daquele milésimo, partiu em demanda a um porto do grande caudal, onde a navegação começasse a ser mais franca.

Escolheu um a que deu o nome de Puerto de Nuestra Señora de Atocha, virgem da sua especial devoção. Em sua ribanceira passou um mês a fabricar três embarcações, escavadas no cerne de enormes madeiros pluriseculares. Aquela em que devia

viajar abriu-a em árvore cuja circunferência contava dezesseis metros. Nela remavam cinquenta índios.

Dezenove dias levou a descer o Tietê até a barra, no Paraná.

E em relatório à sacra e católica magestade de Felipe IV descreveu os perigos vencidos nas corredeiras e o trabalho da variação dos canoões causada pelos saltos do Avanhandava e de Itapura, assim como “la abundancia de pescado, y la grandisima suma de caza de tigres, leones (sic), y muchisimas antas”.

Da jornada deixou uma “topografia”, como no tempo se chamava, uma das maiores preciosidades, certamente, do Arquivo General de Indias, em Sevilha, por ele oferecida ao quarto Austria, neto do “Rey Papelero” e então soberano do Brasil.

E’ talvez o mais antigo mapa de penetração do Brasil, até agora divulgado, e tem inestimavel valor evocativo.

Com grande júbilo o descobrimos e divulgámos e nele se estampa o primeiro documento iconográfico da vila de São Paulo do Campo de Piratininga, o tôsko desenho que retrata a sede de sua municipalidade, de sua Camera como se dizia no tempo e como ainda dizem os que refletem as vozes ancestrais. Por ele se vê que os nomes de vários dos maiores rios do sistema paranaiano eram os mesmos naquela época longínqua.

Pouco depois da chegada de Dom Luiz de Céspedes a Assunção, alí foi ter sua mulher, passageira de comboio, conduzida por um dos maiores sertanistas do São Paulo de então: André Fernandes, um dos três famosos irmãos Povoadores e fundadores de Parnaíba, Itú e Sorocaba.

Era, provavelmente, a primeira brasileira de alta gerarquia e posição, que se atrevia à viagem do Sertão — e que viagem! — essa D. Vitória de Sá, fluminense, a quem desposara o governador castelhano, durante a sua permanência no Rio de Janeiro, senhora de parentesco ilustre, pois pertencia a familia de heróis, a que exaltam os nomes de Mem, de Estácio, de Martim de Sá e o de Salvador Corrêa de Sá e Benevides.

Pelas águas do Tietê começam cada vez mais frequentes, a descer as bandeiras cativadoras de índios e pesquisadores de ouro.

Acaso por elas terão avançado as hostes de Antonio Raposo Tavares na arrancada para os estabelecimentos jesuíticos e castelhanos do Guayrá? E’ possível que sim embora documento algum por enquanto nos leve a afirmar o fato.

Provavelmente por elas também navegaram os primeiros devassadores da selva matogrossense e escaladores dos Andes, como Manoel de Campos Bicudo, o seu filho, Antonio Pires de Campos, o Pay Pirá, Luiz Pedroso de Barros e tantos mais sertanistas, serviços do recúo do meridiano pelo continente a dentro, uns ilustres e outros obscuros “cujas ações heroicas a lima do tempo consumiu”, na frase do velho cronista que lhes celebrou os feitos.

Avoluma-se o movimento para o Oeste misterioso com o decorrer dos anos seiscentistas.

Pelo Tietê descem Francisco Pedroso Xavier, um dos últimos grandes acozadores de índios e destruidores de reduções jesuítas, Braz Mendes Pais, Antonio Ferraz de Araujo, Gaspar de Godoy Collaço, Pedro Leme da Silva o famoso “el Tuerto”, Amaro Fernandes Gauto, André de Frias Taveira, quantos e quantos mais calções de couro?

E é por ele que corre às Terras do Sul matogrossense o grande sorocabano Paschoal Moreira Cabral Leme, mais tarde descobridor do Cuiabá e apossador definitivo, para a corôa lusitana da imensa região central lindeira dos castelhanos do Perú.

E’ ele quem Tietê abaixo e pelos anos de 1685, talvez, passa da bacia do Paraná à do Paraguay e estabelece à margem do Mboteteú, mais tarde Miranda, o como que acampamento entrincheirado que aos espanhóis veda a passagem para o Norte. E’ ele quem prepara a própria descoberta e a conquista de Cuyabá.

Escoam-se os últimos anos da centuria seiscentista e encerra-se, para os paulistas, a éra da caça ao índio, o período cruel dos descobridores.

Rebôa, de repente, estrepitoso grito de descoberta: as duas sílabas de palavra que é dos maiores desencadeadores dos sentimentos humanos: Ouro! Ouro!

A esta notícia, que desce das serranias dos sertões do Norte, esvasia-se a Capitania vicentina. Descobre-se o primeiro Eldorado brasileiro, o dos Cataguazes, depois território das Minas Gerais do Ouro de São Paulo. Fazem-se mineradores os grandes descedores de índios e o âmago do Brasil é atingido pelas bandeiras, na ânsia do metal.

Espantoso o que se acha naquele território das Gerais, onde os álveos dos rios e dos córregos de pinta riça dão “imensas oitavas onças e libras”, onde as palhetas e as folhetas caem das raízes batidas da barba de bode, arrancadas do campo.

Acodem os ultramarinos aos milhares, para compartilhar das descobertas dos paulistas. Dá-se o primeiro grande e fatal embate da corrente nacionalista com a prepotência dos reinóis.

Em massa abandonam os filhos de São Paulo as terras das minas de sua Capitania aos emboabas, apoiados na parcialidade dos compatriotas, detentores da autoridade.

E' imensa, porém, a terra do Brasil e os paulistas, acostumados a fazer mais do que promete a força humana, hão de descobrir novos El-Dorados.

Surge em 1719 a notícia do encontro do segundo deles, por Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros ilustres.

As novas da "fertilidade" das minas do Cuyabá alucinam as populações. Terra do ouro onde tão vil é o metal que os descobridores, a passarinhar, atiram com os grãos amarelos, para poupar chumbo! As notícias aos mais calmos estarrecem...

Dá-se colossal rush pelas águas do Rio das Entradas e Pedro Taques, conta-nos as misérias indescritíveis de muitas destas esquadrilhas, organizadas às pressas e a esmo, para vencer o deserto aspérrimo nelas embarcando indivíduos de todas as categorias: aventureiros e burgueses bem afortunados e colocados, civis, militares, eclesiásticos.

As febres, a fome, os naufrágios, os índios exterminam expedições inteiras, referem os analistas de Mato Grosso.

Relata-nos Pedro Taques a tal propósito típica história, a de João Carvalho da Silva:

"Cidadão de São Paulo, ocupava os cargos de sua república, tendo as estimações que soubera conseguir a sua docilidade e a graduação do seu distinto nascimento, possuía bens de fortuna, que o não faziam invejar aos opulentos de seu tempo".

Tão aquinhoado como vivia, era natural que se não abalancasse aos perigos do Sertão, mas assim não se deu.

"Estimulado da grandeza do ouro das novas minas do Cuyabá, continua o linhagista, dispos-se com numerosa escravatura para a extração do mesmo ouro; porém, nesta jornada, a mais arriscada, voltou-se a roda da fortuna, perdendo quasi todos os escravos, e se impossibilitou para o serviço deles, lucrosos tesouros que o conduziram àqueles sertões, à custa de tão excessiva despesa, riscos de vida, tolerância de incomodidades, além das contingências dos assaltos dos bárbaros gentios de diversas nações, a cujas forças têm perecido tantas vidas".

Não tardam porém providências régias para a organização das novas terras doadas à monarquia lusitana, pelo bandeirantismo. Sempre pelos rios vai Rodrigo Cesar de Menezes, primeiro Capitão-general de S. Paulo, a Cuyabá, instituir os promórdios daquilo que, em 1748, servirá ao estabelecimento da nova capitania matogrossense.

Base de todo este novo surto de exploração constituiu-se o remansoso local da penédia onde, segundo os índios, vinham as araras amolar os férreos e aduncos bicos, essa Araraitaguaba, de tão prestigiosa rememoração em nossos fastos.

Núcleo de bandeirantes, de sertanistas, já em 1728 cria-se freguesia desmembrada da paróquia de Itú, agrupando-se os seus habitantes em torno da capela tósca, piedosamente erecta por Antonio Cardoso Pimentel e Antonio Aranha Sardinha, sob a invocação de uma santa, cara a todo o mundo luso: a Senhora da Penha.

Para pároco deste curato de almas aventureosas, vem Felipe de Campos, sobrinho do famoso Estanislau de Campos, morto em cheiro de santidade, ocupar "o peso de pastor dessa igreja".

Enceta-se então a éra das monções regulares.

Continuam, Tietê abaixo, as navegações instigadas pela fama das "grandezas do Cuyabá". A todos alvorota a chegada do primeiro ouro de Mato Grosso, os quintos reais avidamente cobichados pelo rei pródigo e brevemente Fidelíssimo.

Nada faz diminuir o afluxo dos imigrantes! Nem as mais sinistras notícias do extermínio de expedições inteiras pelos terribes canoieiros e cavaleiros, payaguás e guaycurús.

Nem o anúncio das pestes, das carneiradas, e das temerosas fomes do Cuyabá, onde, desvairados pela ância do ouro, nenhum mineiro planta, e onde, mais uma vez, se realiza o que a mitologia grega de simbolismo sempre poderoso, concretiza na imagem de Midas, morrendo de inanição à margem do Pactolo.

Continua o afluir de gente e este povoamento de Mato Grosso é, talvez, a mais evidente demonstração da energia do aventureirismo paulista.

Que distância imensa a vencer! E que viagem temerosa esta de Araraitaguaba às margens do Coxipó!

No entanto, aos espanhóis do Paraguay que lhes custava atingir aquelas paragens, se nada mais tinham do que subir uma série de correntes plácidas sem um único acidente que lhes interrompesse a **viagem?**

Não é bem assim! Havia os paiaguás e os guaicurus; isto bastou para lhes vedar o acesso do Alto Paraguay.

Caem em declínio as minas de Cuyabá e escasseiam as monções, mas nem por isto deixa a navegação do Tietê de existir, pois jamais recuaram as quinas, chantadas pelos paulistas, às margens do Paraguay e do Guaporé. E legitimadas graças à ciência e a argúcia do seu patricio o filho de Santos, a quem imortalizou o Tratado das Côrtes.

Para o terceiro quartel do século XVIII, como que transforma a tirania régia o Rio das Entradas numa via *scelerata* da Capitania de São Paulo. Leva a Pombal o conhecimento imperfeito das coisas do Brasil a criar, num dos sítios mais insalubres do Universo, em fronteira ainda hoje guardada pelo deserto e a selva, o sinistro presídio de Iguatemi, a que se impõe como por escárneo, o nome de Nossa Senhora dos Prazeres.

As expedições sucedem-se umas após outras para aquela paragem letal do sul matogrossense para onde a prepotência desterra milhares de infelizes, de pequenos e indefesos, graças a recrutamento crudélissimo, firmado na sanha parcial de governantes subalternos do tempo.

Engole a malária a centenas, a milhares de vidas. E milhares de pobres diabos fogem espavoridos das terras de São Paulo. Mas os capitães-generais não cessam de despejar gente naquele sumidouro lobrego.

Quem quizer fazer a idéia do que era a ida a Iguatemi e a permanência naquele presídio há de recorrer às páginas apavorantes e singelas de Teotonio José Juzarte, antigo navegador dos oceanos, passado a servir em terra.

Épocas há em que em dois meses morrem trezentas pessoas das mil ali desterradas. Mas o primeiro ministro de Dom José I cerra os ouvidos aos mais lancinantes clamores, até que em 1777 e providencialmente, os castelhanos se apossam daquele conjunto de miseráveis faxinas de terras pomposamente apelidado "praça".

E assim mesmo, tal o ressentimento régio que ao governador capitulante, e após brava defesa daquela guarrição de espectros, impõe dezessete anos de encarceramento em fortaleza.

Fecha-se o lôbrego parentesis do Iguatemi pelo qual os vassallos do Brasil tinham talvez mais motivos de glória do que os da conquista do Oriente — alega Juzarte, dando largas à verdade do sentimento das coisas. A existência do presídio de Iguatemi traz contudo uma vantagem: o levantamento meti-

culoso do curso do Tietê levado a cabo por José Custodio de Sá e Faria, o ilustre engenheiro militar colonial de tão alto e justo renome.

A velha Araraitaguaba, desenvolvida agora em torno da nova invocação à Senhora Mãe dos Homens, é em fins do século elevada à categoria de vila, mudando-se-lhe o nome indígena, áspero e longo, por outro luso, eufônico e de bom agouro, que se lhe impõe daí em diante.

Proseguem os embarques para o Cuyabá agora mais restritos. Decaem as minas de Mato Grosso e a navegação gloriosa, já quase trisecular vai-se aos poucos extinguindo.

CAPITULO II

PAPEL CAPITAL DO TIETÊ NOS FASTOS DA CONQUISTA OCIDENTAL. O EPISÓDIO DAS MONÇÕES CUYABANAS IMPAR NOS ANAIS DA HISTÓRIA UNIVERSAL. O TIETÊ E O SÃO FRANCISCO. AS PRIMEIRAS NAVEGAÇÕES PARA OESTE. ANHENBY E TIETÊ.

Como consequência imediata da descoberta do ouro cuyabano operou-se a transformação da principal rota sertanista, já quase sesqui-secular da penetração ocidental, para a devassa das terras e a prea do índio, em via comercial e militar.

Criava-se o episódio das monções, inserto com o maior relevo nos anaes do bandeirantismo de São Paulo.

Assumiria impar originalidade não só em nossos fastos nacionais como nos do Universo.

E, com efeito: em parte alguma do globo as condições geográficas, demográficas, comerciais, coexistiram e associaram-se tão típicas, tão originais, quanto as que caracterizaram esta via anfíbia de milhares de quilômetros de imensos percursos fluviais e pequenas jornadas terrestres: a estrada das monções entre os pontos terminais de Araraitaguaba e Cuyabá, separados por três mil e quinhentos quilômetros da mais áspera navegação com a mínima solução de continuidade constituída por alguns quilômetros do varadouro de Camapuan.

Foi esta via dolorosa o recuador, por excelência, das lindes luso-espanholas para o âmago da América do Sul. E em desrespeito ao ajuste inter-ibérico de 1494 definitivamente perempto em 1750 graças ao influxo das bandeiras sobre a resistência e a inércia castelhanas pequena ao Sul e no Centro do Brasil atual quase nula e, por assim dizer, inexistente na Amazonia.

Na perseguição do meridiano de Tordesilhas forçado a um deslocamento de vinte graus do litoral paulista às margens do Guaporé o percurso das monções se nos afigura como se lança fôra, em vista de irresistível empuxo contra a linha interpolar diplomática estatuida pelo Principe Perfeito e os Reis Católicos. De côto lhe serviu o Caminho do Mar; de haste o álveo do Tietê.

No século XVIII nunca ensarilhada esteve tal arma. Enristou-se esporadicamente e seus pontacos penetrando fundamente no domínio castelhano asseguraram a Portugal a posse das terras de além Paraná, o que permitiria a Alexandre de Gusmão invocar o mais prestigioso *uti possidetis* consagrado nas decisões do Tratado de Madrid.

Portadores e manejadores desta arma simbólica foram vários dos grandes cabos de tropa dos calções de couro seiscentistas do prol de Antonio Raposo Tavares, André Fernandes, Antonio Castanho da Silva, Luiz Pedroso de Barros, Francisco Pedroso Xavier, Manuel de Campos Bicudo, Antonio Pires de Campos, Gaspar de Godoy Collaço e tantos mais.

E sobretudo, Pascoal Moreira Cabral Leme, o fronteiro do Mboteteú.

Em excelente monografia que, certamente lhe exigiu larga faina para a reunião dos elementos documentais, acurado exame seletivo e longo prazo de composição inteligente, procurou o sr. Melo Nobrega, recentemente, escrever a história do Tietê ("A história de um rio, o Tietê", São Paulo, Livraria Martins Editora — São Paulo s. d., 205, pp. in 12).

Examina o erudito autor o papel primacial do rio, das entradas e das monções, no conjunto dos fastos bandeirantes.

A tal respeito recorda as opiniões de diversos tratadistas prestigiosos. Para Oliveira Lima procuraram os bandeirantes, tanto quanto possível, valer-se dos rios em suas jornadas. Generalização esta de contestavel acerto.

Para Alfredo Ellis Junior engana-se quem suponha haver-se dado, pelas vias fluviais o movimento expansionista das bandeiras. O Tietê que pela contiguidade surge no primeiro plano, por correr ao lado do centro bulbar do sertanismo, esteve, ao seu dizer, alheio a grande parte do movimento entradista.

Discordamos deste ponto de vista do brilhante autor, a quem os fastos do bandeirantismo tanto devem, quanto à restrição que pretende estabelecer.

Já as bandeiras quinhentistas operavam no vale do Tietê intensamente. Despovoaram-no dos seus numerosos autoctones como também fizeram no vale do Alto Paraíba. Assim também pensa Capistrano de Abreu.

Havendo desaparecido o incentivo que as levava à selva tieense era natural que estendessem "os raios de depredação caracteristicamente essencial e inseparavel das bandeiras, a outras regiões mais afastadas". (Capítulos de História Colonial, 113).

Tais as razzias operadas no vale do grande afluente do Paraná que já antes de meados do século XVIII estava ele despovoado de gentio como o viu Dom Luiz de Céspedes, em 1628.

Naturalmente, como com tanta exaço escreveu Pedro Taques, com o prodigioso faro de mateiros: “apesar da falta da geografia, cuja ciência totalmente ignoravam” sabiam estes antigos paulistas escolher as melhores vias de penetração “na maior parte dos incultos sertões da América conquistando nações bárbaras”.

Era natural que senhores desta ainda tão misteriosa corografia soubessem que para o assalto às reduções do Guayrá muito mais cômoda e rápida se mostrava a via terrestre do que a descida do Tietê e do Paraná e a subida do Paranapanema.

Assim o grande tronco das expedições além Paraná era o Tietê. As referências ao Paranapanema não passam de acidentais, sendo até quase inexistentes. Menos brilhantes, muito menos vistosos são os fastos das bandeiras do longínquo Oeste na era seiscentista do que aqueles em que se rememoram as jornadas dos grandes cabos de tropa descendo já em 1662 o São Francisco para ocupar o Piauí, com Domingos Jorge Velho, ou a combater os índios do Nordeste com Matias Cardoso de Almeida, Manuel Alvares de Moraes Navarro, Antonio Gonçalves Figueira.

Ou ainda os daquelas empresas de extermínio dos selvícolas do Paraguassú com Estevam Ribeiro Baião Parente, Brás Rodrigues de Arzão e João Amaro Maciel Parente, a de Domingos Jorge Velho, destruindo o grande quilombo palmarense, as de Sebastião Paes de Barros, Pascoal Paes de Araujo e Padre Antonio Raposo devassando o Tocantins, as de Francisco Dias de Siqueira, o Apuçá, e João de Brito, na selva do Piauí e do Maranhão.

E ainda com as de Domingos Barbosa Calheiros atingindo Corrientes e ameaçando Buenos Aires; a de Francisco Dias Velho, encetando o povoamento de Santa Catarina; a épica jornada esmeraldina de Fernão Dias Paes, as dos condutores da marcha do Brasil para o meridião com Domingos e Francisco de Brito Peixoto, com os grandes vultos do ciclo do gado dos Currais da Bahia, com Matias Cardoso, os Figueiras e Estevam Raposo Bocarro, desbravadores dos sertões lindeiros baianos e mineiros. E, afinal, nos últimos milésimos da centúria seiscentista com os feitos de Antonio Rodrigues de Arzão e Bartolomeu Bueno de Siqueira, e sobretudo Manuel de Borba Gato e Garcia Rodrigues Paes, denunciadores do imenso jazigo aurífero do Espinhaço.

Os anais destas bandeiras operando nas regiões mais próximas da costa ou na própria costa são mais vultosos e brilhantes ofuscando os das entradas obscuras que jornadassem no recesso da selva afastadíssima.

Mas daí a se afirmar que o Tietê “que à primeira vista parece ter sido o grande determinador do bandeirismo foi desconhecido de grande parte do movimento” há notável distância.

Como desconhecido? se durante o nosso segundo século ocorreu pelo menos uma dezena de grandes entradas que dele se valeram para a metódica penetração ocidental?

Dos três grandes eldorados brasileiros um apenas decorreu da navegação fluvial: o do Cuyabá com a sua cabeça de escala de Araraitaguaba. Ninguém ignora que os das Minas Gerais e de Goyaz procedem de estradas terrestres.

E entretanto poderia o primeiro ter sido revelado pela fácil navegação do S. Francisco e do Rio das Velhas a contracorrente em águas plácidas e perfeitamente conhecidas, desde antes da primeira metade do século XVIII. Os jazigos sabares estavam, por assim dizer, à mão tente dos povoadores do Norte. Remontando águas plácidas viriam ter à confluência do Sabará e do Guaicuy.

Ficaram os criadores com as suas manadas francisquenses a centenas de quilômetros dos jazigos auríferos separados pelo sertão bruto mau grado a fantasiosa afirmativa dos que pretendem haverem os descobridores da região aurífera, havê-los encontrado às ribeiras do Guaicuy e do Paraopeba.

Diversos são os autores a quem ocorreu idêntica similitude de idéias sobre a predestinação do papel de São Paulo, dada a sua situação geográfica no planalto, colocado como plataforma de torre dominadora de abruta muralha, quase vertical, de quase um milheiro de metros de desnível sobre o Oceano.

E com a particularidade de que o vencimento desta escarpa era dos mais penosos para os recursos do tempo.

Dai as objurgatórias expressas pelos velhos cronistas e sintetizadas na frase de Frei Gaspar da Madre de Deus quando chamou o Caminho do Mar o “pior caminho que tinha o Mundo”.

Recorda Melo Nobrega várias destas opiniões sobremodo expressivas. Assim enuncia Teodoro Sampaio que o “Tietê, estrada natural ligada ao amplíssimo sistema fluvial permitia atingir o intimo do Continente”.

O ilhamento dos primeiros povoadores do planalto piratigano, isolado do Universo pela enorme muralha da Paranapia-

caba, quando para Oeste a derrama das terras e o curso dos rios lhes apontava terras infindáveis e acessíveis levou-os à vida aventureira dos bosques que para eles tinham todos os perigos e o fascínio do incógnito, expende Joaquim da Silveira Santos.

A vocação destes pioneiros, segundo a feliz observação de Sergio Buarque de Holanda, estaria no caminho que convidava ao movimento e não na sedentarização da grande propriedade rural.

E observa Nelson Werneck Sodré que a geografia local de Piratininga era tácito convite: “O Tietê corria para os sertões”, secundando-o Cassiano Ricardo em exata e sintética fórmula: “o planalto empurrou o paulista para o interior”. Foi o seu rio o Tietê, “que o fez sertanista e bandeirante”.

Nas grandes expedições para o Sul impunha-se às bandeiras trilharem caminho misto já que o seu rumo era perpendicular ao curso dos rios e que a descida fluvial só lhes era favorável e adequada, em certos trechos.

Assim, na grande jornada de 1641 terminada pela catástrofe de Mbororé, cortaram os sertanistas perpendicularmente os afluentes do Paraná paralelos ao Tietê até atingirem a parte navegável do Uruguai abaixo do Salto Grande onde organizaram grande esquadilha de canoas e jangadas para assaltar as reduções jesuíticas ribeirinhas do caudal.

Vias terrestres e não mistas já antes deste fracasso haviam praticado as grandes expedições de André Fernandes e Raposo Tavares, quando assolaram o Tape, e a de Pedro Dias Leite, desbaratada por D. Pedro de Lugo, em Caasapaguassú.

Não esposamos, portanto, as opiniões de nosso ilustre amigo quando colocou o Tietê em situação marginal a ponto de o declarar “desconhecido de grande parte do movimento”.

Basta lembrarmos as suas efemérides seculares seiscentistas para se evidenciar quanto o rio não foi relegado ao abandono, sequer a uma situação de penumbra.

Não há dúvida que o apossamento do Guairá, de capital importância no conjunto da expansão bandeirante se fez sem o seu intermédio.

Mas serviu ele de esteira à conquista do sul de Mato Grosso, a dos Itatins, consolidada por Francisco Pedroso Xavier no último quartel seiscentista.

Às suas maretas entregaram-se, mais que provavelmente os expedicionários de além Paraná como André Fernandes, Luiz Pedroso de Barros, Gaspar de Godoy Colaço, Braz Mendes Paes,

Amaro Fernandes Gauto, Antonio Ferraz de Araujo, Manuel de Campos Bicudo, Antonio Pires de Campos, André de Frias Taveira e afinal Pascoal Moreira Cabral, que no papel de fronteiro das marcas do rio Mboteteú, hoje Miranda, permitiu a avançada para Cuyabá, repitamo-lo.

Poder-se-á objectar que não é possível afirmar-se hajam todas estas bandeiras utilizado o Tietê.

Mas tudo faz crer que sim, por diversos motivos. O Parapanema correndo bastante mais ao sul é tão áspero de vencimento quanto o seu grande paralelo setentrional.

De São Paulo à sua barranca longínqua existia até meados do século XVII o deserto. O Tietê já desde 1580 tinha, e a 36 quilômetros de São Paulo, o núcleo de Parnaíba que chegou a tão consideravel importância. O de Itú já desde 1609 existia, em terras lavradas. Sorocaba, por volta de 1650 surgia sobre um grande tributário do Anhembí. Eram três verdadeiros viveiros de sertanistas estes três núcleos satélites de São Paulo. Todos no vale do Tietê.

Na Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os rios Cuyabá e Provincia de Cochiponé, velho documento inédito que Capistrano de Abreu nos fez imprimir (Anais do Museu Paulista — 1, 2, 459) se demonstra quanto o Tietê era a via preferencial, por excelência, para a penetração no recesso das terras centrais.

CAPÍTULO III

AS DISCUSSÕES SOBRE O SIGNIFICADO DE TIETÊ. A DUPLA PROSÓDIA TIETÊ E TIETÉ

Entende João Ribeiro que o São Francisco se sobrepõe ao Tietê como importância no conjunto dos anais da devassa do território e da formação do Brasil.

Muito embora o grande caudal de Paulo Afonso assumia papel do maior relevo em nossos fastos primevos não conta em sua história episódio algum que se compare em magnitude, ao da conquista das terras além paranaianas, à qual o Tietê serviu de base.

E sob o ponto de vista da exigência de sacrifícios impostos aos navegadores de um e outro, a posição recíproca de ambos permite, ao nosso ver, estabelecer-se uma proporção inversa avaliável pela relatividade dos volumes de descarga dos dois caudais.

Quanto mais penetramos na intimidade dos fastos bandeirantes mais se nos arraiga a convicção da justeza dos conceitos há longos anos emitidos ao fazermos a 26 de abril de 1920 o discurso oficial da inauguração do monumento erecto à glória das Monções por ordem do presidente Altino Arantes e iniciativa do seu secretário de governo, Candido Mota: a bela coluna rostral de **Porto Feliz**.

Expendemô-los novamente em nosso **Na era das monções**, exposição dos motivos que nos levaram a assinalar a imensa importância do papel do Tietê na aquisição de enormes áreas incorporadas ao nosso patrimônio nacional.

Curioso fato ocorreu com o topônimo do rio das entradas. Era imemorialmente designado por Anhemby e só muito além da época da aparição dos primeiros civilizados ficou com o nome definitivo pelo qual é hoje apontado, da nascente nas grimpas da serra de Paranapiacaba a sua barra no Paraná, num curso de 1.300 quilômetros.

Época houve em que teve dois nomes. Tal qual o que sucede com o Rio Mar que no Brasil começa por Solimões para depois ser chamado Amazonas.

Conta velho cronista que, em seu tempo, por volta de 1730, chamava-se Tietê das nascentes ao Salto de Itú, e Anhemby à jusante desta cachoeira à foz.

Descobriu Plinio Ayrosa, o douto tupinólogo, nada menos de quinze modos diversos de grafar Anhemby. E Melo Nobrega nos inculca a existência de doze variantes encontradiças em papéis dos nossos três primeiros séculos. “Isto sem atentar nas extravagâncias ortográficas oriundas da fantasia e da ignorância dos escribas do tempo, espanhóis e portugueses, agravadas pelas dificuldades de se encontrar representação gráfica para certas vozes do abanheem”.

Sobre os dois topônimos Anhemby e Tietê precipitou-se a vis engenhosa e, a cada passo, fantasiosa dos etimologistas.

A nossa língua brasílica é aliás um dos mais admiráveis campos para o exercício do descabelado devaneio da grei imaginosa que, segundo o clássico epigrama francês pretende inculcar e convencer que *alfana* procede indubitavelmente de *equus*.

Haja vista o encarniçado debate sobre o verdadeiro significado de Araraquara no qual inconciliáveis correntes se entrecam, em atitudes a cada passo abespinhadas. Quer uma que signifique “ninho de arara”, outra “montanha ocultadora do sol poente”, uma terceira “rio muito sinuoso” e afinal uma quarta, mais prosaicamente: “formigueiro”!

A tal propósito seja-nos permitido aqui aduzir o que escreveu Gastão Cruls em sua magnífica *Aparência do Rio de Janeiro*:

“Em matéria de etimologias tupicas cada cabeça, cada sentença. A palavra carioca não escapou a essa garabulha. Para uns ela traduziria água corrente da pedra, para outros casa da fonte, ou ainda caso do branco, corrente saída do mato ou do monte, casa da corrente do mato”.

E ainda há quem repudiando todas estas interpretações quer que carioca seja a toca dos peixes acaris.

“Se o leitor é carioca e quer saber porque é carioca” conclue Cruls espirituosamente, tem largamente onde escolher conforme lhe der à veneta ou à simpatia.

A controvérsia nascida da etimologia de Araraquara já motivou a impressão de volumosas dissertações, até de livros. Nasceu quer nos parecer de um tópico do *Diário* setecentista de Lacerda e Almeida, patrono ilustre da segunda dessas correntes irritadas.

Aquela que, talvez por melindres regionalistas, pugna pela interpretação altissonante de origem solar e repudia a mais vulgarmente aceita de modesto aspecto ornitológico e nidificador.

Conhecemos, entretanto, velha carta geográfica setecentista que parece conciliar estes adversários inapaziguáveis que se não chegam a verter sangue derramam tinta aos boiões.

Nela, nessa carta mediadora, inscrevem-se a serra de **Araquara**, quasi junto ao curso do Tietê e, no sopê de seus serros, os campos de **Araraquara**. Assim sendo a serra de Lacerda e Almeida ocultaria o sol e nos campos dela vizinhos, e onde se ergue a bela e grande cidade cujo orago é São Bento, ocorreriam os palmares, dos baguassús, e dos buritys onde outróra as araras se alcançavam e nidificavam.

Deus nos livre, porém, de intervir nessa pugna etimológica, incruenta mas irritante! Tanto mais quanto aos nossos conhecimentos da Língua Geral empalidecem os do pitoresco intransigente e celebrado Policarpo Quaresma, que dos nossos Brasis queria banir o idioma “última flor do Lacio”.

Mas como já vimos Dom Luiz de Cespedes Xeria, em seu roteiro de 1628 explicou a Felipe IV que Anhemby significa “rio de unas aves añumas”. Estamos convictos de que o Capitão-general castelhano, que tantos anos viveu entre os seus governados do Paraguay, deve ter alcançado alguma autoridade em matéria de guarany.

Tanto mais quanto não era gramático e não cogitava de interpretações etimológicas, ao que se sabe.

Torna-se conveniente lembrarmos, por mera questão de lealdade, que os antigos relatores do assunto não conheceram o depoimento de Don Luis de Cespedes sobre o significado de Anhemby. Sejam eles Frei Francisco dos Prazeres Maranhão (rio dos inhambis), (Teodoro Sampaio (rio das perdizes), Afonso de Freitas (rio dos veados!).

João Mendes de Almeida depois de aventar que Anhemby poderia significar “rio da erva nhambi” inclinou-se por outro sentido muito mais imaginoso “rio cheio de obstáculos tendo à foz um salto!”

Mais uma das extraordinárias etimologias do ilustre causídico autor do **Dicionário geográfico de S. Paulo** que descobriu origens tupidicas para topônimos como Casa Branca e mais! para diversos nomes do hagiolégio católico! como Santo Estevam e outros.

O interessante é que todos estes tupinólogos repudiam a versão trissecular de Dom Luis de Cespedes, tão simples! Tão racional! Tão natural! **Ayemby** quiere dezir Rio de unas aves añimas.

E isto quando sabemos que a **anhima** ou **anhuma** ocorria com a maior frequência e a maior abundância no vale do Tietê.

Ainda em 1783, Manuel Cardoso de Abreu, em seu **Divertimento admiravel** assinalava as belas, grandes e ariscas palamedas ao longo do rio das Monções de onde desde muito já quase desapareceram. Tanto quanto as araras são sobremodo esquivas aos contactos com a civilização.

Anhuma é topônimo sobremodo espalhado no território paulista e no vale do Tietê. Nada menos de nove arrolou Moreira Pinto em lacunoza lista do seu prestantíssimo **Dicionário**.

Assinala-os em Campinas, Mogy-Mirim, Bragança, no Paranapanema, etc.

Anhumas foi o nome de um titular de Campinas. Souza Aranha, agraciado por Dom Pedro II com um baronato, Anhumas o engenho canavieiro do Brigadeiro Luiz Antonio de Souza, em terras campineiras, de princípios do século XIX, passado a seu filho o Barão de Limeira.

A anhuma é a ava simbolizadora do Tietê. Demo-la como suporte ao escudo municipal de Guarulhos e fizemo-la a peça mestra do braço da cidade de Tietê, tendo como complemento a divisa: **Flumen meum gloriae iter**.

Tietê nas velhas eras foi grafado de muitas maneiras: **Theaté**, **Teité**, **Teeté**, **Tyethé**, **Tyethê**. Mas quase sempre por gente não paulista. Parece fora de dúvida que realmente significa rio grande, caudaloso.

O dimorfismo Tietê-Tieté, por Melo Nobrega recordado, provem sobretudo da insistência antiga das inscrições cartográficas e das referências corográficas que induzem, geralmente, as pessoas estranhas ao meio paulista ao emprego do e agudo quando os ribeirinhos do caudal e os paulistas em enorme maioria pronunciam o e circunflexado.

Sobre este assunto escreveu Dacio Pires Correia, erudito e interessante estudo (Rev. Inst. Hist. de S. Paulo, XXXII, 279), invocando copiosos e valiosos argumentos em favor da grafia **Tietê**.

Não podemos, contudo, deixar de frisar que a variante realmente pouco eufônica foi e é inculcada por uma série de autori-

dades geográficas e cartográficas antigas e recentes, muitas delas paulistas, como Pedro Taques, Lacerda e Almeida, Azevedo Marques, Homem de Melo, etc.

Tieté é o que se lê nos mapas setecentistas como o de Antonio Roiz Montezinho (1791) na primeira carta impressa de São Paulo a de Daniel Pedro Müller (1837) nos atlas de Candido Mendes de Almeida (1868) e do Barão Homem de Melo (1885) e quantas e quantas vezes mais!

Müller inscreve **Anhemby** ou **Tietê**. Talvez tenha sido o último a usar da dupla designação. O próprio Teodoro Sampaio que tão longamente viveu em S. Paulo inscreveu Tieté em seu Atlas (1908). Moreira Pinto usou da mesma grafia em seu **Dicionário**.

Assim muitos foram e ainda são os criadores e mantenedores de uma prosódia repudiada pelo consenso popular dos paulistas.

Não deixariam os charadistas da etimologia escapar a ensanchar para o exercício de sua argúcia imaginosa proporcionada pelo prestigioso topônimo do rio das monções.

Quer um que **Tietê**, signifique rio grande, e **Tieté**, rio de águas salobras como aventou Austo Rasec (Augusto Cesar de Barros Cruz), novelista ituano, em seu romance **O paulista**.

Contra tal interpretação certamente se insurgirão os ribeirinhos do Tietê. E os químicos que, segundo nos consta, encontram muita matéria orgânica em suspensão nas águas do Tietê, repudiando “o impróprio acento agudo substituído pelo suave e doce circunfléxo, o real, o legítimo, o verdadeiro, o único que fielmente exprime a pronúncia generalizada da tupínica palavra “como proclama Dacio P. Correia.

Pensamos aliás que o tupinismo legítimo é aquele do qual usam os marginadores do “rio “de unas aves llamadas añumas”. E estes **nemine discrepante** pronunciam e escrevem Tietê e nunca Tieté.

Tal prosódia é geral no vale do grande afluente do Paraná mas em outras regiões do próprio Estado de São Paulo, como a do chamado Norte há bastante quem pronuncie Tieté.

Identifica Nuto Sant’Ana como sendo o Tietê o velho “rio de Piratininga” dos primeiros documentos jesuíticos e municipais paulistanos.

Repele a hipótese de que tal curso d’água seja o Tamandua-tey. Com a ciência do passado da sua terra situa Sant’Ana o primitivo arraial de Piratininga no centro da atual cidade de São Paulo.

Explica que as denominações “rio da Embuaçaba”, e “rio de Ururahy” consignadas na famosa **Sesmaria** dos Indios, de 12 de outubro de 1580, significam “rio onde existia o vau de Embuaçava” e rio contíguo à aldeia de Ururahy, a taba do morubixada Pequeroby.

CAPÍTULO IV

BIBLIOGRAFIA MONÇEIRA PRINCIPAL ATÉ HOJE DESVEN- DADA. SUBSÍDIOS RECENTES PROVINDOS DOS ARQUIVOS PORTUGUESES

A história pregressa das monções cuyabanas é a das primeiras navegações tieteanas, ao fluir das águas ou a contracorrente. Das primeiras existe documentação espanhola de princípios do século XVII: o que escreveu Ruy Diaz de Guzman em sua tão conhecida **La Argentina**, ao nos falar da viagem de certo Capitão Jorge Sedeño. Conta que já em 1526 baixou este conquistador pelo Anhemby ao salto de Guayrá.

Relata que então se deu renhido combate entre os espanhóis e seus guaranís, e os tupis da Costa do Brasil, “que con ordinarios incursos les molestaban y hacian muy grandes daños, muertes y robos con favor y ayudas de los portugueses de aquella costa”.

Acolhendo o governador de Assunção a “siertos casiques principales de la Provincia del Guayrá ocorreu famosa pelea en um peligroso paso del rio que llaman el salto del Ayembi”.

Isto se teria dado pelos anos de 1558 (**La Argentina**, Liv. II, cap. XII).

Lozano situa o teatro deste prélio em águas do Tietê e Azara citando a Ruy Diaz de Guzman o localiza no Avandava. Motivou tal precisão de local sérios protestos de Eduardo Prado que ao ilustre naturalista acoimou de enxertador de documentos antigos para fins políticos em favor de sua gente castelhana.

Entretanto, desaparece tal acusação em face da revisão minudentíssima dos numerosos apógrafos de **La Argentina**, realizada por Paulo Groussac.

O trecho de Azara impugnado por Eduardo Prado como mentirosa interpretação do original de Guzman a peleja “en el peligroso paso del Añembi que llaman del Abañandaba” existe no apógrafo de **La Argentina**, conservado no arquivo de Assuncion. E foi este o que Azara teve em mãos.

Sobre este assunto nos detivemos assz largamente em nossa **História Geral das Bandeiras Paulistas** (I, 206-211) defendendo a Felix de Azara da gravíssima pecha irrogada pelo eminente escritor brasileiro, a agir aliás com a maior boa fé e em defesa daquilo que entendia representar a realidade histórica.

Relata Melo Nobrega a interpretação recente (1942) dada aos topônimos da narrativa da viagem de Ulrico Schmidel no vale do Tietê pelos dois anotadores da obra do aventureiro de Straubing, os srs. W. Kloster e Frederico Sommer.

Ao vêr destes comentadores e de um terceiro, Wernicke, o **Giengie** e não o **Urquaia** seria o Tietê.

Tudo isto é sobremodo impreciso e hipotético. Pensamos com Carvalho Franco quando aconselha pouca confiança nas analogias aventadas por Kloster e Sommer a muitas das designações geográficas de Schmidel que aliás não deve ter remontado o Tietê.

A bibliografia seiscentista das navegações do velho Anhemby e do Paraná, até agora divulgada parece resumir-se a uma única peça: a "**Relacion de viaje**" de Don Luis de Cespedes Xeria, Capitão-general Governador do Paraguay, que desembarcando em Santos foi ter a S. Paulo e d'aí a um porto do Tietê de onde navegou até Ciudad Real de Guayrá, sobre o Paraná.

A este preciosissimo cimelio do Arquivo General de Indias em Sevilha, tivemos a felicíssima ensanchar de fazer pela primeira vez imprimir, em 1922, nos **Anais do Museu Paulista** (Tomo I, pte. 2.^a, 182 e II, pte. 2.^a, p. 15).

Ao mesmo tempo fizemos copiar o mapa acompanhador da **Relacion** reproduzindo-o em nossa **Coletanea de mapas da cartografia paulista antiga** (S. Paulo 1922). Pensamos que seja tal carta, ou **boron**, enviada pelo Capitão-general a Felipe IV, o mais velho documento corográfico até hoje desvendado, do interior do Brasil.

A ambos estes documentos, de extraordinária valia, revelados pelos verbetes do sabio Pablo Pastells, longamente analisámos no Tomo II de nossa **História Geral**.

Foi a descoberta do ouro cuyabano que fez nascer a bibliografia monçoeira da qual deu Melo Nobrega, em 1948, resenha ainda lacunosa.

A mais antiga peça de tal documentação até hoje assinalada parece ser (1) **Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuyabá, o Exmo. Sr. Rodrigo Cesar de Menezes, Governador e Capitão-general da Capitania de São Paulo e suas Minas, descobertas no tempo de seu**

governo e nele mesmo estabelecidas. Refere-se a uma viagem de 1726.

Tem como autor Gervasio Leite Rebelo, secretário do Governo de S. Paulo, e foi composta em 1727 (Bibl. Pú. de Evora, Cod. CXVI (2-15 p. 18)).

Pertence à famosa coleção das Notícias Práticas, constituídas da Coleção Diogo Soares, uma das mais preciosas da biblioteca eborense. Divulgamô-la em 1949.

Por ordem cronológica seguem-se-lhe:

(2) Notícia que dá ao R. P. Diogo Soares o Capitão João Antonio Cabral Camelo sobre a viagem que fez às minas do Cuyabá no ano de 1727.

Acha-se inserta na Revista do Instituto Histórico Brasileiro (IV, 487). Não traz data mas é positivamente posterior a 1730 e provavelmente foi redigida em 1734.

(3) Roteiro verdadeiro das minas do Cuyabá e de todas as suas marchas, cachoeyras, itaypavas, varadouros e descarregadouros de canôas que se navegam para as ditas minas, com os dias de navegação e travessia.

Documento da autoria de Manuel de Barros. Bibl. de Evora, Cod. CXVI (2-15, p. 25, et. pass.). Demô-la a conhecer em 1949.

Não está datado mas é indubitavelmente anterior a 1748, milésimo do falecimento do Padre Diogo Soares, que o colecionou.

(4) Relação da viagem que fez o Conde de Azambuja, Dom Antonio Rolim de Moura, da cidade de São Paulo para a vila de Cuyabá, em 1751.

Acha-se impresso na Revista do Instituto Histórico Brasileiro (VII, 469; Rio de Janeiro, 1846).

(5) Diario da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande Paraná e rio égatemy, escrito pelo Sargento-mór Theotónio José Juzarte (1769-1771).

Mss. que pertenceu a Eduardo Prado, adquirido para o Museu Paulista pelo Dr. Armando Prado e por nós impresso nos Anais do Museu Paulista (Tomo I, p. II, pp. 41-118).

Foi ultimamente transcrito na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo. Analizamô-lo detidamente em nossa obra Na era das bandeiras.

(6) Diario da viagem que fez o brigadeiro José Custodio de Sá e Faria da cidade de São Paulo à praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi (1774-1775) a que acompanha o mapa

reduzido e impresso sob a direção do Barão Homem de Melo (Rev. do Inst. Hist. Bras. 39, 217).

(7) **Carta de um passageiro de monção**, por Diogo de Toledo Lara e Ordonhes (1785).

Papel inedito do acervo documental de José Bonifacio de Andrada e Silva. Publicamo-lo em 1945. Encontra-se em nossos Assuntos de três séculos coloniais.

(8) **Divertimento admiravel para os historiadores observarem as maquinas do Mundo reconhecidas nos sertões de navegações das minas de Cuyabá e Mato-Grosso**, por Manuel Cardoso de Abreu (1783).

(Cf. Rev. Inst. Hist. de S. Paulo VI, p. 253 et pass (1902) e Rev. Inst. Hist. Bras. T. 77, pte. 2.^a, pp. 125).

(9) **Diario da viagem que por ordem do Illmo. Exmo. Sr. Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Caceres, Governador e Capitão-general das Capitanias de Matto-Grosso e Cuyabá fiz, de Vila Bella até a cidade de São Paulo pela ordinaria derrota dos Rios no ano de 1788.**

Narrativa da lavra do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, impressa na Revista do Instituto Histórico Brasileiro (T. 62, I, 35).

(10) **Diario de viagem do Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, nas capitanias do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuyabá e São Paulo, nos anos de 1760 a 1790. (Datado de São Paulo e de 25 de maio de 1789).**

S. Paulo 1841, volume ultimamente reimpresso pelo Instituto Nacional do Livro.

(11) **Plano para uma expedição a Iguatemy, pelo marechal Candido Xavier de Almeida e Souza (Documentos interessantes para a historia e costumes de S. Paulo, tomo 44, p. 268).**

(12) **Noticias da Capitania de S. Paulo, da America Meridional, escriptas no anno de 1792. (Rev. Inst. Hist. Bras. II, 22).**

Três documentos monçoeiros até agora inéditos tivemos ultimamente o ensejo de divulgar. Vieram-nos da Biblioteca Pública de Evora e referem-se a episódios da catástrofe ocorrida a 6 de junho de 1730 com a monção do Ouvidor Lanhas Peixoto.

São notícias recolhidas pelo Padre Diogo Soares, uma de autoria de Domingos Lourenço de Araujo (Rio de Janeiro, 1730), outra de D. Carlos de los Reyes Balmaceda (Assuncion del Paraguay, 1730) e uma terceira de João Antonio Cabral Camelo (S. João d'El Rey, 1734).

Informações preciosas, embora não muito abundantes encontram-se do lado espanhol e, portanto de oitiva, as aduzidas por Don Juan Francisco Aguirre. Data-se de 1756 esta **Descripcion e dela demos largo transsunto atravez das Noticias del Reyno y Estado del Brasil**, de Aguirre (cf. **Ensaio de historia paulistana**, p. 42 et pass).

E' esta a principal bibliografia monçoeira seiscentista e setecentista até agora divulgada e da qual tivemos conhecimento.

O que da imensa maioria dos seus informes ressalta é que dela está ausente qualquer rigor científico, como aliás de esperar.

Vale esta documentação pelas informações históricas e as que se reportam aos usos e costumes dos praticantes daquela navegação que exigia dos seus nautas o horaciano *illi robur et aes triplex*.

Levantamento aproximadamente rigoroso — quanto humanamente possível na época realizou-o no percurso de Cuyabá a Araraitaguaba, o ilustre Lacerda de Almeida.

Seu precursor, não menos prestigioso, Sá e Faria limitou-se ao curso do Tietê e de um trecho do Paraná, pois o seu rumo era o meridional para Iguatemy.

Há pois material assaz copioso no decurso dos dois séculos (II e III), período a que nos limitaremos.

Como coroamento da bibliografia do epos fluvial viria o mais lindo florão: o **Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no Interior do Brasil**, de autoria de Hercules Florence.

Traduzido pelo Visconde de Taunay surgiu impresso no tomo XXXVII da **Revista do Instituto Histórico Brasileiro** (p. 336 et pass).

Transcrevemos a primeira parte deste relato no tomo XVI da **Revista do Museu Paulista** (1928) sob o título **De Porto Feliz a Cuyabá**.

Da obra de Hercules Florence deu-nos a piedade filial de Paulo e Guilherme Florence uma reedição soberbamente apresentada, sob o título **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas**.

Linda esta tiragem da Companhia Melhoramentos de São Paulo em 1942, muito largamente ilustrada pelos magníficos desenhos do autor e alguns da lavra de Amado Adriano Taunay.

Raros livros de viagem no Brasil apresentam os nobres característicos desta relação da jornada de Florence pela cópia de documentos variados e valiosos nela condensados, geográficos, etnológicos, paizagísticos etc.

Não fora o benemérito artista filho de Nice e radicado na Província de S. Paulo e em Campinas nada teríamos, por assim dizer, da iconografia monçoieira.

Acha-se o nome de Hercules Florence inapagavelmente ligado à nossa xeno-iconografia pelo vulto dos inestimáveis serviços a ela prestados.

E' realmente o patriarca da iconografia paulista pelo que nos deixou de documentos sobre tropas e tropeiros, fazendas e engenhos, festas populares, tipos e figuras, retratos e cenas familiares, pormenores arquitetônicos e aspectos urbano, paizagens terrestres, marítimas e fluviais etc., etc.

A sua contribuição matogrossense não é menos preciosa e os seus esboços etnográficos amazônicos mereceram os mais rasgados elogios de altas autoridades etnológicas.

De toda a justiça será que a tão eminente quanto modesto homem de talento se erga em nome da gratidão brasileira algum padrão público que lhe relembre os extraordinários serviços prestados à civilização, à cultura e à arte.

E o lugar mais adequado para esse testemunho de reverência seria a contiguidade da bela coluna rostral de Porto Feliz, ereta à ribanceira do rio das Monções.

CAPITULO V

A BIBLIOGRAFIA ANTIGA E MODERNA DAS MONÇÕES. NOVOS, ABUNDANTES E VALIOSOS ITENS INÉDITOS. A CONTRIBUIÇÃO DAS "NOTÍCIAS PRÁTICAS" DA COLEÇÃO DIOGO SOARES. O RELATO DE GERVASIO LEITE REBELO

Há nos nossos fastos nacionais uma série de fatos constituidores de impar episódio na História Universal; os designados pelo nome genérico de Monções.

E, com efeito, as espantosas jornadas fluviais do Paredão de Araraitaguaba a Cuyabá não encontram similares em outra região do Globo.

Mais extensas viagens fluviais se realizaram, no próprio Brasil, embora não tão seguida e regularmente, nem organizadas sob um regime ao mesmo tempo comercial e militar.

Assim, na Amazônia, mas em águas inteiramente livres, desembaraçadas de impecilhos à navegação, como também se dá no Mississipi.

As monções cuiabanas, parece-nos inútil recordá-lo, tinham que superar pavorosos obstáculos, nos rios encachoeirados, atravessar, em percurso de milhares de quilômetros, terras inhóspitas habitadas por nações gentias belicosíssimas como os payaguás, guaycurus e cayapós, índios que com a mais notável bravura e a mais justa das pertinácias defendiam os seus chãos.

Acresce a esta circunstância que os dois extremos do enorme itinerário eram os únicos núcleos de civilização a pontuar a intermínima e aspérrima via perlustrada.

Nada mais evocativo do que o modo pelo qual os primeiros moradores de Cuyabá designaram o Tietê e S. Paulo: **rio de Povoador e Povoador**.

Retirar-se para Povoador, no dizer singelo dos documentos setecentistas era expressão sinônima de partir para S. Paulo. Esquadrilhas de canoas e canoões maiores e menores, sulcaram o Tietê e o Paraná no século XVII e muitas delas entraram pelos leitos de rios matogrossenses em expedições de que ficaram

inapagaveis traços nos fastos do bandeirantismo como por exemplo as de André Fernandes, Francisco Pedroso Xavier, Gaspar de Godoy Colaço, Braz Mendes Paes e tantos outros.

A seus êmulos sobreleva Pascoal Moreira Cabral, o grande fronteiro do Mboteteú e descobridor do Cuyabá, em sua longa permanência, depois de 1680, às margens do Miranda, vedando o eventual passo dos castelhanos para o norte.

Das viagens monçoeiras seiscentistas a bibliografia é até agora muito escassa. Pensamos que o mais velho documento de relato da jornada até hoje desvendado haja sido a narrativa do Capitão General do Paraguay, Dom Luis de Cespedes Xeria (que aliás apenas navegou no Tietê e no Paraná) em 1628.

Assinalado pelo sábio Padre Pablo Pastells, como existente no Archivo General de Indias, em Sevilha, fizemô-lo copiar e o traduzimos, assim como, em 1922, publicámos a reprodução do curiosíssimo mapa a ele anexo.

Com todas as grosseiras inexatidões e fantasias que o caracterizam é contudo preciosíssimo. E constitue provavelmente, a mais velha carta até hoje conhecida de roteiro no interior profundo do Brasil.

Descoberto o ouro cuyabano, fundado e mantido — verdadeiro prodígio de dispêndio de energia, coragem, tenacidade e espírito de sacrifício — o arraial e a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá, começa realmente a surgir a literatura monçoeira, sob a forma das narrativas dessas espantosas viagens em que — Senhor! apostrofava um de tais viandantes ao Rei Dom José I, os vassallos da conquista da América, em nada ficam a dever aos da conquista do Oriente”.

Destes relatos foram vários impressos como os do Conde de Azambuja, Francisco José de Lacerda e Almeida, Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, João Antonio Cabral Camelo, o patético relatório de Teotonio José Juzarte, e alguns estrangeiros de pequeno vulto como o de D. Manuel de Flores, recolhido por Juan Francisco Aguirre.

Ao relatório de José Custodio de Sá e Faria reveste extraordinária secura, incompreensível por parte de homem superiormente dotado quanto este celebrado oficial setecentista.

Deu-nos Sergio Buarque de Holanda em 1945 o bello e brilhante volume **Monções**, estendendo a sua inspeção a todo o Brasil.

Pensamos que por ordem cronológica seja, até hoje, o depoimento de Cabral Camelo a mais antiga das narrativas vultosas de viagens monçoeiras.

Recolheu-a o ilustre jesuita Padre Diogo Soares, na série preciosa das suas **Notícias Práticas**, manancial de extraordinário valor para o estudo de expansão geográfica do Brasil.

A ocorrência do segundo centenário do traspasse deste eminente geógrafo e cartógrafo, companheiro de roupeta e de missão científica do não menos eminente Domenico Capacci, proporcionou ao nosso ilustre colega e eminente historiador Padre Serafim Leite escrever mais uma de suas esplêndidas notas prévias a se incorporar à monumental **Historia da Companhia de Jesus no Brasil**, as páginas de Diogo Soares, S. J. matemático, astrônomo e geógrafo de sua **Magestade, no Estado do Brasil**, com uma carta inédita a El-Rei Dom João V (Lisboa, 1947).

Do Rio de Janeiro, e a 4 de julho de 1730, escrevia o ilustre jesuita ao soberano: “Tenho já junto uma grande cópia de **Notícias**, vários roteiros e Mapas dos melhores sertanistas de S. Paulo, Cuyabá, Rio Grande, e da Prata e vou procurando outras, a fim de dar princípio a alguma carta, por que as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas Alturas e Longitudes”.

Desta providência inspirada decorreu o provável salvamento de documentos capitais para a história dos descobrimentos bandeirantes como entre outros a **Notícia do Alferes José Peixoto da Silva Braga**, do que passou na **Primeira Bandeira** que entrou no descobrimento das Minas de Guayazes até sair na **Cidade de Belém do Grão-Pará (1727)**, documento que para a história de Goyaz é uma espécie de carta de Pero Vaz de Caminha; a **Notícia do Mestre de Campo José Rebelo Perdigão** sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do ouro, outro documento da maior importância para o estudo dos primeiros anos mineiros, etc.

Ao traçar a biografia de Diogo Soares paralelamente levantou Serafim Leite sua bibliografia aliás considerabilíssima para um homem que não atingiu 65 anos de vida.

Percorrendo-a deparou-se-nos o ensejo de notar que das **Notícias Práticas** há algumas ainda, manuscritas, conservadas na **Biblioteca de Evora**.

Causou-nos o item que a uma delas descreve, veemente surpresa: Intitula-se: **Relação verdadeira da derrota e viagem que fez da Cidade de S. Paulo para as Minas do Cuyabá o Exmo. Sr. Rodrigo Cesar de Menezes, Governador e Capitão General da**

Capitania de S. Paulo, e suas Minas, descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas. Escreveu-a na Vila Real do Bom Jesus do Cuyabá, a 1.º de fevereiro de 1727, Gervasio Leite Rebello, secretário de S. Exa.

Procurámos imediatamente obter cópia de tão auspicioso papel, cópia que recebemos do digno diretor da Biblioteca Pública Eborense, Dr. Armando Nobre de Gusmão.

Pensamos que o relato de Gervasio Leite Rebello venha a ser a mais antiga narrativa pormenorizada da viagem monçoieira de Porto Feliz a Cuyabá até hoje conhecida. Antecede de um ano o de Cabral Camelo que pertence à mesma coleção das **Notícias Práticas** de Diogo Soares e foi impresso, já em 1843, no Tomo IV da **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**.

Como documento monçoieiro leva-lhe vantagem, sob muitos aspectos.

Da travessia de Rodrigo Cesar de Menezes ao Cuyabá ha abundante documentação, no Arquivo do Estado de São Paulo, documentação quase toda impressa por Antonio de Toledo Piza nos **Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de São Paulo**, sobretudo nos tomos XII, XIII e XX.

Destes papéis se valeu com verdadeira mestria Washington Luis em seu **Governo de Rodrigo Cesar de Menezes**.

O capítulo VII desta obra descreve a jornada do general de S. Paulo, **Viagem a Cuyabá, A travessia dos rios. Os selvagens. Chegada à terra do Ouro**, eis o sumário da longa e penúltima subdivisão da ótima monografia que tanto estimava Capistrano de Abreu.

A esta documentação faltou o relato de Gervasio Leite Rebello, secretário e fides **Achates** do Capitão-general.

Vejamos quem seria este auxiliar do governo de Rodrigo Cesar.

Era português e servira durante cinco anos como secretário do Estado do Maranhão, onde deixara excelente fama. Não se limitara à prática da burocracia. Conhecera a catadura dos sertões onde fizera várias jornadas de guerra, batendo-se com os cachircauans e outros gentios.

Passara por grandes trabalhos e acidentes de saude “pelo rigoroso dos sertões e correntes dos rios” e deixara o cargo coberto de elogios insertos em sua carta de nomeação para São Paulo. (Docs. Int. 38, 9).

Praticando o método camoneano do uso simultâneo da espada e da pena queremos crer que Gervasio Rebello haja sido mais perito militar do que homem letrado.

E realmente a leitura de muito numerosas peças da correspondência do Capitão-general, a quem servia, é a mais convincente demonstração da deficiência estilística do secretário da Capitania de S. Paulo nos anos da graça de 1721 a 1726.

Por mais que a língua haja evoluído empregando-se hoje fórmulas em absoluto contraste com as de dois séculos atrás, a dureza do estilo do secretário de Rodrigo Cesar de Menezes não pode ser tomada como paradigma da epistolografia do seu tempo, pouco posterior ao de Antonio Vieira.

As cartas que redigia e o seu General assinava, estão apinhadas de obscuridades, senão sibilinidades como verificará quem ler, sobretudo, a acre e violenta correspondência entre o governador e o horrível, o infame ouvidor geral Manuel de Mejo Godinho Manso, juiz que foi verdadeiro gibier de potence.

Muito dedicado a Rodrigo Cesar, havendo até, em certa ocasião, sido gravemente ferido por um dos ajudantes de ordens do General, inimigo ferrenho deste, e aliás homem facinoroso, permaneceu Gervasio Rebelo, longamente, no Cuyabá, depois que o seu chefe voltou a S. Paulo.

Ao cabo de alguns anos viu-se recompensado por Dom João V, pecuniariamente, e distinguido com a patente de mestre de campo do Terço de auxiliares de Taubaté, Ubatuba, Guaratinguetá e Pindamonhangaba (Docs. Int. 38, 241).

Aos seus serviços e lealdade fez Rodrigo Cesar largos elogios.

A **Relação** constante da **Noticia Pratica** do Padre Diogo Soares é desprezenciosa e muito mais compreensível do que as cartas e objurgatórias documentadoras da polémica com o verdadeiro sicário do Ouvidor Manso que muito mais procedentemente deveria substituir o último nome por antônimo dos mais pejorativos.

Conta Rebelo que Rodrigo Cesar partiu de S. Paulo, no domingo, 7 de julho de 1726, depois de ter ouvido missa no Convento de São Francisco.

Cavalgou, a seguir, acompanhado "de alguns oficiais de guerra e pessoas principais da cidade, de quem se despediu na Aldeia de Pinheiros.

Acompanhado pela comitiva própria e mais alguns oficiais pousou em Parnaíba. A 8 dormiu em Araçariguama, onde permaneceu um dia por precisar de redigir as ordens e o regimento "para o novo descobrimento do Sertão dos Goyazes" que acabava de fazer o Anhanguera e para lá partia em sua segunda jornada.

la por aqueles dias, com vultosa tropa e ordens para abrir o caminho das novas minas para as do Cuyabá.

No dia 10 entrou o General pomposa e festivamente em Itú “sahindo fora da vila, a meia legua, a nobreza dela com a maior ostentação que lhe permitia a terra”.

De 11 a 13 de julho permaneceu na vila de Nossa Senhora da Candelária do Outú-Guassú, expedindo várias ordens pertencentes ao governo e fazendo conduzir mantimentos necessários à viagem.

A 14 entrou em Araraitaguaba a que o nosso narrador chama Aratiguava a lhe estropiar o topônimo brasileiro.

No dia 15 trabalhou o Governador ativamente ainda a despachar papéis e expedir ordens pela secretaria de Estado.

Ao mesmo tempo se concluíam os aprestos das canoas e canoões, embarcando-se mantimentos, munições, mercadorias etc.

Terrível azafama que terminou rapidamente graças à impetuosidade das ordens do ilustre itinerante. Se não teria o trabalho durado muitos dias, afirma o Secretário.

Afinal a 16 de julho, dia consagrado a Nossa Senhora do Monte do Carmo embarcou S. Exa. “Constava a tropa das suas canoas e das de várias pessoas que haviam querido ir em sua companhia . E faziam o numero de noventa”.

No tomo décimo de nossa **História Geral das Bandeiras Paulistas** demos ampla notícia do que foi e o que custou o apresto da flotilha de Rodrigo Cesar. Das noventa canoas de monção vinte e três eram as oficiais, do seu séquito.

Desde o começo da narrativa da viagem fluvial mostra-se Gervasio Leite Rebello sobremodo impressionado com a violência das águas encachoeiradas do Tietê.

Quando as canoas se arriscavam a embicar pelos desniveis das corredeiras eram-lhes os riscos tão grandes que “os mesmos pilotos ou práticos perdiam a côr e o ânimo”.

Tal a força e a violência das águas que nada se salvava do que nelas viesse a cair. Não aproveitava saber nadar, pois as rochas em um instante tudo despedaçavam.

Mal partira a expedição e verificava-se um desastre. Caiam ao rio o piloto de uma canoa e um tripulante. Do primeiro se recolhera o cadaver com o crâneo arrebatado, salvando-se milagrosamente o companheiro.

Dividira-se a monção em três esquadrilhas. A’ frente seguiam as canoas do Capitão General a que acompanhavam as

flotilhas comandadas por Bartolomeu Bueno (qual dos diversos, contemporâneos?) e Gabriel Antunes de Campos que deve ter sido o primogênito do ilustre sertanista Antonio Antunes Maciel (Silva Leme, 1 151).

Os obstáculos opostos à navegação do Tietê classifica-os Gervasio Rebelo como provinndo das “cachoeiras, cirgas, itaipavas, contrasaltos e despenhadeiros”, obrigando ao descarrego das canôas que deviam ser arrastadas por terra, “conduzidas as suas cargas às costas dos negros”.

De nada valia a vigilância nestes transportes. Era inevitável “o muito que se perdia e furtava”.

Pretende que os obstáculos a vencer de Araraitaguaba à foz do Tietê eram nada menos de cento e sessenta, número extraordinariamente aumentado pela imaginação.

Isto sem contar as correntezas “as quais se lhe não podia dar número sendo cada uma de tais paragens um evidente perigo de vida”.

Enfim a navegação do rio das bandeiras praticava-se havia mais de cem anos e não se tinha notícia de que jámais uma tropa a houvesse realizado sem perda de vidas e canôas.

Na cachoeira de Pirapora morrera o piloto, na imediata uma portuguesa, na do Pau Santo três negros e uma negra escravos do alferes Duarte. Peior fora o afogamento na de Itupanema de Antonio de Barros Paiva e em Itapura de um moço que viajava com Luiz Ribeiro de Faria.

Apresentava-se o rio “tão caudaloso e arrebatado” que só permitia a navegação diurna em virtude das pedras atravessadas e escondidas. Fosse uma canôa nelas bater e era fatal que às aguas se projetassem os tripulantes. Além dos rochedos havia os grandes madeiros atravessados constituindo sérios perigos.

Frequentemente era a navegação estorvada por densos nevoeiros, sendo rematada insensatez tentar-se seguir viagem enquanto eles perduravam.

A virada de uma canoa representava o maior prejuizo mesmo que ninguém viesse a morrer. Perdia-se o mantimento e molhava-se a pólvora “e sem uma e outra cousa a gente ficava exposta a perecer de todo naquele sertão tão afastado do Povoado”.

Ao longo daquelas centenas de quilômetros do curso do grande rio uma única roça existia, de Araraitaguaba à foz no Paraná. E roça muito recente em Pitanduba.

Este topônimo deve ser a alteração de Potunduva, lugar ribeirinho do Tietê nas vizinhanças de Jaú, que se tornou famoso

porque segundo reza a tradição ali se deu o caso milagroso de Manuel Portes, assistido em confissão *in extremis* pelo santo franciscano Frei Antonio de Sant'Ana Galvão, num caso de bilocação sobremodo conhecido em todo o Estado de São Paulo.

Falando das agruras da viagem escreve o secretário de Rodrigo Cesar que aos pousos diários chegavam brancos e negros tão estafados que “apenas lhes lembrava o comer”. Durante o dia haviam suportado excessivo calor. A' noite demasiado frio os esperava além da perseguição dos mosquitos que não os deixavam dormir nem descansar.

Confessa o nosso narrador que tantos lhe foram “os riscos, sustos e medos que o deixaram” embaraçado” de fazer o assento das paragens de pernoite e menos da nomenclatura das cachoeiras, canais, itaipavas, correntezas, funis e cirgas”, que se sucediam.

Toda a precaução era pouca em face do contínuo perigo. Enfim três vezes fora cuspidado à água: na corredeira do Itupanema, na das Ondas grandes e na cachoeira da Escaramuça. Destes três acidentes só viera a salvar-se graças à Misericórdia Divina!

A flotilha do Capitão General navegava “a todo o puxar” e a 10 de agosto de 1726, vencido o varadouro de Itapura entrava nas águas calmas do Paraná deixando o “venenoso” Tietê após 26 dias de percurso.

Ainda fora rápida a viagem, pois, havia tropas que nela gastavam dois meses.

Pessimo avaliador de distâncias pretende Rebelo que vencera nestes 26 dias, 520 léguas ou 3.432 quilômetros! quasi o dobro da extensão de todo o curso do rio! desde as cabeceiras na serra de Paranapiacaba! E ainda acrescenta que no dizer de vários, atendendo-se ao número de horas de navegação, à correnteza das águas e a velocidade das canôas, não seria tal distância, de Porto Feliz, no médio Tietê, à confluência no Paraná, inferior a oitocentas léguas! (5.480 quilômetros) mais do que todo o percurso do Amazonas em território brasileiro!

Tal a informação potamográfica do bom secretário do Ilmo. Exmo. Sr. General da Capitania de São Paulo e Minas de sua Repartição ao Rev. Padre Diogo Soares, da Companhia de Jesus.

CAPÍTULO VI

A MONÇÃO DE RODRIGO CESAR EM AGUAS DO PARANA E DO PARDO. CAMAPOAN, O COXIM. O TAQUARY E PARAGUAY. CHEGADA A CUYABA. DESCRIÇÃO DO ARRAIAL.

Deixando o Tietê, que pretende ser rio nada piscoso, e muito pouco saudoso dos 26 dias de sua navegação tormentosa passou o nosso Gervasio Rebelo a informar do que viu no Paraná até a barra do Pardo em três dias de navegação.

Devia ainda estar muito impressionado com os obstáculos do primeiro trecho de viagem para se referir aos "rochedos" do Rio Grande, motivadores de caldeirões e redemoinhos e causadores de grandes sustos e trabalhos.

Curioso é que não se refira ao famoso rebojo do Jupia tão temido dos monçoeiros. A sua navegação se fazia junto à margem esquerda do "caudaloso rio" porque à direita andava o genio cayapó "de certo o pior que havia naqueles sertões".

Tão desimpedida a navegação do Paraná, que no primeiro dia se venceram 24 léguas, quasi 160 quilômetros, o que nos parece exageradíssimo.

Ao entrar em águas do Paraná tomou Rodrigo Cesar a precaução de mandar dar a todas as pessoas de sua comitiva "triaga de veneia" pela madrugada, para a todos livrar das malignas e doenças que por aquelas alturas costumavam dar nos que navegavam por esse enorme rio.

Nos dias seguintes e sempre ao alvorecer repetia-se a ingestão da triaga, indispensável preventivo.

Infelizmente não nos elucidou o bom Gervasio Leite Rebelo o que seria tal electuario que, com certeza, não teria outro resultado senão nausear àqueles a quem pretendia salvaguardar das malignas.

Em erudito artigo, tão substancioso quanto interessante da revista fluminense *Laboratorio Clinico* (XXIX, n. 214) elucidou o brilhante escritor e douto especialista Carlos da Silva Araujo

o que seria a tal triaga de veneia, nome adulterado de teriaga de Veneza.

Abicou o General à fazenda de um tal Manoel Homem que vivia naquelas imensas solidões a abastecer as monções com o produto de suas roças e criações.

Fazia-se pagar razoavelmente a mão do milho a oitava e meia de ouro (5 gr. 4) o alqueire de farinha a doze oitavas (43 grs.), o de feijão a dez (36 grs.). Vendia as suas galinhas a três oitavas (10,8 g.). Pelos preços do ouro atualmente o litro de farinha saíria a umas três gramas de ouro ou 190 cruzeiros! A este preço apliquemos o coeficiente da majoração de capacidade aquisitiva do ouro em 1726 confrontado com o de 1950 e teremos idéia de como Manuel Homem se fazia pagar.

Tambem era justo que se lhe desse alguma compensação à tão agra e solitária existência de fronteiro do gentio cayapó e em terras assoladas pelas malignas.

Informação que sob o ponto de vista geográfico é de todo o ponto, infeliz, vem a ser o que o secretário de Rodrigo Cesar ministra: acerca do Paraná. Depois de se despenhar nas Sete Quedas corria subterrâneo por larga distância!

Outra não menos estapafurdia: fôra pelas Sete Quedas que os paulistas haviam passado em seus descobrimentos das Minas Gerais!

A 14 de agosto de 1726, entrou a monção de Rodrigo Cesar no Pardo, a cuja navegação contrariava a grande correnteza. Atravancado o rio de madeiros, motivou excessivo trabalho.

A 20 apareceram os primeiros vestígios de civilização, roças recentemente plantadas à beira-rio.

Encontrou-se o Capitão-general neste dia com o Superintendente das Minas do Cuyabá, o famoso João Antunes Maciel, que conduzia os quintos reais e vinha enfermo.

Aproveitou-se Rodrigo Cesar da oportunidade para "escrever para Povoador" e descansou um dia.

João Antunes, porém, não entregaria as cartas e ofícios do seu General. Poucos dias mais tarde faleceria à margem do Paraná. Tratados à moda bandeirante, pelo fogo contínuo de muitos dias sobre a sepultura e consumidor das carnes, foram-lhes os restos mortais reduzidos aos ossos conduzidos a Sorocaba e inhumados na matriz local.

A 29 de agosto atingia Rodrigo Cesar as segundas roças do Cajurú, onde encontrou os roceiros numa cachoeira, procurando salvar de duas pobres canôas alí alagadas, alguma coisa da carga.

Áspero continuava o vencimento do Pardo, através das corredeiras, itaipavas secas e pedras. Efetuaram-se os dois penosos varadouros do Cajurú.

Ocorreu neste interim outro encontro, o da monção, a que comandava certo Antonio de Souza Basto, personagem que mais tarde teve destaque nos fastos dos primeiros anos de Goyaz e deu grandes aborrecimentos ao Anhanguera. Pouco depois, novo encontro: o de Lucas de Barros Paiva.

Chovia diluvialmente, o que ainda mais penoso tornava o serviço do arrasto das canôas. Assim mesmo prosseguia a marcha, chegando o General a 4 de setembro às roças de um Bartolomeu Fernandes dos Rios, outro e heróico povoador que vendeu o seu milho a duas oitavas a mão e a 12 o alqueire, preço taxado para o feijão. A duzia de abóboras é que a cedia caro: a oitava. Talvez fossem imensas como frutos de solo fértil e virgem.

O varadouro do Curau, a 8 e 9 de setembro deu infernal trabalho diurno e noturno, "assim de brancos como de negros". Tudo sob formidáveis chuvaradas.

De dez a doze tornou-se a navegação terrível "pelas muitas correntezas, canais, redemoinhos, jupiás, funis e caldeirões".

Apresentava o Pardo voltas tão arrebatadas e violentas que obrigavam os passageiros a saltar em terra, seguindo as canôas aliviadas com duas cirgas.

Mostrava-se o General estoico, navegando sempre à frente. Assim, chegou deanteiro ao varadouro do Oliveira, deixando para trás as canôas de sua copa e cozinha, o que mostra quanto não era sibarita. Encontro macabro se lhe deparou: o de um cadáver no rio "a que se não deu sepultura por se achar já com grande fétido e se receiar desse peste a quem o enterasse".

Após dois novos varadouros chegou Rodrigo Cesar ao Salto do Roque, de onde despachou próprio a Camapoan avisando a sua presença.

Os últimos dias de viagem no Pardo descreve-os Gervasio Rebelo como de inferna trabalhadeira. Diminuíam a profundidade e a largura do rio, a cada passo atravancado por inúmeros e grandes madeiros caídos exigindo a remoção ou o corte a machado.

Multiplicavam-se os varadouros, mas afinal post tantos labores atingiu a monção generalícia o famoso passo, descoberto e posto em prática pelos irmãos Leme a quem havia três anos, o mesmo Rodrigo Cesar exterminara como tanto é sabido.

Deste tão celebrado varadouro de Camapuan diz Gervasio Leite Rebelo: “Neste varadouro de canôas e cargas, morte de brancos e negros, consumo de mantimentos e destruição de tudo e a que com razão se pode chamar a Linha (s. c. a equatorial) desta viagem se dilatou a tropa por onze dias”.

Não é muito favorável, como vemos, a pintura que nos deixou de tão afamado ponto do itinerário monçoeiro de mais de um século, trecho terrestre de duas léguas a se vencer entre águas do Paraná e águas do Paraguay.

Descarregaram-se as canôas, cuja carga foi posta às costas de portadores que tinham de atravessar as duas léguas em que descia uma chapada.

Foram depois os barcos colocados sobre pequenas carretas “a que puxavam mais de vinte e trinta negros”.

Desgostoso enuncia o Secretário que nesta condução se experimentavam “varios discomodos”.

Não só os míseros africanos arrombavam como furtavam caixas e mantimentos! Atreviam-se a tal crime aqueles homens submetidos a tão suave existência!

A perda dos mantimentos ainda era mais sensível do que a dos artigos comerciais.

“Nesta altura é a perda mais sensível tanto que mais se quer perder um negro, sendo estes tão necessários, que um alqueire de milho, feijão ou farinha”.

Em Camapuan vendia-se então o alqueire do milho a nove oitavas, o de feijão a dezesseis, as galinhas a 3 por cabeça.

Mas já houvera mineiro que comprasse a arroba de toucinho a 32 oitavas (115 grs., 2 de ouro!) e o frasco de aguardente a quinze (34 grs.).

O quilo de tal toucinho saíria, pelos preços do ouro, hoje, a 150 cruzeiros; quanto ao trago alcoólico é impossível fixar-lhe a valia, mas certamente ficaria incomparavelmente mais caro do que uma garrafa dos mais ricos e famosos crus da indústria vinícola francesa.

A 30 de setembro de 1726 principiou Rodrigo Cesar de Menezes a sulcar águas da vertente do Paraguay. O Camapoan-mirim e o seu confuetne o Assú razos e atravancados deram imenso trabalho.

À margem do segundo encontrou-se um esqueleto a cujo crâneo aderiam cabelos que pareciam de branco. Mais uma vítima dos desastres monçoeiros recentes! da **auri sacra fames!**

Logo depois grande alarme: desapareceu João Francisco, o cozinheiro de S. Excelência que saltara em terra em busca de uma faca esquecida. Não foi possível encontrá-lo, entendendo-se que se perdera na mata ou fôra pasto de alguma onça.

A 5 de outubro entrou a monção do General no Coxim a que Gervasio Rebelo chama Quexeim, rio de difícilíssima navegação. Refere-se o narrador ao longo e imponente cañon formado de rochedos tão altos que em muitas partes só deixavam cair sobre o rio os raios do sol a pino.

Lugar interessante o do pouso em face de um afluente do Coxim, grosso ribeirão que nele caía despenhado de tais rochedos. Pareciam estes trabalhos feitos a picão e o seu conjunto um “castelo da Natureza”.

“Triste e medonho” o Coxim, obrigando a contínuas descargas das canôas pelas suas muitas itaipavas, corôas e tucundivas (?) escaramuças de caldeirões, redemoinhos e correntezas, “aguas tão atrapalhadas”, que a todos dava grande cuidado.

Afinal, à noite de 9 chegou a monção estafada à confluência do Taquary-mirim e do Taquary-Assú, onde certo João Araujo tinha roças. Faltava vencer o último e grande obstáculo: a cachoeira chamada “o último perigo do Quexeim”. Não pode ser outra senão a mais tarde apelidada do Beliago, nome de um monçoeiro que até hoje se conserva e pensamos seja o de Manuel Gomes Beliago.

E’ esta catadupa, informa Rebelo, perigosíssima por nela desembocar estreito canal cercado de penhascos, onde as águas correm com a maior violência.

Qualquer embate de canôa a um destes rochedos era suficiente para lançar por cima da borda gente e cargas. Uma das embarcações da monção alí naufragou, afogando-se dois pretos e uma preta.

A 11 de outubro de 1726 vencida a cachoeira do Beliago principiou a monção a cortar as águas plácidas do Taquary.

Dela se apartou, como dianteiro, um eclesiástico de quem muito falam os cronistas dos primeiros anos de Cuyabá, o Padre André dos Santos Queiroz, homem que se destacava pela voz estentórica, o extraordinário faro de mateiro e o perfeito conhecimento do Sertão. Em sua companhia seguiram dois membros da comitiva do General, de sua casa civil e militar, ou como no tempo se dizia “creados de Sua Excelencia”, visto como o substantivo ainda muito longe estava de adquirir o sentido pejorativo que em nossos dias singularmente angariou.

Eram eles o alferes Manuel Antunes e Matias Ferrão de Abranches, português, residente em S. Paulo, onde alcançara certa posição social, vindo a ser escrivão do Senado da Câmara.

Decorreu sem novidade a viagem pelo Taquary e o Pantanal onde os navegantes viram muita caça. Horrível a perseguição dos mosquitos “puzeram a todos na última desesperação sem que lhes valesse remedio algum”.

Grande impressão causou a Rebelo a “erva rasteira chamada aguapé, invasora de rios e canais a ponto de fazer com que às vezes até os pilotos mais práticos confundissem os rumos de derrota.

Fazia enorme calor e as águas do rio estavam quentíssimas, continuando, dia após dia, o martírio pelos implacáveis dipteros hematofagos, cujos bandos eram nuvens imensas.

Entrando no Paraguay começaram os receios de possível encontro como os payaguás. No ano de 1725 haviam assaltado a monção do português Diogo de Souza Araujo, natural de Ponte de Lima, levando prisioneiro um casal de escravos pretos. Desaparecera até então este Araujo internado na mata.

Talvez fosse ele o marido da sorocabana Maria Rodrigues Maciel (S. Leme, 2.449).

Escrevendo o seu roteiro logo após a chegada a Cuyabá não estava Rebelo ao par dos fatos a que aludia, pois contam os primeiros cronistas de Cuyabá que neste assalto ao comboio de Diogo de Souza os payaguás trucidaram muita e muita gente.

Da viagem Paraguay acima nada de especial relata Rebelo.

Apenas que diariamente navegava a monção a partir das 4 da madrugada, fazendo-se pouso às 6 da tarde, sempre sob sol intenso e calor terrível.

Principiaram os monçoeiros a ver ao longe, desde a boca do Taquary, a cordilheira que corria para Cuyabá. Nela segundo se contava havia algum gentio e minas de ouro e de esmeraldas.

Deixando o Paraguay entrou a flotilha no Porrudos, hoje S. Lourenço, rio sobremodo notavel pela fauna, com as águas cheias de jacarés, piranhas e capivaras e as margens abundantes de onças.

A 29 de outubro penetrava em águas do Cuyabá. Vinham os navegantes cansadíssimos e debilitados pela falta de mantimentos e a perseguição dos mosquitos.

Às 3 da tarde de 31 aportou a monção ao Arraial Velho onde a esperavam o Provedor e o Escrivão do Registro que logo prin-

ciaram a tomar a rol os negros e as cargas para a cobrança dos Quintos de Sua Magestade, pagos à entrada.

Do Arraial Velho ao do Bom Jesus havia ainda alguns dias de navegação.

Registados os escravos e as cargas de negócio dos particulares acompanhadores do General partiu a monção no dia de Todos os Santos.

Foi muito penoso o final da intérrmina jornada. Aumentava o calor, e os víveres escasseavam, tendo sido preciso recorrer ao que o rio podia dar. Durante dias viveram os monçoeiros do escasso pescado obtido. A 6 atingiu o Carandá onde Antonio Antunes Maciel esperava o General mas infelizmente desprovido tambem de víveres. Mal pôde socorrer os viajantes com algumas poucas espigas de milho.

De 7 a 11 de novembro a viagem se fez à madrugada e ao cair da tarde. Era impossível aturar-se o bochorno do meio do dia. Cada vez mais diminuiam as rações e toda a esperança se concentrava em atingir-se a roça de Felipe de Campos Bicudo, irmão do Pay Pirá (Nob., ed. nossa 2, 138).

Aí pôde o General adquirir cem mãos de milho pagas a duas oitavas a mão mandando-as distribuir pela sua tropa “pela livrar de padecer em tão extrema necessidade, pois se achavam já brancos e negros muito debilitados e fracos”.

Os três dias que antecederam ao da chegada, foram de tal calor e sol tão intenso que se tornou preciso alterar o horário, partindo as canôas às três da madrugada.

A 14 de novembro chegou o General à roça do recém-falecido Guarda-mór das Minas do Cuyabá e seu descobridor Pascoal Moreira Cabral Leme.

Lá o aguardavam alguns Paulistas Principais para o cumprimentar.

Assim descreve Gervasio Leite Rebelo o desembarque do delegado régio:

Em 15 (de novembro) sexta-feira e o último dia da viagem se fez esta cedo, acompanhando ao dito Sr. General algumas canôas de paulistas que o foram buscar ao caminho, distância de duas a três léguas.

Às nove horas chegou Sua Ex., ao Porto Principal onde estavam muitas pessoas assim Paulistas como Forasteiros e uma companhia de ordenança formada. E saltando em terra o dito Sr. e a sua Comitiva, e fazendo oração em uma capelinha que

está naquele porto se pôs S. Exa. a cavallo e algumas pessoas mais, outras em redes, e se marchou para o Arraial do Bom Jesus, onde se chegou às dez horas”.

Ao atingir o ponto onde principiava a povoação e em frente à Igreja Matriz achavam-se quatro dos principais moradores cuyabanos a quem acompanhava nobre e luzido séquito.

Receberam o Capitão-general debaixo do pátio cujas varas empunhavam e o conduziram a princípio à Matriz e depois ao palácio (sic), que lhe era destinado, “onde veyo logo arrumar a companhia dos Forasteyros que tinha ido ao Porto, e se mandou recolher ficando só uma esquadra de guarda”.

Passa Gervasio Leite Rebelo a descrever a povoação a que acabava de chegar:

“Está este Arrayal do Senhor Bom Jesus, que assim se chama a Povoação principal destas minas, distante meya legoa, pouco menos, do Porto Geral do Rio Cuyabá. Tem tambem outro porto, chamado do Borrvalho que serve para os que vem do rio acima, situado em boa paragem já bem povoado de casas.

Terá todo o Arraial cento e quarenta e oito fogos alguns cobertos de telha, os mais de palha e capim. Corre toda a povoação do Sul para o Norte em planície que faz queda para um riacho que seca no verão. A leste lhe fica hum morro vizinho e a Oeste hua chapada em que se tem feyto parte das casas do Arrayal; e se podem fazer muitas mais”.

Assentava-se o Arraial do Bom Jesus sobre um jazigo aurífero e a escolha da sua localização proviera da descoberta de Miguel Sutil a quem Gervasio Rebelo chama Sosil, a contar que o seu achado se datava de três anos quando deveria ter escrito cinco anos.

Havia, porém, o maior óbice à mineração das lavras cuyabanas a falta d'água, de modo que ela só se podia praticar na estação chuvosa.

Junto ao arraial notava-se um morro “onde a devoção de alguns devotos” colocara a milagrosa imagem de Nossa Senhora do Bom Despacho.

Desse ponto se descobria todo o arraial o que fazia alegre vista pelo aprasivel dos arvoredos, morros e casas ali divisados,

Do clima de Cuyabá informou o secretário de Rodrigo Cesar ao Pe. Diogo Soares “que é ardentissimo não se lhe podendo comparar o do Rio de Janeiro, o da cidade da Bahia e ainda o do Maranhão e Grão-Pará, apesar deste se achar quasi na Linha”.

Nos sete anos em que vivera na região equatorial e nos sertões de Pernambuco não experimentara os excessivos calores que vinha sofrendo de 15 de novembro de 1726 à data em que escrevia, primeiro de fevereiro de 1727.

Tais temperaturas só se abrandavam com as chuvas, mas já havia três anos que estas se mostravam sobremodo escassas, prejudicando imenso a lavra das minas.

Tal a ardência do clima que ordinariamente andavam os homens em casa em camisa e ceroulas sem poderem consentir mais roupa alguma.

Más côres se notavam na população, muito flagelada por sezões e malinas contínuas. Raros os que delas não padeciam, principalmente os brancos, porque os escravos delas eram “nesse paiz os mais livrados”.

A falta de chuvas vinha prejudicando imenso os milharais. E o milho era o recurso essencial da alimentação de brancos e negros. Haviam as roças secado, tendo sido necessário replantá-las.

Tambem excessiva a carestia reinante em Cuyabá. Subira o alqueire de milho (13lt.8) a 14 oitavas de ouro (50 gr. 4), a farinha de milho a vinte (72 grs.!) Era este o preço do feijão.

A libra de carne de porco (459 grs.) quando fresca valia uma oitava (3, gr. 6) e duas quando salgada. As galinhas se mercavam a três oitavas (10 gr. 8) e a duzia de ovos oscilava entre oitava e oitava e meia, verdadeiros ovos áureos.

Reduzido o valor do ouro a moeda corrente na época e como a oitava corresse a mil e quinhentos réis, podemos avaliar estes preços:

	Rs.
Alqueire de milho (13 lt. 8)	21\$000
Idem de farinha de milho	30\$000
Idem de feijão	30\$000
Uma galinha	4\$500
Libra de carne de porco fresca	1\$500
Idem salgada	3\$000
Duzia de ovos — De 1\$500 a	2\$250

Multipliquemos estes valores por duzentos (o que não é muito) para os atualizar perante os índices de custo da vida atual e teremos idéia do que era a carestia ao chegar ao Arraial do Bom Jesus o Illmo. Exmo. General de São Paulo e Minas de sua Repartição.

Felizmente haviam caído depois de sua entrada, algumas chuvas graças às quais tinham os milharaes cobrado algum vigor. Não fôra isto...

Sim! porque o milho era o único remédio e regalo daquelas minas, "porque dele se fazia a farinha que supria o pão, a cangica fina para os brancos, e grossa para os negros, os cuscús, arroz, bolos, biscoitos, pastéis de carne e peixe, pipocas, catimpueya, aloja, angú, farinha de cachorro, aguardente, vinagre e outras muito mais esquipações", que a necessidade inventava e de que se valiam os moradores da longínqua atalaia sertaneja.

Marcou Rodrigo Cesar o dia de Ano Bom de 1727 para a promoção do arraial à categoria de vila do Senhor Bom Jesus. Foram então eleitos os seis oficiais da Camara, segundo dispunham as ordenações dos Senhores Reis. Dois juizes ordinários, três vereadores e um procurador do Conselho. Ao mesmo tempo se escolheram dois juizes almotaceis.

Terminado o ato da instalação da primeira municipalidade cuyabana, foi o estandarte real solene e processionalmente levado à Praça, onde se levantou o pelourinho da nova vila à qual se deu em nome de Sua Magestade, o nome de Vila Real do Bom Jesus.

Foi ela imediatamente brazonada. "Declarou-se que seriam as suas armas, de que usasse um escudo e dentro, em campo verde, um morro coberto de folhetas e grãos de ouro e por timbre, em cima, uma Fenis".

De tudo se fez termo "na secretaria do governo, por ordem do Exmo. Rodrigo Cesar de Menezes, Governador e Capitão General desta Capitania, e suas Minas, em virtude das ordens que teve de Sua Magestade para passar a elas e criar vila ao dito arraial a que deu cumprimento".

Conta Gervasio Rebelo ao encerrar o seu relatório ao Padre Diogo Soares que às primeiras semanas da estada do governador em Cuyabá já assinalara "feliz sucesso com consequencias grandes, não só para a Coroa mas com bastante utilidade para as Minas".

Significava isto que se não fizera ainda nenhum novo descoberto aurífero para o aumento dos Reais Quintos.

O caso é que vivia o Cuyabá cercado de várias nações gentias antropófagas que não deixavam aos portugueses alargar-se pelo centro do sertão.

Procurara S. Exa. reduzir tais selvícolas por métodos de paz Assim, lhes despachara alguns pombeiros "contentando-os e per-

suadindo-os com mimos de fumo, facas e outras semelhantes drogas de não pouca estimação para eles”.

Mas os tais gentios não só haviam recusado a amizade portuguesa como respondido: “eram homens e só a força de armas seriam mortos ou conquistados”.

“Ouvida esta insolente resposta”, mandara S. Ex. aprontar uma expedição composta de um cabo com bastantes soldados sertanistas a quem “dera ordem positiva que atacassem tais atrevidos em qualquer parte em que os achassem”.

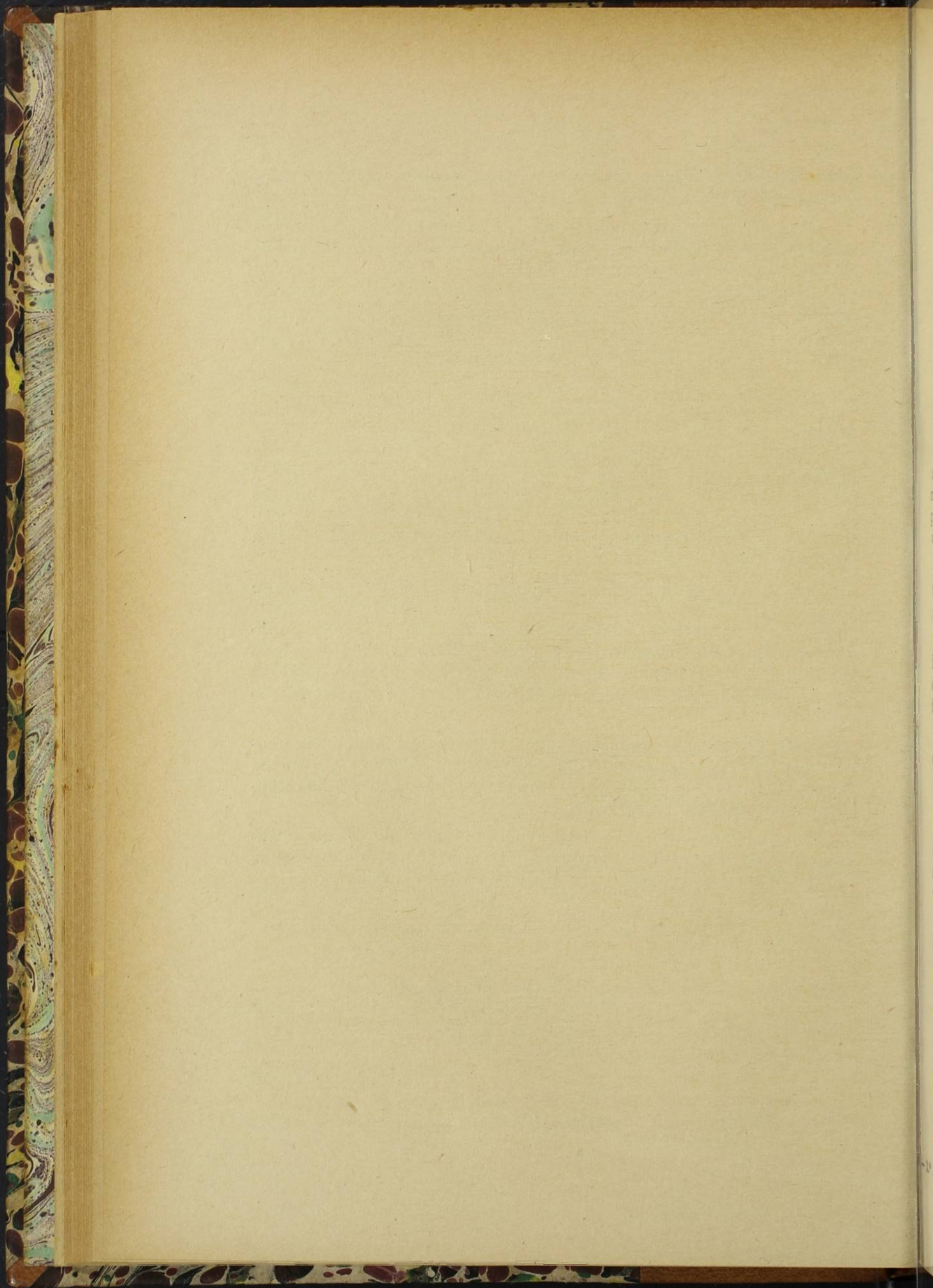
Assim se fizera, e, sem embargo de vigorosa resistência haviam os brancos morto grande parte dos recalcitrantes “e trazido prisioneiro o resto com toda a sua familia”, (sic)

Esperava-se que, dentro em breve, outros cabos igualmente despachados por S. Exa. a diferentes partes “conseguissem a mesma felicidade” em relação a outros pobres indios que tão justos motivos tinham para pôr em prática o conselho do critério essencial da prudência consubstanciado na fórmula clássica do timeo Danaos...

Assim, com esta última informação encerrou Gervasio Leite Rebelo, secretário de S. Ex., a sua “Noticia pratica e relação Verdadeyra da derrota, e viagem, que fez da Cidade de São Paulo para as Minas do Cuyabá o Exm. Sr. Rodrigo Cesar de Menezes, Governador e Cappitam General da Cappitania de São Paulo e suas Minas, descobertas no tempo do seu governo e nele mesmo estabillicidas”.

Esta última asseveração é que, acaso conhecida, daria motivo aos justos protestos do Illm. e Exm. Dom Pedro de Almeida Portugal, Conde de Assumar, o antecessor imediato da Excelencia a quem Rebelo secretariava.

Com carradas de razão estava em condições de arguir o auxiliar do seu sucessor de profundo desconhecedor dos fastos da Capitania de cujo governo era o mais elevado auxiliar.



CAPÍTULO VII

A "NOTICIA PRATICA" DE JOÃO A. CABRAL CAMELO. DEPOIMENTO INÉDITO SOBRE O DESTROÇO DA MONÇÃO DO OUVIDOR LANHAS PEIXOTO PELOS PAYAGUAS

Dois anos e meio passou João Antonio Cabral Camelo nas minas do Cuyabá, a partir de 21 de novembro de 1727. Mil vezes melhor fôra que para lá jamais tivesse partido, pois de tão áspera viagem em busca da fortuna só lhe vieram prejuizos e a mais forte desilusão. E' o que afirma...

Assim, resolveu voltar a Povoado — como já historiamos no tomo X desta obra — aproveitando a partida do Ouvidor Antonio Alvares Lanhas Peixoto, com quem travara amizade.

Partiu a monção do magistrado do porto da Vila Real do Bom Jesus do Cuyabá a 15 de maio de 1730. Ao cabo de seis dias rio abaixo estava no Registro Velho, onde se reuniu toda a flotilha, dezenove canoas de carga e quatro de pescaria.

Souberam então os monçoeiros que os payaguás se achavam, certamente, navegando no Paraguay, numerosos e hostis. Havia pouco tinham atacado pescadores na confluência do Porrudos com o Paraguay.

Resolveu-se então que Camelo comandasse a vanguarda e o Dr. Lanhas ficasse à retaguarda com algumas canoas mais bem armadas; no meio do comboio seguiriam os barcos que não levavam armas.

Transposta a barra do Porrudos entrou a esquadilha no Paraguay. Achava-se a transbordar o Pantanal e isto motivou certa dispersão das canoas cujas tripulações não encontravam terra onde se abrigassem e pousassem.

"Eu e meus companheiros nos arranchamos em um tijucal, sendo-nos preciso cortar ramos não só para armar as rêdes mas para se poder acender sobre ele — escreve Camelo. Era, aliás, o que todos esperavam, desde o Registro Velho no rio Cuyabá até os Moinhos, no Taquary, nos meses da enchente do Pantanal, de abril a junho, e às vezes até julho.

Em todo o percurso até o Taquary não se encontrava terra seca, e as mais das vezes precisavam as tripulações dormir nas canoas.

Sete barcos se apartaram do grosso da monção, tomando o Xanés. Na barra deste rio reuniram-se de novo às demais.

Ali encontraram os navegantes enorme passarada e os caçadores se divertiram em atirar às aves apesar dos repetidos conselhos de Camelo advertindo que o estampido dos tiros eram excelente aviso aos índios da presença dos brancos. Na noite de 5 para 6 de junho tiveram os navegantes de suportar cruel tempestade, agouro dos terríveis acontecimentos do dia seguinte.

Pelas onze horas da manhã navegava o comboio Paraguay abaixo, quando os monçoeiros ouviram grande urro pela parte da direita vendo logo depois sair de um sangradouro onde se achava escondida pela ramagem da vegetação ribeirinha, grande flotilha de Payaguás nada menos de cinquenta canoas, todas bem armadas.

“Em cada uma delas vinham dez e doze bugres de agigantada estatura, todos pintados e emplumados e o mesmo foi chegar a tiro que cobrir-nos de uma tão espessa nuvem de flechas que escureceu o sol”.

Depois de desferir esta reminiscência termopílica, conta-nos o nosso narrador que os remadores negros da monção ficaram absolutamente apavorados. Abandonaram os remos e saltaram n'água desamparando as canoas; acharam-se os brancos, portanto, em péssima situação.

Não podiam tomar o remo nem remar ou governar as canoas e ao mesmo tempo defender-se. Aproveitaram os payaguás do pânico dos assaltados. A flechadas, lanças e porretadas, fizeram então grande matança. Alguns dos brancos se entregaram mas nem por isto salvaram a vida e muitos pelearam valorosamente até tombarem mortos. Portou-se o Ouvidor com o maior denodo. Desamparado dos tripulantes de seu barco viu-se só com um moço enfermo. Disparou os quatro arcabuzes que tinha na canôa e não havendo quem os tornasse a carregar desembainhou um estoque clamando por socorro e a chamar sobretudo por ele, Camelo. Conta este que no momento em que partia a defendê-lo teve o seu barco à prôa, atravessada, uma canôa das que já andavam desamparadas e assim rodara Paraguay abaixo.

Voltou no mais curto prazo, mas já não viu o Dr. Lanhas. Uma multidão de gentío vinha agora sobre ele.

Os seus remeiros mostravam-se aterrados e assim viu chegada a hora derradeira. Pretende, porém, que não perdeu o san-

gue frio. Com ele vinham três brancos. Começou ameaçando os remadores de os matar se abandonassem os remos e mandou vogar vigorosamente para a margem do rio. E combinou com os companheiros: dois governariam a canôa e dois pelejariam.

Abicada a embarcação e coberta por uns ramos de árvores puderam os quatro homens fazer uso das armas de fogo obrigando o inimigo a recuar.

Deixando dois companheiros a tomar conta da canôa e da tripulação, junto ao reduto de terra partiu Camelo com o terceiro em direção a um local de onde partiam tiros mas teve de voltar por não poder cortar um alagadiço.

Retornando ao lugar onde ficara a canôa ali encontrou mais seis embarcações cujos pilotos haviam como ele feito: ameaçado de morte os remeiros que pretendessem saltar n'água.

Já então dispunham os atacados de treze arcabuzes e como os payaguás voltassem a carga receberam-nos sob viva fuzilaria que os afugentou. Resolveram contra-atacar tendo verificado que sua excelente pontaria causara muitas baixas entre os índios. Saíndo do esconderijo, suas canôas avançaram sobre as deles que recuaram, retomando-se então uma delas a de um paulista que, em 1729, chegara a Cuyabá com a mulher e filhos.

Vendo os payaguás que não levavam a melhor retiraram-se para o seu sangradouro levando dezesseis das 23 canôas da monção. Recolhida a presa “dela só levaram o ouro, umas dez ou onze arrobas (entre 146.880 e 161.568 grs.), as armas e toda a roupa. O resto não lhes causou interesse.

Trataram então de enterrar os cadáveres encontrados dos seus e curar os feridos que não eram poucos. Depois de apartarem os negros que lhes pareciam melhores, entregaram-se a uma cena de carnificina. Mataram vários prisioneiros brancos e entre eles um lisboeta que ia com a mulher, a quem pouparam, e diversos negros. A esta trucidação assistiu uma preta que por eles deixada por morta foi pela sua gente recolhida no dia seguinte.

“Vitoriosos, continua Camelo, formaram-se os bárbaros em duas linhas e saíndo ao rio pararam à nossa vista”.

De sua flotilha ouviram surpresos os desafiados palavras insultuosas em português, proferidas por um branco.

Pensa Carmelo que tal desafiador fosse um rapazito, filho de certo Lopo, a quem em 1727 haviam os payaguás aprisionado. Transmitiu aos patrícios o cartel do cacique canoeiro. “Se querem pelejar saiam fora destes ramos!” gritava-lhes. Como nin-

guem lhe respondesse avisou que se os ameaçados não saíssem seriam logo atacados. Aí gritaram os desafiados: Venham! E dispararam alguns tiros mostrando que estavam alerta.

Depois do rapaz tomou a palavra um trãnsfuga, bastardo ou carijó paulista que prorrompeu em insultos:

“O’ patife, vís e baixos não sabeis que os Caribas (brancos) não têm que fazer com os payaguás e guaycurús?!”

A esta altura viram Camelo e os seus levantar-se a moça branca aprisionada. Ia ao pé do Cacique e como quizesse acenar aos seus com um lenço os índios não lhe permitiram o gesto.

Pouco depois desapareciam os payaguás Paraguay abaixo.

“Nesse tempo, continua Camelo, já tínhamos descarregado as canôas e feito trincheira das cargas para delas nos defendermos se nos tornassem de novo a investir. E certamente o fariam se soubessem as poucas forças que então tínhamos porque as armas não eram mais que treze, a pólvora e munição apenas chegava para seis cargas”.

Eram os entrincheirados oitenta e três homens; dos quais vinte e três brancos e o resto pretos. Mas só sete ou oito poderiam pelejar. Segundo a estimativa então feita haviam perecido 107 passageiros da monção, entre brancos e pretos.

Discutiram os sitiados os diversos alvitres de retirada. Descer o Paraguay seria entregarem-se aos payaguás cujas taracas (businas?) se faziam ouvir a cada momento.

Atravessar o Pantanal mostrava-se impraticável por falta de guia. Seria correr o risco de extravio quase que certo. Voltar a Cuyabá ao encontro da outra monção também era arriscado.

Os payaguás se poriam à sua perseguição. Velozes, navegavam em uma hora o que os brancos faziam num dia (sic) pelo fato de terem melhores canôas e remeiros.

Por outro lado a permanência naquele ponto se tornava insustentável porque havia falta de mantimentos.

Começou a chover desabaladamente sobre o local onde nem havia modos de se levantar algum rancho. “A pequena ilha em que estávamos não dava lugar a nada e basta dizer que apenas cabíamos nela”.

Pela madrugada saiu uma canôa com bastantes remeiros e algumas armas a ver se recolhia alguns dos monçoeiros. Muitos foram encontrados mas todos mortos. Entre eles o Dr. Lanhas Peixoto, cujo cadáver recolhido semi-nú, só trazia calções e borzeguins.

Deu-se-lhe sepultura no lodaçal da ilha e no momento do seu enterramento ouviram-se gritos partidos do ponto onde os payaguás haviam estado.

Eram brados de socorro que soltava uma preta escrava do Ouvidor. Lancinantemente pedia que a fossem buscar. “Temeu-se ao princípio não fosse traça do inimigo por nos apanharem algum lingua e saberem dele a força que ali tínhamos. Venceu a piedade e se mandou conduzir por uma canôa bem equipada de remos e de armas”.

Foi esta preta quem relatou a cena da carnificina, da qual quase fôra vítima.

Vendo-se que realmente os payaguás se tinham retirado, foi a mesma canôa visitar o ponto onde os monçoeiros viram as covas onde os índios haviam enterrado os seus e as forcas onde tinham dependurado muitos dos prisioneiros. Quatro ou cinco cadáveres ainda delas pendiam, sendo então sepultados.

Afinal venceu a resolução de se voltar a Cuyabá e à noite partiram as sete canôas, escapas à catástrofe, “com o silêncio possível”.

Sem estorvo algum chegaram os fugitivos, mas sempre sob tremenda chuvarada ao Xanés e remontaram o Porrudos, até a confluência com o Cuyabá.

Não conta Camelo quantos dias terá gasto em tal navegação. Só relata que na barra do Cuyabá esteve à espera de alguma grande monção que descesse.

Se se desse tal circunstância voltaria “a recorrer outra vez o Paraguay”.

Mas os mantimentos da flotilha estavam a acabar e a monção salvadora não aparecia. As chuvas haviam tornado imprestável grande parte do aprovisionamento. Assim, resolveram os fugitivos ir por terra a Camapuan pelo antigo caminho dos sertanistas.

Firmada a resolução subiu a flotilha o Porrudos, seu afluente o Pequiry e confluente o Pianguy até se descobrirem uns morros fronteiros a este último. Saltaram aí os fugitivos das canôas a que abandonaram, após onze dias de navegação, e carregaram a farinha, o feijão e o toucinho que lhes pareceu suficiente para os vinte e cinco dias de jornada pela mata.

“Postos em marcha começamos a caminhar pelo Pantanal sempre à vista dos morros e atravessando lagoas e tremedais e algumas vezes matos, chegámos, em quatorze dias, à primeira roça do Taquary”.

A esta encontraram deserta. Fôra atacada e destruída pelos cayapós que haviam trucidado sete ou oito dos roceiros. Estava a zona despovoada de civilizados com a recente incursão dos tão temidos bilreiros. Várias casas incendiadas avistaram os retirantes.

Foi o Taquary transposto numa canoa nele encontrada, deparando-se logo depois aos fugitivos nova roça abandonada com as casas queimadas. Alí fizera o gentio várias vítimas.

Desde o desembarque à margem do Pianguy efetuara-se a marcha com toda a cautela “sempre com vigilância, marchando sempre unidos com as armas na vanguarda e retaguarda e no centro as cargas. De noite, continuavam-se as vigílias e sentinellas, assim por respeito do gentio como das onças”.

Da roça destruída do Taquary a Camapuan gastou a pequena coluna de Cabral Camelo nove dias, marchando com as mesmas cautelas.

“Por fim, tolerando mil trabalhos, passando os rios sobre paus e vadeando descalços e por espinhos muitas e várias lagôas, chegamos a Camapuan no primeiro de agosto”.

Cinquenta e seis dias durara a série de terríveis provações a que fôra submetida a brava caravana escapa ao morticínio de seis de junho.

Em Camapuan demorou-se Cabral Camelo 23 dias, enquanto se preparavam as canôas em que devia baixar ao Paraná e subir o Tietê.

Algumas foram feitas à margem do Pardo, na roça de Cajú, “por serem mais capazes e melhores as madeiras”. Houve neste ínterim sério alarma. Apareceram os cayapós. “Lançounos o gentio fogo nos ranchos em uma frecha; queimaram-se todos que eram g. dos (guardados?) excepto a capela e um dos paioes do milho que livramos com as redes e com os lençoes molhados e ensopados em água, cobrindo-os com eles”.

Estava Cabral Camelo em Camapuan quando lá surgiu a expedição que debalde esperara á barra do Cuyabá.

Soube então que ali chegada soubera do que sucedera à monção do Ouvidor. Suspendera a marcha esperando reforço.

Afinal reforçada e num total de oitenta e quatro canôas guardadas por perto de trezentas armas descera o Paraguay até a foz do Xanés.

Pois assim mesmo havia sido acometida pelos terríveis canoeiros, perdendo duas de suas embarcações.

“E lhe tomariam as mais se lhes não valesse a terra a que vinham sempre chegados de onde começaram com tal força a fazer fogo que, se não restauraram (recuperaram) as canôas, feriram e mataram muitos e mais os puzeram a todos em retirada”.

Havia este combate causado a maior impressão entre os monçoeiros e Camelo os caustica: “Não obstante a felicidade deste sucesso pôde mais neles o medo que o valor e receiosos de outro novo encontro tomaram a resolução que tomei, voltando atraz e seguindo por terra o caminho de Camapuan onde nos encontraram”.

Prontas as suas canôas mandou Camelo levá-las até a foz do Sambixuga. Sete dias gastou em tal empresa efetuada sob sobressalto “pelo risco do Cayapó”.

A metade da sua gente mandara por terra a embarcar no salto do Cajurú, no Pardo, onde seria facil se valerem dos barcos lá deixados pelos cuyabanos ou de outros fabricados, na ocasião, dos muitos paus ali existentes “com grossura e capacidade”.

Descendo o Pardo durante sete dias inteirou-se o nosso itinerante das tristes consequências da recente incursão dos índios, despovoadas as roças ribeirinhas, e mortos pelos cayapós os moradores como acontecera nas do Cajurú de baixo, onde seus comandados ainda encontraram gente não obstante já se acharem queimadas as suas casas.

Na travessia de Camapuan a este ponto tinham dois dos homens de Camelo sido frechados.

Os moradores do Cajurú de cima amedrontados haviam desamparado as suas lavouras e fugido.

A noite que antecedeu a partida pelo Pardo abaixo foi de alarma”. Aqui dormimos com cautela e vigilância necessárias. No outro dia, rodamos pelo rio abaixo com as canôas tão cheias de gente que vinham com as bordas na água”.

O roceiro do Cajurú neste mesmo dia tomara a sensata resolução de partir com os seus camaradas e escravos a abrigar-se em Camapuan.

A área de devastação dos bilreiros fôra larga. Ultrapassara as margens do Nhanduy, atingira as margens do Rio Grande (Paraná). Aí vivia um pobre homem fugido do Cuyabá por uma morte”. Mais tarde já em S. Paulo viria Camelo a saber que o tal pobre homem fôra a seu turno trucidado talvez pelo gentio se era que não o haviam morto os seus próprios negros.

Do Nhanduy à confluência do Piracicaba e do Tietê gastou Camelo vinte dias acerca dos quais nada refere.

Começara a encante do Tietê e assim resolveu subir o Piracicaba, por ter menos cachoeiras e correntezas.

Em dez ou onze dias foi ter à jusante imediata do grande salto. À margem encontrou “quatro formosas roças com gentes e muitas mais despovoadas”.

Referindo-se ao principal afluente do Tietê escreve Camelo: “Este rio tem algumas itaipavas mas todo ele está cercado de matos capazes todos de rossas: porém como faziam as conveniências de Cuyabá e este porto era o mais distante deram os mineiros em o não continuar e assim se perderam as rossas e fazendas que nelle havia”.

Do Salto do Piracicaba a Itú gastou Camelo três dias, por caminho todo cercado de mata de muito bons padrões, mas onde só avistou uma roça junto ao rio Capivary.

Nas últimas três ou quatro léguas do percurso nos arredores de Itú cortou região “povoada com gente e rossas”.

Alugando um cavalo em Capivary chegou o atribulado itinerante a São Paulo a dezesseis de novembro de 1730.

Seis meses e um dia se contavam da partida de Cuyabá. A viagem normal se fazia em quatro meses.

“Na nossa — sintetizava o viajante escapo a tantos perigos, ao Padre Diogo Soares — deixados os perigos do gentio, poderemos enumerar os trabalhos e misérias.

Nos primeiros oito ou nove dias depois do sucesso do Payaguá tivemos sempre chuvas contínuas, e estas sem rancho nem lugar onde o armar e os mosquitos são tantos naquelas partes, que quem não dorme em rede, e com tolda bem fechada, não socega nem de dia nem de noite, um só instante e sem dúvida foi este um dos maiores trabalhos que tivemos nesta derrota”.

Do Pianguy a Camapuan além das contínuas vigílias diurnas e noturnas, indispensáveis, curti a sua tropa mil misérias. Não fôra possível carregar bastante feijão e tornara-se necessário recorrer ao angú feito, para brancos e pretos, de uma pouca de farinha com algum toucinho derretido ou desfeito em água. Em Camapuan ocorrera a perda de todo o toucinho ao ser a rancharia incendiada pelos cayapós. Durante mais de um mês o único alimento não passara de feijão puro. Só melhorara a situação depois do encontro, no salto do Cajurú no Rio Pardo, da monção do Ouvidor José de Burgos Vilalobos que subia para Cuyabá.

“Esta he a informação que posso dar a V. R. do que me pede, Bem sey que a ha de achar confusa pelo modo que escrevo. Mas tenha a certeza que he verdadeyra”, concluia João Antonio Cabral Camelo prometendo, a 16 de abril de 1734, e de São João d’El-Rey ao Padre Diogo Soares, o eminente geógrafo e astrônomo que quando passasse “por aquele Rio das Mortes o satisfaria a tudo o que julgasse necessario”.

CAPÍTULO VIII

NOVO DEPOIMENTO INÉDITO SOBRE O DESTROÇO DA MONÇÃO DO OUVIDOR LANHAS PEIXOTO O DE DOMINGOS LOURENÇO DE ARAUJO

Segundo depoimento inédito sobre a catástrofe da monção do ouvidor Lanhas Peixoto, veio-nos do precioso códice "Diogo Soares", da Biblioteca de Evora, coleção factícia das **Noticias praticas** do ilustre jesuíta, manancial magnífico de informes sobre os fastos da nossa expansão geográfica.

Intitula-se: **Noticia 3.a, pratica dada pelo Capp.m Domingos Lourenço de Araujo ao R.P. Diogo Soares sobre o infeliz successo que tiverão no Rio Paraguay as Tropas que vinhão para São Paulo no ano de 1730.**

Este segundo depoimento é muito menos extenso do que o de Cabral Camelo, movimentado e interessante. Mas leva sobre o outro uma vantagem. Foi redigido em dias mais próximos dos acontecimentos a que narra.

Data-se do Rio de Janeiro e de três de novembro de 1730, menos de cinco meses após a chacina de 6 de junho, ao passo que o de Cabral Camelo é de 16 de abril de 1734.

Há entre as duas narrativas pequenas divergências mas concordam em essência nas diversas retificações feitas por Cabral Camelo aos relatos dos velhos cronistas que exageraram as perdas de vidas e do ouro dos quintos reais e dos monçoeiros da flotilha do Ouvidor.

Conta Araujo alguns episódios interessantes a que Camelo se não refere dando pormenores igualmente curiosos, estranhos à notícia do outro sertanista.

Parece-nos aliás que Domingos Lourenço não era dos companheiros de Lanhas Peixoto, tendo embarcado na monção que partiu de Cuyabá logo depois da do Ouvidor e também se bateu com os índios a quem derrotou.

A 15 de maio de 1730, como vimos, saiu de Cuyabá a expedição do magistrado que se retirava de vez de sua comarca onde acabava de ter áspera contenda com o Vigário da vila e da Vara, Padre Lourenço de Toledo Taques. Aos atos deste desaprovava “o Ilustrissimo do Rio de Janeiro” como Araujo designou pitorescamente o Bispo Dom Frei Antonio de Guadalupe.

Conta-nos Araujo que a monção capitaneada por Lanhas Peixoto se compunha de 23 ou 24 canoas, (23 afirma Cabral Camelo).

Chegada a navegar no Paraguay, “topara nela o gentio payaguá que a investira de repente com o seu costumado urro de vozes e instrumentos em oitenta ou cem canoas todas armadas”. Reduz Camelo este número a cinquenta.

Registra Araujo o pânico dos remadores negros, temerosos das lanças e bilros inimigos. Se os barcos da monção houvessem abicado à margem do rio, outro teria sido o desfecho da contenda.

Haviam-se os payaguás apossado de 16 ou 17 canoas, nelas trucidando 108 pessoas, das quais eram as mais destacadas o Ouvidor, o Capitão Manuel Gomes do Amaral e Sebastião Pereira Dutra. Das demais nada conta.

Foram então mortos 108, dos quais 28 brancos, paulistas e forasteiros; número quase igual ao de Camelo, (107) que refere terem sido 16 as canoas apresadas.

Relata Araujo, então, curioso caso. Vinha numa das canoas escapas certo médico alemão, Ernesto Lamberto, que clinicava em Cuyabá. Os seus remadores, menos um, ao verem os payaguás aproximarem-se, lançaram-se ao rio.

Quando se deu a abordagem do barco, houve-se o que ficara com tal bravura, que afugentara os assaltantes. “Sucesso não sem mistério atribuído o caso à muita caridade que nas Minas sempre usava com os enfermos este estrangeiro”.

Jamais se nos deparou nas velhas crônicas cuyabanas qualquer notícia a respeito deste bondoso esculápio teuto, cujo nome nos parece o aportuguesamento de Lambrecht.

As embarcações escapas da investida, continua Araujo, encostaram-se ao barranco sem ousar socorrer as que iam sendo abordadas e tomadas. Seus tripulantes e passageiros maravilhados não cessavam “de admirar a dextreza, valor e animo e ainda a desesperação dos inimigos por que sem temerem a morte se metiam nas bocas das nossas armas, desprezando a própria vida, a tempo que viam outros perdê-la”.

Eram disformes de estatura, traziam as caras e corpos todos pintados, ornavam com variedade de penas as cabeças e meneavam com tal dextreza as lanças, e os porretes, que enquanto os nossos davam um tiro faziam dois ou três, eles”.

E realmente vagarosa como era a carga dos bacamartes e mosquetes, a rapidez dos frechaços dos canoeiros lhes era muito superior.

“O que mais admirou continua Araujo, foi o ver o socego e descanso com que no maior calor do combate tomavam o pulso aos negros que rendiam, reservando os mais valentes e tirando a vida aos mais fracos. Se se viam apossados de alguma canoa nossa, lançavam-se à água em que nadam como peixes”.

Depois do primeiro e grande êxito obtido procuraram render as sete ou oito canôas cujo comando tomara Cabral Camelo Encontraram então furiosa resistência.

Uniram-se os monçoeiros e fizeram tão desesperado fogo que os obrigou a retirar-se.

Tal fuga se dera quando exatamente iam faltar aos atacados pólvora e balas.

Entre os escapos estava um Padre João Vellez “que na ocasião fez o papel de confessor e soldado”.

A ele, segundo o consenso geral, se deveu a maior parte desta valorosa resistência. Os que morreram souberam vender as vidas bem caro, principalmente Sebastião Pereira, que a ter quem lhe carregasse as armas bastaria ele só para defender a tropa toda, porque não disparou tiro que o não empregasse bem”.

Entende Domingos Lourenço que o ouro tomado não passou de vinte arrobas (perto de 294 quilos), havendo, porém, quem avaliasse tal preza em menos (dez ou onze arrobas, avaliou-a Camelo).

Contrariando a versão de Cabral Camelo que declarou haver visto o cadáver do Ouvidor semi-desnudo, só trazendo calções e borzeguins, conta Araujo: “ao Dr. Lanhas não despiram estes bárbaros, contentando-se com lhe tirarem o hábito de Christo que o cacique lançou ao pescoço”.

Este tuxaua, paramentado com ricos trajés de sua vítima, poz-se em marcha, formando as suas canôas em duas linhas, tocando os seus instrumentos e desafiando aos nossos para o meio do rio”.

Passou sentado à pôpa de uma canôa e abrigado por um guarda-sol que também recobria “uma desgraçada moça natural

de Lisboa, de dezoito anos de idade. Casara-se havia pouco em Cuyabá com Manuel Lopes Braga, que acabava de ser trucidado.

Como veremos oportunamente chamava-se esta desventurada moça Domingas Roiz. Era seu marido o bracarense Manuel Lopes de Carvalho, e não Braga.

Conta Araujo que além do ouro carregaram os payaguás “boas roupas e melhores trapos”.

As canoas a eles escapas haviam retrocedido e subido o Porrudos até o rio Cuyabá em cuja Ilha Comprida haviam deixado o Padre Vellez e o médico alemão. Tinha este preferido ali permanecer, à espera de alguma monção cuyabana, a arrostar as canseiras e perigos da marcha pelo caminho terrestre a Camapuan, que iam percorrer os companheiros.

Não se fez demais esperar o desejado socorro, pois a 3 de julho partiu de Cuyabá grande monção de oitenta e quatro canoas “com gente luzida e pratica do Sertão e não menos experiencia do gentio pela maior parte dela ser paulista”.

Dispunha a expedição de mais de trezentas armas de fogo, fora copiosa quantidade de frechas de que se achavam munidos os índios já domesticados.

Comandava a esta grande tropa João de Araujo Cabral, “um dos melhores e mais experimentados sertanistas” que então viviam nas minas do Cuyabá.

Era este homem ituano (Silva Leme 2, 498, 551) filho do prestigioso sertanista Jeronimo Ferraz de Araujo e sobrinho neto de Fernão Dias Paes.

Sua monção conduzia os quintos reais e ia em sua companhia como lugar tenente outro valoroso bandeirante, Felipe de Campos Bicudo.

Ao chegarem à Ilha Comprida ouviram do Padre Vellez e de Ernesto Lamberto “a deploravel desgraça de sua tropa”.

Não desanimaram, “fiados na boa gente e armas que traziam; fizeram alto, consultando o que se havia de fazer.

Prudentemente esperaram a resposta do que haviam perguntado à regência das minas, pedindo-lhe reforço ou o acautelamento do ouro de Sua Magestade, a ser recambiado a Cuyabá.

Mandaram dali dizer-lhes que esperassem socorro que este lhes chegaria vultoso. Vinte e seis permaneceram na Ilha Comprida sem que tal auxílio surgisse.

Assim, “vendo quanto são prejudiciais as mais minimas demoras no sertão, seguiram viagem, expostos a todo o risco, pon-

do à vanguarda e a retaguarda seis canôas bem armadas, cobrindo o centro ocupado pelos barcos cargueiros.

Vagarosamente navegaram à espera da junção do anunciado reforço e nas águas do Paraguay a 31 de julho uma das canoas vanguardieras descobriu a esquadra do gentio escondida em grande lagoa junto ao Xanés.

Dado o alarma, toda a monção tratou de se encostar à terra, onde melhor se defenderia. Apenas duas canôas não conseguiram fazê-lo, “vendo-se cobertas de lanças e frechas do inimigo que, dando um grande urro as acometeu de improviso”.

A uma destas tripulavam “índios domesticos, governados e administrados pelo R. P. Manuel de Campos. Vendo-se acometidos, investiram com valor, senão temeridade, as canôas inimigas, empregando nelas os tiros com tal fortuna que as encheram de mortos.

A estes índios ajudava um branco que navegava em sua companhia. Vendo acabada a pólvora, lançaram mão dos arcos com que não fizeram menos estrago”.

Entre eles havia um Guayló de nação, tão dextro que, desviando-se das setas que o visavam, apanhava-as no ar, metia-as no seu arco e as recambiava aos adversarios”.

Enfurecidos com a bravura do guayló (guató?) procuraram abatê-lo, “carregaram com as lanças sobre ele mas ao tempo que lhas apontavam ao peito com um salto se suspendeu no ar e se livrou, caindo na água. De outro salto tornou a recuperar a canôa, e fazendo da pôpa proa, cuidou em se salvar debaixo das nossas armas, que já da terra o cobriam”.

Os monçoeiros desembarcados defenderam-se valorosamente “ainda que confusos e mal unidos por querer cada um defender o seu, e a seu modo, isentando-se da obediência do cabo”. Declara Domingos Lourenço de Araújo que em tal emergência portou-se Araujo Cabral “com menos resolução que valor”, mais como soldado do que como chefe.

Foi muito notado o feito de um paulista por nome Alexandre Corrêa que “nesta ocasião varreu toda uma canoa e a fez rodar ocupada de corpos mortos, a tiros de bacamarte”.

“Outros muitos se assinalaram tambem nesta ação, que me parece escusado enumerá-los”.

O Padre Campos, a que se refere, deve ter sido o ituano Manuel de Campos, filho de Manuel de Campos Bicudo, o grande bandeirante seiscentista, e irmão do Pay Pirá. Fôra nomeado vigário da Vara do Cuyabá e era amigo dos tão famosos ir-

mãos Leme que à força, o haviam empossado de sua vigararia. (Nob. Paul., ed. nos., 2, 306).

Retiraram-se os payaguás com as canôas cheias de mortos e feridos, mas assim mesmo desafiando aos brancos, como costumavam fazê-lo, para o meio do rio. “Onde um deles só basta para muitos dos nossos”, escreve o informante em depoimento da mais completa sinceridade, ao que se vê.

E realmente prodigiosos nadadores, mostravam-se exímios na manobra de fazer emborcar os barcos adversários.

Pensaram os chefes vencedores em perseguí-los ao alojamento, onde costumavam “deixar as bagagens e as mulheres como gente inútil para a guerra”.

Mas desistiram do intento à vista da má disposição do ânimo dos comandados e “o muito poder com que ainda se achava o Payaguá”.

Assim, desceram os índios á sua base, embarcaram bagagens e mulheres e foram-se “ao som de seus continuados instrumentos esperar-nos abaixo”.

Não relata Domingos Lourenço o que contam os cronistas cuyabanos, Joseph Barbosa de Sá e Joaquim da Costa Siqueira sobre o encontro pelos monçoeiros de Cabral dos horríveis vestígios da carnificina de 6 de junho.

Aliás, a tal propósito os contradita Diogo de Toledo Lara e Ordonhes (Rev. Inst. Hist. de S. Paulo, 4, 68, Historia Geral das Bandeiras Paulistas 10, 256).

Declara Araujo que a monção de Cabral não ousou continuar Paraguay abaixo, “podendo nela mais o medo que o valor com que acabava de vencer”.

Voltou parte a Cuyabá, e parte seguiu por terra a Camapuan, onde encontrou queimadas pelos gualayos as grandes roças de Domingos Roiz e Miguel Pereira. No mesmo tempo haviam os guaycurús e os gualayos praticado igual devastação nas roças de Cajurú, no Rio Pardo.

Terminando, advertia Domingos Lourenço de Araujo ao Padre Diogo Soares: “Não só estes dous lotes mas outras muitas nações, que habitam este caminho, nos fazem continuamente muitas hostilidades”.

CAPÍTULO IX

DESTINO DOS PRISIONEIRO DOS PAYAGUÁS CAPTURADOS DA MONÇÃO DE LANHAS PEIXOTO. O DEPOIMENTO DE DOM CARLOS DE LOS REYES BALMACEDA SOBRE A SORTE DOS CATIVOS PORTUGUESES E DO OURO TOMADO AOS MONÇOEIROS

Anexou o Padre Diogo Soares à sua coletânea de "Noticias Praticas das Minas do Cuyabá e Goyazes na Capitania de São Paulo", (Biblioteca de Evora, Cod. CXVI-2-15, 1 vol., 4.º) certa e sobremodo interessante carta "vinda da cidade de Paraguay à nova Colônia do Sacramento, com aviso da venda que fizeram os Payaguás dos Captivos Portuguezes naquela mesma Cidade, escripta por D. Carlos de los Reyes Balmaceda. Paraguay, 4 de novembro de 1730", f. 10-v.)."

Esta carta traz-nos noticias da sorte dos desventurados prisioneiros dos Payaguás em consequência da sua grande vitória a 6 de junho de 1780.

O signatário desta missiva assinou-se Dom Carlos de los Reyes Valmaseda e no cabeçalho da carta aparece Rios em lugar de Reyes, nome aliás, vertido para a forma portuguesa Reis, na notícia bibliográfica de Serafim Leite.

Conta este Dom Carlos, filho do ex-governador do Paraguay Dom Diego de los Reyes y Valmaceda (que provavelmente seria de seu nome exato Balmaceda), a chegada, a 15 de setembro de 1730, ao porto de Asuncion, de uma flotilha de sessenta canôas de Payaguás.

Destacou-se uma delas de onde baixaram à cidade quatro índios "muy emplumados y armados con flechas y lanças y almagrados los rostros, vestidos con unos cassacones de cuero de tigres".

Vinham participar ao governador paraguaio que traziam prisioneiros portuguezes, para os oferecer à venda aos espanhóis.

Do modo mais generoso afirmou o delegado régio que a todos resgataria.

Declararam os canoieiros que não desembarcariam os cativos sem saber quanto receberiam pela sua liberdade. E pediram excessivo preço pela de uma senhora portuguesa e dois mancebos brancos, além de outros entre os quais alguns mestiços.

Célere correu a notícia deste acontecimento pela Asuncion. E o Padre Comendador da Ordem dos Mercedários, religiosos que muito especialmente cuidavam do resgate de cativos pôs-se a campo acompanhado do Alcaide da cidade a esmolar em prol dos desventurados monçoeiros.

Partiu depois com toda a sua Comunidade à casa do governador a acertarem com os índios quanto receberiam pela libertação dos prisioneiros.

Com a mais católica caridade ofereceu o superior “mucha plata labrada de la del ornamento de su yglesia”. Largo foi também o oferecimento do governador destacando-se ao mesmo tempo a filantropia de um dos homens bons da capital paraguaia, Don Santiago Gallo que completou a importância do resgate em dinheiro “y otras cosas de la competencia de los indios”.

Partiram os emissários dos payaguás voltando pouco depois a declarar que o seu cacique estava descontente.

Queria maior quantia.

Tanto o Padre Comendador como Don Santiago reforçaram a oferta obtendo ao mesmo tempo que todos os habitantes da cidade concorressem com espórtulas para tal fim.

Aí resolveram os apresadores consentir no desembarque dos cativos: uma senhora e dois mancebos brancos e doze pretos e mulatos “recebidos con general compasion de todo el pueblo de verlos en el miserable estado en que los traian”. Causou horror a aparição da pobre Domingas Ruiz, lisboeta, casada, havia apenas onze meses, viúva, aos dezoito anos, pois os canoieiros lhe haviam morto o marido, o bracarense Manuel Lopes de Carvalho.

Fôra, havia três meses e pouco, sido à sua vista, trucidado, na refrega de 6 de junho.

A' pobre moça haviam os payaguás raspado as sobrancelhas, pestanas e o crâneo. Seu vestuário consistia apenas em velha anágua, toda rasgada “con que cobria sus verguenças”.

Os demais prisioneiros vinham completamente nus e da mesma forma rapados.

“Dicha señora, continua o missivista, no sabia ni podia articular mas razon que remitirlo todo a las lagrimas causando su vista un general llanto a todos”.

Não havia quem se não condoesse do que sofrera. Nascida e criada no fausto, como pessoa de gerarquia, via-se naquele miseravel estado quando não havia onze meses que desposara “un cavallero de todas prendas y muchas conveniencias”.

Preñada, fuera providencia de Dios, no parir entre los indios, onde dise estuvo tres meses pasando muchos martirios, desnudeses, hambres y burlas y sin poder valer-se de sus criadas traendolas a la vista, padeciendo lo mismo que ella”.

Para hospedar a pobre mocinha ofereceu-se a digna matrona paraguaia D. Francisca Benitez, mãe do missivista.

Partiu a ex-prisioneira em cadeirinha “con general aplauso y acompañamiento de todo el pueblo”.

Mostrou-se D. Francisca incansavel em consolar a viuvinha portuguesa “mirandola como propria hija, vestiendola con sus propios vestidos, trayendola consigo con todo respeto”.

Tambem a moça angariara logo grande e geral estima por “su buen parecer, muy discreta, honesta, y todas las mas prendas, que queda tener una señora de obligaciones”.

Todos os seus patrícios companheiros de desventura contavam que era pessoa de alta situação social, embora a do marido ainda mais elevada fosse, pois vinha a ser o delegado a quem se confiara a guarda do ouro de Sua Magestade o Sr. Dom João V.

Como a D. Domingas perguntassem pormenores sobre o passado respondia, com a maior discreção, que não passava de pobre coitada. Mas os seus modos e palavras davam claramente a perceber-lhe a qualidade de pessoa “de buenas obligaciones”, confirmando o que declaravam os seus compatriotas.

A sua attitude atual provinha da terrivel desdita sobre ela abatida.

Pelo que ouvira dos prisioneiros libertos podia Don Carlos Balmaceda informar ao seu correspondente que a monção do Ouvidor fôra apanhada desprevenida de vigilância. Dezesseis canoas tinham sido apresadas e sete conseguido escapar o que confere com os informes de Cabral Camelo e Domingos Lourenço de Araujo.

Mortos foram o Ouvidor, o Capelão da monção e o comandante desta e todos os prisioneiros com exceção da senhora, dois rapazinhos, duas meninas, três escravos e quatro escravas de D. Domingas.

Tambem tinham sido poupados trinta pretos e mestiços que os vencedores pretendiam vender no Paraguay.

Ricos trajes e alfaias de ouro, de alto preço figuravam abundantes na presa dos índios.

Julgava Balmaceda que só de ouro em pó haviam tomado mais de cem arrobas (cerca de 1.500 quilos), cômputo exageradíssimo aliás, muito acima das sessenta da avaliação dos nossos cronistas. Aliás também sobrepuja de muito o cômputo de Cabral Camelo (10 a 11 arrobas) e de Domingos de Araujo (menos de 20).

Ao ouro tomado estavam os payaguás dissipando da maneira a mais absurda pagando preços incríveis aos traficantes exploradores de sua ignorância.

Por um pratinho davam oito onças (230 gramas!), por uma colher três a quatro, por um pedaço de baeta e “sempiterna” de cores vistosas seis e oito.

Pagavam preços enormes por falsas missangas, mel, facões, milho etc. Sabia-se de sujeitos que trocaram artigos no valor de cinquenta pesos por vinte libras de ouro (mais de nove quilos).

Este dilúvio de metal cuyabano, na Capital paraguaia causara enorme alvoroço e perturbação economica.

Asseguro a V. Mercê dizia D. Carlos Balmaceda que por cá estamos ricos de ouro, já que não temos moeda.

Existiam indivíduos que se despojaram de todas as suas alfaias trocando-as pelo ouro dos payaguás, “ya que Dios les vino a ver, como a los demas” comenta o missivista”, irreverente.

Deste afluxo de metal nobre na praça paraguaia proviera notavel inovação econômica. Criara-se um meio circulante “oy se compran yá los generos de Castilla por oro y no por yerva, ni tabaco”.

Passara-se do escambo à mercância. Também ocorrera enorme alta. Vendiam-se as mercadorias de além mar com uma majoração de cento-e cinquenta por cento sobre os preços de Buenos Aires!

Consideravel alvoroço causara nos meios de Asuncion a noticia assoalhada por um dos prisioneiros portugueses de que no próprio território do Paraguay conhecia jazigos auríferos.

Prontificava-se a manifestá-los e conseguira que um D. Juan de Barcia com ele seguisse levando grande comitiva de trabalhadores. Contava que tais minas estavam a quarenta léguas da capital paraguaia em terra firme e desimpedida de agressões indiáticas.

Muita alegria causara a chegada de uma senhorinha paraguaia, uma mulata escrava de D. Juan José Davila e mais dois escravos que por milagre de Maria Santissima haviam conseguido escapar de uma rancharia de payguás, após longo cativeiro. Tinham aproveitado a ocasião em que os seus cativadores haviam levado a Asuncion os prisioneiros e o ouro da monção do Ouvidor Lanhas.

A estes últimos tópicos de Don Carlos de los Reyes Balmeda confirma o que ao Marquês de Valdelirios em 1756 escreveu Don Manuel de Flores, mais tarde Vice-rei da Nova Granada, ao lhe dar informações sobre Mato Grosso e as monções.

Referindo-se ao desbarato da de Lanhas Peixoto narrou-lhe “una gran porcion de oro llevaran á la Asuncion y vendieran por la quinta parte ó menos de su valor y hoy se vê en aquella ciudad, entre otros, un conocido caudal que la compra ó permutacion de este oro formó a sua dueño, á quien acudieron primero los indios ignorantes de lo que traían, y hubo facilidad de haver-se de grande porcion”.

Anotando a Flores especifica D. Juan de Aguirre, transcritos das suas palavras que em Assunção tivera o ensejo de encontrar o cacique Payaguá chacinador dos monçoeiros de 1730 e raptor da pobre Domingas Roiz. Chamava-se Cuatiguassú e morreu em 1785 na capital paraguaia, sobremodo idoso.

Declarou ainda saber que o cidadão a cujos cabedais aumentara imenso a compra do ouro cuyabano, fora certo Don Luiz de Torquemada. Conseguira ficar com uma arroba ou seis mil pesos fortes.

Ora, seis mil pesos correspondiam então a doze mil cruzados ou 4:800\$000, valendo a oitava de ouro em pó 1.170 réis.

Assim, o espertalhão, homônimo do famoso inquisidor, “adquirira” dos payaguás a 243 rs a oitava com a mais bela margem de lucros.

Não há muitos anos houve quem se lembrasse de fundar uma empresa destinada a dragar o fundo do Paraguay no local onde consta haver se passado o tremendo morticínio de 6 de junho de 1730.

Ignorava certamente o aurisedente manager de tal empresa o que Don Manuel de Flores deixou relatado.

Nem tão broncos eram os payaguás como suporia este imaginoso empresário, que não soubessem o valor do metal tão ardentemente cubiçado pelos invasores de seu território o itajubá desvairador dos brancos, na fala das nações de língua geral.

Assim se desvanecem, pelo menos em parte, as possibilidades da remuneração da dragagem levada a cabo por algum outro auromaniaco.

Dragagem imaginosa como a que tantas vezes se tem pensado realizar (esta muito mais positiva em seus fundamentos) do fundo da baía de Vigo.

Alí, como geralmente se sabe, sossobraram, em 1707, os galeões da frota espanhola da prata vinda do México, graças ao incêndio neles mandado ateiar por ordem do almirante, Marquês de Chateau Renault.

Sabia o ilustre marítimo francês que seria impossível subtrair o comboio ao assalto da frota anglo-holandesa e assim ordenara-lhe a destruição.

Desta decorreria a ruína de uma empresa dragadora ou escafandrista do século XIX e o aproveitamento literário do trágico incidente náutico por Julio Verne. Imaginou este prodigioso romancista fazer da carga dos galeões postos a pique a jazida onde o seu famoso Capitão Nemo, do não menos famoso submarino Nautilus ia buscar inextinguíveis recursos para a sua política anti-britânica.

Do mesmo caso se valeria outro romancista de fins do século XIX, André Theuriet em sua tão interessante novela **O Tio Scipião**, excelente estudo de psicologia de uma família burguesa francesa, pacata, prudente e rica, desde várias gerações, e vítima de um dos seus membros autor de tão magníficos quanto absurdos projetos. Graças a ele fundiu-se o vultoso capital dos crédulos e apoucados parentes, mercê da admiração que lhes infundia o genial sujeito e da cegueira proveniente do mais deplorável dos arrastamentos coletivos.

CAPÍTULO X

MAIS UM DOCUMENTO INÉDITO E VALIOSO. O RELATÓRIO DE MANUEL DE BARROS SOBRE O PERCURSO MONÇOIEIRO. ABUNDANCIA DE INFORMAÇÕES E PORMENORES

Publicando, em 1947, biografia embora sucinta de um dos seus mais eminentes antecessores na Companhia de Jesus (**Diogo Soares, S. J.** matemático, astrônomo e geógrafo de Sua Magestade no Estado do Brasil (1684-1748) teve o nosso ilustre colega, Pe. Serafim Leite, a excelente idéia de anexar-lhe a bibliografia desse notavel jesuita que tantos serviços relevantes prestou à geografia de nossa terra.

E' geralmente sabido que Diogo Soares veio, em 1729, para o Brasil, em companhia de outro jesuita da mais justa reputação científica, o italiano Padre Domingos Capassi.

Incumbira-os D. João V, pelo alvará de 19 de novembro de 1729, de "fazerem mappas das terras do dito Estado, não só pela marinha, mas pelos sertões". Longamente trabalharam os dois eminentes confrades percorrendo enormes tratos de nosso litoral e nosso hinterland a determinar as coordenadas geográficas de muito numerosos pontos de nossa costa sul, e do interior de S. Paulo e Minas Gerais. Ao falecer em 1748 achava-se Diogo Soares em Goyaz, prosseguindo na indefessa faina.

"A obra cartográfica de Diogo Soares é vasta e autorizada, missão científica a que sabia unir a religiosa, nos lugares em que era obrigado a percorrer desde o Rio de Janeiro ao Rio da Prata, e desde S. Paulo aos sertões das Minas", escreve Serafim Leite. "O ordenado régio empregava-o em obras de beneficência, a pobres públicos ou envergonhados, e em casar moças pobres, e foi bemfeitor insigne do Colégio de Santos, o mais necessitado de toda a Província do Brasil".

Agindo com o mais notavel discernimento instante recorreu Diogo Soares a quantos sertanistas conseguiu conhecer, pedindo-lhes informações sobre as suas jornadas. Coletando estes depoimentos organizou a magnífica série das **Notícias Práticas**, es-

plêndido acêrvo de informes por vezes insubstituíveis sobre os primeiros fatos do desbravamento de enormes regiões brasileiras.

Vamos agora apresentar o que há de mais importante e interessante na “Noticia 7.^a Pratica e Roteiro verdadeiro das Minas do Cuyabá e de todas as suas marchas, Cachoeiras, itaipavas, varadouros e descarregadouros de canôas, que navegam para as ditas Minas, com os dias de navegação e travessia que costumam fazer por mar e terra”.

Assina-o um Manuel de Barros, personagem de quem muito pouco podemos esclarecer as passadas.

Quer nos parecer que deve ser o mesmo “sargento mór engenheiro” que passava por pessoa muito entendida, como mineralogista e prospector de minas e a quem o Anhanguera levou em sua companhia ao voltar de S. Paulo a Goyaz depois de anunciar ao Capitão General Rodrigo Cesar de Menezes a descoberta do jazigo aurífero goiano, em 1726.

Na correspondência de Luiz Vahia Monteiro, governador fluminense, (o famoso Onça), com a Côrte, há alusões a um Manuel de Barros que viera ao Rio de Janeiro fazer analisar amostras auríferas por ele encontradas nas vizinhanças do Rio Grande, no atual Triângulo Mineiro, num jazigo que afirmava ser riquíssimo.

Noticiando tal fato dizia o Onça aliás muito cetico acerca do valor do tal jazigo, a Diogo de Mendonça Côrte Real que a reputação de Manuel de Barros não era das mais límpidas. Tinham-n’o abalizados sertanistas como grande patarata. Seria português? paulista? é cousa que não podemos esclarecer. A leitura de sua Noticia Pratica não nos causa a impressão de que fosse algum charlatão tentando impingir cousas que ignorava, ao Padre Diogo Soares.

Ao encerrar o assaz longo depoimento, infelizmente não datado, declara que pôde redigí-lo, tão minudente, porque convivera “durante quatro meses com um grande sertanista de muitas viagens” em todo o sertão percorrido pelas monções.

Verdade é que não declara quem fora tal bandeirante. Talvez o primeiro Antonio Pires de Campos, o Pay Pirá, que tanto jorneadou nas terras de Mato Grosso, e de Goyaz, aliás autor da quinta Noticia Prática da coleção Diogo Soares, o muito conhecido, citado e notavel relatório “sobre os Reinos e Nações de Bárbaros que há na derrota e viagem do Cuyabá, e seu recôncavo”.

O relato de Barros é como dissemos muito monotono. Limita-se a descrever, com minudência, os estorvos opostos pelos obstáculos fluviais ao trânsito das monções.

Pouco numerosos pormenores nos dá relativos a qualquer incidente de navegação ou a fatos de relevo extranho ao seu assunto principal. Redigiu como que uma memória, pura e simples, de hidrografia fluvial ad usum dos pilotos monçoeiros.

Exceções surgem, mas poucas, como a que se refere ao significado português de alguns topônimos impostos às cachoeiras e corredeiras, sobretudo do Tietê.

Uma vez ou outra conta-nos, a propósito de certos pontos, que neles costumavam os sertanistas fazer roças ou então faz alusões à presença de índios aqui e acolá.

Não são abundantes as referências nosológicas e as recomendações aos navegantes no intuito de defenderem a saúde contra as enfermidades do Sertão.

Como época mais conveniente para a largada das monções, no porto de Araraitaguaba, o futuro Porto Feliz, fixa os dias entre 20 de maio e 13 de junho. Daí em diante até meados de julho só partiam "alguns sertanistas práticos no mesmo sertão e que se valiam de muitos gentios mansos e domésticos para a navegação". O melhor era achar-se a monção em águas do Rio Paraná já no dia de Santo Antonio, a 13 de junho. Assim, não se exporia ao risco de ter contra si as correntes e enchentes dos rios graças às quais já muita gente perecera.

Pormenor curioso é o que nos ministra: o Tietê passado o Salto de Itú era a jusante deste chamado Anhembí "que valia o mesmo que Madre do Rio", significado esquisito que jamais vimos apontado e mais um elemento para azoinar a curiosidade e a perspicácia dos etimologistas de nossa língua geral em que a latitude de interpretações abriga incalculável extensão.

Vejamos, porém, o que vem a ser em geral as indicações deixadas por Manuel de Barros sobre os azares da navegação transcrevendo como exemplo o que ensina dos riscos do vigésimo-sexto dia de singramento das águas do Tietê.

"Parte-se e logo se chegará a uma itaipava que tem uma ilha na cachoeira que deixarão (sic) à mão direita a tomar sempre um tanto ao largo. Depois desta há algumas correntezas até chegar a outra cachoeira chamada as Ondas Grandes. Tem o canal pelo meio do rio acostado à mão direita: logo se avista também outro com uma ilha no meio, mas chegando à cabeceira desta ilha é preciso se tome a direita roçando à beira dela que suposto tem muita pedra, não tem perigo algum por esta parte.

No fim desta cachoeira entrar-se-á por bom rio e quase às horas de pouso chegarão às itaipavas de Guariticá, que quer dizer lugar onde há cachos de frutas. A primeira tem uma ilha grande para a mão direita, e abaixo dela, fora as mais ilhas, que tem também para baixo, se tomará a mão esquerda pela parte do rio, que todas são baixas; passada esta se avista logo outra ilha perto da terra. Deixe a esquerda não retirando muito dela que logo se dá em rio manso”.

Vejam os ainda o que conta Barros de outros trechos de navegação do Tietê, a partir da cachoeira de Cabagipoca.

“Parte-se e vão passando algumas correntezas e se chega, já alto dia, à cachoeira do Tambay, que se toma a remo a mão esquerda, acudindo logo a ponta debaixo da ilha, rossando pela dita ponta e puxando á mão direita, e logo se descobrirá a sahida e a horas já de pouso se chega a outra cachoeira chamada de Tambay-merim, que quer dizer lugar onde há peixinhos mais pequeninos, esta se tomará também á mão esquerda: no fim ha hua ilha, que também se buscará, rossando-se a ponta della e puxando sempre á mão direyta a fogir-lhe huas grandes ondas e abaixo se faz pouso”.

Incomparavelmente mais pormenorizadas do que as indicações de Manuel de Barros são as de um anônimo “autor da Notícia oitava prática exposta na cópia de uma carta escrita de Cuyabá aos novos pretendentes daquelas Minas”, relação que Diogo Soares incorporou à sua coletânea e teremos a ocasião de analisar.

No meio da secura destes pormenores técnicos, por assim dizer, de hidrografia fluvial, surge de vez em quando, algum pormenor interessante sobre as condições da vida das equipagens e caravanas monçoeiras.

Assim por exemplo quanto a cousas de hygiene e profilaxia em relação ás “queixas do Sertão”, como maleitas, malignas, carneiradas e pestes diversas.

Nada informa da vestimenta do Tietê nem dos recursos deste em materia de caça e pesca, a não ser em palavras as mais escassas.

Relata-nos Barros que, ao cabo de dezoito dias, após a largada inicial de Araraitaguaba, chegavam as flotilhas ao “Porto das Congonhas” onde os sertanistas faziam provisão das folhas cuja infusão tão salutar se lhes mostrava.

Pensamos que até alí não chegaria a área da dispersão da *ilex paraguayensis*. O que ocorreria seria não a preciosa ilicínea, abundante além Paranapanema, e sim a frankeniacea luxemburgia

polyandria cujo decoeto dá o mate do campo ou congonha dos mineiros.

“Nesto ponto, conta-nos Barros costumam os sertanistas fazer as suas congonhas, tanto para os brancos como para os índios e negros por lhe ser conveniente, a todos beberem-n’as pela manhã”.

Falando-nos da navegação do Paraná entre a fóz do Tietê e a do Pardo conta-nos o informante de Diogo Soares que naquele trecho eram costumeiras as maleitas e malignas.

Delas poucos escapavam, exceto os negros “que neste particular eram os mais bem livrados”.

Ninguém se arriscasse a beber a água do imenso rio! Só fervida!

“Quanto menos água do Rio Grande tanto mais se livrarão das maleytas que nele são infalíveis. E se for possível leval-a de outro cosida, e ainda crua, ou beberem a do mesmo rio quanto menos tanto melhor: porque além das maleytas evitarão a peste que muitas vezes socede haver também”.

Ao mesmo tempo recomendava o nosso tratadista que o transito pelo formidável caudal fosse o mais apressado possível.

“As falhas sejam as menos”.

Falando da travessia terrestre do sertão entre o Pardo e Cuyabá advertia Barros que tal jornada constituia a mais arriscada aventura porque os recursos venatorios da região se apresentavam muito escassos e ainda era ela muito insalubre. Os primeiros sertanistas penetradores da zona cuyabana costumavam subir o Rio Verde pois andavam “escoteiros”.

Sem mais provimento que o de polvora-chumbo, e de roupa pouco mais traziam”.

Outros remontavam o Pardo até a foz do Nhanduy, o Salto de Cajuçú ou o Capão dos Porcos. Aí deixavam as canoas e embrenhavam-se tentando atingir o Cuyabá por via terrestre exclusiva.

Voltando já com o seu gentio apresado tornavam nas mesmas canoas ao Rio Grande.

Nenhum se animava a subir o Pardo até as cabeceiras deste grande afluente do Paraná na lagoa Sambixuga. Do Capão dos Porcos às margens de tal lago havia 28 ou 29 dias de viagem “por causa dos embaraços” sendo as cachoeiras e varadouros nada menos de vinte e quatro”.

Mas rematada imprudência era a jornada terrestre.

As tropas que em 1722 e partindo do Capão dos Porcos, se haviam arriscado a fazê-la tinham sofrido imenso.

“Tão infelices que sobre lhes faltar o mantimento lhes deu a peste e sendo bem numerosas pouca gente chegou delas ao Cuyabá. O que vendo os novos Mineyros daquelas Minas e considerando a grande dificuldade que havia em passar a elas por terra assim pela distância, como pela falta comum de mantimentos, pois naquele Sertão até certa altura sempre houve pouca caça e hoje nenhuma, começavam a navegar até as cabeceiras do Rio Pardo não obstante os muytos embaraços da navegação.

Época em que esta devia ser evitada vinha a ser a da vassante, de março a maio ou junho, tempo em que os rios voltavam às suas madres. E em tal período eram infalíveis a peste e as malignas em todo aquele sertão.

Os recursos da caça diminuiam a vista d’olhos. Já no Rio Pardo o caçador que à noite pudesse trazer ao amo o que ceiar precisaria ser diligente e perito.

Tratando de pesca pouco nos inculca o sargento-mór. Apenas conta que no Taquary havia “muito peixe e gordo e com diverso gosto mas bravio todo”.

No pouso de Taruman, à margem do Cuyabá, existia fartura de pescado e na mata vizinha abundância de caça.

Da possível agressão dos índios fala-nos Barros com mais abundância.

Assim conta que a navegação do Rio Verde fora abandonada pelos monçoeiros por medo dos cayapós ribeirinhos.

“Nação jamais conquistada pelos sertanistas guerreava com traição, não tinha domicilio certo nem lavouras”.

Tais índios eram “volantes de corso”, sustentando-se da “imundicie do mato”. Quando chegavam a plantar traziam consigo o mantimento, conduzindo-o de uma parte para outra”.

Em suas correrias atingiam o Pardo. Pouco numerosos apesar disto as suas mangas haviam causado o abandono das roças ribeirinhas do Pardo que tão grandes serviços prestavam aos monçoeiros. Ali haviam morto muitos civilizados incendiando-lhes as casas ao mesmo tempo.

Eram-lhe noturnas as algaras e tão impressionantes que ninguém se atrevia a morar naqueles páramos “salvo se fosse algum homem de poder que vivesse muito bem entrincheirado e com bastante armas”.

Os maiores riscos de assalto às monções ocorriam no Taquary e Paraguay, na zona dos cavaleiros e canoeiros (guaycurús e payaguás).

No Porrudos já o perigo se mostrava menor e no Cuyabá muito menor.

No primeiro existira muita gente. Ainda havia algum. Convinha pois ter cautela em singrá-lo.

Tratando de organização das expedições ao Cuyabá defendia Barros a conveniência da reunião do maior número de causas. Fossem carregadas, quanto possível, até quanto o permitissem os recursos de seus donos.

Uma de tais barcas levava comumente cinquenta cargas tripulando-a cinco homens, um piloto e remadores. Todo o interesse havia em encontrar bom piloto, conhecedor das dificuldades de tão áspera navegação.

Sua presença dispensava a dos escravos em numerosos casos de carga e descarga das embarcações nas passagens difíceis, evitando-se tais operações graças à sua perícia, em fazer os barcos vencer arriscados passos.

Para estes trechos convinha dispor o dono do canoão de “negros bons e não de negros novos”.

No varadouro de Camapuan o tempo da varação dependia naturalmente do vulto da monção. As pequenas expedições ali se detinham de dez a dez dias, em média.

Apesar da tão conhecida insalubridade local havia animosos que se estabeleciam à margem do Paraná plantando milharais em frente a um arquipélago próximo da corredeira Itapeva.

“Estas são as capoeiras e paragens onde os certanistas costumam lançar suas rossas para que na volta do Certão tenham mantimentos nelas para se refazerem a si e ao gentio que comsigo trazem”.

Em matéria de folklóre monçoeiro limita-se Barros a contar o conhecido caso do naufrágio do Veneravel Joseph de Anchieta em Avarémanduaba topônimo que no seu entender significa “lugar onde o Padre mergulhou”.

Jata-se o nosso autor de haver descoberto roteiro novo entre a ribanceira do Pardo, do Cajurú ou do Capão dos Porcos às margens do Cuyabá, no Carandasinho, em travessia que durava seus quarenta dias.

Tal roteiro é tudo quanto há de mais desinteressante para o leitor, aliás já acostumado à secura do autor, homem que parece ter sido muito pouco sensível aos espetáculos da Natureza.

Causa-nos surpresa vermos subitamente alguma referência como a que se reporta ao grande buritisa! existente à barra do Taquary, palmar magnífico, que parecia “hu formoso bananal e não palmeyras de charcos” (sic!)

Um tópico da “Noticia” parece indicar que seria português, quando a falar de taquaras conta que se assemelham aos “nossos caniços” embora com muito maiores gomos.

Quando terá redigido o seu depoimento é o que também ignoramos, pois se o assinou (contando que ele fizera um borrão “com o mais vistoso de toda a campanha do R. P. Jeronimo Barbosa, seu cunhado”) não o datou.

Como elementos cronológicos que datem o documento temos referências de pequena precisão. Deve ter sido escrito antes de 1740 pois afirma que os cayapós jamais haviam sofrido repressão séria. E é posterior a 1727 como indicam as notícias dadas de ataques dos payaguás.

O único dado histórico que Barros consigna refere-se ao muito conhecido Arraial Velho, ribeirinho do Cuyabá. Contamos que se situava no local onde, em 1720, haviam arranchado os dois famosos irmãos lituanos João e Lourenço Leme da Silva, recém chegados à região cuyabana logo após o descobrimento dos primeiros jazigos auríferos.

Mais tarde o primeiro daqueles régulos se estabelecera na confluência do Gurahy e do Cuyabá, paragem de águas sobremodo piscosas.

E como ocorre uma referência ao Padre André dos Santos Queiroz, famoso sertanista dos primeiros anos da conquista de Cuyabá, vivo na ocasião em que ele Barros escrevia, temos base para afirmar que o documento é anterior a 1741.

A 10 de julho de 1741, no arraial da Chapada de São Francisco Xavier, minas de Mato Grosso, encetou-se uma justificação judiciária relativa ao cumprimento de disposições testamentárias do Padre Queiroz, recentemente falecido na região guaporeana.

Seja-nos, porém, a tal propósito permitida uma digressão.

Em nosso tomo décimo desta História Geral das Bandeiras Paulistas falamos assás abundantemente dos feitos deste padre bandeirante que com grande destaque figura no rol dos clérigos sertanistas com João Alvares, Antonio Raposo, Mateus de Siqueira, João de Faria Fialho, no século XVII, os capelães do Anhanguera, José Manuel Leite Penteado na centúria seguinte.

Homem de extraordinária robustez, destacava-se sobretudo pela voz tronitroante, de portentoso estentorismo e o entusiasmo apregoador das “grandezas de Cuyabá e de Mato Grosso”.

Comandou monções e diversas vezes realizou a terrível travessia de Araraitaguaba a Cuyabá.

Para despistar os índios, sobretudo os payaguás que do Taquary em diante e sobretudo no Paraguay se punham emboscados à espreita das flotilhas monçoeriras a que tão terrível dano causavam; inventara o Padre Queiroz estratagemas que se tornou famoso como nos conta Manuel de Barros.

Ao crepúsculo abicava as canoas à barranca dos rios e mandava armar grandes fogueiras a que incendiava partindo logo de tal ponto, a toda a força de remos para o mais afastado local que lhe era possível atingir. Aí arranchava e pousava.

Numerosas vezes surtiu tal farça o melhor efeito. Atraídos pelas labaredas vinham os payaguás cautelosamente delas se abeirar, para depois de largo lapso desta precavida aproximação se retirarem desapontados e convictos de que os brancos haviam fugido por presentirem a sua presença.

Foi o Padre Queiroz dos primeiros a se transferir às minas do Guaporé, descobertas pelos irmãos Fernando e Artur Paes de Barros. E daí lhe provieram pingues benefícios. Às mancheias recolheu o metal que estava à flor da terra naquele pequeno mas rico nateiro das Minas de Mato Grosso.

E' o que nos revela um documento do arquivo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, cujo conhecimento ficamos a dever ao serviçalismo do prezado amigo sr. João B. de Campos Aguirre, grande sabedor dos recursos cartorários paulistanos.

Ao tabelião da Chapada declarou Angelo da Fonseca Leitão, testamenteiro e inventariante do padre sertanista que seu espólio fôra avaliado em 21.797 e um quarto oitavas de ouro, ou fossem 32:695\$500 rs., cabedal que equivaleria hoje, seguramente, a mais de uma dezena de milhões de cruzeiros.

No rol dos arrematantes dos bens do clérigo, nos dos seus devedores e dos que com ele mantinham transações, surge considerável número dos mais destacados nomes nos anais cuyabanos e matogrossenses como sejam os de Antonio de Almeida Falcão, Gabriel Antunes Maciel, Fernando Paes de Barros, Jacinto Barbosa Lopes, Manoel Felix de Lima, João Bicudo de Brito, etc.

Determinara o Padre André dos Santos que os remanescentes de seu espólio tocassem à Santa Casa da Misericórdia de S. Paulo “por ser ela muito pobre”.

Isto sob a condição da Irmandade lhe mandar fazer exéquias num ofício de nove lições da instituir uma missa semanal perpétua em intenção de sua alma.

De tão consideravel espólio foram os remanescentes reduzidos a cerca de dois contos de réis que a Irmandade empregou no pagamento de uns prédios que adquirira.

Mais de quatro mil quilômetros de sertão a separavam das minas do Guaporé. Não há, pois, de que se espantar, da redução sofrida pelo legado do Padre Queiroz, através da peregrinação pelos foros e cartórios.

Ao pagamento do legado impugnou certo personagem de fama nada límpida nos velhos fastos paulistas.

Era ele o português Manuel Antunes Belém de Andrade, professor da Ordem de Christo, muito bem aparentado no Reino, sobrinho "segundo" do Cardeal Mota e despachado a São Paulo com mil recomendações. Ali se casara com uma filha do opulento Capitão-mór José de Góes e Moraes e ocupara os cargos da república como juiz ordinário e juiz de orfãos trienal.

Na gestão dos fundos do tal juizado vira-se chamado a contas strictas pelo severo Ouvidor Geral Dr. Domingos Luiz da Rocha e tão atrapalhado ficara que entendera do melhor alvitre passar às mais que longínquas minas de Cuyabá, onde viria a falecer, depois de ter os bens sequestrados em S. Paulo e no Reino.

Assim o relato de Manuel de Barros é anterior a 1741 e posterior a 1728.

CAPÍTULO XI

ROTEIRO ANÔNIMO DE UM INFORMADOR DOS RISCOS DA NAVEGAÇÃO MONÇOEIRA

A *Noticia oitava pratica* da coleção de Diogo Soares constitue a "copia de uma carta escrita de Cuyabá aos novos pretendentes daquelas Minas".

E' extensa e consta sobretudo de um roteiro da navegação fluvial do Araraitaguaba, ainda não Porto Feliz, ao porto da vila do Senhor Bom Jesus do Cuyabá.

Este roteiro no que se refere ao Tietê é extraordinariamente minucioso. Deve ter sido redigido por alguém que numerosas vezes percorreu o rio das entradas e não podia deixar de ser muito arguto observador. Além de anotador pertinaz de quanto lhe convinha averbar para o enriquecimento do assunto que lhe interessava explanar.

Dos oitenta pequenos capítulos que compõe a *Noticia* quarenta e dois se consagram ao Tietê; cinco ao Paraná; três apenas ao Pardo, no entanto de tão difícil vencimento, obstruído por obstáculos a cada passo quatro ao varadouro de Camapuan e ao rio do mesmo nome; nove ao Coxim de "fúnebre e horrorosa viagem"; cinco ao Taquary e outros tantos ao Paraguay; um ao Porrudos e seis ao Cuyabá.

O missivista da *Noticia* não era certamente dos que inculcavam o otimismo aos seus destinatários. Pelo contrário! com toda a crueza e lealdade advertia-os de que a travessia a que pretendiam abalançar-se vinha a ser inçada dos maiores perigos e causadora de extraordinários riscos em que se exporiam, a cada momento, a perder a vida. Quer nas águas encachoeiradas do Tietê, do Pardo e do Coxim, quer no sorvedouro do Jupιά, no Paraná, quer de maleitas e peste, quer ainda às mãos dos Cayapós e Payaguás.

Isto sem falar ainda no que representava de padecimentos o contínuo e terrível assalto dos mosquitos.

Nada menos animador do que o intróito da longa carta: “A quem senão a vós, amigos meus, perseguidos da fortuna e da desgraça, a quem se não a vós farei agora este aviso ou darei a triste soma dos inumeraveis perigos desta viagem discorrendo convosco a que porto ireis ganhar a vida ou adquirir riquezas, chega a tal exigência a vossa infelicidade que passeis ao excesso de emprender esta jornada! Ah infelizes!

Parece-vos que a fareis com descanso e que em breve tempo não haveis que invejar a Midas o seu ouro.

Ora, ouvi, para vosso desengano só uns longes, já que o explicá-lo é impossível, de tão infernal derrota que não são menos horríveis que os do Inferno os muitos e grandes rios que haveis de navegar, as cachoeiras que por força heis de passar, os saltos, as itaipavas, as pedras soltas em rio morto e à flor d’água, em que vos haveis de perder miseravelmente a vida ou os negros e as canoas quando escapeis do gentío, que com muito mais brevidade, topando-vos, vos pode aliviar de todo este cuidado, mas antes que me pergunteis para a vossa prevenção que cousa são pedras soltas, um rio morto, itaipavas, saltos e cachoeiras eu me explico”.

Depois deste aviso tentador passa o nosso autor a informar aos amigos o que significavam cachoeira, salto, itaipava e pedras soltas.

A primeira vinha a ser penedia tomando toda a largura do rio e onde existiam as soluções de continuidade dos canais onde a água escachoava “com estrondo e horror”, e onde as canoas em que não houvesse bons pilotos e proeiros arriscavam despedaçar-se.

Salto, significava rochedo excessivamente alto, de onde se despenhavam os rios, levantando e excitando tal fumaça de nuvens e vapores, no meio de prodigioso estrondo que até parecia terem alí assento os demônios.

Itaipava era passo muito seco onde encalhavam as canoas que só voltavam a flutuar a poder do esforço braçal das tripulações.

Pedras soltas em rio morto vinham a ser grande seixos recobertos pelas águas, tornando-se muito grave o choque sobre eles, pois fazia emborcar as embarcações com perda de fazendas e vidas.

Recomendou o missivista aos amigos que já saíssem de Araitaguaba “como católicos com as cousas da alma justas”.

“Desde que dareis princípio a tão penosa viagem até chegares às Minas de Cuyabá estai certos de que correm evidente risco as vossas vidas”.

De todos os accidentes da navegação pelo Tietê dá o nosso autor a mais minudente descrição.

Tomemos, por exemplo, o trecho referente ao estirão a jusante da cachoeira de Matias Pires, assim chamada do nome de um monçoeiro que ali perecera afogado.

“Navegai com ânimo até avistardes a cachoeira chamada de João Garcia. Deu-lhe este nome morrendo nela. Tomai o canal da parte esquerda junto à terra; por este podeis passar mais afoito que pelo que tem no meio é perigoso.

Tornai logo a navegar até topardes com outra que atravessa o rio chamada Irapémirim. Tem um canal junto à terra da parte direita e outro no meio. Este, à entrada, não é máu mas no meio tem uma famosa pedra alagada que pelo recolho e ondas que faz nela a água é conhecida e só pode ser perigo topando a canoa nela”.

Páginas e páginas da **Notícia** se enchem com a descrição dos estorvos apostos ao navegantes numa sucessão interminavel de correntezas, cachoeiras, itaipavas, encontro de ilhas grandes e pequenas, canais de embocadura e saída facil ou difícil, trechos de rio manso e profundo, etc.

Afinal, tudo tinha fim; chegariam os imigrantes à confluência do Tietê com o Paraná.

Ali os esperaria, ele, missivista, a interpelá-los:

— “Peregrinos amigos sejaes (sic) bem vindos! Que caras trazeis! Que é isto?”

Ainda duram-vos sustos? Contae-me o que passastes no rio Tietê.

— Não sei dar graças a Deus, me respondereis, de me ter já fora de tal inferno. Com tal cachoeira me vi perdido; nesta se me emborcou a canoa sem aproveitar nada dela; em tal itaipava numa emborcação, molhou-se-me mantimento e fazenda. Quiz parar para a enxugar mas a minha tropa não quiz demorar nada.

Os negros tanto remavam para adiante como para traz se lhes dava.

Não os tinha para me remarem, ou bem ou mal, a canoa.

Tive tantos dias de chuva; enfim, vim a tombos por esse rio abaixo com a morte sempre diante dos olhos sobre o não poder dormir de noite com medo do dia. O trabalho dos varadouros me amofinava e os negros quando levavam as cargas metiam-se no mato e consumiam-n’as. Trago tantos doentes mas dou graças a Deus de me ver já livre deste pestifero rio”.

Bem pouco consoladoras e reconfortadoras eram as expressões contestadoras deste relatório de sobressaltos e sofrimento.

— Ah! miseráveis! Isto e mais merece quem nunca quiz dar crédito às muitas cartas que lhe escreviam os amigos do Cuyabá.

Não desanimeis que ainda o pior está por passar”.

Depois desta advertência tão alentadora, diz o nosso autor que conviria aos amigos recém-saídos das agruras do Tietê, descansar dois dias à sua foz.

Ali encontrariam bom peixe de farta pescaria. Assim poderiam as tripulações refazer-se da fadiga. Enquanto isto os seus chefes teriam o ensejo de conhecer o salto de Urubupungá onde o Paraná se despenhava de mais de vinte palmos (4m,40) com enorme estrondo. Era o lugar piscoso mais cheio de insídias pela presença dos cayapós e a ocorrência de maleitas.

Uma vez encetada a navegação do Paraná toda a cautela tornava-se pouca, a partir da barra do Guacuhy. Fosse ela a vista da margem esquerda e sentido e mais sentido!

Ali estavam “os célebres redemoinhos em que o por-lhe a proa em cima era ir fatalmente ao fundo do rio”. Ocasião houvera em que uma esquadilha “toda de sertanistas antigos ali se sovertera”. Assim, ninguém se afastasse de terra.

Em dada altura funebre espetáculo se oferecia o das taipas arruinadas das casas do Registo Velho do Rio Grande.

Fora aquela paragem abandonada em virtude da peste que acometera e vitimara o Provedor Domingos da Silva Monteiro, daquela repartição fiscal, onde se quintava o ouro de Cuyabá. Também morrera todo o seu pessoal!

Este mal era infalível dos que “apanhavam o rio na cheia porque então eram os ares pessimos e não melhores as aguas”.

Convinha que as monções quando no Paraná tivessem água potavel colhida em ribeirões, pois beber a do grande rio significava rematada imprudência.

Outro conselho dava o nosso mentor. Ao atravessarem o Paraná, para a margem direita, tratassem os jornadeantes de o fazer quando houvesse perfeita calma.

“Assim vos entre no pensamento, passardes este rio de uma para outra parte porque com qualquer pé de vento levantam-se grandes ondas que se vos apanham no meio seguramente vos perdem”.

Pouco depois estariam os navegantes à foz do Rio Pardo e a tal propósito advertia-os o missivista que se muito já tinham

o que contar dos perigos do Tietê ficassem certos de que os do Pardo não lhes ficavam atrás.

Teriam os remos de ser recolhidos e substituídos pelas varas de zinga com ferrão à ponta. Começaria o terrível trabalho dos varejões.

Já à margem do Pardo havia alguns milharais. A partir do salto do Cajurú a labuta da propulsão das canoas tornava-se pavorosa.

Nunca menos de vinte vezes seria forçoso descarregar as canoas no vencimento de itaipavas e correntezas.

Não só as rochas ameaçavam pôr a pique os barcos que as abalroavam; como também os grandes madeiros submersos e os paus atravessados.

E outra circunstância agravava o negrume do quadro: Tornava-se indispensável a maior e contínua vigilância. Rondavam os caiapós pelas margens do Pardo.

Ia-se estreitando o rio e cada vez mais penoso o serviço da zinga, mas enfim chegava-se à barra do Vermelho e ao Sambixuga. Dentro em pouco desembarcariam os monçoeiros para tomarem o grande varadouro de Camapuan e entrarem em águas da bacia do Paraguay.

A esta altura sauda-os o nosso autor com uma série de interpelações entre irônicas e jocosas.

— Sejaes (sic.) bem vindos, amigos meus! Quanto estimo não só o chegardes quanto o vervos tão gordos, que todos me pareceis uma vivas estatuas da morte!

Que achaque vos deu, ou quem vos pôs neste estado? Na barra do Rio Pardo vos vi com muito melhores cores.

— Oh! que eu antes fora cativo de Galegos do que empreender tal viagem! As miserias que neste rio passamos são sem número.

Ahi tem o que aqui chegou, sabe Deus como: os negros uns doentes, outros caindo. Estamos perdidos se a fortuna não nos desempenha nestas Minas!

— Não vos desconsoléis senhores que Deus não falta! Armae a vossa barraca que aqui descansareis com os vossos negros doze ou quinze dias. O trabalho não é muito. O varadouro não tem mais de duas léguas e enquanto descansaes sabeí que postas as cargas em terra as haveis de levar a umas carretas baixas, com as canoas a que puxarão 25 ou 30 negros”.

Poderiam as canoas ser transportadas, descarregadas, passando as respectivas cargas a ser levadas à cabeça dos míseros escravos.

Convinha aí empregar a máxima vigilância. Se os pretos não fossem fiscalizados deitavam-se pelo caminho a dormir, quanto quisessem ou, o que pior era: furtavam a valer.

Outra recomendação essencial: a continua necessidade de conservar a mão tente o armamento que os caiapós ali surgiam inesperadamente, como sucedera em 1728, milésimo em que diversas tropas tinham sido assaltadas.

A tática destes gentios era esconderem-se pelas moitas untados de barro dos pés à cabeça. E este disfarce fazia com que difficilmente se tornassem distintos. Não se sabia se eram gente ou terra”.

Agrediam sempre pelas costas usando porretes que manejavam com singular dextreza.

“Quando vos derem no pescoço atirando-vos à cabeça darão por mal empregado o golpe. E desta sorte basta um caiapó para destruir toda uma tropa porque posto escondido no caminho faz isto ao último da retaguarda, e, partindo logo, correndo com mais ligeireza que um cavalo, volta a esconder-se e dizimar a tropa”.

Refeitos em Camapuan teriam os monçoeiros de recommear a tormentosa jornada entregando-se às águas do pouco volumoso e atravancado rio do mesmo nome.

Grande trabalhadeira os esperava nos quatro ou cinco dias, ou mais, de tal navegação, em que as canoas teriam muitas vezes de ser impelidas a braço.

— Queira Deus que vos dê boa viagem! era o voto emitido pelo leal conselheiro. Sentido nos paus! que não vos quebrem as cabeças e não vos tirem algum olho!

• Risonha e animadora perspectiva...

Vencidos os estorvos do Camapuan entrava a monção no Coxim a que o nosso memorialista chama “Quexeim ou Cocheim”.

A descrevê-lo, começa por presaga e sombria advertência.

— Fúnebre e horrorosa viagem é a que se vos prepara, amigos meus!

E’ este aquele rio tão celebrado como temido pelos sertanistas mais práticos. Assim o tratam com mais respeito, dando-lhe o nome de Cachoeirim.

Se a jornada monçoeira começasse pelo Coxim e não pelo Tietê ninguém a empreenderia certamente!

Rara fôra e seria a canoa que naquelas águas não perigasse em “inumeráveis precipícios e correntezas violentas”.

Só mesmo inesgotáveis paciência e pertinácia permitiam transpor a terrível passo a que agravava a existência de inúmeros madeiros tombados sobre o leito daquele como que Acheronte da selva brasileira.

Para a navegação do Coxim dá o nosso memorialista roteiro tão circunstanciado quanto o do Tietê, habilitando os pilotos a vencer as numerosas cachoeiras todas perigosas, a violência da correnteza nas itaipavas, as insídias dos canais, a ameaça dos obstáculos submersos das pedras cobertas etc.

A quanto carreto e descarreto obrigava o Coxim! Era uma trabalhadeira sem fim!

Afinal, vencido o último mau passo, entrava a monção em águas plácidas: as do Taquary. Daí em diante navegaria sem esforço algum até Cuyabá.

Os únicos obstáculos do Taquary eram a veemência da correnteza e a possibilidade de abalroamentos com algum pau rodado.

À margem deste rio caudaloso havia muito maior abundância de caça, mel e palmitos. Isto sem contar que ele se apresentava bastante piscoso.

Percorriam-no as canoas até um lugar chamado a Prensa, onde principiava a região dos pântanos, muito rica de peixe e caça, mas onde “se temia o gentio guaycurú e muito mais o payaguá”.

— Pobre de vós se encontrardes um ou outro! Trazei limpas e prontas sempre as armas e com cartuchos feitos como usa a infantaria, nas campanhas, porque as investidas destes gentios são de súbito, e repentinas”.

Em 1726 haviam os tripulantes de sete canoas cometido a imprudência de se separar do grosso da sua monção.

Inesperadamente havia-lhes aparecido um troço de gentio cavaleiro.

Quizera Deus, porém, que os agredidos houvessem encontrado um trecho de rio fundo e em terra um capão de mato onde se tinham refugiado. E para que em tudo parecesse prodígio divino ainda havia a protegê-los, à retaguarda, grande pantanal.

Sete dias os trouxeram sitiados os guaycurús sem conseguir vadear o rio com os seus cavalos.

Afinal, haviam fugido à aproximação do grosso da esquadilha monçoeira, sessenta canoas a que protegiam duas pequenas peças de artilharia.

Saídos do Taquary para o Paraguay, recomendava o memorialista que os monçoeiros redobrassem de vigilância.

— Cuidado e mais cuidado no gentio payaguá, muito dextro e bom pirata. Acomete sem receio, esconde-se nos sangradouros, bahias e voltas do rio. E tanto que avista qualquer tropa a investe de repente. Mata a gente, leva as canoas e não há monção a que não tenham feito alguma guerra.

As canoas em que andam são muito leves e assim navegam com grande velocidade. Se os apertam lançam-se ao rio e por baixo da canoa a reviram.

Quando pescam não usam de mais linha ou anzol que o da própria mão. Vão ao fundo e escolhem o peixe que lhes pareça melhor.

No ano de 1727, navegando para o Cuyabá sessenta canoas nossas lhes saíram trinta do payaguá. Mataram-nos doze pessoas com os dois capitães de toda a tropa e levaram-nos três canoas, carregadas de fazenda.

Levaram também nesta ocasião, um menino branco, de idade de oito anos, filho de um dos cabos mortos”.

Estes dois cabos, devem ter sido Miguel Antunes Maciel e Antonio Antunes Lobo, que pereceram depois da mais heróica luta com os terriveis canoeiros.

E o menino, um filho de Lobo, como tivemos o ensejo de relatar no tomo décimo desta História Geral das Bandeiras Paulistas (à pág. 168, 169, 211).

Alguns anos passaria o pequeno ituano no meio dos seus apresadores. Parece ter sido o mesmo que, em 1730, foi entre eles avistado quando do morticínio da monção do Ouvidor Lanhãs Peixoto.

Passando a tratar da navegação do Paraguay, declara o memorialista que se tornava imprescindível fosse a monção guiada por prático perito conhecedor da região onde os rios atravessados desapareciam na enorme massa líquida do Pantanal.

Indício a que todos deviam recorrer era a côr das águas. Até os guias, mais práticos da tal navegação, erravam os rumos.

A esteira a acompanhar-se era a das águas turvas reveladoras do álveo do rio na época da estiagem.

Quando os pantanais estavam cheios, pareciam um mar de Espanha. E então vos ficará impossível conhecerdes as águas turvas que devem ser todo o vosso guia, até entrardes no Paraguay-Assú”.

Mostrava-se este caudal “bastantemente largo e alegre”, sem cachoeira alguma, paus atravessados e pedras encobertas”.

Mas cuidado com o vento que sobre ele soprasse! Levantava perigosas maretas. E muito cuidado com a proximidade do gentio.

Lugar de fúnebre evocação era o ponto onde a monção das sessenta canoas havia sido atacada pelos payaguás. Aí, outra expedição “encontrara sepulturas e algumas caveiras nossas ainda com carne, vãos cascos de barris e coronhas de armas quebradas”.

Quem quisesse precaver-se de alguma agressão dos canoeiros podia entrar no sangradouro do Chanés a que o nosso autor chama Axianés. A subida pelo Paraguay era mais curta, mas cuidado no gentio payaguá”.

Dentro em pouco estaria a monção à confluência do Paraguay e do Porrudos.

Toda a viagem desde a Prensa até esta barra se fazia por entre pantanais e campos razos. Nestes “crescia uma erva de semente semelhante à do arroz, mas não tão perfeita como a de Povoado”.

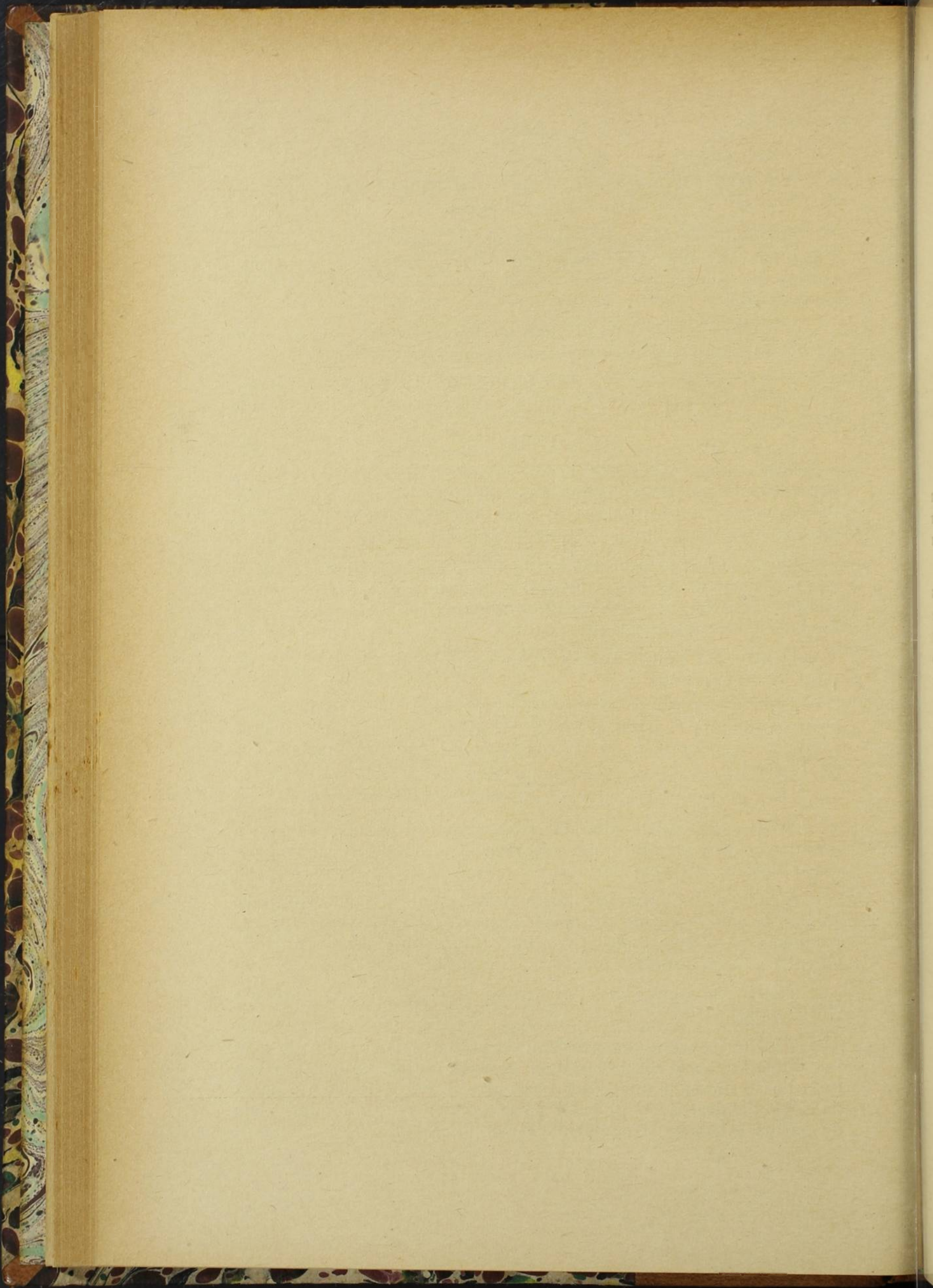
“Era sustento de quem o colhia”.

No mesmo trajeto abundavam a caça e o peixe, mas “tal a inundaçãõ de mosquitos que aos jornadeantes não deixavam socegar nem de dia nem de noite”.

A subida do Porrudos apresentava-se muito mais tranquila. Já não havia, receio da presença do gentio. Tanto que nele era frequente a presença de indivíduos vindos de Bom Jesus do Cuyabá a fazer grandes pescarias e negócio.

Dentro de alguns dias divisariam os monçoeiros a barra do rio Cuyabá.

“Entrae por ele que é tempo de colheres já o fruto de vossas dilatadas esperanças”. Anota o nosso autor, cujo estilo é a cada passo muito pouco gramatical, pois a todo o momento passa da segunda pessoa do plural à correspondente do singular, além de outras e graves irregularidades sintáticas.



CAPÍTULO XII

ICONOGRAFIA DAS MONÇÕES. A CONTRIBUIÇÃO NOTABILÍSSIMA DOCUMENTAL DE HERCULES FLORENCE, ÚNICA E INSUBSTITUÍVEL

Fortuita circunstância, extra-brasileira, deu ensejo a que nascesse assás abundante documentação iconográfica sobre as monções e a região de sua travessia, documentação que se tornou única e portanto insubstituível.

Data de princípios do século XIX. Da centúria anterior nada ao que parece existe. Ou pelo menos até agora não se desvendou, segundo cremos. Só se divulgaram até hoje, pelo menos, documentos cartográficos muitos dele sobremodo notáveis como os de Sá e Faria sobre o Tietê e o de Lacerda de Almeida sobre este e os rios matogrossenses do percurso monçoeiro.

O fato de possuímos preciosa iconografia sobre as monções decorreu da aquiescência do Governo Imperial russo aos projetos de seu representante na côrte de Dom Pedro I, o barão de Langsdorff, nome de grande destaque em nosso xeno-bibliografia.

Era este diplomata alemão e entrara ao serviço dos czares e em princípios do século XIX acompanhara a grande expedição circumnavegatória do barão de Krusenstern, primeiro navegante russo que trouxe os navios de sua nação a cruzar a linha equatorial.

Assim, estiveram estas náus em Santa Catarina, havendo Langsdorff, nesta ocasião, escrito cousas muito interessantes sobre o que viu na terra catarinense. Veio depois a ser Consul Geral da Rússia no Rio de Janeiro, sob D. João VI. Adquiriu uma fazenda à base da serra dos Orgãos, chamada "Mandioca", muito citada por quantos cientistas vieram ao Brasil em seu tempo. Dela existe, até, uma vista no album de viagem de Spix e Martius.

Naturalista apaixonado, interessando-se sobretudo por borboletas, nutria Langsdorff a idéia fixa de realizar grande jornada científica nos mais longínquos sertões do far-west brasileiro. Neste sentido vivia a solicitar o auxílio do czar Alexandre

I. Afinal, conseguiu o ardente desideratum, recebendo do tesouro imperial moscovita os subsídios de que necessitava para tão dilatada empresa. Procuraria, a exemplo das de Spix e Martius, subvencionada pelo rei da Baviera, de Pohl, pelo Imperador da Austria, do Príncipe de Wied, de Saint Hilaire e outros naturalistas ilustres, coletar material botânico, zoológico, mineralógico, etnográfico, destinado a enriquecer os museus imperiais de São Petersburgo e Moscou.

A 3 de setembro de 1825, deixou o Rio de Janeiro a expedição de Langsdorff que só a 22 de junho seguinte pôde, contudo, encetar a descida do Tietê de Porto Feliz em diante.

Ao partir do Rio compunha-se do botânico Luiz Riedel, do astrônomo Rubzoff, do zoólogo Christiano Haase e dos desenhistas Amado Adriano Taunay e Hercules Florence, que substituiu o famoso Mauricio Rugendas. Impossibilitado de seguir, deixou Haase a comitiva em Porto Feliz, por desejar desposar uma jovem paulista dali.

Penosa como era a viagem dos rios só pôde Langsdorff atingir Cuyabá a 30 de janeiro de 1827, decorridos 223 dias, desde a saída de Porto Feliz, vencida 530 léguas e 114 cachoeiras e corredeiras, sobretudo no Tietê e no Coxim.

Não mais estava o fidalgo naturalista em estado de dirigir expedições. Era homem avelhantado, embora apenas tivesse cinquenta anos de idade e apresentava sérios sintômas de decadência mental.

Nove meses deixou-se permanecer em Cuyabá, entregue a uma vida solta. Afinal, de lá partiu a 5 de dezembro de 1827, indo com Rubzoff e Florence para o Norte, com destino ao Tapajoz, ao passo que Riedel e Taunay tomavam o rumo do oeste, pretendendo descer o Madeira. Deviam os dois ramos da comissão reunir-se novamente em Manaus, de onde todos juntos subiriam o Negro, deste passando ao Orenoco pelo Cassiquiare. Antes de atingir o Tapajoz enlouqueceu Langsdorff; seus companheiros desceram o grande afluente do Amazonas e, de Santarém, em princípios de 1829, partiram para o Pará. Ainda viveu Langsdorff semi-demente até 1852, sempre generosamente pensionado pelos czares.

Adoecendo gravemente, muito pouco pôde Rubzoff fazer.

Lapis em punho, continuamente, executaram Florence e Taunay numerosos desenhos verdadeiramente preciosos, cujos originais foram ter aos arquivos imperiais russos em Moscou. Até 1918, lá estavam, mas acredita-se que com a Revolução que destruiu o czarismo se hajam dispersado pelo menos alguns, pois

se sabe da aquisição, pela Biblioteca Nacional de Paris de um album de desenhos de São Paulo, de autoria de Hercules Florence, coletânea esta que Alberto Rangel, fez fotografar, por incumbência nossa para o Museu Paulista.

A contribuição de Florence foi formidável e a do seu companheiro, incomparavelmente menor, pelo menos quanto ao que até hoje se divulgou.

Felizmente deixou Florence, radicado em Campinas, ali fazendeiro de café e falecido em 1879, os seus albums de esboços, aos filhos. Por eles foram feitas várias e grandes telas a óleo, respeitadoras fiéis dos documentos que hoje se exibem no Museu Paulista, graças à generosidade e espírito de piedade filial do Dr. Guilherme Florence e do Prof. Paulo Florence.

Tal a riqueza da documentação de Florence que lhe cabe, com toda a justiça, o título de Patriarca da Iconografia Paulista.

E, com efeito: que lhe não deve a história dos costumes brasileiros, em São Paulo e Mato Grosso?

Muitos de seus desenhos constituem documentos únicos no gênero. Assim por exemplo além dos que deixou das Monções para Mato Grosso, os das cavalhadas de Sorocaba, da velha indústria açucareira de Campinas, da abertura dos primeiros cafezais no Oeste paulista, da vida dos tropeiros nos pousos do caminho do Mar e seus prolongamentos para o Interior, da vida nas fazendas campineiras, etc., etc.

E quanta vista preciosa de localidades como Itú e Sorocaba, Santos, Campinas, Cuyabá, etc., de grandes acidentes naturais como os saltos de Itú e Avanhandava, paisagens paulistas, mato-grossenses e amazônicas?

Quantos retratos de personalidades célebres ou eminentes como Feijó, Vergueiro, Alvares Machado etc., apresentação de tipos, trajes e cenas populares ambientes familiares etc.?

Ao seu incansável lapis deve a nossa iconografia primeva a mais rica e original das contribuições.

Ao lado disto há a considerar ainda os trabalhos de iconografia sobre índios de numerosas tribus estudados com fidelidade, rigor e perspicuidade de vistas que o grande etnógrafo moderno como Koch-Grünberg arrancou os mais arrebatados elogios.

As salas do Museu Paulista povoam dezenas de reproduções destes documentos, de tão variado aspecto, mercê da generosa permissão dos filhos do seu autor.

Tão poderosa a curiosidade de Hercules Florence que não se limitava a desenhar e descrever: pretendeu fixar a musicalidade do canto de nossas aves. Interessantíssima a sua pequena monografia da **Zoofonia** que o Visconde de Taunay traduziu e fez imprimir na **Revista do Instituto Histórico Brasileiro**.

Coube-lhe ser o historiador da expedição de Langsdorff. Sem a sua pena, dela que subsistiria?

Das obras publicadas de Florence pouco há. Traduziu-lhe o Visconde de Taunay, e publicou, o valioso **Diário** que os dignos filhos do artista e naturalista, o eminente geólogo Dr. Guilherme Florence e o inspirado compositor Prof. Paulo Florence reeditaram numa edição soberba como fatura tipográfica e riqueza ilustrativa, devida à Comp. Melhoramentos de São Paulo e ao interesse dos irmãos Weiszflog.

Amado Adriano Taunay, o joven e infeliz companheiro de Florence e seu íntimo amigo, era filho do pintor da Escola Francesa, Nicoláo Antonio Taunay, membro do Instituto de França e um dos artistas a quem se deveu a fundação, em 1816, da nossa Escola Nacional de Belas Artes, com Debret, Grandjean de Montigny, Pradier, os irmãos Ferrez, Lebreton, etc., por incumbência do governo de D. João VI.

Nascido em 1803, mostrara desde a infância notáveis aptidões artísticas. Vindo para o Brasil com os seus, foi, em 1817, convidado pelo grande navegador Luiz de Freycinet para desenhista da sua expedição aos mares da Oceania. Na viagem de regresso ao Atlântico, naufragou nas ilhas Malvinas, de onde ponde, em 1820, voltar ao Rio de Janeiro. Em setembro de 1825, partia com a expedição de Langsdorff, em demanda de Mato Grosso, pelo itinerário das Monções.

A 5 de janeiro de 1828, afogava-se aos 25 anos de idade apenas, e, por imprudência, no Guaporé, tendo querido atravessar, a cavalo, este rio, sobremodo entumecido, então. Seu sobrinho, o Visconde de Taunay, escreveu-lhe a biografia na "A cidade de Mato Grosso, o rio Guaporé e a sua mais ilustre vítima..." Deixou copiosos desenhos incorporados ao arquivo da Comissão Langsdorff e propriedade do governo russo. Neste acervo deve haver numerosíssimas peças inéditas e preciosos documentos da iconografia monçoceira. Dele publicaram os irmãos Florence algumas belas composições.

Voltou Riedel ao Rio de Janeiro, onde, por longos anos, foi diretor do Passeio Público e um dos colaboradores de nota da "Flora Brasiliensis", de Martius. Também dirigiu o parque imperial da Boa Vista, em S. Cristovão.

Da iconografia das monções e da região que elas percorriam há divulgadas as seguintes composições de Florence:

Duas vistas de Porto Feliz; Rio Tietê, perto de Porto Feliz; Canôa, em Corredeira; A Canôa Chimbó, Benção das Canôas, em Porto Feliz, Carga das Canôas, Pirapora (hoje Tietê); Pouso da Represa Grande, Confluência do Piracicaba e Tietê; A Chimbó e a Peroba encalhadas; Saltos do Avandava e do Cajurú; Rio Pardo, Queimada nos campos; Acampamento no Rio Pardo; Salto do Corau; Cachoeira da Canôa Velha; Vista de Camapuan; Povoação de Albuquerque (Corumbá); Encontro com uma monção imperial. Isto sem contar numerosos desenhos relativos a pessoas de Porto Feliz, de todas as classes sociais, índios encontrados pelo caminho, etc. De Adriano Taunay até agora só se divulgou uma peça aliás muito valiosa. Datam-se todos estes desenhos de 1826.

Junto à alta e curiosa penedia que de modo tão pitoresco domina o curso do Tietê em Porto Feliz, o "Paredão" abre-se o "Porto" praia onde outrora ancoravam os grandes "canoões", os batelões que então faziam a maior das viagens fluviais do Universo pelos caudais das bacias do Paraná e do Paraguay, vencendo inúmeras corredeiras, precisando executar as mais penosas varações ou percursos terrestres por vezes muito extensos.

Tudo isto é bastante sabido, mas o que se ignora geralmente vem a ser os pormenores desta navegação única no gênero. "Canoões" havia-os enormes, pesando trezentas e mais arrobas às vezes (perto de 5.000 quilos), com 10, 12 e 15 metros de comprimento e metro e meio a dois de boca, inteiriços, abertos no tronco de colossais madeiros.

Dos canoões existe hoje apenas um que a Câmara Municipal de Porto Feliz fez tirar do rio, colocando-o sob um telheiro. E assim mesmo mutilado. Faltam-lhe, infelizmente, o beque da prôa e o da popa.

Ao Museu Paulista recolhemos o beque de prôa de um canoão vultoso, reduzido à quarta parte do que fôra, doação recebida do sr. João Batista Portela, fazendeiro em Porto Feliz.

Um desenho de Hercules Florence representa a carga dos barcos de uma monção por escravos negros e semi-nús sob a guarda de fiscais. As embarcações representadas pelo desenhista parecem não ser do tipo maior de que nos falam os autores. Caixas, caixões, odres, surrões, pipotes e ancorotes, notam-se à margem, de onde os carregadores os levam para bordo. Há uma infinidade de pormenores nesta composição, realmente preciosa, fixada pelo notável artista.

Os desenhos de Hercules Florence oferecem-nos quadros sobremodo curiosos de costumes de há um século na época dessas navegações heroicas.

A mais valiosa peça da sua larga iconografia é a que se intitula **Benção das canôas**.

A' barranca do Tietê, benze o vigário de Porto Feliz as embarcações da monção prestes a largar em presença das personalidades de maior vulto da pequena vila e dos membros da Missão Langsdorff, que vai partir para Mato Grosso e o Amazonas.

O quadro é interessantíssimo para o estudo dos costumes e da indumentária da época, no interior do Brasil.

Foi esta composição que inspirou a Almeida Junior a idéia da sua famosa **Partida da Monção**, legítima obra prima, como todos sabem.

Carregados os canoês, levantavam ferro, e logo após a benção dada pelo vigário, lá se iam rio abaixo. Soltavam-se então, da antiga Araraitaguaba e do "porto", à praia da atracação dos batelões, numerosos foguetes, a que respondiam os disparos das espingardas dos navegantes.

Um desenho de Amado Adriano Taunay relativo a esta partida é documento de notavel valia. Reproduz perfeitamente o facies da velha cidade legendaria das monções que até hoje conservou o mesmo perfil com a sua situação pitoresca ao longo de uma penedia que domina o rio Tietê, de uns trinta metros, talvez.

Do seu casario baixo e modesto, emergem as duas altas torres da Matriz, enorme igreja, velha e piedosa, digna da sua invocação: Nossa Senhora Mãe dos Homens, acolhedora, como raras, onde existem uns quadros deliciosos pela ingenuidade primitiva, como os do humilde Alirio, por vezes depreciados pelo cabotinismo de pretensos críticos de arte.

Outro dos mais interessantes desenhos de Florence é o **Encontro de duas monções**: a imperial russa de Langsdorff e uma brasileira. Traz muitos pormenores curiosos.

Estão as praias cheias de caixas, sacos, fardos. À esquerda e ao fundo há um grupo de remeiros e camaradas. No plano principal destacam-se os naturalistas da missão Langsdorff a conversar com os passageiros de categoria que vêm de Mato Grosso a S. Paulo. No primeiro plano um indivíduo esfola uma anta; outro, escama um grande peixe e uma mulher cozinha. À extrema esquerda um personagem desenha, sentado numa rede e outro faz observações com um sextante. À pôpa dos canoês tremulam as nossas bandeiras imperiais e as da Russia.

A praia do Tietê, o Porto, o feliz porto, antigo fundeadouro dos canoões, foi embelezada segundo bom plano executado em 1920 por ordem do Dr. Candido Mota, secretário da Agricultura, na presidência do Dr. Altino Arantes. Grande escadaria liga a balaustrada da rua do Porto ao Porto por uma alameda asfaltada que vai até a barranca do rio. À direita de quem procura a margem do Tietê, ergue-se a elegante e artística coluna rostral ereta em comemoração das monções. A ela acompanha uma exedra com três baixos relevos: reproduzindo “A partida da monção”, de Almeida Junior; “A benção das canôas”, de Hercules Florence, e “A partida de Porto Feliz”, de Adriano Taunay.

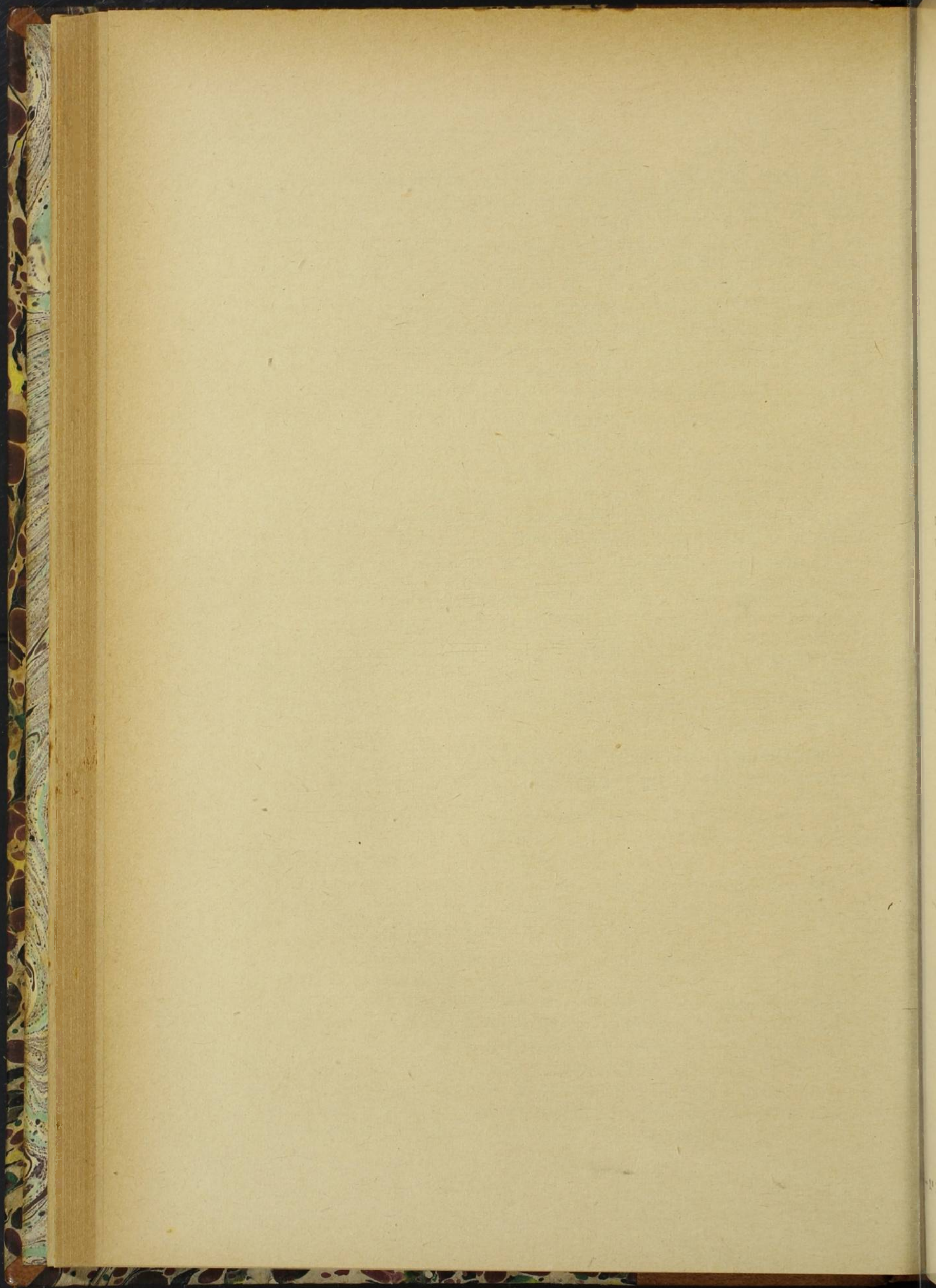
As inscrições do monumentozinho é que são detestáveis e ineptíssimas. E’ um bom trabalho do Professor Amadeu Zani, esta coluna rostral.

A inauguração do Monumento às Monções fez-se solenemente, a 26 de abril de 1920, tendo-nos cabido a honra de pronunciar a oração oficial de seu desvendamento.

Outra peça muitíssimo evocativa é o “Pouso da Monção”.

Realmente, nada mais pitoresco do que este agrupamento de tripulantes e passageiros da monção abicada, para o jantar e o pouso da noite. Remeiros preparam a frugal refeição da tarde na tósca tripé, armam outros as desconfortáveis redes, nas quais vão passar a noite ao sereno; junto à barranca do rio, conversam as principais personagens da expedição sobre os acontecimentos do dia e as previsões da jornada.

No fundo do quadro, à luz crepuscular, sobem aos céus as grandes labaredas de uma queimada.



CAPÍTULO XIII

A NAVEGAÇÃO DOS RIOS MONÇEIROS E SEUS RISCOS. DEPOIMENTOS DIVERSOS E CONCORDES. AS PRECIOSAS INFORMAÇÕES DE TEOTONIO JOSÉ JUZARTE. CURIOSO DEPOIMENTO DE D. MANUEL DE FLORES

A ásperrima navegação do Tietê causou entre todos os narradores das jornadas monçoeriras, como era de esperar, a mais viva impressão.

Já em 1628 vemos D. Luiz de Cespedes relatar a Felipe IV: safar-se alguém dos seus perigos era obra milagrosa. Ele próprio só escapara da morte devido à proteção especial de sua madrinha: Nossa Senhora de Atocha.

No Avanhandava perdera uma de suas canôas. Quanta dificuldade a vencer naquelas "grandissimas corrientes y riesgos", a travéz das quais ele e os seus "venian todos los dias desnudos, acompañando las canôas y teniendo las para que no se hiciessen pedazos y otras veces echando las al agua con palancas".

O rebojo de Jupiá no Paraná (que es el mismo rio de la Plata) mostrava-se simplesmente temeroso, "grandissimos remolinos y de mucho peligro".

Desembarcara nas vizinhanças do famoso sorvedouro, realizando grande percurso por terra para escapar àquele Maeltrom fluvial.

Quasi um século mais tarde Gervasio Leite Rebelo, secretario de Rodrigo Cesar de Menezes comunicava em 1727 ao Padre Diogo Soares que para chegar à foz do Tietê tivera de vencer 160 obstáculos entre cachoeiras, correntezas, itaipavas, trechos de cirga, despenhadeiros, contrassaltos, funis, jupiás, redomoinhos e tucundivas.

Havia mais de cem anos que o rio era navegado (precioso depoimento aliás) por flotilhas. Pois bem! jamais se soubera que houvesse ocorrido uma única jornada sem perdas de vidas e barcos.

Da narrativa de sua viagem fizemos aliás, em capítulo especial, desenvolvido transunto.

João Antonio Cabral Camelo em 1727 alcançou o Tietê à foz do Sorocaba que havia descido desde a vila de Nossa Senhora da Ponte.

Nove dias gastou percorrendo este trecho da longa jornada que ia empreender, vencendo os saltos de Jequitaia e Jurumirim, além de muitas corredeiras.

As margens do Sorocaba estavam então absolutamente desertas, não havendo vestígio algum de morador ribeirinho.

Não são as informações de Camelo das mais profusas nem interessantes. Conta-nos que a diversão pelo Piracicaba em vez do encaminhamento para Araraitaguaba só era preferida, à volta de Cuyabá e em tempo de cheias.

No Jupιά tornava-se indispensável amarrarem-se as canôas umas às outras pela prôa e pela pôpa.

Constava-lhe que naquele sorvedouro se submergira “toda uma tropa de sertanistas antigos”.

Ele próprio ali passara por terrível susto vendo as suas canôas ajoujadas permanecerem durante um quarto de hora em continuado giro, sem que pudessem governá-las pilotos e proeiros, até que pela Misericórdia Divina os redemoinhos as lançassem, com grande impeto, pela correnteza abaixo.

No Alto Rio Pardo, tão sinuoso e estreito ficava o rio que as canôas viviam às encontoadas ou a encravar a prôa nas barrancas.

Ao descrever a um seu primo, o Conde de Val dos Reis, sua jornada do Rio de Janeiro a Cuyabá, onde ia instaurar a nova capitania recém-criada por D. João V, principiou D. Antonio Rolim de Moura, conde de Azambuja, e futuro Vice-rei do Brasil por uma apóstrofe: — “Quanta terra e quanta agua tenho passado! rios tão caudalosos, matas tão espessas e campos tão distantes que fazem admiração, principalmente a quem vem de uma terra tão apertada como o nosso Reino”.

Os aprestos para uma monção de vulto demandavam largo prazo. Assim, deixara S. Paulo rumo a Araraitaguaba a 2 de maio de 1751. Ali chegara a cinco do mesmo mês. Já lá se achava o seu principal companheiro de jornada, o Ouvidor Teotônio da Silva Gusmão que muito adeantara o preparo das canôas.

Só a 5 de agosto havia podido a monção largar, por se esperar o crescimento do milho e do feijão, afim de se fazerem as fa-

rinhas indispensáveis à viagem. Também demorara o suprimento do toucinho. Fora preciso trazer do Rio de Janeiro muitos objetos que não existiam no comércio de São Paulo.

No dia da largada, haviam todos os monçoeiros e moradores de Araraitaguaba ouvido missa. Com três surriadas de mosquetaria a companhia de dragões presente ao embarque salvara em honra a Nossa Senhora da Penha, padroeira do arraial ribeirinho.

Levavam as canôas à pôpa bandeiras com as armas reais. E a dos missionários, além do estandarte régio, a bandeira do Padre Anchieta, provavelmente algum pavilhão com a efígie do Taumaturgo, como tantas outras naqueles anos existentes do mesmo tipo, estampando figuras de santos.

Enumerando os obstáculos da enorme jornada fluvial explicava o Conde de Azambuja ao seu parente de Portugal que no Tietê a estorvavam nevoas pesadas, frequentes, senão diárias. As vezes tomavam toda a manhã e entravam pelo dia alto.

Tornava-se imprescindível que se dissipassem, pois era indispensável boa visibilidade para que os pilotos a cada momento evitassem os grandes perigos das pedras e madeiros submersos ou inesperadamente surtos.

Quando a correnteza era forte os remeiros valiam-se das zingas como freio à velocidade dos batéis.

No Camapuan, estreito e atravancado por lenhos caídos sobre as águas, os abalroamentos tornavam-se tanto mais graves quanto o rio tinha grande correnteza. A estes troncos, chamavam os monçoeiros rasouras, por ameaçarem lançá-los à água ou deixá-los de peitos arrebatados. O choque com tais madeiros trazia outro e sério inconveniente: fazia cair sobre as canôas “quanta porcaria e bicharia” sobre eles viviam.

E não era brincadeira tal chuva, em terras de tão rica fauna hostil ao homem, em matéria de aracnídeos, vespídeos, formicídeos e mais cevandija agressiva.

No Coxim os madeiros imersos mostravam-se tão numerosos quanto perigosos. Iam os proeiros avisando de canôa em canôa o risco iminente “o que fazia um ruído continuado com algum horror”.

Trecho da mais árdua transposição apresentava-se o do famoso desfiladeiro do Coxim, o Boqueirão das Furnas, constituído por altíssimos paredões, cortados a prumo.

Afirma D. Antonio Rolim que a primeira monção a vencer as agruras daquele cañon temeroso fora a de Rodrigo Cesar quando este satrapa voltou de Cuyabá em 1728.

Eram ali as canôas puxadas por cordas, indo os homens encostados aos paredões, aos saltos, firmando-se em pedras ao longo do rio que ali não oferecia praia alguma.

Do rebojo do Jupiá conta o Conde que dele passara longe. Se o seu barco estivesse no raio de atração de tal sorvedouro nele teria sossobrado, infalivelmente. No Pardo vira um “destes jopiás” (sic) menor e menos perigoso do que o do Paraná, embora em nada se mostrasse desprezível, causando o alagamento das canôas.

Como o rio fosse estreito, relativamente, vencia-se o apertado passo por meio de cordas puxadas da margem, com toda a força.

O que frequentemente trazia às tripulações indizível padecimento eram as terríveis chuvaradas tropicais, por vezes muito prolongadas, obrigando os monçoeiros “a comer o almoço e a ceia meio engrolados”.

Explicou o Capitão-general ao seu parente que itaupaba vinha a ser o trecho de rio cujo fundo do leito constituia um lagado onde as quilhas das canôas atritavam danosamente, como de esperar.

Quando existiam pedras submersas e espalhadas, capazes de provocar o emborcamento das canôas o trecho se chamava de sirga.

Obrigavam tais obstáculos aos pilotos e remeiros a pular n'agua levando as canôas às mãos para as irem contendo e desviando, afim de as não deixarem tomar a velocidade que a correnteza lhes imprimiria.

Aos canais profundos abertos entre penhascos dava-se o nome de cachoeiras e os pilotos frequentemente deles se serviam quando encontravam dificuldades grandes em outros pontos.

Os pilotos, pela prática, distinguiam, graças ao movimento das águas, os locais onde havia canal franco ou onde se enco- briam rochedos.

Mas que trabalho infernal dava esta navegação inçada de tropeços! Quanto exigia da observação atenta dos pilotos!

Qualquer descuido podia provocar verdadeira catástrofe.

Conforme a inspeção local precisavam decidir de que modo teriam de enfrentar os máus passos, variáveis com as diferenças de nível das águas.

Ora era preciso aliviar os barcos da metade da carga, ora de toda esta. Casos havia em que, para a descida, as canôas podiam ser tripuladas pelo piloto, secundado pelo mais experimentado de seus auxiliares, ao qual se dava o título de guia.

Era este barco arvorado em capitânea e aos demais indicava o roteiro a seguir.

Em certas ocasiões detinha-se toda a monção e passava a canôa exploradora a examinar a esteira imposta pelas condições do rio. Voltava depois a indicar às demais a menos perigosa das rotas.

Comenta o Conde de Azambuja: Finalmente é uma arte esta maior do que se representa à primeira vista, pois é necessário estarem estes homens com lembranças, em uma viagem tão comprida, de mais de cem cachoeiras que ela tem, e da parte e forma porque as hão de tomar, sendo tão diversas não só entre si, mas cada uma de si mesma, à medida que os rios levam mais água ou menos água, havendo algumas tão compostas que parte se passa à sirga e parte a remo. Uma houve que por esta causa gastei nela três dias”.

Da subida do Pardo guardou o Capitão-general a mais penosa recordação.

Cincoenta e quatro saltos teve de vencer, dos quais nove obrigaram à descarga total dos barcos e quatro a meia descarga.

No Paraná, largo como um lago grande, o vento sul levantava nas águas tranquilas do enorme rio grandes ondas, causadoras frequentes da alagação perigosa das canoas.

Eram os abrigos raros naquele caudal de, por vezes, quilômetros de largura! Raros os pilotos que não houvessem corrido sérios perigos naquelas águas turvas e mal cheirosas, banhando margens sezonáticas. E o rebojo do Jupιά era muitíssimo de se temer sobretudo.

Toda a razão assiste a Melo Nobrega, quando expende sobre o *Diario* de Juzarte a opinião de que é ele “riquíssimo, bem andando quem o divulgasse, com a linguagem aliviada de abreviaturas e ambiguidades”.

“A ortografia modernizada e o texto, assim esclarecido, valorizado por anotações capazes de fazer ressaltar toda a grandeza da viagem feita pelo animoso Ajudante do Regimento dos Dra-

gões Auxiliares da Capitania de S. Paulo ao pestilento e longínquo presidio do Iguatemy”.

Foi com o maior prazer e a mais viva surpresa que o lemos no apógrafo outróra pertencente a Eduardo Prado e hoje ao Museu Paulista decidindo revelá-lo ao público no tomo primeiro dos **Anais do Museu Paulista**, que acabavamos de fundar.

Que riqueza de informes variados encerra! e quanta informação pitoresca e singular!

Dele demos largo transsunto nos capítulos de **Martírios de Iguatemy**, parte integrante de nossa **Na era das bandeiras** (S. Paulo, 1920).

Falando da largada de Araraitaguaba conta-nos Juzarte que juntos os monçoeiros e preparadas as embarcações punham-se estas enfileiradas e fundeadas no Porto junto à curiosíssima penedia de grês o tão belo e conhecido Paredão, dominador da mais risonha paisagem em que o Tietê placidamente flue.

Já então estavam todos a bordo, confessados e sacramentados porque daí para baixo não existiam mais igrejas nem sacramentos.

A' barranca do rio surgia o pároco da freguezia de Nossa Senhora Mãe dos Homens, de estola e sobrepeliz, acompanhado de sacristão.

Ajoelhavam-se todos e irrompia a ladainha de Nossa Senhora um pouco mais curta do que a de hoje, sem os acréscimos modernos da invocação à Rainha livre da mácula original e à Rainha da Paz.

Os homens da maréação, cada qual no seu posto, empunhavam os remos voltando-lhes as pás para o ar.

A fórmula temo-lo conservada pelo Padre Angelo de Siqueira em sua preciosa **Botica da Lapa**: — Propitiare, Domine, *suplicationibus nostris et benedic navem istam dextera tua sancta et omnes, qui in ea vehementum fiant dignatus es benedicere arcam Noe ambulanti in diluvio.*

Porrige eis, Domine, dexterem tuam, sicut porrexisti Beato Petro ambulanti supra mare.

Qui vivis et regnas in secula seculorum”.

Ahi aspergia o sacerdote a canôa com água benta.

Acabada a ladainha benzia o pároco as canôas, suas equipagens e passageiros. E depois, implorando todos a Divina Cle-

mência, largava a capitânea. Ao se desfraldar a bandeira real davam-se muitas salvas de espingardas.

Quando ela se afastava umas cinquenta braças (110 metros) zarpava a segunda canôa, com o mesmo cerimonial e assim seguiam as demais “que a pouca distancia se achariam em um sertão onde nada mais havia senão a Divina Providencia e onde se seguiam perigos grandes e inumeraveis”.

Conta-nos Juzarte que navegavam as canôas com a tripulação assim disposta: Aos bicos da prôa e da pôpa iam, sempre de pé o proeiro e o piloto. Também de pé nas duas bordas se mantinham os remeiros como se vê na *Largada*, de Adriano Taunay.

Imitavam os remos as choupas de espontões com suas hastes. O do piloto era maior do que todos os outros porque por ele se governava a canôa. O do proeiro também excedia aos dos remeiros, pois graças a ele se desviava o barco dos perigos que à frente surgiam. O modo de se caminhar era o seguinte remando todos sincronicamente tinha o proeiro a contínua obrigação, ao meter o remo n'agua, de dar uma pancada com o calcanhar no lugar onde pisava, para que os remadores mergulhassem, ao mesmo tempo, os respectivos remos afim de que houvesse a melhor distribuição das forças impulsoras. Mostravam-se os movimentos em todas as canôas tão bem compassados que provocavam bulha surda e continuada.

No Tietê era comum navegar-se das oito da manhã às cinco da tarde por causa das muitas neblinas que escondiam os perigos do rio. Tais cerrações só se dissipavam, frequentemente, por volta de meio-dia.

A' caída da noite eram as canôas embicadas à barranca dos rios a que se prendiam por meio de cipós.

Roçava-se o mato para se obter uma area capaz de acomodar os desembarcados. Armavam-se então as redes “de pau-a-pau” resguardadas por mosquiteiros de quatorze varas (15m4) cada qual, presos aos pés das árvores.

Deste arranchamento no sertão deixou-nos Hercules Florence um dos seus melhores desenhos que fizemos reproduzir em excelente tela a oleo para a coleção do Museu Paulista, por Aurelio Zimmermann.

O varadouro de Avandava, ao tempo de Juzarte, tinha extensão superior a quatrocentas braças (880 metros). Por ele eram as embarcações arrastadas por cima de estivas de paus torados, a força de braços “não se perdoando a pessoa alguma exceto as mulheres”.

Alguns anos mais tarde (1788) informaria Lacerda e Almeida que o percurso da varação era de 150 braças (330 metros) vencendo um desnível de 53 palmos (11m66).

Juzarte, que descreve os perigos da navegação do Tietê, cachoeira e corredeira, uma por uma, deixa-se por vezes levar-se a extraordinárias exagerações.

Assim, atribue a altura da queda das águas no Avanhandava — salto que “fazia agradável vista e figura, fazendo pavor e medo” (sic) com “grossas e dilatadas pontas à maneira de xafarizes — a mais de cinquenta braças (110 m!).

Talvez um *lapsus calami* o levasse escrever braça por palmo.

Não há passo difícil em que o nosso autor não lhe permenorize os trabalhos e riscos ao descrever a travessia através de grande bulha e grandes ondas. Perdiam-se de vista as canôas umas das outras, não se percebendo por onde se metiam através dos rochedos.

Punham-se nús os homens que as governavam, dobravam-se os pilotos e assim por diante. Só pela misericórdia de Deus era possível safarem-se os pobres mortais de tamanhos riscos.

Em muitas corredeiras saltavam os mareantes n'agua e apêgavam-se à borda das embarcações e nos pontos em que elas deviam entregar-se à furia da correnteza embarcavam de novo governando-as por meio das varas ferradas e dos remos.

No Paraná qualquer bafo de vento frescal levantava tais ondas que, a toda à pressa, tornava-se preciso embicar as canôas em terra, desembarcar as tripulações e descarregar os barcos.

Dos perigos do vórtice de Jupuíá a que chamou Jupiau, dá-nos o Sargento-mór a mais trágica descrição.

As ondas que alí se levantavam causavam pavor, tal o redemoinho que se estendia de margem a margem e o sorvedouro do centro “embebia em si todas as águas do rio por quasi meia hora e depois as vomitava, formando grandes ondas com enorme fúria”. Era imaginoso o nosso itinerante.

Continuamente se agitavam aquelas águas à semelhança da respiração humana

Nada mais fácil do que aquele turbilhão arrastar e submergir as maiores canôas.

Pretende Juzarte que a transposição do Jupuíá pela esquadrilha provocou enorme comoção a toda a sua gente, apesar da prudência da manobra do guia que aliás alí viria a perecer afogado.

A canôa capitânea era onde embarcava o guia da monção “hum homem dos mais praticos e inteligentes do sertão ao qual todos os mais pilotos obedeciam”.

Sua canôa tomava a dianteira e as demais seguiam-n'a em fila, mas guardando uma distância de cincoenta e mais braças (110 ms.) umas das outras.

“Assim, convem, explica porque logo que o guia conhece algum perigo grita à sua imediata canôa que venha compassada e evite a outra, e assim seguem as mais: porque vindo perto, sem duvida atravessando a primeira, todas as mais se precipitam sobre esta e tudo se perde e faz em pedaços”.

Nas informações de D. Manuel de Flores ao marquês de Valdelirios em 1756, que nos vieram através das *Noticias del Reino e Estado del Brasil* de Don Juan Francisco Aguirre (cf. *Ensaio de historia paulistana*, de nossa lavra, 52) ocorrem dados interessantes sobre as monções.

Nelas trafegavam canoões por vezes tão consideraveis que podiam embarcar 300 arrobas de carga (perto de 4.400 Kgm.).

A tripulação de tais batéis era de sete homens, dos quais dois a pôpa que governavam os barcos por meio das pás de grandes remos. Os demais iam à prôa manejando os mesmos instrumentos. À ré ficava espaço vasio para a manobra.

Era a navegação do Tietê muito trabalhosa e a do Pardo provocava “grande trabajo e increíble fadiga” assi como a do Coxim.

Das três bocas do Taquarí as monções preferiam a austral para depois sulcar o Paraguay até entrarem no Cheanhe, topônimo que supomos seja adulteração de Xanés, já que Flores chama Taurí ao Jaurú.

De Araraitaguaba a Cuyabá gastavam as monções de três a quatro meses “y a mais y a menos segun las comodidades o embarazos de la marea y por la porcion de canoas que regularmente es de treinta a cuarenta se puede asegurar que nunca baja de quatro meses”.

A volta tomava dous terços deste prazo dilatado.

Informe valioso é o que se refere aos salarios das tripulações. Os remadores de prôa recebiam uma oitava de ouro por semana (1\$500 rs.). Os pilotos e os encarregados da carga estes ganhavam mais. A todos se dava sustento gratis alem de pólvora e chumbo de caça.

Naufragavam muitas canôas. habitualmente, sobretudo no Tietê e no Pardo. Era assaz frequente que a maruja “mal acon-

dicionada y peor disciplinada se alborotasse con facilidade”, informação que nunca vimos consignada nos autores portuguezes e brasileiros.

Realmente, observa Flores, era o mais consideravel o desconforto da enorme viagem monçoeira. Padeciam os navegantes “muchas enfermedades por la variedad de temperamentos y incomodidades indispensables en tan dilatados despoblados que no tienen recursos”.

Curiosa revelação que os autores portuguezes e brasileiros não consignam é a do fidalgo espanhol a propósito de certo fato extraordinario ocorrido na bacia do Paraguay.

Ocasões havia, afirma, em que as tripulações das flotilhas se viam ameaçadas de perecer de sede, como aquela a que se refere célebre canção marítima francesa: *l'eau était partout et nous n'en avions pas une seule goutte à boire*.

Leiamos-lhe porém as próprias e pitorescas palavras:

“Lo que se oirá con admiracion y es no menos cierto que en tan caudalosos rios hay ocasiones em que la falta de agua potables hace perecer muchas gentes”.

Era o que sucedia quando as águas dos grandes caudais e seus afluentes, em estiagem, se recolham aos álveos após os enormes extravasamentos habituais.

“Al retirar-se aquellas aguas arrastran tras si cuanta imundicia encuentran, de nidos de pajaros, camas de fieras, imensa porcion de animales de todos tamaños, muertos antes ó ahogados por la misma inundacion y finalmente pescado que la corriente arroyó á tierra: todos estes corrompidos por la fuerza del sol, tan activa em estos climas, infestan las aguas de modo que no haya sede tan atrevida que ose passar-las”.

Na documentação portuguesa, nossa conhecida, encontramos referências à potabilidade das águas dos rios navegados mas geralmente sumárias. Concordam os autores em reconhecer a malignidade das do Paraná, por exemplo. Nenhum dos que conhecemos ministra informes largos e particularizados quanto os destes tópicos de Flores, categóricos, em relação à contaminação de enormes massas líquidas.

E' aliás bem sabido que no sertão era frequente ouvirem os viandantes avisos de que deviam abster-se de ingerir a água deste e daquele rio. A desobediência lhes seria nefasta, causando-lhes febres palustres e disenteria.

E' provavel que no depoimento do companheiro do Marquês de Valdelirios, e futuro Vice-rei da Nova Granada, haja exagera-

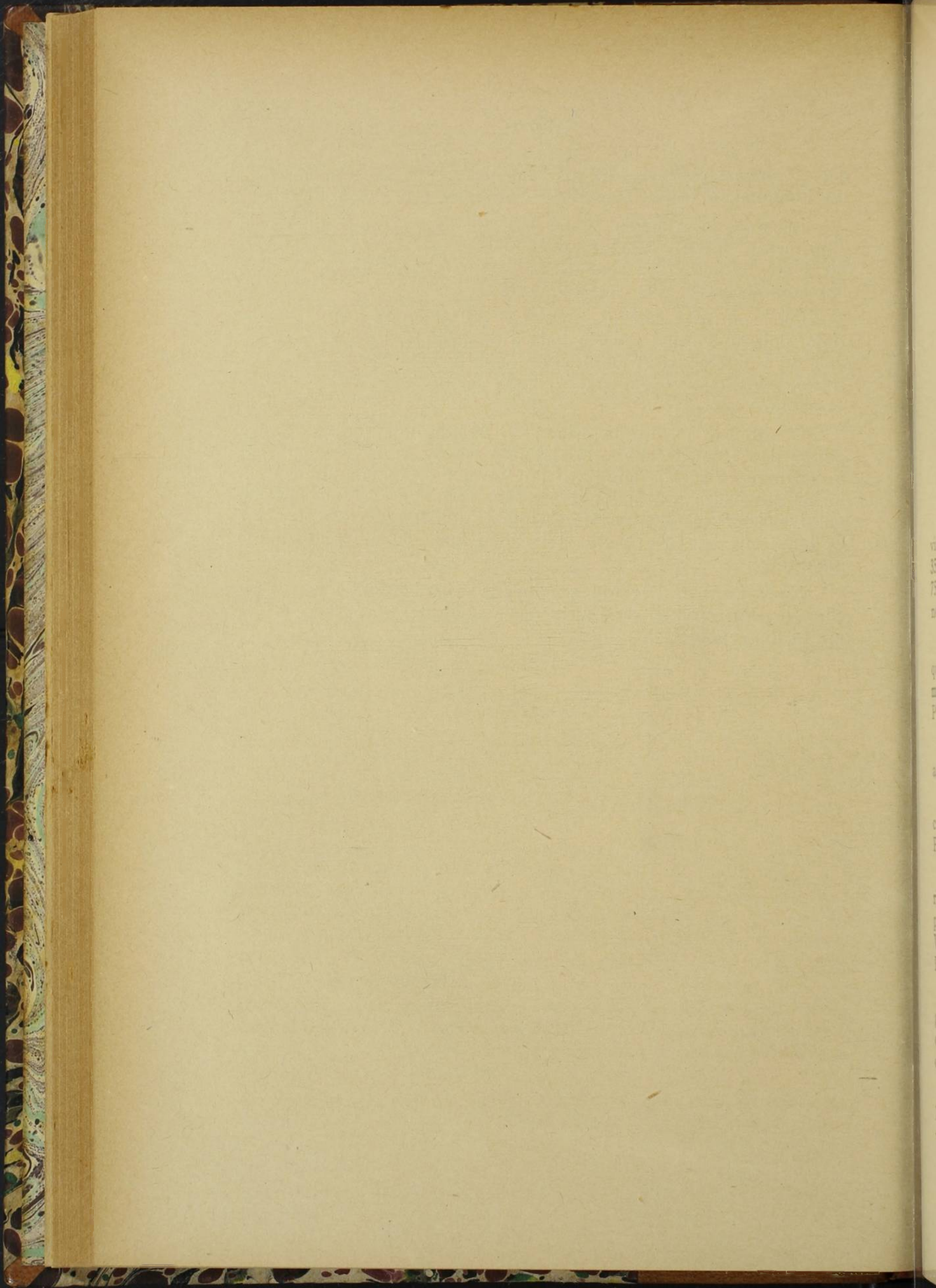
ção. Convem observar que os seus tópicos se referem aos rios do Pantanal, o baixo Taquarí, o Paraguay e o Porrudos.

Lacerda de Almeida ocupa-se deste caso da dificuldade de suprimento de água potável aos monçoeiros. Conta-nos que as do Tietê tinham fraca reputação; péssimas eram as do Paraná, barrentas e pestilentas causadoras de sezões.

Que contraste com as condições do ambiente em que corriam, pois ao Paraná reveste toda a magestade dos maiores caudais do Universo, exprime o astrônomo. As do Pardo, pelo contrário, mostravam-se saudáveis e cada vez melhores à medida que se subia o seu álveo.

O alto Rio Pardo era ótimo e o Sanguesuga este quasi dispunha de verdadeira linfa, cristalina e fresca, a que vinha turvar o contingente rubro sanguíneo do Vermelho, de tão intenso colorido que causava a maior impressão. Em sua correntenão era possível lavar-se roupa. Parecia um rio de sangue, acrescenta a declarar que não exagerava, pois “não fazia de um pigmeu um gigante”.

Nada escreve Lacerda e Almeida corroborando as afirmações de Don Manuel de Flores nas quais deve, contudo, haver muito de verdadeiro.



CAPÍTULO XIV

AS DISTANCIAS DO PERCURSO MONÇOEIRO. OPERAÇÕES ASTRONÔMICAS DE LACERDA E ALMEIDA. DEPOIMENTOS DE ORDONHES, SÁ E FARIA E CANDIDO XAVIER DE ALMEIDA E SOUSA

Segundo os cálculos de Lacerda e Almeida as distâncias fluviais sulcadas pelas monções atingia 531 léguas ou sejam 3504 Km 600. Assim, se distribuíam 152 no Tietê, 29 no Paraná, 75 no Pardo, 17 no Camapuan, 40 no Coxim, 90 no Taquarí, 39 no Paraguay, 25 no Porrudos e 64 no Cuyabá.

A este enorme percurso aquático era preciso adicionar os 14 quilômetros do varadouro de Camapuan e os 155 quilômetros que medeiam de S. Paulo a Araraitaguaba. O total da jornada de S. Paulo às minas cuyabanas vinha a ser, pois, de 3.664 quilômetros.

De Cuyabá às minas guaporeanas mais noventa e três léguas a caminhar! (613 Km, 800).

Cento e treze eram os saltos, cachoeiras e corredeiras a vencer: 55 no Tietê, 33 no Pardo, 24 no Coxim, uma no Taquarí. No Pardo era muito frequente verificar-se espedaçamento de canôas.

Determinou o astrônomo as coordenadas geográficas de vários pontos de seu imenso trajeto em terras matogrossenses e paulistas, sobretudo nas primeiras no Forte do Príncipe da Beira, Vila Bela, Cuyabá, São Pedro d'El-Rey, Albuquerque (Corumbá), Barra do Taquarí, Nova Coimbra, Barra do Coxim, Camapuan.

No percurso paulista muito menos observações realizou. Chegado a S. Paulo retificou as coordenadas determinadas por Francisco de Oliveira Barbosa e Bento Sanches de Orta. Também fez observações sobre a declinação magnética.

Na opinião do primeiro cientista nascido de gente de São Paulo, o mais penoso trecho da viagem monçoeira era o da navegação do Coxim, a que chama Cuxiim.

Em quarenta léguas contava 24 saltos, corredeiras e cachoeiras, quando nas 152 léguas do Tietê existiam 55 e no Pardo 33 para 75 leguas de curso.

Fosse o Coxim tão extenso quanto o Tietê e elas seriam 152; tão longo quanto o Pardo e contaria 75.

Com verdadeira emoção fala-nos das agruras da travessia do Coxim, sobretudo no trecho das sete cachoeiras chamadas de André Alves, onde por um triz, no Salto do Alvaro, os seus remeiros se haviam afogado.

Tremendo este trato, no qual não se encontrava um estirão de meia légua de rio manso.

Sinistro o aspecto do desfiladeiro, que o Coxim corta, em corredeira entre paredões muito altos de notavel cañon. E o rio era sujeito a enormes empolamentos torrenciais subitos às vezes de cinquenta palmos.

“Rio melancólico e fúnebre mas de águas claras e saborosas”, eis como o classifica o astrônomo.

Consignou Lacerda a admiração causada pelo vulto da inundação causada pelos rios matogrossenses.

O Taquary, com a profundidade média de 3,40 m subia de doze palmos (2,64 m) acima da enorme planície a que rega. Aliás, tal inundação abreviava muito a viagem permitindo grandes encurtamentos do percurso.

O Paraguay, em 1786, tanto crescera que ele, Lacerda, navegando no Xaraes passara sete dias sem encontrar terra onde pudesse desembarcar. Vivera então de uma pouca de farinha de milho e marmelada ardida.

Afinal, divisara pequeno cômodo acima daquela enorme planície líquida. Alí, desembarcara e dormira sob um toldo que o resguardara da chuva torrencial a cair havia já cinco dias. Fazia muito frio e foi-lhe preciso acender fogueira.

“Vi então, escreve o astrônomo, por experiência própria que o melhor guizado do mundo e o mais inocente são o feijão e o toucinho pouco cozidos. Este é o bom efeito da sobriedade”. E acepipado pela fome devia ser o complemento da reflexão.

Conta-nos o cientista que, nas monções, assinalado papel tocava ao proeiro. Era quem tinha as chaves do caixão das carnes salgadas e das frisqueiras. Comandava e governava a prôa. Estava na sua jurisdição a vontade de fazer mais e menos sincronizadas as remadas, conforme batia, mais ou menos rapidamente,

com o calcanhar no fundo da canoa, a marcar o compasso da voga aos remadores.

Merecia toda a contemplação por ser quem mais expunha a vida na transposição das cachoeiras. Cabia-lhe desviar a canôa dos rochedos batidos pelas águas enfurecidas, quando o barco por elas se encontrava arrastado com a rapidez de um projétil.

Punha-se de pé no bico da prôa, manejando grande e forte remo para poder auxiliar e fortalecer o efeito do leme e rapidamente desviar o batél dos penedos. E como estes fossem geralmente numerosos de um e outro lado dos canais tornava-se-lhe necessário mudar de lugar ora n'uma ora n'outra borda da canôa. E isto com a maior presteza.

Se nestas mudanças acaso escorregasse ou deixasse o barco roçar n'alguma pedra, embora levemente, ia ter ao rio em risco de o despedaçar a violência das águas sobre os rochedos, ou morrer afogado.

Daí a consideração que todos lhe tributavam, a autoridade de que dispunha e o respeito imposto aos companheiros, de onde lhe provinha "toda a chibança de um vilão obsequiado e respeitado".

Ponto singular da longa travessia era o chamado Pouso Alegre, no Taquary. Lá se encontravam as canôas que de Araraiaguaba subiam com as que do Cuyabá desciam para o rio de Povoador.

Relata Lacerda e Almeida que quando as tripulações de sua monção divisaram no Paraná as setenta braças (154 m) da barra do Tietê entregavam-se a manifestações de descompassada satisfação, fazendo a maior algazarra.

"Pela alegria que tiveram os camaradas ao chegarem ao rio que banha o seu paiz natalicio, se enfureceram (sic) e entre grandes gritarias e vivas gastaram-me em salvas, frasco e meio de pólvora e uns poucos de aguardente".

Cético conclue o eminente reparador: "Talvez fosse fingida a alegria e servisse de pretexto para subir a frasqueira a riba".

Entretanto, logo depois teria de se entregar à penosa variação provocada pelo salto do Itapura, para vencer, num varadouro de 60 braças de comprimento (132 m) uma diferença de nível de 44 palmos (9,68 m) em grade assás íngreme de 7,3%.

O do Avanhandava era quasi o mesmo. Para 150 braças (330 metros) venciam-se 53 palmos (11,60 m) ou 7,5%.

Cumpra lembrar contudo que o trajeto da varação certamente não seria estrada rampada uniformemente para o resfôlego dos pobres empurradores das canôas e dos canoões.

Saído de Araraitaguaba a 7 de julho de 1784 chegou Diogo de Toledo Lara e Ordonhes a Cuyabá a 4 de dezembro seguinte, com uma viagem de mais de 140 dias, portanto.

Sua monção constava de onze canoas das quais três das maiores jámais aportadas a Cuyabá.

O Tietê, quando bem cheio, afirma, só apresentava, por assim dizer, dois obstáculos sérios: os saltos de Avanhandava e Itapura. Mas quando de águas baixas oferecia os perigos por vezes enormes de cerca de duzentas cachoeiras e corredeiras.

Com a enchente fazia-se-lhe a descida em quinze dias; em águas médias gastava-se um mês, e com tempo muito seco uns quarenta e cinco dias!

Não havia por assim dizer cachoeira e corredeira sobre a qual não contassem os pilotos sucessos trágicos.

Grandes os sustos motivados pela transposição destes obstáculos, onde os guias e as tripulações mostravam magnífica perícia quando pelos meandros dos rochedos deixavam as suas canôas "ir como setas atravez de canaes sinuosíssimos em mil torcicolos".

A cada momento vira ele Ordonhes a iminência de se converter a sua embarcação em destroços.

Em outros estirões, correndo o rio sobre lageado, navegavam as canôas com tripulações dobradas, "para não ficarem pegadas e por isto davam bons tombos por baixo", que a cada passo ameaçavam abrir-lhes o pouco espesso casco.

Aos poucos iam-se os passageiros novatos familiarizando-se com o perigo, sobretudo nas corredeiras por vezes de duzentas e cinquenta braças de extensão (550 m), verdadeiros canais empedrados, de pequena profundidade.

Para os barcos pequenos nada mais perigoso do que a navegação do Paraná quando havia vento. A' noite tornava-se necessário abrigarem-se as flotilhas nas águas dos afluentes do grande rio, receiosos da ocorrência de grandes vendavais.

Admirou-se Ordonhes das magníficas florestas marginais do Tietê, cheias de madeiras corpulentas.

Na opinião de Cardoso de Abreu a melhor época para a partida de uma monção era de março a maio "verdadeiro tempo de semelhante viagem".

Com os rios cheios a descida do Tietê se fazia em vinte dias. Mas em compensação reinavam então as maleitas em terríveis epidemias, o que tornava preferível a viagem de junho a setembro, escreve Antonio de Toledo Piza, a anotar o **Divertimento admiravel**.

Recomendava Abreu que no Paraná se navegasse encostado à margem direita. As tempestades no enorme caudal mostravam-se terríveis. Certa vez experimentara ele uma tormenta que durara três dias e da qual por milagre escapara.

Ninguém bebesse água do Paraná! A do Pardo cristalina e saudavel devia as virtudes salutíferas à salsaparrilha abundante que crescia em suas margens.

No Camapuan tornava-se a navegação a mais penosa por falta de profundidade do rio. As monções faziam viagens de vai e vem até o Coxim deixando à margem deste a carga em ranchos guardados. Por vezes a transposição deste trabalhoso trecho exigia o dispêndio de vinte dias.

No Coxim, rio de excelentes águas, piscoso e cortando matas cheias de caça, era entretanto defícilima a navegação. Curioso é que Abreu não mencione a existência do grande **cañon** entre cujas penédias corre o trabalhoso afluente do Taquary.

Na opinião de Manuel de Barros não havia época mais favoravel para a partida das monções do que o lapso de 20 de maio a 13 de junho.

A José Custodio de Sá e Faria se deve um **Diário da viagem de S. Paulo à praça de Nossa Senhora dos Prazeres do rio Iguatemy**, que a **Revista do Instituto Histórico Brasileiro** publicou (T. 39, 1, 227) narrativa quasi sempre desinteressante pela secura dos informes quasi limitados às dificuldades da navegação. Nem parece tal **Diario** redigido por homem da alta inteligência deste Oficial-general que tantas provas no Brasil deixou de capacidade e descortino.

Com a maior repugnância realizou ele, aliás, tal jornada. Assim é que tendo ordens expressas do Governo Real a que sem detença seguisse para o Iguatemy, deixou-se ficar em S. Paulo de 2 de julho de 1772 a 3 de outubro de 1774!

Homem de vasta e culta inteligência, era absolutamente infenso à insensata conservação do presídio iguatemiense, inútil madatadouro de paulistas e assim opôz à inércia das delongas a execução das nefastas ordens pombalinas.

Para a bibliografia das monções pouco interesse tem o seu **Diário**. Extenso como é apenas se ocupa com a descrição assás

minudente dos acidentes oriundos da navegação, muito menos pormenorizadas aliás de que as do roteiro de Manuel de Barros.

Nele não encontramos pormenores sobre a organização das monções, e os incidentes da jornada fluvial. Escreve notas, muito escassas, sobre a fauna e a flora ribeirinhas. Nada mais seco do que as suas páginas. Que diferença entre elas e as que redigiu o bom Juzarte que no entanto era mero oficial de tarimba e não engenheiro militar da cultura de seu sucessor no jornada dos rios.

Nem sequer demonstra o brigadeiro haver-se impressionado com a visão dos grandes espetáculos naturais, para ele inéditos, como o da visão do Avanhandava e do Itapura.

Do Jupuí apenas refere que obrigava a dobrar as tripulações das canôas forçada a remar com violência.

Outro Oficial-general dos exércitos coloniais aparece na bibliografia das monções: o Tenente-general Candido Xavier de Almeida e Souza (1748-1831) cujo nome tão prestigioso é em nossos fastos pelo desbravamento do oeste paranaense, a descoberta do Igurey, a defesa do Forte de Coimbra contra os espanhóis em 1801, os serviços de guerra no Rio Grande do Sul e a participação nos acontecimentos políticos precursores da Independência.

Deve-se-lhe um Plano de uma expedição ao Iguatemy (1786), divulgado no tomo 44 dos Documentos interessantes, p. 268, et pass).

Apresentou-o ao Capitão-general Cunha Menezes ou ao seu sucessor Fr. José Raymundo Chichorro.

Bernardo José de Lorena em 1792 incumbiu-o de verificar a possibilidade de se estabelecer uma via navegavel entre S. Paulo e Itú. Transportou então a título de experiência um carregamento de açúcar ituano. Exigiu isto muito grandes trabalhos, motivo pelo qual foi a idéia abandonada. (Cf. Azevedo Marques, Apont. I, 84).

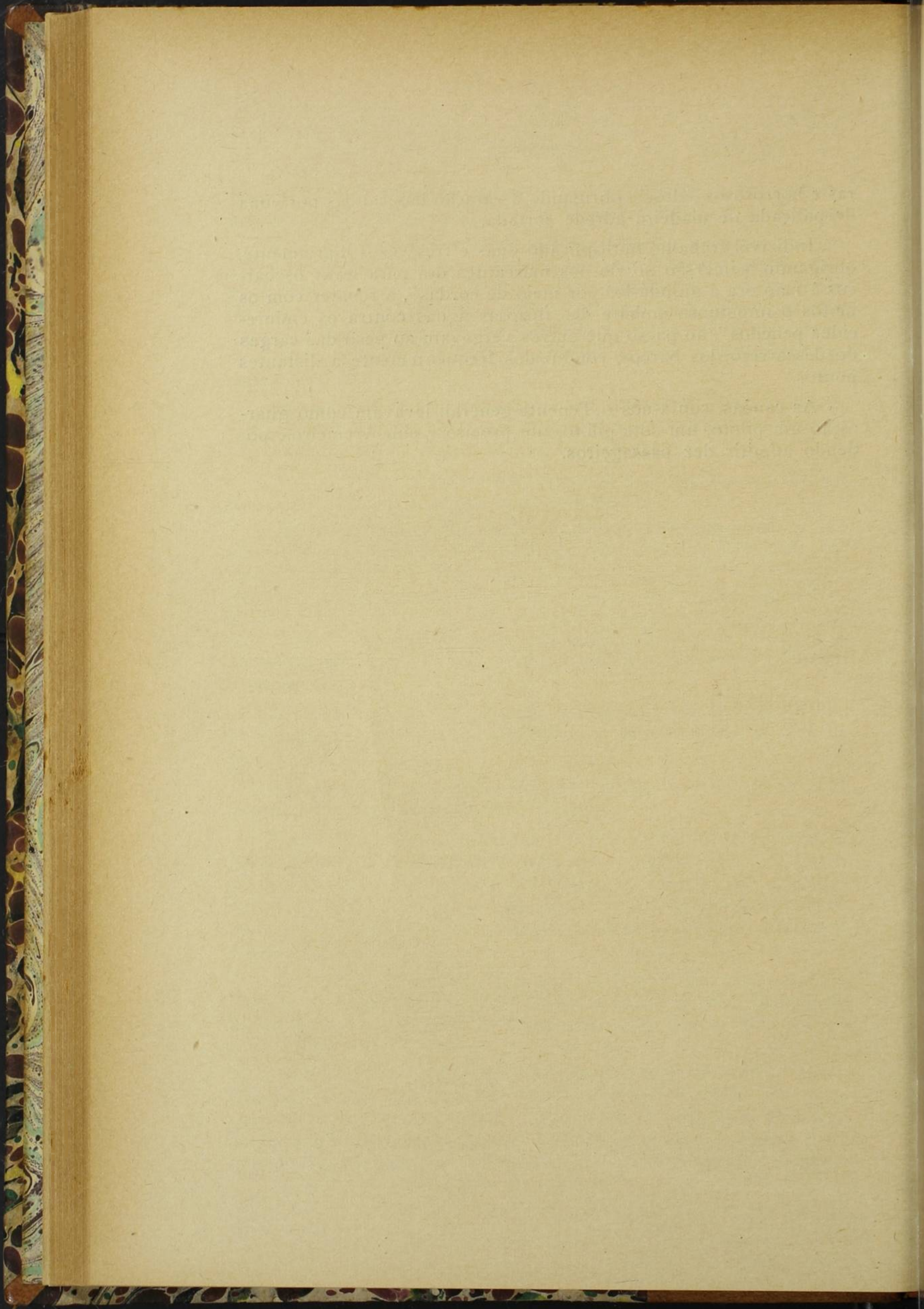
Deve-se-lhe a autoria mais que provavel de um anônimo Roteiro de navegação do Tietê desde a barra do Rio Grande de Santo Amaro até o salto de Itu-guassú, que Melo Nobrega arrola (p. 55).

No Plano a que aludimos, de escassas páginas aliás, afirma Candido Xavier que a época mais propícia à largada das monções era o princípio de Abril. Calculou mal a extensão do Tietê, dando-lhe 1.320 quilômetros entre Araraitaguaba e a fóz, num leito onde se contavam “75 precipícios de despenhadas cachoei-

ras e horrorosos saltos”, obrigando à varação das canôas por cima de paliçada de madeira adrede cortada.

Indizível trabalho multiplicado duas e três vezes diariamente, obrigando a imersão no rio dos mareantes ora para levar os barcos à mão ora a guindá-los por meio de cordas”, a rebater com os peitos o impetuoso embate das furiosas águas contra os endurecidos penedos”, ao passo que outros vergavam ao peso das cargas do descarreto dos barcos, conduzidos frequentemente a distantes pontos.

As canôas, conta-nos o Tenente-general, levavam como guarnição um piloto, um sota-piloto, um proeiro e cinco remeiros, podendo admitir dez passageiros.



CAPÍTULO XV

AS FLOTILHAS MONÇOEIRAS. CANOAS E CANOÕES, AJOU-
JOS, BALSAS. INFORMES PRECIOSOS DE JUZARTE. OS CA-
MAROTES. A TRIPULAÇÃO. ACOMODAÇÃO DA CARGA.
APROVISIONAMENTO DOS BARCOS. AS AGRURAS SOFRI-
DAS PELOS EMBARCADIÇOS. O MAIS ANTIGO DOCUMENTO
MONÇOEIRO.

Num porto do Tietê, à jusante do Salto de Itú, a quarenta léguas de S. Paulo (264,20 ms.), porto a que denominou de Nues tra Senñra de Atocha, e lugar a que atingira após penosa tra- vessia, embarcou Don Luis de Cespedes Xeria em 1628 e em de- manda da Ciudad Real de Guayrá.

Tal percurso ele o efetuara “por tierra y a pié por ser ca- miño fragosissimo que no se puede andar de otra manera com ynfinitos trabajos de llubias y rios”.

Fôra-lhe preciso atravessar dezoito vezes o Tietê. Curioso é que não se refira a Parnaíba, nem a Itú, que já existiam. Talvez em sua qualidade de castelhano houvesse evitado passar pelos dois arraiais bandeirantes.

Se realmente marchou quarenta léguas deve ter embarcado muito abaixo do Salto de Itú que, está a vinte e poucas de São Paulo.

Deteve-se no tal porto um mês a fabricar “três embarcaciones de palos grandisimos”.

O seu canoão escavou-se em gigantesco madeiro, cuja cir- cunferência era de oito braças (17m,60). Tinha 75 palmos de comprido (16m,50) e seis de boca (2m,32). No centro contaria uma largura de 2m,80 se realmente fôra aproveitado o diâmetro da enorme árvore.

Neste barco acomodou-se Dom Luis com sua creadagem e cincoenta índios remeiros, o que parece exageradíssimo.

Das demais duas canôas então fabricadas, diz Don Luiz: “Las otras dos eran la mitad menos donde venian el sustento nuestro y de los yndios”.

Não ocorreu desastre algum com o enorme canoão do Capitão-general do Paraguay, a quem coube a primazia de traçar o primeiro ensaio da carta de exploração do interior brasileiro o “boron” por ele oferecido à sacra e cesarea magestade católica de Felipe IV e traçado com as tintas de certas ervas selvagens.

Assinalada a existência deste mapa interessantíssimo no Arquivo General de Indias em Sevilha, pelo sabio Pablo Pastells, fizemô-lo copiar para o apresentar ao público em nossa **Coletanea de mapas da cartografia paulista antiga**, em 1922.

Na contiguidade do Tietê havia outróra, na era anterior à tremenda dendroclastia, que o assolou, madeiros imensos, que permitiam a construção desses despropositados canoões do tipo do de Don Luis de Céspedes.

Contou-nos João Evangelista Pompeu de Campos, saudoso amigo, rico repertório vivo de cousas tradicionais que a mata do Mburú, perto de Indaiatuba, era célebre pela corpulência das árvores. Nela avultavam gigantescas perobeiras.

Dalí haviam saído para a nova matriz de Itú, no último quartel do século XVIII as oito colossais linhas de oitenta palmos (,17m,60), exatamente do tamanho do canoão de Don Luis de Céspedes, necessárias para as tesouras do telhado do templo.

Diz Cardoso de Abreu que sobretudo perto de Capivary se adensavam as árvores maiores da floresta admiravel daquela zona.

São perfeitas as observações de Sergio Buarque de Holanda sobre as relações de aproveitamento da enorme rede hidrogáfica do Brasil não amazônico e as facilidades por ela oferecidas à penetração do território.

A quem desconheça o que são os obstáculos obstruidores do livre curso da navegação de por vezes enormes rios como o Tocantins, o Doce, o Jequitinhonha, o Paraíba do Sul, o Tietê, o Paranapanema, o Paranahyba e tantos mais trará a inspeção sumária dos nossos mapas a impressão de que todos eles oferecem o mais cômodo acesso às terras de seus vales quando a verdade é absolutamente outra.

Assim, a utilização destes “caminhos caminhantes” da famosa expressão pascaliana, exigiu a aplicação de expedientes empregados pelos primitivos habitantes do solo, verificando-se mais uma vez a exação do conceito de Eduardo Prado sobre as van-

tagens da cruza euramericana para a mais rápida devassa do território brasileiro.

Decisiva a influência indígena para se contornarem os obstáculos atravancadores do leito dos rios. Daí lançarem mão os sertanistas da canôa de casca, veículo único em condições de superar os riscos impostos pela violência das águas das corredeiras.

“Escolhido um tronco linheiro e com seiva abundante, é bastante despir-lhe a casca do topo à raiz, unindo depois as pontas com auxílio de cipós e mantendo aberto o bojo por meio de travessões de pau; ou então aquecendo-o em fogo brando, de maneira a fazê-lo bem flexível e dar-lhe assim a conformação desejada”. (Holanda, *Monções*, 20).

A canôa de casca não foi o único recurso de transposição dos rios utilizado pelos sertanistas.

Improvisados amarrados de cipós, toscas balsas e jangadas, também se empregaram, como recorda B. de Holanda, citando episódios das velhas jornadas de devassa, como as de Knivet, de Silva Braga, o desertor da bandeira do Anhanguera, a do último trecho da navegação amazônica no periplo de Antonio Raposo Tavares. Recorda o douto autor o feitio das embarcações paulistas que em 1641 desceram o Uruguay para o assalto às reduções jesuíticas epilgado pela catástrofe de Mbororé e afinal o depoimento do autor do epos glorificador de Fernão Dias Paes esse até hoje misterioso Diogo Grasson ou Garção Tinoco quando do seu homeriada diz:

Parte enfim para os serros pretendidos
Deixando a Pátria transformada em fontes
Por terrenos nunca usados nem sabidos,
Cortando matos e arrancando montes
Os rios vadeando mais temidos
Em jangadas, canôas, balsas, pontes
Sofrendo calmas, padecendo frios
Por montes, campos, serras, vales, rios.

Nas monções cuiabanas o grande meio de transporte foram a canôa e o canoão, a caravela e a náu das flotilhas fluviais. Anteriormente, nas jornadas de devassa utilizavam-se os paulistas de balsas durante as grandes cheias dos rios.

Assim, na *Demonstração dos diversos caminhos* que os moradores de S. Paulo se serviam para os rios do Cuyabá e Província do Cachiponé que publicamos nos *Anais do Museu Paulista* (T. I, p. 2.^o, pág. 463), o anônimo autor se refere às tempestades açoutadoras das águas do Paraná, “rio muito largo he mui-

to furioso por essa causa". Quando enchia, continua, não o navegam os paulistas senão de junco por liame".

Para o vencimento dos perigos do sorvedouro de Jupia amarravam as canoas umas às outras formando ajoujos.

Nas águas plácidas do Paraguay navegavam às vezes os bergantins dos padres da Companhia, vindos de Assuncion e de suas missões, e Barbosa de Sá citado por Buarque de Holanda falamos de ajoujos constituindo o estrado de balsas sobre o qual se erguiam "casas portáteis"). (Anais da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro, XIII, 34).

A transposição dos rios por sertanistas e monçoeiros era frequentemente realizada por intermédio da pelota de couro que tanto impressionou os primeiros viajantes europeus do nosso interior a ponto de merecer as honras de reprodução em desenhos assás numerosos.

Uma das mais movimentadas e últimas passagens vultosas de rios por meio de pelotas ocorreu em 1867 às margens do Miranda, quando a coluna que acabava de sofrer os horrores da Retirada da Laguna foi detida por súbita e enorme enchente do antigo Mboteteú.

Coube aos peloteiros levar de uma margem a outra do volumoso afluente do Paraguay muita gente, como nos informa o Visconde de Taunay em suas Memórias, e sobretudo na Retirada de Laguna.

A pelota, como geralmente se sabe, consiste em se arrumar um couro fresco de boi franzido em roda, de modo a se lhe dar a forma de um vaso de fundo chato. A' prôa e a pôpa deste barco rudimentaríssimo colocavam-se travessões de pau, de modo a proporcionar certa largura à embarcação.

O propulsor era um nadador que levava segura pelos dentes uma tira de couro cuja outra extremidade se prendia à pelota.

Nada mais precário do que a travessia em tal barco nos rios correntosos, quando o nadador abandonava a pelota por qualquer motivo. Fala-nos o Visconde de Taunay do afogamento de um oficial de sua coluna, vítima de um caso destes, no rio Miranda.

Armas e cartucheiras da coluna retirante foram transportadas em pelota, assim como alguns enfermos quasi agonisantes.

Na bibliografia que conhecemos das monções muito pouco se fala em balsas e muito menos em pelotas.

Frisa Buarque de Holanda o papel importante que às ubás e pirogas de madeira inteiriça coube nos fastos da nossa expansão geográfica, papel reduzido pelo trabalho pesado e longo de derribar, falquejar certos cernes duros. Assim, muitas vezes eram tais madeiros postos de lado preferidos por outros, inclusive para a passagem dos rios e os percursos breves.

Tal o caso das madeiras tenras como a paineira e a samau-meira, lenho das canoas que serviram à transposição do Rio Grande pela bandeira do Anhanguera a caminho de Goyaz. “Fomos ao Rio Grande passando em canôas feitas de paus de samau-ma”, escreve José Peixoto da Silva Braga, em sua famosa *Notícia Prática*.

Este mesmo alferes conta que a sua tropa transpoz o Meia Ponte “rio caudaloso”, em pequenas canôas fabricadas com cascas de arvores.

No Tocantins, encontrou muitas jangadas de índios feitas de hastes de burity.

Era muito natural que os primeiros sertanistas aprendessem com os autoctones os processos para melhor e menos perigosamente navegarem os rios de águas revoltas.

Daí a circunstância dos tripulantes das monções remarem de pé e à prôa, quando na Africa, segundo o depoimento de Lacerda de Almeida, aduzido por B. de Holanda, iam à pôpa e sentados. E convem lembrar que o ilustre depoente tanto viajou nos rios do Brasil como nos africanos.

O tipo do canoão monçoeiro adaptado à região amazônica foi apelidado “paulista”, no dizer de José Gonçalves da Fonseca. Referia-se a barcos de quatorze e mais metros de comprimento.

O das monções paulistas não passavam em geral de doze metros de comprimento com metro e meio de boca, ao passo que as enormes ubás das descidas de Vila Bela para Belem eram muito mais avultadas, tendo lotação incomparavelmente maior.

Entende Holanda que a principal causa de tal diferença, provinha sobretudo da superioridade da flora amazônica, sobre a paraniana em matéria de grandes madeiros. Motivo pelo qual junto às grandes ubás monóxilas, os canões monçoeiros do sul faziam o papel de humildes batelões.

Parece-nos excessivo tal confronto. Há no sul árvores tão ou quasi tão corpulentas quanto as da bacia amazônica. Haja vista as da bacia do Rio Doce, sobretudo no Espírito Santo, onde ocorriam as maiores árvores do Brasil.

A questão era principalmente o número de obstáculos a vencer e sobretudo as diferenças do volume d'água que em alguns trechos do trajeto monçoeiro como no Alto Pardo, no Sanguesunga, no Camapuan. Rios, além de rasos, muito apertados, não comportavam o emprego de barcos tão compridos e tão pesados, quanto os amazônicos. Ao Camapuan, por exemplo, Lacerda e Almeida chama "estreitíssimo rio". Tinha tão pouca água que na maior extensão eram as canoas arrastadas por cima de seu fundo.

Dá-nos Teotonio José Juzarte excelentes dados sobre o que eram as canoas de monções em 1769.

Feitas de um só lenho, tinham em geral, de cinquenta a sessenta palmos de comprimento (11 m a 13 m 20) e de boca de cinco a sete (1 m 10 a 1 m 54).

Eram agudas para a prôa e pôpa, lembrando-lhes o perfil uma lançadeira de tecelão.

Não tinham quilha nem mastro, pois nunca navegavam à vela, mesmo no Paraná e no Paraguay. Na borda a grossura do casco não excedia duas polegadas (0m,055).

Custavam entre setenta e oitenta mil réis. Mas havia-as contudo de maior preço.

"Fornece-se cada uma de oito homens, oito remos, quatro varas, uma cumieira coberta de lona, pólvora, bala, machados, foices, enxadas e armas de fogo".

A coberta de lona só servia para cobrir a carga da canoa quando chovia.

"Têm estas embarcações, continua, dois espaços vãos nas duas extremidades da pôpa e da prôa, que tem cada um de comprimento dez até doze palmos (2,20m a 2,64m) em os quais se não mete carga".

Quer isto dizer que esta só ocupava metade do barco.

"Porque o espaço da extremidade da prôa ocupam os cinco ou seis remeiros, cujos remos eram de menor tamanho; as varas munidas de juntas de ferro só serviam à subida dos rios), e o proeiro adiante, em pé, no bico da canoa. O outro espaço da pôpa, o do piloto governando sua canoa. Neste espaço da pôpa se costuma armar uma barraca (quem pode fazer essa despeza) e não acomoda mais que duas pessoas com incomodo, cuja se faz de baeta vermelha, forrada de aniagem, e fica à imitação do toldo de um escalér, mas isto só serve para algum bom caminho, porque as mais das vezes se não pode navegar com a dita barraca, e tudo o mais a céu descoberto sentados por cima

das cargas que enchem a canôa por todo o seu comprimento livres as duas extremidades”.

Assim, como vemos, na maioria dos casos o passageiro de classe que ocupava a barraca teria de aguentar a ardência solar, valendo-se quando muito de algum para-sol, quando sobretudo os trechos navegados eram os dos rios estreitos obstruídos por madeiros ao lume d'água as chamadas rasouras.

Continuando a descrição da canôa, escreve o bom Sargento-mór:

“Nas duas extremidades, livre o vazio que acomoda a carga, há duas travessas que seguram a borda da canôa, uma avante e outra à ré. Cada uma tem o seu furo no meio, por onde se enfia perpendicularmente duas forquilhas que excedem acima destas travessas dois palmos (0,44m). Em cima destas forquilhas se atravessa uma vara a que chamam cumieira.

Sobre esta cumieira se põe, de palmo a palmo, umas varinhas à maneira de pernas das de um telhado, cujas extremidades botam fora da borda da canôa.

Isto feito, o que se executa de pressa, se cobre com a coberta de lona que vai pronta para isso, e fica a canôa a coberto das chuvas, à maneira de um telhado ou tumba que pouca ou nenhuma água lhe cai dentro. E isto se faz durante as tempestades de chuvas, ou quando se passam ondas grandes que saltando por cima de uma parte para outra, escoam a água pela lona para fora. Exceto os espaços ditos que se não cobrem e a água que lhe cai dentro se esgota”.

Assim se resguardava a carga das chuvaradas e até das ondas que no leito do Paraná se alçavam.

Para reforço da segurança destes enormes barcos destinados a arrostar as eventualidades diárias e frequentes do abalroamento com os penedos do leito dos rios, tornava-se necessário fortificar-lhes a borda por meio de uma faixa de madeira, operação que se chamava bordar e era indispensável.

O corte das madeiras destinadas às embarcações devia ser bem antecipado e efetuar-se sobretudo nos meses de junho e julho, recomendava Candido Xavier de Almeida e Souza, pois era este o tempo pela experiência aconselhado para se obterem madeiras de maior duração.

Os lenhos mais procurados para canôas e canoões eram os das perobas realmente magnificamente adequados pela resistência aos choques e à incorruptibilidade em face do contacto com a água.

O benemérito cartógrafo e engenheiro João da Costa Ferreira que tanto trabalho útil realizou na cidade e Capitania de S. Paulo, e cujo nome se liga à construção da estrada empedrada da Serra do Cubatão, à do primeiro grande chafariz público existente em terras de S. Paulo, informava em 1800 ao Capitão-general Antonio Manuel de Melo, que os paus de lei melhores para a construção de barcos eram a canela preta, a peroba e a umucurama.

Mas a sua informação refere-se sobretudo às madeiras litorâneas. Nas margens do Tietê as essências preferidas eram além da peroba o ximbó e o tamboril, muito utilizados. Da primeira se dizia que apesar das excelentes qualidades hidrofugas tinha o defeito de lascar com certa facilidade.

A linha de flutuação para as condições de segurança da navegação era grosseiramente determinada num máximo de palmo (0, m 22) acima do lume d'água, informa Juzarte.

A tendência para o tamanho dos barcos era torná-los pequenos, dada as dificuldades temíveis de seu carreto e descarreto frequentes e os esforços sobrehumanos exigidos pela sua varação.

Não poderiam orçar o que a outros permitiam a navegação em águas tranquilas.

Era o que Rodrigo Cesar de Menezes em 1724 explicava a D. João V, a lhe dizer do grande risco que corriam as canoas pelas muitas cachoeiras semeadas de penhascos.

Tais embarcações, relativamente frágeis, destituídas de quilhas, afrontavam a fúria das corredeiras arrostando os mais sérios perigos. Em certas partes, explicava o Capitão-general, tornava-se necessário levarem-n'as aos hombros por cuja razão se faziam tão pequenas que apenas carregavam de cinquenta ou sessenta arrobas (entre 730 e 876 Kgm.), aí se incluindo o peso dos três ou quatro tripulantes.

Mas havia certamente barcos de muito maior capacidade de lotação.

Aguirre, valendo-se da *Descripcion historica y geografica de la Vila Real de Cuyabá y Minas*, de autoria de D. Manuel de Flores, datada de 1756, afirma que em Araraitaguaba fundeavam às vezes enormes canoões capazes de embarcar carga pesando trezentas arrobas, cerca de 4.400 quilos, e carga da mais variada.

Canoas de tal porte não poderiam ter a pequena triplação que servia nas chamadas de montaria, empregadas no serviço de reconhecimento de águas perigosas, frequentadas por índios, ou

para o transporte de caçadores e pescadores, como nos conta o Conde de Azambuja.

Os grandes barcos cuja existência é inegável exigiam muito mais vultosa equipagem.

Saindo de Cuyabá para S. Paulo numa canôa levou Lacerda e Almeida em sua conserva um batelão onde se deviam acomodar vinte e seis trabalhadores “que tantos eram precisos para as varações”.

Talvez a média fosse a que indica Candido Xavier: oito homens: piloto, sota-piloto, proeiro e remadores.

Um documento iconográfico de 1826 da autoria de Amado Adriano Taunay: *A Largada de Porto Feliz* parece elucidar a questão para a média dos casos. A canôa capitânea da monção armada leva à prôa o proeiro e quatro remadores; à pôpa o piloto e o contra-piloto. E é um barco bem carregado parecendo de bom comprimento.

Os canoões teriam lotação muito maior, falando-nos o Conde de Azambuja que transportavam vinte passageiros fora a maruja.

As canôas de carga, esclarece D. Antonio Rolim, acomodavam muita cousa. Algumas até noventa sacos de mantimentos e trinta e tantas cargas de barris e frasqueiras.

Em 1813, Gustavo Beyer, o médico e viajante sueco a cuja preciosa relação de viagem traduziu Alberto Loefgren, viu em Porto Feliz enormes canoões com largueza para acomodar oitenta homens armados e toda a sua impedimenta, o que nos parece sobremodo exagerado. Todos estes barcos eram monóxilos, feitos “de preciosa peroba”, de cujo tamanho se podia ter idéia sabendo que tais canôas procediam de um só tronco (*Rev. Inst. Hist. de S. Paulo*, 12, 293).

Ayres do Casal imprimindo em 1817 a sua famosa *Corografia brasilica* fez especial menção da “vastissima mata de corpulentas arvores” ribeirinha do Tietê, de cujos troncos assim como dos que existiam à margem de um outro afluente do Tietê, o **Capivary** “se faziam as grandes canôas de oitenta palmos (17m601) de comprimento, sete e meio (1m65) de largura e cinco (1m10) de alto, nas quais se navegava para Cuyabá, carregando quatrocentas arrobas (5.840 Kgm.) “afora o mantimento para oito homens de tripulação e às vezes passageiros” (*Cor. Bras.* I, 210).

Alguns anos mais tarde o ilustre patriarca da iconografia paulista, Hercules Florence, contava, em 1826, que em três me-

ses os mestres do estaleiro fluvial de Porto Feliz e seus operários haviam preparado dois canoões com cinco pés de largo (1m65), cinquenta de comprimento (16m5) e três e meio de profundidade, (1 m 155) “feitos de um só tronco de arvore de carvalho e trabalhado por fora, de fundo chato e pouca curvatura”.

Este fundo era de duas e meias polegadas (0m067) de espessura, a qual ia diminuindo até a borda, onde não tinha mais que uma polegada (0m027).

Larga faixa de madeira, pregada solidamente, guarnecia as duas bordas e bancos, deixados no interior das canôas. Aumentavam-lhe a solidez, reforçando duas grandes travessas que concorriam para o mesmo fim.

“Estas embarcações assim construídas são muito pesadas. Entretanto, embora fortes, não podem comumente resistir ao choque nos baixios, quando impelidas pela rapidez das águas” (Hercules Florence: Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, 12).

Dos canoões e canôas da monção, que tão numerosos foram, quasi nada subsiste. Sabemos que ainda em 1910 haveria uma dezena destes barcos encalhados junto ao Paredão, em Porto Feliz.

Em 1920, ao se inaugurar o monumento às monções, a Prefeitura Municipal de Porto Feliz conseguiu arranjar um, mutilado, cujas prôa e pôpa haviam sido serrados. Mas não é uma peça monóxila e sim constituída de taboado. Em todo o caso vultoso, longo e alto de borda.

Debalde procurámos obter algum outro até que, passados anos, conseguimos descobrir a existência de um beque de prôa. Pertencia ao distinto ituano Sr. João Batista Portela, que o conservava em sua fazenda, ribeirinha do Tietê, e o doou ao Museu Paulista. É um destroço de canôa monóxila de certa tonelagem, que deve ter sido serrada em três pedaços. Transportamo-lo ao Museu Paulista colocando-o em face da **Partida da Monção**, de Almeida Júnior e de uma bela ânfora de cristal, cheia de água colhida no Porto, em Porto Feliz, e colocada sôbre um vaso de bronze, supedaneo artístico, devido ao belo escultor tão prematuramente morto Elio de Giusti. E vaso cujo motivo decorativo essencial vem a ser a presença de três anhumas.

Sobre a carga das canôas, informa Juzarte que as provisões se acomodavam em sacos cilíndricos com um pé (0,33) de diâmetro e cinco ou seis de comprimento (1 m 65 ou 1 m 98). “Esta figura é a que convem — diz-nos o rudo e bravo monçoeiro por se acomodarem melhor pelo seu comprimento e pouco diâmetro.

Sobre a operação do embarque da carga das canôas deixou Hercules Florence precioso desenho que Oscar Pereira da Silva, por incumbência nossa transportou para uma tela pertencente à galeria do Museu Paulista. Em Porto Feliz passou-se a cena fixada por Florence. Uns tantos pretos nus da cintura para cima carregam caixas e caixões para os barcos abicados à barranca do Tietê.

As provisões embarcadas consistiam sobretudo em farinha de milho e de mandioca, feijão, toucinho e sal.

Era o que constituia “o mantimento de que se forneciam as embarcações”, não excedendo o trivial diário este parco cardápio. “He o quotidiano sustento exceto alguma caça ou peixe se o há”.

Conta o Conde de Azambuja que se embarcavam também galinhas “mas só para os doentes de maior perigo”.

Também não se dispensava a presença de alguns barris de aguardente da terra.

Os passageiros de distinção estes levavam paços, presuntos, biscoitos e carne de vinho d'alhos.

“Durante a viagem se costuma cozinhar à noite, o que há de comer no outro dia e porque se não pode acender fogo ao jantar se come frio o feijão cozinhado da vespera”, adianta Juzarte.

O virado paulista de feijão era o grande recurso dos monçoeiros; a famosa mistura de feijão preparado com toucinho e farinha.

Declara Lacerda e Almeida que não haveria no mundo melhor pitêu do que o feijão com toucinho pouco cozido”, sobretudo quando acepipado pelo apetite, acrescentemos, embora pensemos que realmente o virado, o viradinho como é carinhosamente tratado, seja ótimo.

A farinha de milho predominava muito sobre a de mandioca.

No aprovisionamento das monções vemos sempre figurar estes elementos essenciais.

Os alqueires de farinha era um pouco mais do que os de feijão e o número destes determinava outro idêntico de arrobas de toucinho.

A predominância da farinha de milho sobre a de mandioca era em geral muito acentuada.

Recorda B. de Holanda que na expedição de Candido Xavier, em 1800, embarcaram-se seis alqueires de farinha de pau contra 174 de milho. Servia aquela para com a rapadura for-

mar-se a tão popular jacuba, dos velhos paulistas, bebida refrigerante e tida como por muito saudavel, quando ingerida pela manhãzinha.

Mais isto não era regra sem exceção, pois na monção de Rodrigo Cesar de Menezes, em 1726, foram embarcados cem alqueires de farinha de mandioca e 150 da de milho para 65 de feijão e 23 de farinha de trigo.

O arroz é que pouco figura no rol da carga monçoeira, como bem observa B. de Holanda, que num documento inédito do Arquivo Público do Estado de S. Paulo descobriu uma remessa de “três cargas cobertas de encerado remetidas de Araraitaguaba a Cuyabá em 1735 (p. 192).

Realmente como bem observa, as referências a este cereal entre os mantimentos das canôas são escassas.

Recorda que a monção de Sá e Faria levou oito alqueires de arroz para duzentos de feijão e outro tanto de farinha. E a de Candido Xavier que lhe foi posterior oitenta e um de feijão e apenas três de arroz limpo.

Atribue Holanda esta deficiência ao fato de ter sido o arroz de restrito consumo no planalto até o século XIX, embora Frei Gaspar da Madre de Deus nos haja deixado nota do preço que alcançava no litoral em meados do século XVI.

“Em 1730 achava-se o produto sujeito a almotaxaria, prova de que era vendido e consumido”.

Tambem se sabe que poucos decênios mais tarde cresciam no planalto os arrozaes com muita facilidade e abundância.

“O arroz é admiravel e dá-se em qualquer parte”, escrevia o Morgado de Mateus a Francisco Xavier de Mendonça a 4 de julho de 1767, para reiterar a 2 de fevereiro seguinte: “o arroz produz aqui com muita facilidade e abundância”. (Docs. Int. 23, 184 e 385).

E' de crer que as monções não carregassem arroz para Cuyabá porque no vale do rio deste nome havia enormes arrozaes nativos sobremodo viçosos e de abundantes safras.

Faltava, aliás, a S. Paulo, o que havia no Rio de Janeiro: um engenho beneficiador do grão da *oryza sativa*, dizia o rico Capitão-mór de Santos, João Ferreira de Oliveira, opulentado com o contrato do sal, a escrever ao Morgado de Mateus a 26 de junho de 1767. (Docs. Int. 23, 195).

O toucinho enxuto, curado e salgado era embarcado em grandes jacás no gênero dos de menor tamanho que tanto se en-

tregavam às tropas de mulas cargueiras descendo do planalto ao litoral.

Carne salgada e seca também constituíam artigos do abastecimento monçoeiro.

Quando Rodrigo Cesar de Menezes partiu para Cuyabá mandou embarcar vitualhas abundantes que dão a idéia de seu pendor gastronômico.

Assim, vemos arroladas em sua matalotagem 4 arrobas de chocolate, 7 de manteiga, 8 de doces, 18 de açúcar, 7 de aletria, 4 de cuscús, 4 de peixe seco, 6 barris de biscoitos, 2 de paios, 4 alqueires de grãos (ervilhas?), 60 queijos e 144 caixetas de marmelada.

Como líquidos: 8 barris de vinho, 3 de aguardente da terra (de cana), além de 8 frisqueiras de aguardente do Reino (de uva) e 5 barris de azeite de oliveira.

Vinha a ser isto o extranho cardápio generalício, cujo grosso da carga eram 100 alqueires de farinha de mandioca, 150 da de milho, 23 da de trigo. E ainda seguiram a bordo doze capados, provavelmente de bastas enxundias.

Quanto ao volume das rações dos monçoeiros é geralmente a documentação omissa. Uma portaria de D. Luiz Antonio de Souza, de 10 de novembro de 1771, mandava ao Sargento-mór Manuel Caetano de Zunega que se desse a cada expedicionário que devia seguir para o lobrego presidio de Iguatemy uma quarta de farinha (3^l,45) para dez dias e meia quarta de feijão (1^l,72) para o mesmo prazo ou fossem (0^l,34) e (0^l,17) de um e outro gênero diário.

O toucinho este, pela portaria em questão, era distribuído com enorme abundância: uma quarta por dia. Deve aí haver engano de quem redigiu tal papel, tanto mais quanto o gênero seria medido a peso e não por meio de unidades de capacidade. (Docs. Int. 7, 46).

Num manuscrito inédito do Arquivo do Estado de S. Paulo encontrou Buarque de Holanda interessante pormenor: "A carga de comerciante, unidade geralmente utilizada para tais cálculos, compreendia tudo quanto não excedesse de três ou quatro arrobas de peso e de três e meio a quatro palmos de comprimento". (Monções, 196).

Tudo quanto fosse gênero de trânsito extraordinário, como por exemplo: bocas de fogo e suas carretas era pesado e o total do peso dividido por quatro. O quociente dava o número das cargas.

Assim se avaliava a praça a bordo das canoas e canoões.

A tripulação dos barcos naturalmente variava com o porte de cada qual, como já observámos.

Candido Xavier de Almeida e Souza achava que o máximo da lotação por canoa devia ser de dez passageiros. Assim, como a tripulação se constituia geralmente de oito homens, cada embarcação grande levava 18 pessoas.

Mas muitas vezes recebiam muito mais gente, como se deu com a expedição de Antonio Lopes, composta de 654 pessoas, distribuídas por 22 canoas e seis batelões, o que nos dá a média de 23 mareantes e passageiros por barco.

As tripulações monçoeriras foram certamente as vítimas de uma das mais cruéis servidões de que reza a história. Dificilmente terá havido galés submetidas a mais duros e estafantes serviços do que tal maruja.

Não houve autor de bibliografia monçoeira que com a impressividade singela de Juzarte nos desse idéia do que vinha a ser o martírio desses infelizes mareantes fluviais.

Ao recordar a agrura do vencimento da cachoeira de Pirapora escreve: "Amanhecendo este dia (14 de abril de 1769) se cuidou logo em descarregar as embarcações e pô-las a meia carga, para assim poderem passar a dita cachoeira de Pirapora".

E gastou-se com este trabalho toda a manhã deste dia.

Passam-se as cargas às costas dos homens por uma picada que se abre por terra na distância de cem braças (220 metros) ou mais. Isto é um grande trabalho porque alí se tropeça em raízes de árvores, acolá ferem os espinhos, rompe-se a roupa e, finalmente, se vigia das cobras e bichos venenosos e assim se conduzem as cargas e a gente pela dita picada a ir sair à beira desta cachoeira, onde tudo se ajunta no barranco do Rio".

Depois deste tremendo esforço exigido dos músculos dos infelizes varadores e sirgadores, entravam em cena os homens da maração, que se punham nús dobrando-se os pilotos em cada embarcação.

"E agora o guia passa, um a um, por este perigo. Deixando o seu lugar na pôpa, troca indo para a prôa; governa esta embarcação metendo-a pelos canais e ondas que lhe parecem ser menos perigosas; e assim passando uma volta por terra a ir conduzir a outra".

Na varação da cachoeira de Putunduva sofreram os transportadores muitas mordidelas de mosquitos e bernês; na picada

de Baruiry-mirim viram-se cobertos de micuins que os obrigaram a despir-se, esfregando-se uns aos outros com bolas de cera e terra ou com caldo de tabaco de fumo.

Na da Escaramuça encheram-se todos de carrapatos, mosquitos, bernes e “das grandes moscas que picando hé hua lanceta”. Na do Itapirú levantou-se “uma nuvem de marimbondos de dentro do mato que mordendo a toda a gente causou lastima, e fugindo cada um para a sua porta cobrindo as cabeças e as mãos com que pouderam”.

São taes estes insetos que cheião a matar gente pela sua quantidade, alem de ser finissima a dor de sua picada e onde mordem logo incha”.

A recruta das tripulações arrolava sobretudo escravos negros; e a messe de sofrimentos que lhes era destinada desde a largada de Araraitaguaba de tal ordem que se torna realmente espantoso não se consignarem atos de reação contra a terrivel servidão exigente de tamanho sacrificio.

Os fastos monçoeiros portugueses não apontam os fatos de revolta a que se refere o castelhano D. Manuel de Flores.

Num artigo sobremodo interessante inserto na Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo (T. XXVII, 101) Um borrador antigo, analisou F. A. Veiga de Castro um livro de negócios de certo Manuel da Costa aberto no “citio do porto geral de Araraytaguava aos vinte e coatro de outubro de 1726”.

“Propunha-se este individuo” ter em escrita debitos e creditos de futuros freguezes. Será, sem duvida, o mais remoto livro comercial conhecido, de um fornecedor estabelecido no porto de Araraitaguaba”, escreve o douto articulista de quem conhecemos outros e interessantissimos estudos sobre a região portofelicense.

Do ponto inicial das monções conta-nos Veiga de Castro que no livro do tombo da matriz de Porto Feliz lançou o vigário Francisco de Campos: A capela de N. S. da Penha de Araraitaguaba edificada e feita Ao pé do rio Thiethê vizinho Ao Sitio de Ant.º Cardozo Pimentel já defunto, o qual a Fez e se benzeu a Capella na hera de 1700 pelo que dizem os mesmos Caseyros”.

Poucos assentamentos se averbaram no livro borrador dos negócios de Manuel da Costa, informa-nos Veiga de Castro.

“Escassos pelo menos os freguezes escriturados por ele de modo que as 151 folhas de bom papel de linho continuariam virgens se oitenta e quatro anos mais tarde, outro logista de Porto

Feliz não as tivesse aproveitado para lançar débitos pagos em oitavas de ouro, de medidas de sal, de varas de pano, de uma ou outra caixeta de marmelada, garrafa de vinho, ou porvilhete de azeite que vendeu. E se mais tarde por 1850, rústico senhor de engenho nelas não houvesse anotado as cargas de açúcar redondo que entregava ao tropeiro para as levar a Santos. **Habent sua fata libelli...**

Era Manuel da Costa portuguez, reinol, empregado no fisco real ao mesmo tempo que comerciava por conta própria.

E homem demandista, trabalhoso, como no tempo se dizia.

Descobriu-lhe Veiga de Castro, processos como com certo Francisco Ribeiro Machado de quem pretendia haver quantiosa soma, nada menos de vinte mil cruzados (oito contos de réis), vultosa, muito vultosa importância para aquele tempo.

Isto a título de indenização, perdas e danos, por ter sido preso quando andava a lançar nos contratos reais, em virtude de acusações maliciosas do tal Ribeiro.

Tambem em Santos, perante a procuradoria da Real Fazenda, processava ao Capitão-mór Leonardo de Macedo e Moura, exigindo-lhe a devolução de mal lançada quantia que esse Capitão-mór provedor dele houvera indebitamente, reclamando ao mesmo tempo os lucros cessantes de tal dinheiro.

Partindo Manuel Ribeiro Preto, e seus dois cunhados, os irmãos Simplicio Pedroso e Francisco Pedroso Fraquim (Furquim) “para pernapanam” forneceu-os Manuel da Costa de aço, chumbo, pano de linho, aniagem, baeta para quimão etc., tudo nas importâncias respectivas de 35\$180 rs; 431\$020 rs; 31\$940 rs.

Vendeu-lhes a libra de aço a 500 réis; a arroba de chumbo a 4\$800; a libra de chumbo em grãos a 160 rs; a vara de pano de linho fino a 700 rs; a vara de aniagem a 320 rs; o covado de baeta a 900 rs. E mais um cladeirão (sic) de cobre pesando seis libras a seis mil réis.

Por um dos assentamentos do borrador ficamos sabendo que Manuel da Costa andou empregado do larápio-mór Sebastião Fernandes do Rego.

Transcreve Veiga de Castro o seguinte tópico: Deve o cap.an mór Manuel Correa Arzã hum barril de Agoardente da terra que lhe vendo na barra de pirasicava por 4 moedas — 19\$200, estando ahi p^a quintarmos (sic) os ouros (quatro palavras indecifradas) venceslau Gomes de aBreu e Sebastião fer. do rego”.

Era Sebastião nessa época arrematante dos dízimos reais das minas do Cuyabá e provedor dos quintos em S. Paulo, Ainda não estourara o célebre escandalo da substituição do ouro dos quintos por chumbo de caça.

Entre os escassos apontamentos relativos às transações de Manuel da Costa alude Veiga de Castro às que realizou com o Capitão Joseph Cardoso Pimentel, filho do fundador da Capela de Nossa Senhora da Penha e dela protetor depois do traspasse paterno, contas de gado, sal e miudezas.

Um outro, Guilherme de Fontes, devia-lhe 667 oitavas de ouro livre de quintos”.

Outro freguês devia-lhe “de Santos ainda que lhe mandei dar o seguinte e n’araritaugoava tambem:

P. 600 Peixes tainhas a 2400 o st.	14\$400
P. 11 covados de riscadilho a 640 a v. ^a	7\$040
P. 4 cascos de Barris p ^a assucares a 800 ..	3\$200

recebi de sua conta 10 8.as e 1/2 de ouro a 1920 e resta o mais

P. 3 sacos de mantimento na raritaugoava ...	5\$760
--	--------

A negócios próprios ou alheios tambem foi ao Eldorado do Cuyabá. Perfeito negociante não esqueceu o lançamento dos gastos feitos:

Despezas que fiz nas minas quando fui antes de partir a frota:

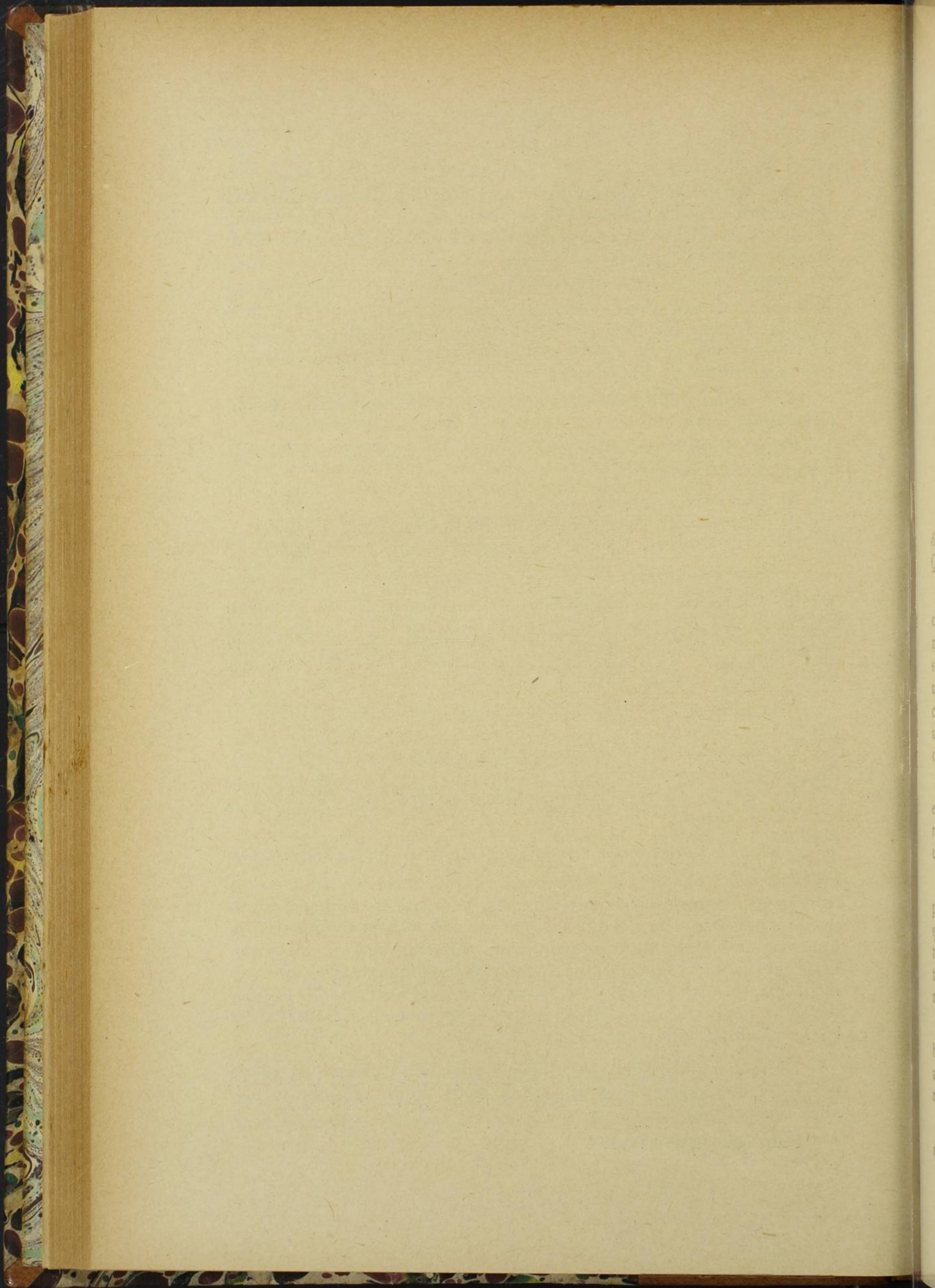
De me levarem minha roupa	13\$000
De gasto no caminho	12\$000
Por gastos nas minas em comer e justiça ..	31\$500
Por gastos que fiz por baixo	16\$000

Comenta Veiga de Castro a concluir as observações sobre o precioso documento:

“Não demorou o abridor da conta corrente no embarcadouro de Araritaguaba: ou porque o lugar se não mostrou propicio, ou que negocios mais lucrosos o levaram a outras partes. Bem poderá ser tambem que alguma carneirada maligna arrebatasse como folha seca no seu tufão devastador o cupido idealista, desamparando sonhos e ambições do misero esperançado de enricar na barranca do grande rio.

De tais sonhos, afinal, perdurou a costaneira vazia, degradada por lembretes mesquinhos um século após, fragil relíquia de paixões e esperanças!

Sunt lacrymae rerum...”



CAPÍTULO XVI

AS OBSERVAÇÕES CLIMATÉRICAS E NOSOLÓGICAS DOS AUTORES MONÇOEIROS. DISENTERIA, PSICOSES, PALUDISMO. OS RECURSOS FARMACÊUTICOS DA ÉPOCA. ANTIDOTOS E AMULETOS. TERIAGAS. AS PRAGAS DAS VIAGENS MONÇOEIRAS. INSETOS E ARACNÍDEOS

São geralmente muito concisas e deficientes as observações dos autores monçoeiros sobre assuntos nosológicos e climáticos. Quem neste particular mais se estende é Juzarte.

Falando das epidemias que assolavam as expedições em marcha, referiu-se o Sargento-mór a “uma dearreya geral por homens, mulheres e crianças, causando enorme mortandade, a que se supria na melhor forma que permitiam a ocasião e o paiz, a uns dando-se-lhe remedios pela boca, a outros ajudando-se com cristeis, e outros remedios que se usavam pela via para impedir a a molestia, de tal que que, abrindo-se a via em tal extremo só se cura a poder de pimenta, polvora e tabaco de fumo”.

A tal moléstia chamavam corrução, como geralmente se sabe, e a tal bárbaro remédio sacatrapo. Muitos sinônimos tem a corrução, conforme nos ensina Fernando São Paulo em magistrais comentários à *Da Medicina brasileira*, de Piso (pp. 374-376).

Mas o mais espalhado entre nós é o maculo, para designar a proctite e gangrena epidêmica de Patrick Manson, o terrível mal que aniquilou a Vila Bela de Mato Grosso e durante tão longo tempo foi dos mais terríveis do quadro nosológico do Brasil central, havendo ao mesmo tempo causado a mais sinistra devastação no litoral.

Aos lúcidos e magníficos comentários de Fernando São Paulo, baseados na mais sólida erudição e inspirados pelos mais recentes avanços da ciência, reportem-se os nossos leitores a quem interessar o caso.

Assim, como à extensa e não menos notável exposição de Alexandre Correia sobre o mesmo assunto (p. 293) em que o douto

comentarista faz a história do maculo no Brasil colonial através dos velhos tratadistas da medicina portuguesa, em demonstração erudita realmente notável.

Conta-nos Juzarte que ocorriam casos de psicose provocados pelo Sertão e a sensação do Deserto. Assim nos menciona o de certo homem que “por acañhado e melancólico” esperava a ocasião “de se deixar morrer naqueles matos” e fazia a greve da fome.

O trecho mais desfavorável à saúde dos monçoeiros era o da navegação do Paraná.

Ninguém lhe bebesse a água! eis a recomendação geral dos que lhe percorriam o curso, escreve Sá e Faria, a recordar que dois de seus remeiros desobedientes a tal medida de prevenção haviam perecido em breve lapso.

Na época das cheias o estirão entre as barras do Tietê e do Pardo tornava-se pestífero. A água potável precisava ser colhida em certos ribeirões e bem à montante de suas fozes, no grande rio. “Advertencia mui precisa”, anota o brigadeiro.

No dizer de Candido Xavier as margens daquele caudal “de escuras águas e epidêmico vapor eram um continuo cemitério”.

Em meados de maio o “pestífero Paraná” estava em estiaagem. As margens agora mais secas pela retirada das inundações evaporavam o “halito mais contagioso”. D’aí em diante, até novembro, melhorava a situação, num semestre mais benéfico e menos afetado de “guerra epidêmica”.

Tal a fama do Paraná que quando a monção de Rodrigo Cesar de Menezes nele entrou ordenou o Capitão-General, conta-nos Gervasio Leite Rebelo, que pela madrugada se desse a todos da comitiva uma “triaga de veneia” como preventivo das “malignas e doenças que por aquelas alturas costumavam dar nos que navegavam pelo imenso rio”.

Nos dias seguintes, e sempre ao alvorecer, repetia-se a ingestão de tal “triaga”.

Identificou-a o douto Carlos da Silva Araujo como devendo ser do seu verdadeiro nome: Teriaga de Veneza, horrível panelada de origem veneziana, e reputação européia, universal, tremenda mistura que, como as suas congêneres, encerrava todas as drogas usuais da farmacopéia de seu tempo, *animalia et vegetalia*. Deste modo buscava-se obter remédio das mais extensas e completas indicações terapêuticas. (Cf. Laboratório Clínico, XXIX, 214).

Do Paraná, explica Juzarte que rola aguas vermelhas e pestilentas de clima muito doentio e sujeito a “sezões, dobres e malinas, mui triste e esteril de passaros, abundante de imundicies, bichos e inseptos”.

As monções de Iguatemy transportavam botica bem fornecidas dos principais elementos da farmacopéa luso-brasileira da época, entre os quais tantos nomes pitorescos ocorriam.

Alem da quina, do calomelano, pós de Joanes, basilicão, tártaro emético, maná, mercúrio doce, laudano, salsaparrilha, jalapa, poaya, ruibarbo, ceroto, sene, maná, pedra hume, cremor tártaro, etc., que todos conhecemos, surgem denominações dessuetas, como diagridio, bezoartico do Curvo, papoilas, salartico, pedralipes, quintilio, cristal mineral, pedra cordeal, dente de javali, olhos de caranguejo, coral vermelho, cristal montano, ron, triaga magna, deacaticão, talamulenos, jurquiscos, emplastro manus Dei, conserva persica, trimintina, balsamo anodino (sic) pós restitivos, água de rainha da Hungria, etc.

A esta serie de medicamentos acompanhou em 1773 “hum livro q. trata das infermid.es malignas e pestilentas”, de tratadista não mencionado.

E' evidente que nesse grande rol farmacêutico há muito nome estropeado. Beruartico de Curro por bezoartico de Curvo (Curvo Semmedo, a grande autoridade médica lusa do tempo), pafóila, provavelmente por papoila, talamulanos jurquiscos (?) por calomelanos, trimintina por terebentina, etc.

Alguns destes medicamentos de antanho são hoje por assim dizer desconhecidos, relegados como foram ao esquecimento pelos receituarios. Assim, a pedra lipés, salartico, o quintilio, olhos de caranguejo, rons (rhum?) cristalmontano, etc. O catolicão ainda existia corrente e constante, como tambem os cerotos, nas boticas brasileiras, há uns quarenta ou cincoenta anos.

Conta-nos Juzarte que para a dieta dos doentes se reservava a carne de certas caças, sobretudo veados e antas. Serviam para caldos.

Cardoso de Abreu fala-nos na applicação de cascas das jaboticabas silvestres para a cura das hemorroidas e dos dentes de jacaré como remédio muito preconizado contra o ar de estupor, ou congestões cerebrais.

Conta-nos Sá e Faria que “a erva cayapiá ou tingueirinho terrestre servia de singular antidoto contra as febres. Abundava no Tietê, como aliás a salsaparrilha. Os paulistas, contudo, da-

vam preferência a outra espécie, o cayapiá do campo, poderoso febrífugo.

Dá-nos Ordonhes pequena nota sobre a terapêutica das monções. Os principais medicamentos, atuando como preventivos, eram a pimenta malagueta, o gengibre. Havia ainda alguns remédios heróicos. O mais característico vinha a ser o sacatrapos, terrível medicação rectal de aplicação continuada nos pobres pretos, principalmente, “por viverem na torreira do sol dormindo na humidade”.

Outro medicamento de grande apreço: o que provinha das raspas dos esporões das anhumas, antídoto de muitos toxicos e ao mesmo tempo amuleto, no dizer de muitos autores.

E' de sobra sabido que um dos mais insuportáveis flagelos dos viajantes palmilhadores das terras tropicais vem a ser o contínuo assalto dos dipteros hematofagos.

Os relatos da bibliografia monçoeira não poderiam deixar de consignar tal particularidade. E de fato oferece-se de sua parte abundante comprovação a uma regra geral. Não há viajante que se não refira ao assalto das miríades de dipteros sanguisedentos.

Gervasio Leite Rebelo declara de início que a agressão dos mosquitos do Tietê era contínua e penosíssima. Mas no Pantanal tornava-se tremenda. Sobretudo para o vulgum pecus dos pobres mareantes desprovidos dos mosquiteiros dos privilegiados. Em muitos pontos procuravam dormir nas franças do arvoredos onde os mosquitos geralmente não iam ter.

Juzarte declara que os principais flagelos do Tietê e Paraná vinham dos mosquitos-pólvora, borrachudos e pernilongos, que atacavam em nuvens. E ainda haveria (pensamos) no sul de Mato Grosso, os pernilongos de cervo, de terríveis ferroadas.

No Coxim viu-se Ordonhes às voltas com contínuas e imensas vagas de borrachudos. No Porrudos com uma aluvião de muriçocas que não lhe deram descanso, pois as havia diurnas e noturnos.

Até Camapuan eram os mosquitos menos abundantes do que daí a Cuyabá. Momentos houve em que o pobre ouvidor se viu reduzido a verdadeiro desespero. E assim mesmo à guisa de consolo ouvira de seus companheiros de viagem, calejados monçoeiros, que aquilo era pouco em relação ao que haviam visto em outras ocasiões.

Desde o Taquary, para o norte, conta o Conde de Azambuja, ocorriam os pernilongos de duas castas: os diurnos e os brancos

que picavam à noite, e cujo ferrão contundente como arestas tornava a sua agressão atroz.

“Eram tantos que nos cansavamos em os enxotar e nos não podíamos deles livrar por mais que trabalhassemos. Felizmente haviam surgido revoadas de certas borboletas que devoravam os dipteros e os afugentavam. Os tais mosquitos brancos causavam persistentes inflamações e de suas picadas imenso sofriam os pobres remeiros.

Seria impossível prosseguir na viagem que se tornaria impraticável ante o ataque de tão horrível cevandija, não fôra o abrigo dos mosquiteiros.

Assim, os descreve o futuro Vice-Rei do Brasil: “eram uma cobertura de aniagem ou de outra droga leve, lançada por cima de uma corda presa aos paus que suportavam as redes de dormir e por cima delas dois palmos (0,m44).

”Esta coberta, explica o Conde Capitão-General, chega até ao chão por todas as partes, fechada pelos lados e pelas cabeceiras, deixando-lhes nestas umas mangas para se enfiarem os punhos das redes”.

Quando chove cobrem esta máquina com uma baeta singela, da largura que baste para alcançar alguma coisa mais abaixo da altura em que a rede fica, depois do seu dono deitado nela”.

“F’ incrível que isto resista, ainda nas maiores chuvas de que eu me não podia capacitar, enquanto o não vi, e o vão que fica entre a rede e o chão serve como pequena barraca para todos os usos da vida”.

Sem semelhante aparelho, reiterava o Capitão-general, seria impossível realizar-se a enorme jornada fluvial em que não davam trégua os incansáveis e ferozes sugadores de sangue.

Explica Juzarte que o mosquiteiro era uma espécie de grande saco, aberto de um só lado. Suspenso perpendicularmente, fechava por completo a cama ou rede, caíndo sobre o solo. Se assim não fosse era caso de desesperação para os que pretendiam subtrair-se à sanha dos mosquitos e “outros insetos que mortificam”.

E com efeito, refere-se Ordonhes à extraordinária astúcia dos dipteros em procurar brechas nas linhas de tal defesa.

Por cima do mosquiteiro colocavam-se “quatro covados de baeta metendo-se-lhes também suas varinhas. Formavam uma espécie de telhadinho que resguardava perfeitamente da chuva”.

Mas não eram somente os dipteros os perseguidores incansáveis e atrozés dos míseros humanos.

Juzarte refere-se a vultosa cevandija de bichos de pé, carrapatos de várias espécies, de que havia imensa quantidade, aglomerados em bolos do tamanho de nozes pendentes das folhas das árvores, mutucas abundantíssimas, de dolorosíssimas ferroadas e temíveis em sua perseguição.

Às vezes surgiam maribondos incontáveis, caboclos, barrafogos e as temerosas cassunungas, etc.

Quando sobre alguém caía algum dos bolos de carrapatos impunha-se à vítima pôr-se imediatamente nua para que outra pessoa lhe corresse por todo o corpo uma bola de cera arrancando os horríveis ixodideos ou antes para que a esfregasse com caldo de tabaco de fumo ou sarro de pito.

Ordonhes refere que no Pardo os micuins se lhe mostraram e aos seus aos milhões, aos bilhões. Não havia cautela que permitisse evitar tão incontáveis e insuportáveis octópodos.

Igual praga assolou a monção do Conde de Azambuja durante a viagem no Paraguay. Eram de tal forma abundantes os minúsculos aracnídeos que lhe deram e aos seus muito que fazer durante dias e mais dias.

No Camapoan cousa insuportável a queda de inumeráveis aranhas que das árvores tombavam nas canoas. Tão numerosas que "já ninguém se cansava em as sacudir de si".

Intercaladamente às aranhas apareciam enxames de grandes vespas que mordiam desesperadamente.

Tremenda a quantidade dos formicideos habitantes dos chamados "paus de formigas", cuja perseguição se mostrava horrível e cuja picada causava dor tão veemente quanto à das vespas.

Nos pousos surgiam subitamente enormes correições, tudo devorando. Em certa noite haviam os dois missionários da monção perdido toda a sua roupa.

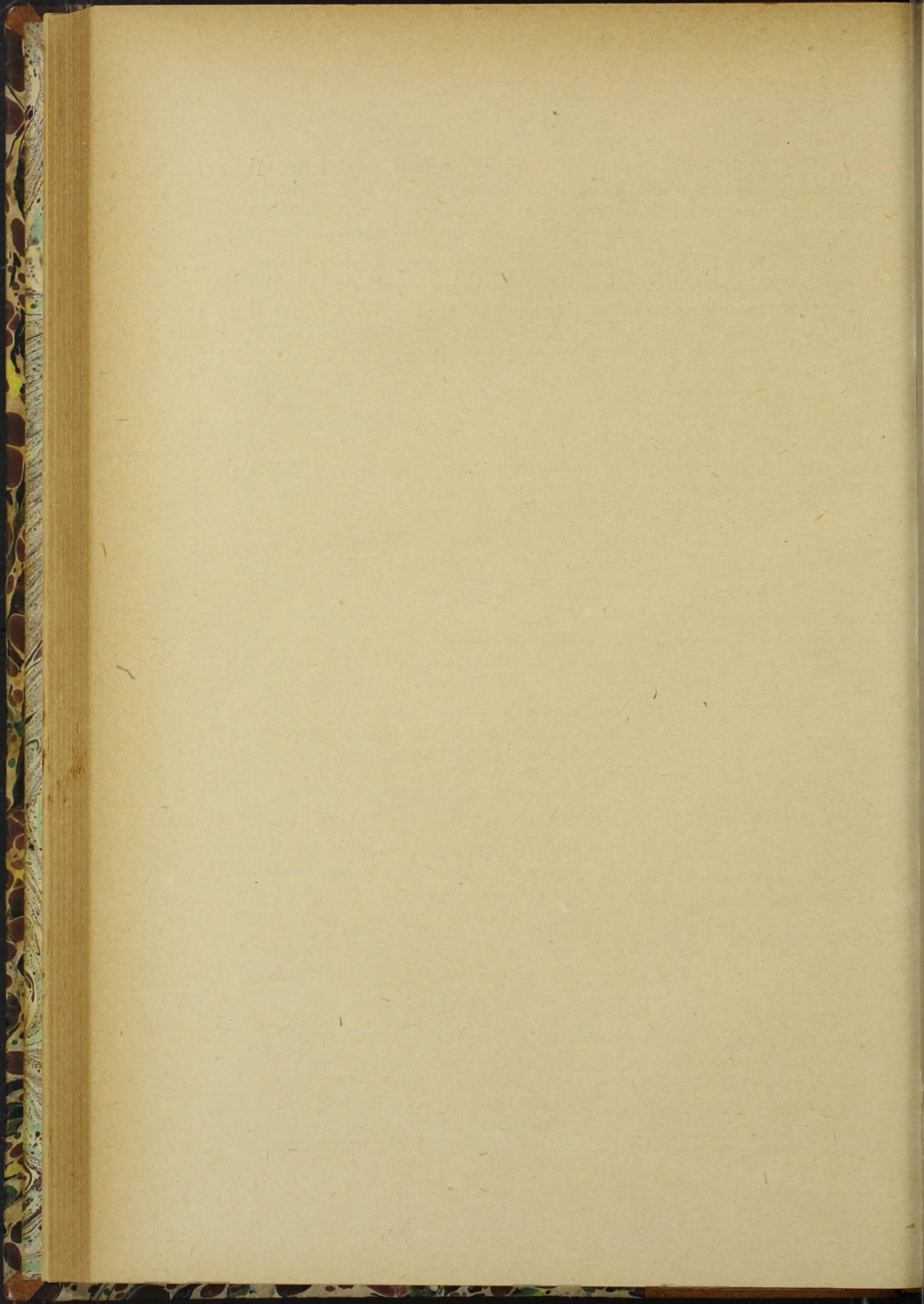
Bernes eram também abundantes, relata Juzarte.

Cousa que nenhum relato explica é se os mosquiteiros se distribuíam aos pobres homens da chusma das canoas e canoões. Provavelmente não; reservavam-nos para os figurões da expedição. A peonada que se contentasse com a contiguidade das fogueiras, cuja fumaça afungentava a cevandija voadora e ávida de seu sangue. E isto mesmo quando fosse possível acendê-las.

Sá e Faria refere ter sofrido imenso com o assalto de tal praga quando acampado numa ilha do Paraná, em face da barra do Santo Anastácio. Eram, aliás, os mosquitos abundantíssimos em todos os rios, causando feridas nas partes do corpo a que a roupa não resguardava.

Na bibliografia antiga monçoerá nossa conhecida, muito pouco se fala em morcegos. Juzarte não os menciona entre as temerosas pragas da região de Iguatemy, entre as quais denuncia miríades de ratos silvestres, as legiões incontáveis de mosquitos, sobretudo borrachudos, grilos que agrediam os homens adormecidos, baratas, pulgas, gafanhotos e uns “bichos grandes, felpudos e nojentos”, que devem ter sido larvas de himenopteros, provavelmente de borboletas.

Os demais autores que conhecemos não se referem a malefícios de quiropteros, na rota das monções cuyabanas.



CAPÍTULO XVII

OS RECURSOS DAS MONÇÕES HAVIDOS DA AGRICULTURA SERTANEJA. PREÇOS DOS VÍVERES. CAMAPUAN, OASIS CIVILIZADO. INCIDENTES DE VIAGEM

Deviam as monções valer-se principalmente em seu longo jornada dos recursos do provimento próprio embarcado porque os do sertão eram aleatórios, às vezes muito aleatórios e irregularmente obtidos senão por vezes falhos ou inteiramente falhos, como são geralmente os que a Natureza fornece. E com efeito porque em determinadas ocasiões nada rendiam a caça e a pesca.

No colossal trajeto insignificantes eram, nos primeiros anos as possibilidades de abastecimento.

Dizia Camelo em 1727 que entre a barra do Tietê e a do Pardo havia dois moradores, apenas, nas duas margens do Paraná, abaixo do Verde. O da direita tinha roças grandes de milho e feijão, cujos produtos vendia pelo preço que impunha aos clientes acidentais e cubiçosos dos seus cereais.

Entre a foz do Pardo e a barra do Nhanduy-Assú havia duas grandes roças com grandes feijoal e bananal. Um pouco abaixo do salto do Cajurú mais dois moradores e na barra do Nhanduy-Mirim mais dois outros e um quinto no Pardo até o salto do Corau.

A' confluência do Coxim e do Taquary existia uma roça. Mais abaixo duas outras, mas abandonadas por causa dos cayapós.

Ao longo do Cuyabá já se multiplicavam os indícios de terra civilizada. Da sua barra no S. Lourenço, ao cabo de quatro ou cinco dias chegava-se ao Arraial Velho ou Registro, roça com bom bananal a que se seguia outra roça.

Desta a Morrinhos em sete ou oito dias de navegação mais duas havia.

De Morrinhos à Vila do Bom Jesus, com seis ou sete dias de navegação quasi todo o rio estava marginado de roças e fazendas. E este aproveitamento do solo prosseguia a montante de Cuyabá. Plantava-se na região bastante feijão e milho, excelentes mandiocas, das quais se fazia farinha, batatas, fumo e melancias.

Assim, em poucos anos fôra a terra largamente amanhada a bem do fornecimento do pessoal da mineração.

Um pouco antes da passagem de Camelo, Gervasio Leite Rebelo encontrara, abaixo de Araraitaguaba um único morador em todo o curso do Tietê até a foz. Vivia em Potunduva, como à margem do Paraná, à esquerda, um tal Manuel Homem.

Assim, o Tietê, rio a que se chamava rio de Povoador, só era praticamente habitado de Araraitaguaba para montante.

No Pardo avistavam-se as roças de Bartolomeu Fernandes dos Rios e de um outro lavrador cujo nome não cita.

No Taquary-mirim vivia João de Araujo. Muito e muito depois já no Cuyabá, no Arraial Velho assinalou as roças de Felipe de Campos Bicudo e as que haviam sido de Pascoal Moreira Cabral.

Passado um quarto de século encontraria o Conde de Azambuja a um dia de viagem a jusante da cachoeira de Abaremanduaba o sítio chamado do Homem Só, onde vivia um solitário, que apesar de não ter espingarda nem cão era exímio caçador. Plantava roças e fabricava canoas e às vezes passava quinze dias internado na mata. Mais tarde se casaria, continuando ele e a mulher, a mesma existência de segregação.

O último ponto de habitação dos civilizados do Tietê era Potunduva, onde viviam dois brancos com alguns carijós. Daí em diante não se encontrava viva alma mais até o Paraná.

No decurso da interminável viagem por vezes se depararam ao Conde de Azambuja inesperados recursos de suprimento alimentar.

Assim, um pouco antes do Avanhandava valeu-se dos maravilhosos frutos de um laranjal “dentro do mato sem cultura alguma”.

E em outros lugares de largos palmitais “onde havia abundância desta espécie de hortaliça (sic) raiz branda e gostosa ou espécie de nabo tirado do tronco de uma árvore que se comia guizado de várias maneiras”. Comida crua tinha um sabor não inferior ao das castanhas. Causaram-lhe admiração os vastíssimos arrozais nativos do rio Cuyabá. Quando da época das cheias quanto mais subiam as águas tanto mais crescia o arroz que sempre estava a cinco ou seis palmos acima do nível do rio.

Afirma Cardoso de Abreu que nas margens do Tietê encontravam os monçoeiros do seu tempo fartura de certos marmelos e jaboticabas. Menciona outras frutas de nomes esquisitos como o nhandipapo (genipapo?) pacapeúva, sipotuá e itahy, fruta

esta comprida à maneira de vagem de feijão, de casca dura, que que se tornava preciso quebrar para comer. Eram muito alimentícias, sobretudo quando misturadas com mel de abelhas, aliás abundantíssimo no vale tieteense.

Os palmitos oferecidos aos sertanistas estes eram também encontráveis, destacando-se entre eles os das guavirovas, jarivás, guacurys e palmitos moles (?) Pelo que escreve Abreu ele chamava palmito os côcos e não o meristema das palmáceas.

O enorme arrozal do Cuyabá, informa ainda, fornecia grão graúdo e abundantíssimo muito melhor do que o obtido nas lavouras de Povoados.

O bananal cuyabano, plantado inicialmente por João e Lourenço Leme, este se tornara enorme. Haviam pretendido os famigerados irmãos valerem-se dos seus recursos para o seu acampamento ali estabelecido, com o fito de dominarem a navegação dos rios, acastelando-se à entrada da região aurífera com os seus seiscentos índios escravizados.

Declara Cardoso de Abreu que a esta empreza do bananal se havia associado o irmão Antão Leme.

E' interessante confrontarem-se os preços cobrados dos moncoeiros em diferentes pontos da jornada a que se referem os relatos de viagem:

	Rocas de Manuel Homem	Rocas de Bartolo- meu P. dos Rios	Camapuan	Rocas de Felipe de Campos, no Cuyabá	Cuyabá
	Oitavas	Oitavas	Oitavas	Oitavas	Oitavas
Mão de milho	8,5	2	—	2	—
Alqueire de farinha ..	12	—	—	—	14
Alqueire de feijão ...	10	12	20	—	14
Alqueire de milho	—	12	16 a 18	—	—
Arroba de toucinho	—	—	32	—	—
Dúzia de abóboras ...	—	1	—	—	—
Libra de carne de porco	—	—	15	—	—
Idem saigada	—	—	—	—	1
Frasco de cachaça	—	—	15	—	—
Galinha	3	—	3	—	—
Dúzia de ovos	—	—	—	—	1 a 1,5

A oitava de ouro regulava a mil e quinhentos réis. E o coeficiente multiplicador para um paralelo entre o custo da vida setecentista e a atual nunca menor talvez de trezentos, se é que é possível tentar fazer qualquer hipótese neste sentido.

A descoberta do varadouro de Camapuan pelos irmãos João e Lourenço Leme, trouxe enormes vantagens à navegação para Mato Grosso, embora impuzesse às esquadrihas a terrível travessia do Coxim. Fixou uma rota invariável para as monções, tais as conveniências que dela se seguiram.

Ao arraial pintou Gervasio Leite Rebello sob as mais negras cores, em 1726: "Sitio de morte de brancos e negros, consumo de mantimentos e destruição de tudo".

Caminhavam as canôas sobre carretas a que arrastavam de 20 a 30 pretos. Estes verdadeiros e miseráveis galés arrombavam as caixas e furtavam os mantimentos.

"Nesta altura, comenta o secretário de Rodrigo Cesar, é pior a perda de mantimento do que a de um negro, sendo estes tão necessários. Antes perder um negro do que um alqueire de milho, feijão ou farinha".

Cabral Camelo informa que em 1727 os carretões das canôas constavam de quatro rodas puxadas por escravos que também transportavam cargas à cabeça.

Os dois proprietários das roças de Camapuan e seus cativos viviam em perpétuo estado de alarme, "como em presidio, de armas sempre às mãos". Até para irem buscar água potável, aliás próxima, iam sempre acompanhados por escolta.

Enquanto uns escravos trabalhavam, outros montavam guarda sem jamais desampararem as espingardas. Assim mesmo e apesar de todas estas precauções já haviam os cayapós morto alguns homens.

Colhiam os dois fazendeiros, sócios, bastante milho, vendido por muito bom preço. Uma das roças já tinha canavial e bananal e achava-se protegida por boa estacada. O preço do alqueire de feijão regulava por 20 oitavas (30 mil réis) e o de milho variava entre dezesseis e dezoito. O das galinhas, porcos e cabras variavam *ad libitum*.

A 14 de abril de 1728 atestou Rodrigo Cesar de Menezes que Luiz Rodrigues Vilares passara às minas de Cuyabá servindo a Sua Magestade e concorrendo para o aumento delas, desde 1722. (Cf. Registro Geral da Câmara de S. Paulo, XIII, 351).

Para isto aprestara novecentas pessoas entre seus escravos e alguns sertanistas. E isto numa época em que naquelas minas ainda não havia efeitos que retribuíssem as dezessete mil oitavas de ouro, (quasi sessenta quilos de ouro), empregadas em tal empreza.

Estabeleceram-se com excessivo trabalho e evidente risco de vida dos muitos rios por onde navegara, abrindo embarcações nos varadouros e fazendo lavouras para mantimentos “em pontos onde delas mais se carecia, pelas distancias e climas contrários”.

Cursara rios fóra das épocas próprias, arrostara evidentes perigos de gentio bárbaro e não se deixara intimidar pelo destroço causado por nações ferozes a algumas monções que navegavam para o Cuyabá.

Em certa ocasião arrojara-se a partir do arraial com duas canôas apenas, afim de socorrer a sua tropa que constava de duzentos homens “sem exercício do agreste do sertão”. A esta expedição que esteve na iminência de perecer à míngua de alimento durante oito mezes, desde a saída de Araraitaguaba comandara com tanto e excessivo trabalho quanto risco de vida e dispêndio imenso de sua fazenda.

A Luiz Rodrigues Vilares fizemos numerosas referências no tomo X da **História Geral das Bandeiras Paulistas**. Foi Capitão-mór de Cuyabá e prestou os mais relevantes serviços à causa do povoamento e da manutenção da vila do Bom Jesus.

Foi quem abriu a fazenda de Camapuan, tendo ao lado, não sabemos se como sócio, um Domingos Roiz que Antonio de Toledo Piza supõe haja sido o famoso Domingos Rodrigues do Prado o que não nos parece plausível.

Vinte e três anos após a passagem de Cabral Camelo foi Camapuan visitado por D. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja.

Os cayapós continuavam com as correrias e malfetorias na região do Pardo, “distrito de tal gentio”. Praticavam muitos insultos. Vivia a séde da fazenda ameaçada por estes índios temíveis e sem socorro algum espiritual, dada à enorme distância de qualquer povoado civilizado e a ausência de pároco local.

No porto do Sanguesuga havia ranchos de palha onde se aquartelava pequena guarda militar. Daí à fazenda contavam-se duas léguas. Já não era pelo esforço dos pobres escravos que se transportavam as canôas e as cargas. Havia bois para tal fim.

Pertencia o imenso, ilimitado latifúndio a quatro pessoas, que de sua exploração auferiam grandes lucros com o transbordo das carregações monçoeiras. Grande abundância de milho, farinha deste cereal, feijão e arroz existia em Camapuan. O rebanho bovino ultrapassava seiscentas cabeças, sendo as vacas numerosas. Muitos suínos também ali se encontravam, mas apenas dois cavalos.

Existiam no povoado casas de sobrado “muito suficientes para a parte onde estavam”, a cercar grande páteo fechado, onde se podia tourear.

Notava-se ainda uma capela “com mais asseio do que ali se podia esperar”. Segundo o Capitão-General eram os bois camapoenses vistosos, “formosos”, mas muito faltos de forças. Três a quatro de suas juntas mal valia uma de Portugal.

Acrescia ainda a circunstância de que o sol os prostrava. Só podiam trabalhar à noite ou quando muito com tempo encoberto e ao crepúsculo.

Em 1756 informava D. Manuel de Flores ao marquês de Valdelirios que Camapuan era farta aldeiola cujos habitantes realizavam belos proventos, vendendo aos monçoeiros cereais, legumes, bois, porcos, galinhas e patos “e otros frutos que dava **bien la tierra**”.

Em 1768 ali encontrou Cardoso de Abreu mais de trezentos moradores. Lugar aprazível de ares saudáveis, cercado de farto vergel natural de cajús silvestres, mangabas e guabiobas, dispunha de terra fertilíssima onde os rebanhos se multiplicavam admiravelmente numa região de grande riqueza venatória.

Constava além de tudo que num afluente do Coxim não muito distante descobrira ouro o sertanista João Bicudo de Brito.

Às carretas dos canoões puxavam seis e às vezes oito juntas de bois. As cargas pesadas iam em carretas de duas rodas; as de mediano peso às costas dos escravos.

Afirma Lacerda e Almeida que a primeira boiada partida por Cuyabá saiu de Camapuan “cortando sertões por onde nunca se tinha passado e tomando rumo pela estimativa”.

Em 1826 passou Hercules Florence por Camapuan de que nos deixou preciosa vista.

As canoas de sua expedição foram transportadas por carretas baixas, puxadas por sete juntas de bois.

A estrada do varadouro, aliás bôa em légua e quarto (8250 metros) cortava uma planície para depois transpor uma monta-

nha de seus 450 pés de altura (148m5) em suave rampa onde apenas se notava um trecho um pouco mais íngreme.

Estava a fazenda em decadência e era habitada por perto de trezentas pessoas. Decaira com o declínio das monções e pertencia a uma sociedade cuja sede era S. Paulo. Plantava-se cana, feijão e milho, do qual se fabricava péssima aguardente. A única indústria local era a de panos grosseiros de algodão para uso dos moradores. Serviam tais tecidos para troca, em Miranda, por cabeças de gado vacum e cavalar. Havia muitas galinhas e porcos de extraordinária magreza.

Extrema a miséria daquela população ilhada em tão longínquo sertão. Homens e mulheres, salvo raras exceções, viviam semi-nús, comendo feijão, milho e algumas ervas; raramente a carne de seus magros porcos, ovos ou carne de vaca. O sal corria caríssimo.

Todas as transações se faziam por escambo porque ali o dinheiro não tinha a menor utilidade.

Houvera outróra no local um monjolo, “a maquina mais estúpida que jamais foi inventada”.

O milho adquirido pela monção de Florence, 120 alqueires, foi todo socado a braços em pilões.

O grosso da população era de pretos, sendo os mestiços poucos. Uma única mulher branca ali vivia desesperada; para lá a levava um amante enganada.

Quão longe desta descrição as palavras de Ayres do Casal que nove anos antes afirmara ser Camapuan o sítio mais azado e vantajoso para uma cidade populosa!

Quarenta e um anos mais tarde passou o Visconde de Tau may por Camapuan que encontrou em ruínas, com uma floresta de elevados cedros, dentro de não pequena igreja, vasta casa de sobrado de todo caída, rodeadas por formosos laranjais a resistirem à invasão da mata, etc.

Assim, nos conta as impressões dali havidas, em assás longo relato.

Bastante valiosas foram as obras empreendidas para facilitar a varação das canas. Cortes de alturas notáveis nas colinas e morros, ainda hoje (1867) firmes e bem sólidos, atestam quanto trabalho e suor ao desgraçado negro cativo custou tudo aquilo, parecendo os aterros e desaterros feitos com cuidado especial como que preparados para custosa estrada de ferro.

Pobres escravos, desconhecidos mártires! Quantas centenas de milhares senão milhões foram engulidos pelo Sertão, sacrificados à ambição, à ganância, ao desregramento de bárbaros senhores?"

Sobre os incidentes das viagens monçoeiras muito pequeno senão insignificante é o material anedótico. É pouco variado na maioria dos casos. O conjunto dos episódios, comuns a todas estas navegações, representa em geral verdadeira unilateralidade.

Nenhum de longe sequer tem a riqueza do relato de Juzarte, que aliás apenas realizou parte do percurso cuyabano.

Deixou Ordonhes algumas notas assaz interessantes sobre incidentes de sua travessia.

Saíra de S. Paulo, munido de excelente e farta matalotagem, arranjada pelos irmãos: o futuro Marechal Arouche e as cinco irmãs solteiras, "as meninas da Casa Verde".

A este abundante viático reforçou em Itú uma sua prima: D. Maria, viúva do mestre de campo José de Góes.

Além disto o capelão da flotilha, Frei José e um oficial ajudante, companheiro de viagem, eram homens sobremodo precavidos. Assim, partiram de Araraitaguaba munidos dos melhores recursos ali conseguíveis.

"Vinham dous cozinheiros bons, escreve o magistrado. Comiamos com gosto e parecia que estávamos em povoado. Não faltava nada, tudo devido ao cuidado do religioso e do ajudante, concorrendo para isto os muitos preparos que fizeram em minha casa".

A primeira parte da viagem de S. Paulo a Camapuan correu muito mais agradável do que a segunda, "por serem os ares mais frios, mais sadios, de boas aguas e não haver o maldito mosquito. Jogávamos até meia noite, brincávamos e não nos mortificava a calma.

Quando o calor era excessivo havia o corretivo do banho nos rios. Mas nos de aguas salubres, como o Pardo, em que o nosso ouvidor a elas se lançava duas e três vezes por dia.

Depois de Camapuan passaram a serem quentes e más; e os mosquitos intoleráveis. "O meu refrigerio — informa o apouquentado ouvidor — era atirar a torto e a direito mesmo de dentro da barraca, e jogar de dia enquanto não havia mosquitos".

Dizia-se missa aos domingos e dias santos; cantava-se o terço aos sábados e nos demais dias era ele rezado.

Além dos riscos das cachoeiras havia o do assalto do gentio, o das onças e das cobras. Confessa Ordonhes que muito temia os felinos e os ofídios. Receiava que estes lhe subissem à cama.

Sincera, ingenua e altruisticamente confessa também que depois de bem varrido o chão do pouso, colocava o leito entre os dos companheiros, pondo-lhe à cabeceira uma espingarda e uma pistola.

Com o correr dos dias o acordar alta madrugada não lhe causava abalo, assim como dormir na mata, a menos que não sobrevissem tempestades.

Durante os cinco mezes de viagem foi-lhe a saúde geralmente boa, apenas o acometeram alguns incomodos passageiros.

Pormenor curioso devido a Juzarte é o informe de que à barra do Rio Pardo existia um lugar onde n'uma casa ao pé de grande árvore havia uma como que caixa postal. Ali se depositavam cartas que os viajantes recolhiam, levando-as ao seu destino.

Interessante pormenor de sua jornada nos deixou o Conde de Azambuja ao contar que de S. Paulo a Camapuan, de 5 de agosto a 29 de setembro de 1751 não se despiu uma única vez, "exceto para mudar de roupa".

Tal declaração é algo sibilina. Terá o Capitão-general jamais trocado toda a sua roupa ou apenas a indumentária externa?

Interpreta Buarque de Holanda tal confidência como verdadeira confissão de que o Conde durante este lapso de cinquenta e cinco dias não se banhou uma única vez, o que realmente parece plausível.

A tal propósito e com exceção, observa que a limpeza corporal não figurava entre os atributos das classes nobres da Europa setecentista, ao passo que a gente americana, mais humilde, praticava senão a ablução diária pelo menos o tradicional lavapés vespertino.

Assim, deveria ter causado estranheza aos companheiros de jornada do satrapa o "suntuoso desaceio do general emboaba", cuja balneofobia corria parrelhas à dos requintados cortezãos da mais elegante das cortes européias de seu tempo, no dizer de Alfredo Franklin, em sua interessante *La vie privée d'autrefois*.

Outro pormenor curioso do relato do Conde de Azambuja. Conta que as noticias das agruras da viagem das monções eram tais que chegara a receiar ver desertarem todos os soldados de sua guarda. No Rio de Janeiro, Santos, S. Paulo e Araraitaguaba todos lhe falaram da travessia com verdadeiro horror.

CAPÍTULO XVIII

OS RECURSOS VENATÓRIOS DO TRAJETO MONÇOEIRO, SE- GUNDO OS DIVERSOS DOCUMENTOS. PESCA E CAÇA AO LONGO DOS RIOS

Naqueles páramos enormes percorridos pelas monções o que havia de mais frisante aos olhos dos navegadores era, além dos riscos da navegação e a ocorrência de possíveis encontros com os autoctones, a maior e menor quantidade de elementos naturais de subsistência oferecida aos jornadeantes pelos recursos da caça e da pesca.

Assim há nos relatos monçoeiros assaz consideráveis informes sobre uma e outra cousa.

Muito mais a mão, é obvio lembrá-lo, estavam os peixes do que as aves e os mamíferos, mas os relatos inclinam-se de preferência aos reparos sobre a avifauna do que sobre a ictiofauna.

Enorme cópia de peixes encontrou Don Luis de Céspedes no Tietê, em 1628. "Tiene esto rio tanta abundancia de pescado, dorados y otros generos, que quando llegavamos al alo famientos se llenava tanto cogidos a ansuelo que comiamos todos y sobrava por ay", escrevia o Capitão-general a Felipe IV.

Gervasio Leite Rebelo em 1726 pouco se refere a peixes, e a Juzarte em 1769 não causou admiração a piscosidade do Tietê. Fala-nos de grandes dourados e dos pacús "que não fertilisavam (sic) aos viandantes por serem poucos".

Entretanto, o Conde de Azambuja, em 1751, ficou maravilhado com a abundância de pescado no Tietê, sobretudo em Itapura e Avanhandava.

Nesta cachoeira matava-se o peixe a varapáu e por meio de fisgas. Na outra ainda eram mais consideráveis os cardumes. Enormes dourados exigiam o maior esforço para serem trazidos à margem. Jaús colossais surgiam. Veio-lhe um destes pintados carregado por dois homens. Podia-se dizer que todo o Tietê se apresentava extraordinariamente piscoso.

Os enormes cardumes de piranhas do Paraguay e seus afluentes e principalmente no Pantanal impressionaram a Gervasio Rebelo Cardoso de Abreu e sobretudo ao Conde. Impediam os navegantes de se refrescar tomando banho nos rios. Em pouco tempo deixavam um homem em miseravel estado. Que mandíbulas terriveis as destes peixes diabos! Conseguiam cortar anzóis capazes de sustentar peixes muito mais pesados e maiores do que eles.

Outro e terrivel perigo ameaçava os banhistas: a presença das arraias, cujas vergastadas caudais provocavam feridas causadoras de longa e lancinante dor. Seu peçonhento ferrão ocasionava lesões que só se curavam em longo prazo.

Ordonhes achou o Tietê muito mais piscoso a jusante do que a montante do salto do Avanhandava. Em Itapura verificou a espantosa quantidade de pescado.

“Ficavam as praias cheias por não haver quem quizesse os peixes, o que até enjoava. Dourados de meia arroba e mais, pacús saborosíssimos, jaús de três arrobas, finalmente muita qualidade e, quasi todos, peixes de bom gosto.

No Paraná ocorria a mesma abundância, mas no Pardo interceptado por saltos que impediam as piracemas, não.

Voltava a piscosidade no Taquary, sendo consideravel no Paraguay, Porrudos e Cuyabá, como tambem atesta Cardoso de Abreu. Surgiam enormes cumilações de dourados.

Mas nestes três rios era um desgosto pescar-se por causa das piranhas. Ou, como os portuguezes lhes chamavam, tesouras, cujos terriveis dentes conseguiam seccionar linhas de pesca reforçadas com arame.

Que voracidade a destes malditos bichos! Poz Ordonhes ao seu alcance grande capivara e em poucos minutos viu à mostra os ossos do roedor atado pela perna a uma canoa.

Incrível ruido faziam os seus devoradores na ancia de arrancar os nacos da carne do *hydrochoerus*.

Em certos lugares tornava-se perigosíssima qualquer tentativa de banho fluvial. Banhistas imprudentes dele haviam saído mutilados e até castrados.

Expende Ordonhes curiosa observação. Se os rios da bacia do Paraguay desde o Taquary até o Cuyabá fossem encachoeirados as piranhas teriam paralisado o curso das monções. Não haveria mareante que ousasse atirar-se à água para empurrar as canoas e trabalhar na sirga.

Lacerda e Almeida refere-se a enorme quantidade de arraias no Taquary, muito grandes, com quatro a cinco palmos de diâmetro (0,88 a 1,10).

Neste rio, no Paraguay e Porrudos nadavam colossais cardumes de numerosas especies ictiológicas a passar uns após outros. Entre eles os de piranhas, tão frequentes quanto as arraias.

Como estes peixes se entredevoravam! Quando os navegantes os atraíam às barrancas dos rios atirando-lhes alguma caça morta era digna de se ver a luta que se estabelecia e como se combatiam furiosamente”.

Pelo rio nadava “aquele batalhão em guerra cruel, fazendo uma cena trágica e divertida”.

O veneno das arraias era muito ativo mas não mortifero. Causava contudo chagas muito dolorosas e de dilatada cura. “A carne de tais animais era preferivel à dos peixes mais mimosos e saborosos”.

A’ barra do Aguapey, no Paraná, encontrou o astrônomo tão vultosos e ruidosos cardumes de dourados que a sua bulha lhe impedia o sono. Alí, inúmeras eram as piraicanjubas, “peixes mimosos de escamas prateadas” e os piabussús. Puzeram-se estes a saltar dentro de sua canôa a ponto de um ferí-lo no rosto, o que o obrigou a cerrar as cortinas do camarim.

A pesca noturna chamada de “promombó” ou de facho, deu então enorme resultado, enchendo as canôas de peixe.

No Tietê frequentes surgiam jaús de oito palmos (1,76), cuja carne, quando fresca, era considerada nociva. Salgavam-n’a portanto e punham-n’a a secar.

Em 1783 dizia Cardoso de Abreu que de Araraitaguaba partiam flotilhas de pesca ao sertão. Regressando após seis a sete dias de viagem traziam às vezes cem arrobas de peixe salgado.

Entre outros vinham surubys e jaús de tal grandeza que decapada a cabeça e removida a ossada deixavam duas arrobas de carne posta a secar.

Sá e Faria depois de escrever que nos saltos havia abundância de peixes, sobretudo dourados e pacús, fala depreciativamente dos jaús, enormes bagres, às vezes de mais de vara e meia (1,65), cuja carne tinha máu sabor.

Os mais apreciados peixes do Tietê eram os dourados, saupês, piranguajuras, pacuhys, pacús, surubys, piraguaxiaras e jaús, afirma Cardoso de Abreu.

Desprezavam os pescadores a diversas espécies que, no entanto, tinham saborosa carne como os piracu-mirins, ximburés, piabas, jurupensens, jurupocas, pacupebas e bagres.

O salto do Curau impedia a passagem dos peixes ao alto-rio Pardo. O Camapuan era esteril mas já o Coxim e o Taquary muito piscosos. Assim como o Porrudos e Cuyabá.

No Pantanal do Taquary tornava-se necessário espantar e afugentar as arraías para que o pessoal da sirga pudesse descer á agua, sob penas de graves accidentes aleijadores dos homens. No Paraguay viviam incontaveis piranhas e jacarés.

Dos recursos venatórios do Tietê fala-nos Don Luis de Céspedes, a contar que no vale do grande rio vivia “grandisima suma de casa, muchisimas antas que matamos con q. veniamos comiendo carne por ser como de baca; mucha, pasareria de diversas colores” e ainda “muchos tigres leones”.

D. Antonio Rolim de Moura encontrou muita caça de pêlo no Tietê, onde abundavam as pacas e as capivaras. Da carne do primeiro destes roedores fez grandes elogios. A' do outro não.

Passado o Paraná apareciam muitos numerosos os cervídeos de carnes mais tenras e saborosas do que as dos de Portugal.

No Taquary frequentíssimas ocorriam as grandes varas de porcos montezez e as manadas de veados.

Afirma Juzarte que em seu tempo viviam no vale do Tietê muitos dos gigantescos tatús canastras, abundantíssimos símios e grandes varas de queixadas e catetos.

Nas águas do rio nadavam bandos de ariranhas que perseguiam as canôas “bramindo com um garganteado” antas e capivaras.

Segundo Ordonhes na região do Tietê havia sobretudo em matéria de caça grossa: onças, antas e porcos.

Cardoso de Abreu conta-nos que os símios do Tietê se distribuam entre quatro espécies: bugios, micos, monos e saás.

Viviam no vale muitos suideos, capivaras e onças pintadas. O atrevimento dos jaguetês era tal que os levava a assaltar os acampamentos. Em 1766 ele próprio se vira atacado em sua rede. Fora por um triz vítima de poderoso felino, ao qual fizera espera à noite toda, conseguindo matá-lo pela madrugada.

Passado o Paraná, começava a avultar notavelmente o número de cervos...

Nas campinas do Pardo havia-os muitíssimos, sobretudo dos brancos, assim como tamanduás e lobos.

Frequentíssimas as abelheiras de bom mel. No Porrudos e Cuyabá encontrava-se abundantíssima fauna.

No primeiro destes rios, corrobora Cabral Camelo, ocorria tanta caça quanto às margens do Paraguay. Abundava aquele sertão em pintadas a cujos ataques se devia a morte de alguns homens das monções.

Estes grandes felinos deviam realmente ser muito numerosos no trajeto monçoeiro.

Segundo Ordonhes já frequentes no Tietê, muito mais ocorriam além Paraná, passando a ser numerosíssimos na bacia do Paraguay.

Aí Gervasio Leite Rebelo em 1726 os aponta como sobremaneira numerosos, principalmente no Pantanal onde também existiam bandos vultosíssimos de capivaras.

Espantou-se Lacerda e Almeida da enorme quantidade dos grandes carnívoros na bacia do Paraguay e sobretudo no Pantanal pelo fato de ali existir espantosa profusão de caça.

“Vi tantas que além das que se mataram e das que fugiram me causou admiração ver a terra revolvida pelas unhas delas como se fôra cavada com enxadas!”

Certa vez no Taquary, conta o astrônomo, “vi-me obrigado a mudar de lugar para nos livrarmos do risco de servirmos de preza a uma onça que andava abeirando o aquartelamento”. No Porrudos a sua gente abateu “formidável onça”.

Refere Lacerda ainda a habilidade pelo qual estes felinos conseguiam pescar, atraíndo os peixes com a batida da cauda nas águas.

No Pantanal viviam inúmeras antas, porcos montezez, capivaras, de modo que os jagaretês largamente nutridos proliferavam, tendo sempre ao alcance farta presa.

Nos campos do Pardo formigavam os veados aos quais inata e imensa curiosidade era fatal. Os caçadores, caminhando contra o vento, levavam à cabeça barretes ou panos vermelhos e levantavam os braços. Espantados vinham os cervídeos ver o que significava tal aparição e encontravam a morte.

Desde o Coxim reapareciam numerosas as antas das chamadas russas também abundantes no Tietê, da grandeza de uma vaca mediana e no gosto muito melhores”.

Tal a abundância dos veados no Pardo que o prazer da caçada fazia frequentemente retardar a marcha das monções.

Tamanha a sua profusão, sobretudo a dos galheiros brancos e pardos e a dos viras, informa Ordonhes, que era cousa de espantar.

No Taquary existiam outros, menores, e de muito má carne. As antas abundavam no Pardo como os monos na bacia do Paraguay.

No Taquary mostravam-se as capivaras frequentes para serem no Paraguay abundantíssimas, assim como no Porrudos e Cuyabá, a ponto de nem os caçadores nelas quererem atirar pois os remeiros se recusavam a lhes comer a carne oleosa tão preconizada aos fracos do peito.

Uma alusão gastronômica do astrônomo faz-nos crer que no percurso de sua jornada teve o ensejo de ver abatidos numerosos símios, sobretudo nas margem do Tietê.

“Mucha pasareria de muchas colores” foi o que Don Luis de Céspedes disse da avifauna tieteense, como vimos.

A mesma impressão teve mais de um século mais tarde o Conde de Azambuja.

Admirou-se da quantidade de patos bravos, maiores e mais gostosos do que os do Reino. Assinalou-os Juzarte sobretudo em Itapura, e deles diz Ordonhes que eram de excelentes carnes, ariscos e velozes no vôo, duros para morrerem e difíceis de serem atirados por caçadores de mediocre pontaria.

Dos jacús informa D. Antonio Rolim que sua carne tinha sabor comparavel ao das perdizes, afirmação que muitos contestarão.

Em muitos pontos do Tietê passavam incontáveis papagaios que com arroz ofereciam mediocre petisco: “não eram maus”, contudo.

Nos barreiros tornava-se fácilimo proceder-se a enormes morticínios de aves.

Nos campos do Rio Pardo espantosa se mostrava a quantidade de perdizes, assim como em Camapuan. Não tão boas, contudo, quanto as de Portugal, mas assim mesmo saborosas.

No Taquary maravilhou-se o Capitão-general do vulto da avifauna. Patos de extraordinária grandeza, marrecos, mutuns, aracuans, jacús, jacutingas que passavam por ser de bom gosto e saudaveis, de modo que se davam a doentes.

Em alguns lugares procediam os monçoeiros a enormes matanças de aves, a ponto de serem obrigados a mudar de pouso por causa da putrefação da caça abatida.

Então, ainda no Taquary e na chamada Ilha dos Pássaros, tal a abundância de aves que o local se convertera "n'uma das cousas raras que se encontravam no Brasil".

No Paraguay via-se incontavel quantidade de biguás.

Ordonhes tambem encontrou nos campos do Pardo, infinito número de perdizes, e no Taquary "um diluvio de aves aquaticas, entre as quais incontaveis tuyuyus. Havia tambem muitas anhumas. Mas como fossem sobremodo ariscas, tornava-se difficil apanhá-las.

Diligentemente caçadas eram muito procuradas por causa das virtude medicinais dos ferrões que reduzidos a pó constituíam excelente contraveneno, do qual se contavam maravilhas".

Nos campos do Pardo viu o Ouvidor de Cuyabá grandes bandos de emas, como tambem sucedeu a Lacerda e Almeida em relação às rheas e às perdizes. Por causa destas últimas tambem se detinham naquelas paragens as monções onde se ajuntavam muitas canoas para reciprocamente se ajudarem".

Navegando o Cuyabá, o Porrudos e o Paraguay, cada vez mais se sentiu o astrônomo assombrado com o que ia vendo em matéria de avifauna.

Eram aquelas regiões imenso viveiro, pelo que nelas occorria de mutuns, jacús, aracuans, jaós, "todas estas aves na bondade como galinhas".

No Taquary a esta profusão de galináceos silvestres accrescia a dos bandos dos patos bravos, grandes e gordos, alimentados pelos arrozais nativos do Xaraes.

A avifauna aquática apresentava-se alí de abundância absolutamente fantástica, o que demonstrava a extraordinária piscosidade das águas.

Ao passo que a do Tietê provocou uma nota de Ordonhes recordando suas numerosas jacutingas, jaós, psitacideos e anhumas, de Lacerda de Almeida quasi nada mereceu.

Nem sequer se lembrou de uma referência às belas palamedeas que ao rio haviam valido o topônimo antigo e desaparecido de Anhemby.

E no entanto, ao se referir à cachoeira das Anhumas, no Coxim, recordou que a experiência comprovava a eficiência te-

rapêutica das raspas dos ferrões da linda e indomesticavel ave, “como antidoto contra todo o veneno”.

Aos picados de cobra eram administradas com água “virtude já conhecida dos Indios antes da conquista portuguesa”.

Juzarte pouco fala da Ornis do Tietê. Alude à presença de emas e jaburús e aos patos silvestres do curso inferior do rio e a um local onde existia abundância de abelheiras.

Quem se derramou em tratar da avifauna tieteense foi Cardoso de Abreu.

Consagrou assaz extenso capítulo aos seus “inumeraveis passaros de diversas qualidades, araras, papagaios e periquitos, jacús, jacutingas, macucos e inambús, patos, columbideos e ramphastideos; aos pernaltas ribeirinhos: biguás, tuyuyús, jabuyayás, guaraputipocas, guaratayacús, garças, socós-guassús, colheireiras, araguays; rapineiros de várias espécies entre os quais destacou certo gavião pequenô “o teum-teum tão violento que lhe não escapava qualquer passaro dos mais velozes em vôo”.

Especial referência lhe mereceram as anhumas, aves de muita estimação, muito difíceis de serem apanhadas e cujo unicórnio era de grande virtude como contraveneno.

Sá e Faria arrola na ornis tieteense jacús, jacutingas e patos bravos, além de numerosíssimos bandos de psitacideos.

Além-Paraná, no vale do Pardo, alude Cardoso de Abreu à existência de muitíssimas perdizes, codornizes, emas, seriemas e quero-queros.

No Taquary avistavam-se numerosíssimas as araraúnas e anhumas. Diversas das do Tietê devem ter sido anhumaspocas”, aves muito uteis aos viajantes”. Quando se punham a gritar é que havia gente ou onças pela vizinhança. A’ noite cantavam com extraordinaria precisão cronométrica de duas em duas horas, a partir de maio-noite. Com tamanha regularidade que à falta de relógio supria o seu canto para o revezamento das sentinelas dos acampamentos quando se temia a aproximação dos payaguás.

Da fauna ofídica da região monçoeira falam os documentos em geral, e geralmente sem exageração.

Era natural que acima de qualquer serpe fossem as sucurys as que mais impressionassem os viajantes.

Quem mais se estende sobre tais cobras é Lacerda de Almeida.

Eram sobremodo vulgares no Tietê. Nos dias claros viviam estendidas ao sol pelas praias e pedras das cachoeiras.

Algumas apareciam simplesmente colossaes. A' margem de um ribeirão afluente do Tietê succedeu interessante caso.

Haviam uns escravos encontrado, ao cair da noite, o enorme rolo de uma sucurijú e certos de que se tratava de tronco de árvore derribada tinham querido deitar-lhe fogo afim de se aquentarem para o resto da noite.

Com o calor se movera o suposto tronco com notavel susto dos incendiários.

Comenta o astrônomo: esta é a tradição muito verosimil para os que têm viajado por este novo mundo, onde, a cada passo, estão encontrando cousas que teriam por fabulosas se não tivessem sido testemunhas oculares.

Ordonhes tambem avistou à margem do Tietê, pelas praias, "infinidade de sucyrus". Em sua monção havia camaradas que comiam tais cobras.

Afirma Cardoso de Abreu que entre os sertanistas vivia generalizado tal hábito. Ele próprio, certa vez, provara a carne de um de tais minhocões.

Sabem todos quanto se exageram as dimensões da *eunectes*.

Fala-se em sucyrus de doze, quinze e até vinte metros de comprido. De vez em quando trazem os jornais notícias de que em tal e tal ponto da Amazônia se caçou uma de sessenta, oitenta e noventa palmos, como ainda ultimamente se deu, quando se divulgou o caso de um minhocão morto graças a sucessivas rajadas de metralhadora. E bicharoco perto do qual o imenso pitão que deteve o exército do pro-consul Regulo à margem do rio Bagradas e foi morto pelos pedrouços de catapultas devia ser uma cobrinha.

Cardoso de Abreu nos menciona duas de 18 e 23 palmos (3m 96 e 5,06) perfeitamente razoaveis. No ventre da maior encontrou um veado inteiro. Mas ao mesmo tempo dá-nos a informação de que a mais consideravel *Eunectes murinus* tinha 5 palmos de grossura (1m10) o que é inacreditavel, "o que na verdade fazia duvidar esta grandeza aos que não tinham noticia ou verdadeiro conhecimento das ditas cobras. Acredite, porém, o curioso que tudo isto era verdade e sem exageração alguma."

Afirmou ainda que sabia do fato de haverem sido sertanistas devorados por sucurijús, cousa acerca da qual Antonio Piza se declara ceptico.

Continuando a falar de serpentes lembremos que Lacerda e Almeida conta da existência de muitas cobras venenosas no Tietê, dos quais numerosas foram mortas quando nadavam em direção às suas canoas.

No Pardo ocorria extraordinário número de ofídios causadores de frequentíssimos acidentes combatidos pela ingestão de altas doses de cachaça salgada.

A tal proposito relata o astrônomo que o seu guia, Salvador, por três vezes escapara de morrer de mortíferas picadas ofídicas graças a tal mistura ingerida em prodigiosa quantidade sem que contudo o embriagasse. E isto quando “em outra diferente ocasião qualquer porção de alcool lhe ia à cabeça”.

Os saurios é que pouco deram que falar de si. Cardoso de Abreu assinala-os sobretudo no Paraguay. Gervasio Leite Rebello no Porrudos. Ordonhes foi quem deles mais se ocupou, achando que abundavam imenso como ainda hoje em toda a bacia do Paraguay. Juzarte conta-nos do encontro de “um famoso sucury de trinta e cinco palmos (7m 70) com dois palmos de diametro (0,m 44). Mas os havia maiores, afirma.

Nas margens do Tietê viam-se alentadas jararacas, corais e cascaveis.

Dos temerosos crotalos encontrara um exemplar enorme de onze palmos (2m 42), assim como jararacas de sete palmos (1m 54., cuja picada tornaria qualquer pessoa instantaneamente sem vista a exalar sangue pelos olhos, boca e nariz e pelas unhas, morrendo em vinte e quatro horas”.

CAPÍTULO XIX

OS INDIOS RIBEIRINHOS DO PERCURSO MONÇOEIRO. PAYAGUÁS, GUAYCURÚS, CAYAPÓS, BORÓROS. PERIGOS DA SUA PRESENÇA. AMEAÇAS E PRECAUÇÕES

Três nações gentias foram o pesadelo dos monçoeiros nas primeiras décadas da conquista do Cuyabá. As dos payaguás, a mais temível de todas, dos guaycurús e cayapós.

E' interessante conhecer o que sôbre índios nos inculcam os relatos do tempo.

Don Luis de Céspedes a eles não se refere; provavelmente já ao vale do Tietê, em 1628, haviam as bandeiras despovoado. Gervasio Leite Rebelo, em 1726, conta-nos que os cayapós ocupavam a margem direita do Paraná e eram "o peor gentio daquelles sertões". Ainda não haviam os payaguás, aliás, encetado as suas agressões vultosas.

Cabral Camelo em 1727 jamais se avistou com índios na descida do Sorocaba e do Tietê. No Itapura, conta, apareciam os cayapós, "o mais traidor de todos os gentios".

Embarcados em jangadas, navegavam largo percurso do Paraná. Sua principal base era a barra do Verde. Frequentavam assiduamente o curso do Pardo, ameaçando a cada momento Camapuan.

A' expedição de Luiz Rodrigues Vilares e Gregorio de Castro que levavam mais de sessenta escravos carregadores haviam subitamente assaltado, matando três ou quatro pretos, retirando-se tão velozmente que quando os mais levaram as espingardas à cara já não os viram".

Usavam os cayapós incendiar a macega para tentarem fazer perecer os brancos. O único meio de defesa consistia no fogo do encontro ou no arrancamento dos capins para se constituir aceiro.

Havia quem por precaução se untasse com mel de pau e se embrulhasse em folhas ou ainda se cobrisse de carvão para escapar ao incêndio.

No Taquary encontrou Camelo três bugres agigantados (provavelmente boróros) que, em sua companhia, trazia um sargento-mór paulista, cujo nome não declarou.

Ponto perigoso era o sítio chamado a Prensa, a três dias antes da foz do Taquary. Por ali, segundo se afirmava, passavam os guaycurús para o Pantanal em suas correrias.

Alí também esperavam as monções. Eram numerosos, formando às vezes troços de quinhentos a mil cavaleiros. Constava que os seus "reinos" seriam muitos e que cada uma de suas tribus dispunha de mais de nove mil cavalos.

Curioso que pouco cuide Camelo dos payaguás. Quasi o victimariam a 5 de junho de 1730 quando vinha de Cuyabá para S. Paulo, na monção exterminada do ouvidor Lanhas Peixoto.

O Conde de Azambuja relata que os mais perigosos selvícolas eram os payaguás, armados de arco e flecha, e pequenas lanças de choupas férreas muito agudas que também lhes serviam de dardos.

Em terra nada valiam, mas nos rios mostravam-se temíveis.

Sobremodo cautelosos só atacavam depois de, por muito tempo, observarem os movimentos das monções. Com enorme habilidade sabiam navegar nos meandros dos rios e do Pantanal, escondendo-se quando preciso pelos ribeirões e sangradouros. Mas navegavam sobretudo no Paraguay.

Suas canôas levavam geralmente como tripulantes cinco remadores e outros tantos combatentes. Sua principal tática consistia em tentar fazer emborcar os barcos dos adversários visando molhar-lhes as armas e a munição.

Além dos payaguás deviam as monções temer os cayapós e os guaycurús. De Araraitaguaba à barra do Pardo não havia perigo algum de assalto. Mas já no Pardo começavam os cayapós a dar sinal de presença.

Eram robustos e ageis, armados de arco e flecha e de uma clava ou bilro a que enfeitavam. Sobremodo traiçoeiros sabiam admiravelmente dissimular a presença na floresta "por se pintarem de modo a ficarem da côr do mato". Procuravam sobretudo atacar os pousos e acampamentos onde não havia vigilância.

Mas como andassem em pequenos magotes bastava um pouco de cautela nos ranchos para os conter. Os caçadores é que nunca deviam afastar-se do pouso a menos que uns três ou quatro saíssem juntos e se conservassem unidos.

Do Fucuano (?) para diante desapareciam os cayapós.

Os guaycurús estendiam as correrias até o Taquary. Tornavam-se ameaçadores nos baixios deste rio.

Armados de lanças e laços sua eficiência bélica reduzia-se nos rios.

Desde que os monçoeiros tomassem a precaução de pousar na mata perdiam tais índios a vantagem das cargas de cavalaria em campo raso perigosas.

Se os índios não fossem destituídos de inteligência lançariam mão de recurso capaz de paralisar a marcha das monções.

Nenhuma expedição conseguiria navegar no Coxim através dos desfiladeiros de paredes altíssimas cortadas a prumo entre as quais corria o rio com extraordinária violência e em lugares onde a sua largura se reduzia a cinco e até a quatro braças (11m e 8,80m).

Poucos que ocupassem o cimo daqueles paredões despeitando pedrouços e ali não passaria canoa que se não votasse a infalível destruição.

Esta mesma opinião expenderia Lacerda e Almeida trinta e tantos anos mais tarde ao se declarar espantado de que jamais houvessem os índios pensado em valer-se daquela magnífica posição estratégica.

Não haveria barco que não sossobrasse com o choque de pedras despenhadas de altura superior a 450 palmos (99 metros) sobre a tão estreita vereda fluvial pela primeira vez percorrida pelos irmãos Leme.

Atingindo a região perigosa conta-nos o Conde de Azambuja que tomou logo especiais precauções. Preparou três canoas com dezoito fusileiros em cada uma. Na que seria a vanguardeira instalou certa "pecinha de ameudar" que trouxera do Rio de Janeiro, fazendo fogo sobre um e outro bordo da canoa", e entregou-a a um alferes e onze soldados.

Ao mesmo tempo adotou especial formação naval distribuindo em diversos grupos as suas canoas armadas e as da flotilha de guerra que baixava ao seu encontro vinda de Cuyabá. Tal esquadrilha geralmente se compunha de cinco canoas com

uns trinta fuzileiros e voltava com a monção que subia. Uma destas canoas, mais ligeira, era de montaria, encarregada de espiar e descobrir o movimento dos payaguás, examinando os lugares suspeitos.

Com esta formação não havia canoa de carga que não navegasse à vista sempre de alguma das de guerra.

No **Divertimento admiravel** dá-nos Cardoso de Abreu alguns informes sobre os índios que tinham contacto com as monções em 1783.

No vale do Rio Pardo aos caçadores perturbava a presença dos cayapós que tendo perto o seu alojamento andavam pelos campos diligenciando surpreendê-los. Eram “dentre os gentios os mais tiranos, cruéis, indomitos e traidores”.

Em Camapuan tornava-se indispensavel escoltar os escravos encarregados dos transportes no varadouro. Sem tal precaução seriam infalivelmente agredidos pelos cayapós que não cessavam as “suas traições” naquele local.

Em fevereiro de 1768 fôra ele, Abreu, acometido por estes bárbaros no Sanguixuga mas nada sofrera por estar vigilante. Tais índios percorriam aquelas campanhas e as dos rios Camapuan e Coxim.

No ribeiro da Sillada (sic) tinham “toda a força de seu alojamento”.

No Pouso Alegre sobre o Taquary, local situado “no meio de uma grande resacada, cheia de pequenas ilhas”, no dizer de Lacerda e Almeida, reuniam-se as diversas flotilhas da monção para navegarem juntas, pois sempre se corria o risco de algum assalto dos payaguás, que tantos estragos haviam feito nas tropas que demandavam Cuyabá ou de lá tinham partido.

Ainda no Taquary surgiam os cayapós.

Outrora aquela região fôra habitada pelos mansos parecis reduzidos à escravidão em número consideravel, como tanto se sabia em S. Paulo e em Cuyabá.

Os guaycurús tambem chegavam ao Taquary, em suas longas correrias desde o Iguatemy. Alí Cardoso de Abreu os avisara de longe em 1773. E Lacerda de Almeida quinze anos mais tarde encontrou vestígios de acampamento seu perto da cachoeira do Beliago, lugar onde costumavam atravessar o rio.

No Paraguay andavam as canoas próximas umas das outras “debaixo do preceito do cabo comandante e da vigilancia dos fra-

gueiros das canoas de guerra que tomavam à beira dos sangradouros, sahidos dos pantantaes a fazer barra no Paraguay para impedirem as traições e ciladas costumeiras dos gentios naqueles lugares.

No Porrudos viviam os índios deste nome e mais os guayanás e croayás mansos que a ninguem ofendiam. A's margens do Cuyabá boróros e parecís. Dos primeiros diz Abreu que insignes trilhadouros "eram valorosos para com os mais gentios e humildes para com os brancos".

Em 1785 ao viajar Ordonhes já pouco incomodavam os índios o livre trânsito das monções. Os cayapós continuavam a aparecer esporadicamente em Itapura.

Rondavam as vizinhanças de Camapuan, devastando as roças e matando lavradores e roceiros de vez em quando.

Mas a situação melhorara para os civilizados. Em 1782 contra eles seguira uma expedição que surpreendera uma de suas principais malocas. Dela haviam fugido os homens mas os expedicionários tinham feito oitenta prisioneiros entre mulheres, creanças e rapazes de pouca idade.

E estes prisioneiros se iam civilizando muito bem, sem querer voltar às suas brenhas e casando-se com os pretos da Fazenda.

Não se avistou Ordonhes com os cayapós mas várias vezes viu, ao longe, as labaredas do incêndio que ateavam nos campos do Pardo.

Em certa ocasião vieram as chamas até quasi atingir um ponto que a monção devia transpor. Fôra até necessário descarregar canôas sob o enorme calor causado pelo incêndio próximo que cobria larguíssima área.

No Paraguay ainda subsistia o perigo dos "ferocissimos" payaguás mas muito atenuado depois que as canôas d'El-Rei navegavam naquele rio e no Porrudos policiando-lhes as águas.

Já quasi mais não se mostravam os outróra tão temidos canoeiros. E se o faziam velozmente tratavam de fugir ao avistarem as embarcações dos brancos.

Os guaycurús estes continuavam com as correrias até as vizinhanças de Cuyabá, matando gente, motivo pelo qual as últimas roças dos cuyabanos estavam no máximo a três dias de viagem, pelo rio, da vila do Bom Jesus.

Em 1788 baixando de Cuyabá e S. Paulo encontrou Lacerda e Almeida os payaguás quasi aniquilados.

A sua pequena monção apenas avistou no Paraguay uma de suas canoas cujos tripulantes se deram pressa em fugir. Devia-se a sua ruina aos guaycurús que imenso os haviam destruído.

Eram estes ainda temerosos. Deixando os cavalos embarcavam em canoas de vinte e mais homens armados de arco e flexa, lanças com choupos de ferro, compradas aos espanhóis de Asuncion. A tática destes índios era a antiga dos payaguás. Para compensarem a inferioridade do armamento tentavam molhar os fechos das armas dos adversários atirando água sobre os arcabuzes com as pás dos remos quando iam intentar a abordagem.

Todos se lembravam do morticínio recentemente por eles feito em Nova Coimbra.

Os cayapós ainda eram de se temer embora menos do que outróra, na época em que haviam podido fazer grande chacina de civilizados num lugar chamado do Médico, entre descuidosos moradores.

O Pantanal ainda continuava a ser grande reduto de gentios, graças à riqueza venatória ali existente.

Em torno de Camapuan rondavam os cayapós cuja área de correrias vinha a ser enorme abrangendo terras hoje matogrossenses, goyanas e mineiras.

CAPÍTULO XX

LENDARIO E HAGIOGRAFIA DO TIETÊ. ANCHIETA E O ABAREMANDUABA. BELCHIOR DE PONTES E O PADRE POMPEU. FREI GALVÃO E MANUEL DE PORTES. A NAU CATARINETA DE JUZARTE. O MONSTRO DE PIRATARACA. AS IARAS DE LACERDA E ALMEIDA

Já pelos últimos anos setecentistas decaira muito a "fertilidade" das minas cuiabanas e a navegação gloriosa das monções mais que bi-secular ia-se aos poucos extinguindo.

Tão velha e tão ilustre que se adornara das lendas e dos fatos sobrenaturais, próprios das coisas remotas. Tinha a sua nau catarineta, como os seus monstros e ainda registros nas páginas dos agiológicos.

À margem do Tietê ocorrem os milagres consignados nas vidas de canonisandos reclamados pela *vox populi* como Belchior de Pontes e frei Antonio de Sant'Ana Galvão nos casos, sempre presentes à memória dos paulistas, do padre José Pompéu e do capataz Manuel de Portes.

Não nos conta Juzarte que certa manhã o avisaram, às pressas, de que uma canôa fantasma estava à vista da expedição que ele conduzia ao matadouro de Iguatemí?

Deslizava a montaria silenciosa e misteriosamente, pela bruma da madrugada, havendo o guia do comboio reiuno perfeitamente divisado e até contado os seus remadores e passageiros.

Interpelados os incógnitos navegantes, nenhuma voz respondera ao chamamento repetido.

Quem seriam? Gente de Cuyabá? Castelhanos? Paulistas? Índios? Desertores? Contrabandistas? Fugidos do Iguatemí? Acaso não estaria tripulada pelas almas dos pilotos, proeiros e remeiros afogados nos rios e de monçoeiros mortos durante a sua viagem aspérrima?

Intimados a estacar nenhum caso haviam feito da intimação.

Resolveu Juzarte tirar a limpo o incidente, e, entrando num escaler, guarnecido dos seus melhores remadores, foi-lhes ao encontro.

Pôs-se a perseguí-los afouta e imprudentemente, mas de balde, pois a grande e pesada canôa como que acertava a voga pela da ligeira perseguidora. Desapareceu na bruma. Um dia inteiro navegaram os seus acompanhadores sem lhe encontrar vestígio da passagem.

Era alguma náu catarineta, talvez tripulada pelas almas daqueles esfaimados do ouro, por amor do qual haviam perdido a vida e a salvação na jornada do Cuyabá, pensaria o bom Juzarte, supersticioso como todo marinheiro velho.

Já no século da descoberta às águas do Tietê ilustra um dos naufrágios do Taumaturgo do Brasil.

Haviam ameaçado os cachões de uma corredeira de tragar a Anchieta. Seu nome daí em diante para sempre lembraria o caso: Abarémanduaba, persistente na toponímia paulista.

Explica o bom Juzarte: Em outro tempo navegou por esta cachoeira um religioso da Companhia de Jesus, de virtude, chamado Padre José Anchieta (sic) o qual andava catequisando aos Índios, pregando-lhes missão, os quais vindo com ele em uma canoinha virara a embarcação no meio desta cachoeira largando ao Padre no fundo da mesma. Passado muito tempo, vendo que o Padre não surgia acima, cuidando estaria já morto, mergulhou um dos índios ao fundo e achou-o vivo, sentado em uma pedra, rezando no seu Breviário e por isso ficou o nome a esta cachoeira de Abaremanduaba”.

Pormenor sobremodo pitoresco é o que o mesmo Juzarte consagra em sua relação dos “Nomes das caxueiras que passamos neste rio, traduzidos em Português”:

“O numero um da lista é **Avarémanduaba**, tendo ao lado a tradução em nosso vernáculo: **Onde foi a pique hú jesuita** (sic!).

Já decênios antes de Juzarte consignava Manuel de Barros em seu “Roteyro Verd.^o das Minas do Cuyabá” os mesmos fatos. Para o primeiro dia de navegação, logo após a partida de Araraitaguaba assinala a presença do Jurumirim ou Sumidouro. Tomando-se este devia-se navegar à direita e embocar por um canal manso e quieto até se avistar a cachoeira chamada Abarémanduaba.

Significava este nome “lugar onde o Padre mergulhou”.

Explica o sargento-mor engenheiro: “deu-lhe este nome o Ven. P. José de Anchieta quando voltando-se-lhe a canôa neste lugar, e buscando-o de mergulho o gentio o achara no fundo rezando no breviário”.

Aliás, o Conde de Azambuja escreve verdadeira necedade, também, ao afirmar que Abarémanduaba na língua da terra era a tradução de “lembrança do Padre Anchieta” (sic!).

Episódio agiologicamente ligado às monções é o que se nos relata nas páginas simples da *Vida do padre Belchior de Pontes* pelo padre Manuel da Fonseca, biógrafo do inacino ilustre cuja santidade resplandece dentro da rude feição do Brasil seu coevo.

Referindo o milagre do seu biografado diz Fonseca: “O caso foi tão sabido em S. Paulo que raro se achava adiantado em anos que o não ouvisse conservando-se ainda hoje nos modernos a sua memoria ainda que pelo decurso dos tempos já com alguma confusão nos accidentes”. O provocador do fato sobrenatural veio a ser o Padre José Pompeu de Almeida, clérigo secular ordenado em Lisboa, filho do grande sertanista Lourenço Castanho Taques e portanto tio-avô de Pedro Taques, o linhagista.

Conta Taques: “Este padre se afastou inteiramente da urbana civilidade que praticaram seus irmãos”.

Teve gênio desconfiado e altivo, vivia na opulência dos bens patrimoniais e sempre retirado.

Neste desconcerto lavrou o seu precipício, posto que nele mereceu a contrição para alcançar a divina misericórdia como piamente cremos”.

Estando em S. Paulo o primeiro bispo do Rio de Janeiro, Dom José de Barros de Alarcão, capacitando-se o Padre Pompeu que nem ao prelado devia tributar obediência, até ao ponto de romper no temerário desafogo de que S. Ex. não era capaz de o ter por súdito, não aceitou as suas suaves admoestações.

E, finalmente, nem atendeu às fraternais rogativas com que o mesmo piedoso prelado o chamara ao seu agrado, quando soube da intenção do Padre Pompeu, que também desprezou os repetidos conselhos e grandes instâncias que lhe faziam os seus dois irmãos Lourenço Castanho Taques e Pedro Taques de Almeida e mais parentes para o afastarem de tão errada e perigosa resolução”.

Irremovível se lhe imprimiu ao cérebro o intento de abandonar as terras de Portugal para se fixar nas de Espanha.

Diz o Padre Fonseca que para este fim “preparou canoa e embarcado com alguns índios foi surgir da outra banda do Rio Grande em huma ilha que faz o rio Anhanguepum ou Anhendum”.

Muito mais explícito é o sobrinho linhagista do que o biógrafo inacino.

Intentara passar-se às Índias de Espanha, seguindo a navegação do rio Tietê até dar ao Rio Grande, e por ele abaixo até tomar a barra de outro rio, que vai acabar em terras do estreito do bárbaro gentio Cavaleiro, e d’alí fazer trânsito até a cidade do Paraguay.

Afirma Pedro Taques que o altanado clérigo preparou verdadeira monção para a temerosa viagem.

Levado dos impulsos de sua arrogância prontificou canoas, mantimentos, pólvora, bala, cães de caça, pilotos e práticos da navegação dos rios pelas dificultosas cachoeiras que tinha de passar.

Embarcou finalmente na sua frota de canoas sem mais amigos nem parente algum e só com os seus escravos e alguns carijós seus administrados que serviam de pilotos, práticos e remeiros”.

Desceu o Tietê sem estorvos maiores e ao cabo de mais de dois meses foi acampar numa ilha das muitas que tem o Paraná onde habitavam onças pardas e jaguaretês, mas também muita caça como porcos, antas e veados.

Nela se achava, conta-nos o Padre Fonseca, “quando” os índios mal satisfeitos com as impertinencias do amo e pouco tementes a Deus” concertaram um plano que o linhagista esclarece em seus dizeres gongóricos.

“Por oculta Providencia Divina se uniu a gente de toda aquela comitiva em um só voto e dispostas as cousas para a funesta resolução fugiram todos nas mesmas canoas, levando os cães” quando lhes dormia o amo.

“Quando acordou o Padre Pompeu se achou só em uma ilha da qual de nenhum modo podia safar-se; um verdadeiro deserto e sem remedio, humano sentenciado à morte porque faltando-lhe a canoa, mantimento e as escopetas, não havia outro remedio

mais do que acabar à violência da fome”, comenta Manuel da Fonseca.

Valendo-se da tradição da família, acrescenta Pedro Taques: “Conjectura-se que viveu por muitos dias, por ter o sustento nas frutas agrestes de uma grande arvore chamada jatobá. E porque também quando, passados anos, se deu com o lugar de sua morte e ossos daquele cadaver, se observou uma quasi vala na superficie da terra do comprimento de quarenta palmos que se entendeu a formara o continuo passeio que tinha o dito padre todo o tempo que lhe durou a triste vida”.

Piedosamente comenta o biógrafo que, vendo-se em tão miseravel situação certamente acudiram a José Pompeu de Almeida “grandes desejos de se preparar para a jornada da eternidade e seriam fervorosos os suspiros com que bateria às portas do céu invocando o socorro Divino, já que se via desamparado de todo o humano.

E ainda que o não livrou Deus da morte, não quiz deixar de ser misericordioso dando-lhe sacerdote com quem desembaraçasse a consciencia e purificasse a sua alma para entrar na gloria”.

Por essa época era o Padre Belchior de Pontes “varão de candura inocente adornado de heroicas virtudes”, o superior de uma das aldeias jesuíticas dos arredores de S. Paulo, relata Pedro Taques.

Certo dia, saíndo de sua aldeia para o Colégio em São Paulo, acompanhado de diversos índios, chegado à margem do rio Pinheiros descavalgou e pedindo aos índios que o esperassem, pois logo voltaria, entrou num capão.

Como demorasse em reaparecer, assustaram-se os índios, receiosos de algum acidente acaso acontecido ao seu amado abaré.

Ouçamos, porém, as próprias palavras do biógrafo. Entraram no capão e depois de o correrem todo, olharam para os campos circunvizinhos e certificados de que não estava naquele circuito determinaram, dispondo-o assim Deus, de irem para o Colégio e levarem o cavallo, julgando talvez que teria ele já tomado a dianteira sem que eles nisso advertissem, pois era este o fim da jornada”.

Chegaram os índios ao Colégio a puxar o cavallo abandonado e surpresos da ausência do desaparecido, informaram ao Reitor do ocorrido.

“Não causou cuidado algum a relação dos índios, comenta Pedro Taques, porque das virtudes de Pontes havia já grandes provas entre os seus religiosos e extranhos e esperavam que logo chegasse”.

Não se passaram muitas horas com efeito antes que o vissem aparecer a pé arrimado ao seu bordão e muito tranquilo.

Perguntou-lhe o Reitor de onde vinha, pois que os índios tanto se tinham adeantado. Extranhava vê-lo a pé e sem os companheiros e assim pedia-lhe explicação de tal excesso.

Respondeu sinceramente que tinha ido ao sertão do Rio Grande confessar ao Padre José Pompeu que, desamparado de toda a sua comitiva em uma ilha, acabava sem confissão.

Maravillhou-se o Reitor do que ouvia, pois “para andar naturalmente tantas leguas eram necessarios alguns mezes”.

“Passaram-se alguns tempos e correu voz em São Paulo que perecera o clérigo naquele deserto, prossegue Fonseca.

Anojaram-se os parentes; e o que mais sentiam era a noticia da morte ao seu parecer infeliz, pois lhe dava poucas esperanças de sua salvação por que sabendo que não fora muito ajustada a sua vida entendiam que tinha acabado sem o remedio, que no sacramento da confissão deixou Cristo a todos, que, conhecendo-se inficionados com a culpa, se querem dispor para a eternidade”.

Sabedor de tal desgosto mandou o Reitor ao próprio Belchior de Pontes fosse visitar aos irmãos de Pompeu: o capitão-mór Pedro Taques de Almeida e Lourenço Castanho Taques, “aos quais consolou com a certeza de que o Padre Pompeu, ainda que desamparado morrera confessado e constricto de suas culpas”. (Nob. Paul. ed. nossa I, 195), contando-lhe o feliz successo de sua morte, pois merecia esta atenção, por ser benfeitor do Colégio. (Fonseca 2.a ed. 183).

Declarou o biógrafo de Belchior de Pontes que no cartório do seu Colégio não encontrou noticia alguma a respeito deste caso de bilocação de seu biografado, mas que nele persistia vivida a tradição de tal milagre. Este, no dizer de Pedro Taques, se realizou pelos anos de 1681. A contra-prova de tão extraordinário fato assim a narra o Padre Fonseca:

“E’ tradição comum que passando pelo mesmo lugar em que morreu o clérigo, alguns homens dos muitos que por aquela parte andavam ao gentio, viram junto a uma arvore um brevia-

rio sobre um altar feito de varas, e junto ao altar uma sepultura pouco funda mas bem povoada de ossos que, pela disposição, entenderam serem reliquias de corpo humano.

Visto isto, tiveram curiosidade de visitar o terreno e acharam escritas em uma casca de pau estas palavras: **Aquí jaz enterrado o Padre José Pompeu confessado pelo Padre Pontes.**

E alguns acrescentam que também estava escrito o dia em que tinha confessado, ficando sem duvida a verdade deste caso, se se confrontasse o dia, em que desapareceu de S. Paulo, com o dia que naquela memoria, para gloria de Deus e credito do seu bemfeitor nos deixou aquele felicissimo desamparado”.

Aproveitando os relatos de Manuel da Fonseca e Pedro Taquez incumbimos o belo pintor que é Franz Richter da fatura de dois tripticos illustradores desta tradição monçoieira e de fundo sacro.

E o artista desincumbiu-se perfeitamente do encargo, representando as cenas da desavença entre o Padre Pompeu e o Bispo, a navegação no Tietê do clérigo rebelde ao seu Prelado, o seu desamparo na ilha do Paraná, a volta do Padre Pontes ao Colégio de S. Paulo, à cuja porta viera recebê-lo o Reitor, a confissão do abandonado e, finalmente, o encontro por bandeirantes da osada e da-inscrição.

Não há no Estado de S. Paulo quem não reverencie a memória do franciscano Frei Antonio de Sant'Ana Galvão (1739-1822) cujo túmulo na capela-mór da Igreja de Nossa Senhora da Luz é alvo de contínuas e vultosas romarias. Tal a fama de suas virtudes heróicas e tal a consistência da crença de seus direitos a honra dos altares que o Cardeal Dom Carlos C. de Vasconcelos Mota, Arcebispo de S. Paulo, resolveu mandar proceder aos primeiros atos da introdução de sua causa perante a S.S. Congregação dos Santos Ritos.

Prende-se o nome de Frei Galvão à história das monções por fato universalmente divulgado entre os paulistas e do qual há algumas variantes mas que em essência vem a ser o mesmo. Do chamado “milagre do Potunduba” ouvimos dos labios de saudoso amigo versão notavelmente autorizada.

Chamava-se João Evangelista Pompéu de Campos (1864-1938) e nele contava a causa de Frei Galvão, extênuo defensor.

Era este homem cavalheiro perfeito, probo, sincero e verídico, inteligente e piedoso, dotado de notavel memória e verdadeira paixão pelas tradições de seus maiores. Sabia mil e umas

particularidades do viver antigo dos paulistas, sobretudo dos de sua região, o vale do Tietê. Das crônicas das navegações do Cuyabá conhecia uma infinidade de fatos.

E esta grande e última fase das jornadas dos velhos calções de couro o preocupava muito. Fôra uma destas crianças raras que sentem invencível atração por ouvir as conversas dos velhos e dos muito velhos, curiosas e perguntadoras.

E como dispuzesse de grande retentiva, muita e muita coisa contava de pitoresco e valioso sobre bandeiras, entradas e monções, tropas e café, além de muitas particularidades de homens e fatos.

Fôra empreiteiro de lavouras novas em Banharão onde angariara mediocres recursos graças aos quais viera viver modestamente, nos anos da velhice, em sua cidade natal de Itú. No tempo de sua atividade de plantador de café, nas barrancas do Tietê, à orla do sertão, quando o grande cafetal do Oeste fazia recuar a mata virgem, fôra várias vezes a Potunduba, à margem do rio das entradas e monções, visitar o local onde, no dizer geral da gente de todo o vale, operara-se um dos mais célebres milagres de Frei Galvão: a sua súbita aparição a confessar Manuel Portes ferido de morte.

Isto o fizera ainda pelos anos do Império. Mais tarde conseguira, de diversos devotos, recursos para a edificação de singela capelinha no local dantes assinalado por tosco cruzeiro, onde ocorrera a prodigiosa cena.

Fôra quem fizera colocar singela taboleta com algumas figuras e inscrição em pirogravura, representando Frei Galvão ouvindo a confessar um moribundo. Rezava a inscrição: "Neste presente lugar dizem que houve um prodigio de Frei Antonio Galvão, vindo da cidade de S. Paulo, confessar a Manuel Portes que estava a morte".

No bairro de Potunduba, contou-nos João Pompéu, todos os moradores viviam do tráfego das monções. Era como que lá existisse uma escola fluvial no meio do sertão bruto.

Alí moravam algumas famílias de caboclos cujos homens se empregavam como proeiros, remeiros e varejeiros dos canoões das flotilhas a trafegarem entre Porto Feliz e Cuyabá. Após alguns dias de penosa navegação a jusante da velha Araraitaguaba, vencendo corredeiras e itaipavas descançavam as monções, geralmente, um dia em Potunduba.

Relatou-nos o sr. Luiz de Almeida Prado, lembremô-lo de passagem, que em sua infância ouviu chamarem *potundivas* os indivíduos que haviam navegado na carreira do Cuyabá, parecendo-lhe que o nome se applicava sobretudo aos mestres de monção.

Entre estes mestres, de fins do século XVIII, era especialmente prestigioso Manuel Portes, graças à ordem que sabia manter entre suas tripulações, o cuidado ou antes o rigor com que executava as encomendas e a escrupulosa fidelidade da entrega de dinheiros e mercadorias.

Era um mamaluco de prodigiosa energia, herculeo e violento, sobremodo propenso a deixar-se arrebatado pela cólera. Seus subordinados o temiam imenso, pois não trepidava em castigá-los do modo mais rude.

Os negociantes de S. Paulo e Mato Grosso nele depositavam completa confiança. E muitos esperavam ansiosos a sua presença de capataz da monção reiuna para lhe entregarem a mercadoria.

Costumava carregar, sobretudo, pólvora, sal e fazenda grossa.

Vivendo desde menino pequeno na carreira do Tietê (pois acreditava João Pompéu que seu pai já houvera sido mestre de monção) conhecia admiravelmente todos os passos difíceis da navegação do grande afluente do Paraná e dos demais rios além deste.

Não havia para ele segredos nas águas escachoantes das corredeiras de S. Paulo e de Mato Grosso. Assumia o governo do canoão ponteiro e os demais lhe seguiam a esteira, com toda a confiança. Também era exigentíssimo para com o seu pessoal que tremia ante suas cóleras furiosas e a distensão dos bíceps formidáveis. Reinava em suas expedições impecável disciplina. Seu nome ficou vinculado à toponímia do curso do Tietê, onde ainda em 1890 visitou J. Pompéu a corredeira chamada de Manuel Portes.

Vinha o sertanista conduzindo a monção reiuna que subia rumo a Porto Feliz. Tinha queixas da desídia de um de seus homens de cujo nome Pompéu não se lembrava, parecendo-lhe que seria certo Apolinario, caboclo meio indolente e pouca afeito à disciplina férrea do mestre. Já o repreendera este várias vezes e o ameaçara e o homem se humilhara mas não se emendara. Abicados os canoões à barranca do Tietê e desembarcadas as equipagens, para o jantar, puzera-se Manuel Portes a fazer a costumeira revista e ronda diária. E aí apanhara, novamente, o caboclo em falta.

Deixara-se então levar a uma de suas cóleras furibundas. Tomando uma acoiteira chibateara rijamente o remeiro que aliás não se defendera.

Pouco depois estava Portes conversando com um de seus homens quando inesperadamente sentiu forte murro às costas. Voltando-se viu Apolinario que fugia, a correr, empunhando enorme facão. Terrível fôra a punhalada não tardando que o apunhalado caísse prostrado por violenta hemorragia.

Puzera-se então, no auge do desespero, a gritar: Meu Deus! morro sem confissão! Virgem Mãe de Deus, perdão! perdão! Senhor Santo Antonio pedi por mim! Confissão! Vinde frei Galvão assistir-me!

De todos os lados acudiam os seus comandados e dentro em breve estava ele moribundo, já com a voz muito sumida, a pedir a presença de padre, a chamar por Nossa Senhora e os santos de sua devoção.

Cercavam-no os homens da monção impressionados com aquele desespero piedoso. Onde naquela selva arranjar confessor que confortasse o moribundo? Subitamente, gritou um dos circunstantes, aí vem um padre! E todos, absolutamente estarecidos, viram um franciscano que se adiantava para o agonizante. Nele reconheceram Frei Galvão, cuja figura lhes era familiar como frequentadores de Itú que todos eram.

Afastou com um gesto os espectadores da trágica cena, abaixou-se, sentou-se, pôs a cabeça de Portes sobre o colo e falou-lhe em voz baixa, encostando-lhe depois o ouvido aos lábios. Assim ficou alguns instantes, findo os quais abençoou o expirante.

Levantou-se então, fez um gesto de adeus e afastou-se de modo tão misterioso quanto aparecera deixando estáticos os presenciadores de tão extranha ocorrência, certos de haverem presenciado um milagre.

No porto de Potunduva sepultou-se Manuel Portes, informou-nos João Pompéu e os seus homens assinalaram-lhe o túmulo erguendo grande e tosco cruzeiro que se manteve muito tempo e foi diversas vezes substituído até que no local se levantasse a capelinha de Frei Galvão ali desde muitos decênios existente e piedosamente conservada por vizinhos.

O primeiro retrato do santo franciscano nela colocado foi dádiva do nosso saudoso amigo e informante.

Todas estas particularidades, contou-nos, ouvira-as várias vezes e perfeitamente coincidentes, dos velhos canoeiros do Pau

Cavalo, porto fluvial do município de Tietê, assim chamado por causa de enorme árvore de forma singular, existente à margem do rio.

Vinha-lhe tal denominação porque de longe o seu perfil parecia o de um cavalo gigantesco que, de pescoço esticado, estivesse a beber no rio.

Entre estes canoeiros encontrou J. Pompéu, pelos anos de 1884 diversos embarcações das monções de outrora, vários deles octogenários como alguns cujos nomes citou e dos quais nos lembramos dos de Vicente da Silva, conhecido pela antonomásia de **Bugre Velho**, guia, João Cardoso, piloto, etc.

O que impressionara o nosso informante era a coincidência dos depoimentos destes homens rudes, transmissores de relatos de origem paterna e avoenga. O que deles ouvira no Pau Cavallo fôra o que lhe repetiram em Barra Bonita, Banharão, Quebra Pote e em Porto Feliz, ponto inicial da navegação fluvial tieteense.

Enorme divulgação teve o caso do assassinato de Manuel Portes. Todas as monções, as que baixavam e as que subiam, passaram a aportar no local do crime, visitando-o com toda a curiosidade.

Este caso é certamente uma das mais vivazes tradições religiosas correntes entre os paulistas e talvez o mais notavel caso de bilocação atribuída ao santo franciscano. Já era corrente quando ele ainda existia, contou-nos Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues, o tão prestigioso "Padre Chico", notavel orador sacro, sacerdote da mais alta reputação.

Hagiologia coordenada brasileira de vulto só conhecemos uma em nossa bibliografia: a de Manuel E. Altenfelder Silva o volume dos **Brasileiros heroes da fé**, livro tão interessante quanto repassado de inconfundível fé. Em suas páginas ressalta a iniludível sinceridade do autor piedoso. Só poderia tê-las traçado um convicto da exação daquilo que redige.

E assim assiste ao leitor a impressão de que aqueles brasileiros heróis da fé, personalidades de virtudes heroicas, foram biografados por quem para tanto tem foros, pela fé do católico, a bondade e a limpidez da vida.

Grandes dificuldades trouxe-lhe a reunião dos elementos indispensáveis a confecção do pequeno hagiológico nacional. Es-

parsos quasi sempre estavam os dados coligidos sobre os seus biografados. O que conseguiu coordenar representa notavel esforço.

Relata Altenfelder Silva, o fato em versão diversa da que ouvimos de João Pompéu, muito embora, em essência, seja o caso o mesmo.

Descreve-o como havendo ocorrido na mesma Potunduva e com o mesmo Manuel Portes. Conta, porém, que este faleceu de desastre e não vítima de crime.

Ferira-se atrozmente com o facão com que roçava. Vendo-se acabar pela hemorragia, pedira a Deus que lhe enviasse Frei Galvão para o confessar e aos companheiros que se afastassem do seu rancho onde o padre o viria logo assistir, circunstância que lhes fez supor estivesse delirando.

Atendido inesperadamente que fôra pelo franciscano, quando os presentes voltaram ao rancho encontraram-no morto, “notando que uma caixa de roupas que haviam deixado aos pés do defunto achava-se agora misteriosamente ao lado em que passara a ter a cabeça. Assim, alí alguém entrara”.

Naquela mesma hora, contam Altenfelder e outros depoentes, pregava Frei Galvão numa Igreja em S. Paulo. Subitamente, interrompera o sermão e pondo-se de joelhos, pedira ao auditório que com ele rezasse uma Ave-Maria pela salvação da alma de um enfermo em ponto de morte e em lugar longínquo: Finda a oração levantara-se de novo recomeçando a prática.

Quer nos parecer que todas as versões sobre o assassinio e morte de Manuel Portes e o milagre atribuido a Frei Galvão a que de maior autenticidade se reveste é a de João Pompéu.

Homem inteligente, instruido e viajado, tradicionalista apaixonado, pessoa de integral probidade, impecavelmente verídico, como tanto o conhecemos num lapso de quinze aros, ouvimo-lo várias vezes repetir o que apurara de indagação entre os velhos canoeiros do Tietê entre os quais como vimos, ainda conhecera em 1888 octogenários como o Bugre Velho, contemporâneos das monções e navegantes de Porto Feliz a Cuyabá.

Um cruzeiro e uma capelinha erectas à margem do Tietê recordam o extraordinário fato sobremodo popularizado entre os paulistas.

Os monstros do Tietê, estes por larga cópia de anos infundiram pavor aos navegantes.

Já no século XVI revelara Ulrico Schmidel, o famoso aventureiro alemão, tão celebrado nos fastos do Prata e do Paraguay, a existência das tremendas serpes anfíbias cujos antros eram o fundo do rio. As *Schueyebatuescha*, imensos pitões, maiores, muito maiores do que a sua célebre congênere africana que à margem do Bagradas manteve em cheque as legiões do proconsul Régulo marchando sobre Cartago. E só morta pelo arremesso de pedrouços desferidos pelas catapultas...

A serpente tieteense, conta-nos o soldado teuto, media nada menos de uma braça de diâmetro! Verdade é que não se avistara com semelhante trasgo zoológico, mas a coisa lhe fôra contada por muito conciosos informantes, explicou, prudentemente, aos leitores, acaso céticos.

A minhocões imensos também se refere o bom Juzarte. Gravemente alude aos perigos do "passo de Pirataraca", a jusante do salto de Avanhandava, "grande estirão de rio morto", muito fundo e de águas negras, "muito fúnebre e triste de que os antigos temiam muito porque diziam que alí havia um grande bicho".

Para o lendário das monções concorreu Lacerda e Almeida com uma contribuição de relativa importância, embora curiosa.

Do proeiro e da tripulação do seu canoão diz-nos que eram muito supersticiosos. O primeiro falava-lhe constantemente na existência das mães d'agua nos poços profundos dos rios. Eram elas quem levantavam grandes ondas e faziam a muita bulha escutada da profundidade dos grandes caldeirões. Devia-se-lhes a morte de muitos homens.

"Pedi ao proeiro a descrição destas encantadas matronas e ele não obstante nunca as ter visto me fez a descrição de um monstro mais horrendo do que nos pinta Horacio".

Intentei desabusá-lo mas ele e toda comitiva se mostraram tão ressentidos e pertinazes que para o contentar e evitar alguma sublevação (sic) me vi obrigado a seguir o partido das mães d'agua encantadas".

A tal propósito, filosofa o cientista: como é dificultosa empresa o desaferrar das suas opiniões a homens rústicos! E também a muitos sábios logo que são presumidos!

Tradição corrente entre a marinhagem monçoeira era que no poço do Banharon vivia um bicho marinho ou peixe grande que levantava ondas atemorizadoras dos navegantes. D'aí c no-

me que fôra imposto ao lugar e à cachoeira vizinha derivada de bae, cousa e nharon bravia.

Teodoro Sampaio em seu tão conhecido “O tupi na geografia nacional nos ensina que Banharão, corruptela de mbaé-nharon significa “o alegre, o risonho, o aprazível”, ao passo que no tupi do Norte quer dizer o contrário: o bravo, o furioso”.

Em seu Diário da viagem feita de Vila Bela até a cidade de São Paulo pela ordinária derrota dos rios no ano de 1788, relatório que se estampa na Revista do Instituto Histórico Brasileiro (T. 52, p. 35) e é uma espécie de súpula de grande relato de viagem deu Lacerda e Almeida maior extensão a este caso das iaras.

Esta segunda versão, no entender de Melo Nobrega (p. 128) “muito mais rica de pormenores pitorescos depõe um tanto contra a autenticidade da narrativa e arranha a austera sisudez sentenciosa do sabio itinerante”.

Declara ele que procurando dissuadir o seu proeiro da quimérica crença “ficara o homem atonito como se lhe tivesse negado algum ponto de fé. Chegando-se a mim com a testa franzida, com os olhos arregalados, e finalmente com todos os gestos de um furioso peripatético me disse que eu entendia muito bem dos meus relógios (nome que dava aos instrumentos astronômicos) e que ela sabia mais do que eu, o que havia pelos sertões pela experiencia e pelo que tinha visto”.

“E com isto deu principio a uma longa (serie) de patranhas tendentes todas a provar a existencia das mães d’agua pelo símile de outros inumeraveis e horrendos animais que dizia tinha visto”.

“Vendo eu que ele era capaz de defender a seita das mães d’agua como os maometanos o seu Alcorão assentei comigo ser um passo de prudencia conformar-me com a sua opinião, principiando a queixar-me da minha incredulidade”.

A redação do astrônomo é por vezes bastante nebulosa ou talvez o seu texto haja sido deturpado pelo copista.

O trecho que se segue parece reportar-se a uma sua afirmativa jocosa feita para debicar o proeiro mas em tom de seriedade que engazopou o seu interlocutor.

Assim, lembra que só com o tomar e soltar a respiração provocavam os monstros marinhos grandes marés, proposição que o ignaro abraçou, confirmando a existencia de semelhantes gigantes no fundo do mar.

Quando estivera em Iguatemy ouvira lerem um livro (que naturalmente seria a história de Carlos Magno e de seus doze paladinos) descrevendo a aventura de um homem que corra algumas horas a cavalo a perseguir “huma cerva por dentro da canela de hum” (sic) remate enigmatico de periodo visivelmente truncado e deturpado”.

Reiterou o illustre itinerante a sua convicção na impossibilidade de eradicar do cérebro do pessoal da maruja monçoeira a crença em tais abusões.

O obstinado e inconcencível guia era, no entanto, homem de cujo convívio continuo durante dois meses lhe viera a certeza de tratar com alguém que nem por graça deixaria de falar a verdade, “virtude que raras vezes se encontrava, principalmente entre os homens de semelhante profissão”.

Tinha ele, Lacerda, como certo de que a efervescência da água nos poços atribuida às iáras provinha da abundância de grandes peixes neles vivendo sobretudo colossais jaús.

Destes silurideos enormes, informou o guia que abriera a boca de um ao qual pescara, verificando que por ela podia entrar um homem. “Dei-lhe credito, diz Lacerda, porque só vi um que tinha sete palmos (1 m 54).

Na sùmula de seu Diário publicado pelo Instituto Histórico Brasileiro há uma contribuição piedosa de Lacerda e Almeida ao nos referir uma tradição sobre o que ocorreu em terras de Manuel Homem à margem do Paraná. Era ele pessoa a quem os documentos cuyabanos fazem bastantes referências, e encontração naquelas paragens por volta de 1740.

“Este criminoso” se refugiara nas vizinhanças de uma ilha do Paraná que lhe conservou o nome. Trouxera consigo veneranda imagem do Senhor Bom Jesus. Vendo-se depois obrigado a retirar-se, não sabia o astrônomo porque motivo, “fizera pequeno rancho de palha onde deixara abrigada das injurias do tempo a Respeitavel Imagem”.

Alí a haviam encontrado uns comerciantes que decidiram levá-la para S. Paulo.

“He tradição constante, escreve Lacerda, que a não puderam abalar, sendo de mediocre gravidade. Por isso a deixaram e foi depois conduzida para a vila de Cuyabá com a felicidade de que tornou o nome respeitado nesta vila, caro a muitos indivíduos, m’o repetiu novamente hum neto do dito Manoel Homem.

“Quam incomprehensibilia sunt judiciae tuae, Domine!”

Assim, nada falta ao acervo tradicional das monções para que se lhe não possa aduzir a contribuição agiológica e folclórica que tamanho relevo possui.

CAPÍTULO XXI

CARTOGRAFIA DAS MONÇÕES DOS SÉCULOS XVII E XVIII

A cartografia das monções é assás abundante se considerarmos o grande número de mapas de diversos aspectos que procuram dar idéia das regiões trafegadas pelas esquadilhas fluviais.

Mas aquela a que reveste relativo valor científico, apreciável, abrangendo o percurso das flotilhas de Araraitaguaba a Cuyabá apresenta-se-nos realmente muito escassa.

Existe grande número de topografias, como no tempo se dizia, maiores e menores, procurando descrever o curso dos rios e os itinerários de tais e tais jornadas mas cartas de conjunto vêm a ser muito poucas.

Pelo menos as que se acham assinaladas em nossos acervos arquivais. Muito interessante é o "Mapa do Continente das Capitânicas de Mato Grosso e de São Paulo, com a configuração mais exata, até agora, de todas as terras, rios e serras, principalmente dos dous caminhos; hum pelos rios, outro por terra, de S. Paulo para o Cuyabá".

Data de 1764 e o seu autor, aliás anônimo, previne que "na graduação de Norte a Sul não poderia haver grande diferença, por ser feito por observações de Astrolabio e na de Leste a Oeste, posto que tem menos segurança se fez a diligência possível para não discrepar da verdade".

Após este aviso, filho de probidade e da ingenuidade, avisa o geógrafo que localizou os pousos das monções com figuras circulares de carmim principiadas na Araraitaguaba e continuando numeradas pelos rios, Tietê, Paraná, Pardo, Camapoão, Coxim, Taquary, Paraguay, Xanés, Porrudos e Cuyabá, finalizando junto da vila deste nome".

E com efeito fixado o primeiro pouso acima da confluência do Capivary com o Tietê localiza-se o vigésimo quinto em Ita-

pura, o 72º em Camapuan, o 91ª na confluência do Taquary e o Paraguay e o centésimo décimo nono no porto de Cuyabá.

Pertence este documento à mapoteca do Itamaraty.

O seu similar se deveu a Lacerda Almeida, em jornada inversa. O original desta notavel peça possue-o a mapoteca do Museu Paulista.

Parece estar incompleta faltando-lhe uma folha, a que se refere à navegação do Paraguay, Porrudos e Cuyabá.

Mas talvez não haja ela sido confeccionada pelo ilustre astrônomo brasileiro.

O arquivo do Ministério da Guerra possui outro exemplar deste mapa, aquartelado e assinado por Lacerda e Almeida.

Intitula-se: “Mapa do Leito dos rios Taquary, Coxim, Camapuan, Varador (sic) do Camapuan, Pardo, Paraná, Tietê e caminho de terra desde a freguezia de Nossa Senhora May dos Homens de Araraitaguaba até a Cidade de S. Paulo que por ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres levantou nos anos de 1788 e 1789 Francisco José de Lacerda e Almeida, Dr. e Astrônomo” (0m64 x 2m,50).

Conta Melo Nobrega que a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo mandou reproduzi-lo de original existente nos arquivos de Lisboa.

Topografias setecentistas, grosseiras, da região monçoeira são assás abundantes. Tivemos o ensejo de reproduzir uma em nossa Coletânea de mapas da antiga cartografia paulista.

O famoso mapa de Montesinho termina para o lado do oeste na confluência do Mboteteú e Paraguay.

Atribue este geógrafo a jurisdição de São Paulo o extremo sul de Mato Grosso, reminiscência da extra territorialidade criada com a fundação do lóbrego presidio de Iguatemy batizado como por irrisão Nossa Senhora dos Prazeres.

Data de 1791-1792 tal carta, que tão grandes serviços prestou às pretensões brasileiras no litigio de Missão. Seu original conserva-se no arquivo do nosso Ministério das Relações Exteriores. Fê-lo reproduzir o Barão do Rio Branco e acha-se também em nossa Coletanea.

Nas mesmas condições de truncamento está a Carta Corográfica da Capitania de S. Paulo que como a precedente incluímos em nosso modesto atlas. E' de 1793 e parece da autoria de

João da Costa Ferreira, prestantíssimo Coronel do Real Corpo de Engenheiros que à Capitania de S. Paulo prestou os mais relevantes serviços em largo prazo de talvez um quarto de século.

Não só lhe deve muito nossa cartografia. Foi quem concebeu e executou os grandes trabalhos do empedramento do Caminho do Mar na Serra de Paranapiacaba, obra do maior vulto na época e pensamos que a primeira no gênero realizada no Brasil. Também se lhe deveu o primeiro grande chafariz público de que dispôs a Cidade de S. Paulo, o da Misericórdia, cujo fatura levou o Senado da Câmara local a endereçar-lhe arroubados louvores e agradecimentos.

O original do mapa atribuído a Costa Ferreira pertence ao Ministério da Guerra.

Dos antigos roteiros fluviais do Tietê e do Paraná, nenhum dos que, até agora, divulgaram é tão velho e tão pitoresco quanto o Mapa apresentado à Sua Magestade por D. Luis de Céspedes Xeria, para la mejor inteligencia del viaje que hizo desde la villa de San Pablo del Brasil à la Ciudad Real del Guayrá.

E' talvez a mais antiga carta conhecida da penetração do Brasil e o primeiro documento existente da nomenclatura geográfica do planalto parananiano. Está cheio de denominações até hoje persistentes.

Denunciou-lhe a presença no Arquivo General de Indias em Sevilha o sábio Pablo Pastells, S. J. em sua *Historia de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay*.

Nele não há o menor vislumbre de proporções e escala. E ainda menos de coordenadas geográficas, acidentes orográficos ou quaisquer outros.

Resume-se ao delineamento, o mais arbitrário, do curso, todo, do Tietê e de parte do do Alto Paraná.

Nem sequer se lembrou o topógrafo de conservar certa relação entre os volumes dos dois rios.

O Tietê se nos apresenta tão largo e às vezes bem mais largo que o Paraná.

Assinala o autor numerosos nomes de afluentes dos dois caudais. Vários dos do Tietê perderam os apelidos inscritos no boron cespadiano. Diversos dos grandes tributários da margem esquerda do Paraná trazem nomes hoje vigentes como sejam Paranapanema, Ivahy, Pequiry, etc.

Assim também ficamos sabendo que já em 1628 tinha o Parahyba o nome atual.

O grande esclarecimento que a carta de Céspedes nos trás é que a navegação do Tietê, do Sorocaba e do Paraná era corrente em princípios do século XVII.

Daí a facilidade em se admitir a possibilidade das primeiras expedições paulistas, exploradoras do território hoje matogrossense por via fluvial, de que nos falam os velhos cronistas.

Ao boron de Céspedes fizemos copiar em 1917, por hábil cartógrafo sevilhano indicado pelo eminente membro da Academia Real Espanhola, Dom Santiago Montero Diaz.

Mais tarde em 1922 fizêmo-lo mais uma vez reproduzir em nossa Coletânea.

Observa Melo Nobrega, com justeza que muito poucos cursos d'água brasileiros têm tão antiga e abundante cartografia quanto o Tietê.

“Ao tempo em que o traçado do Amazonas, do São Francisco e do Paraná eram apenas conhecidos ou somente em alguns trechos levantados o Tietê quase inteiro, grosseiramente embora já poderia dobrar-se nas patronas dos aventureiros que o quisessem navegar assinalando-se-lhe as cachoeiras e os estirões”.

Há consideravel exageração nesta afirmativa, provinda da disparidade do comprimento entre o rio paulista e os outros caudais apontados, incomparavelmente mais extensos. Só em território brasileiro conta o Amazonas mais de três vezes a extensão do Tietê e no entanto já em fins do século XVII fora o objeto de muito notável levantamento o do Padre Samuel Fritz e mais tarde, em 1743, o de La Condamine. Citemos ainda os de Schwebel, Sturm, Breuning, o do astrônomo Pe. Inácio Semartoni em 1754, etc., etc.

A hidrografia francisquense, antiga, esta se apresenta realmente muito escassa. No famoso mapa do Padre Jacques Cocle, que data dos últimos anos seiscentistas, ou talvez dos primeiros milésimos setecentistas, o que se vê é quase tão fantasioso quanto o que o boron de Céspedes nos inculca do curso do Tietê.

As cartas jesuíticas do Paraná dos séculos XVII e princípios do século XVIII não primam pela exação, sobretudo no que se refere ao chamado Alto Paraná.

Cabe ao rio paulista a prioridade de ter sido o alvo da primeira tentativa do levantamento hidrográfico do nosso hinterland,

nascido da áspera navegação de suas águas escachoantes e atravancadas, realizada pelo Capitão General espanhol em 1628.

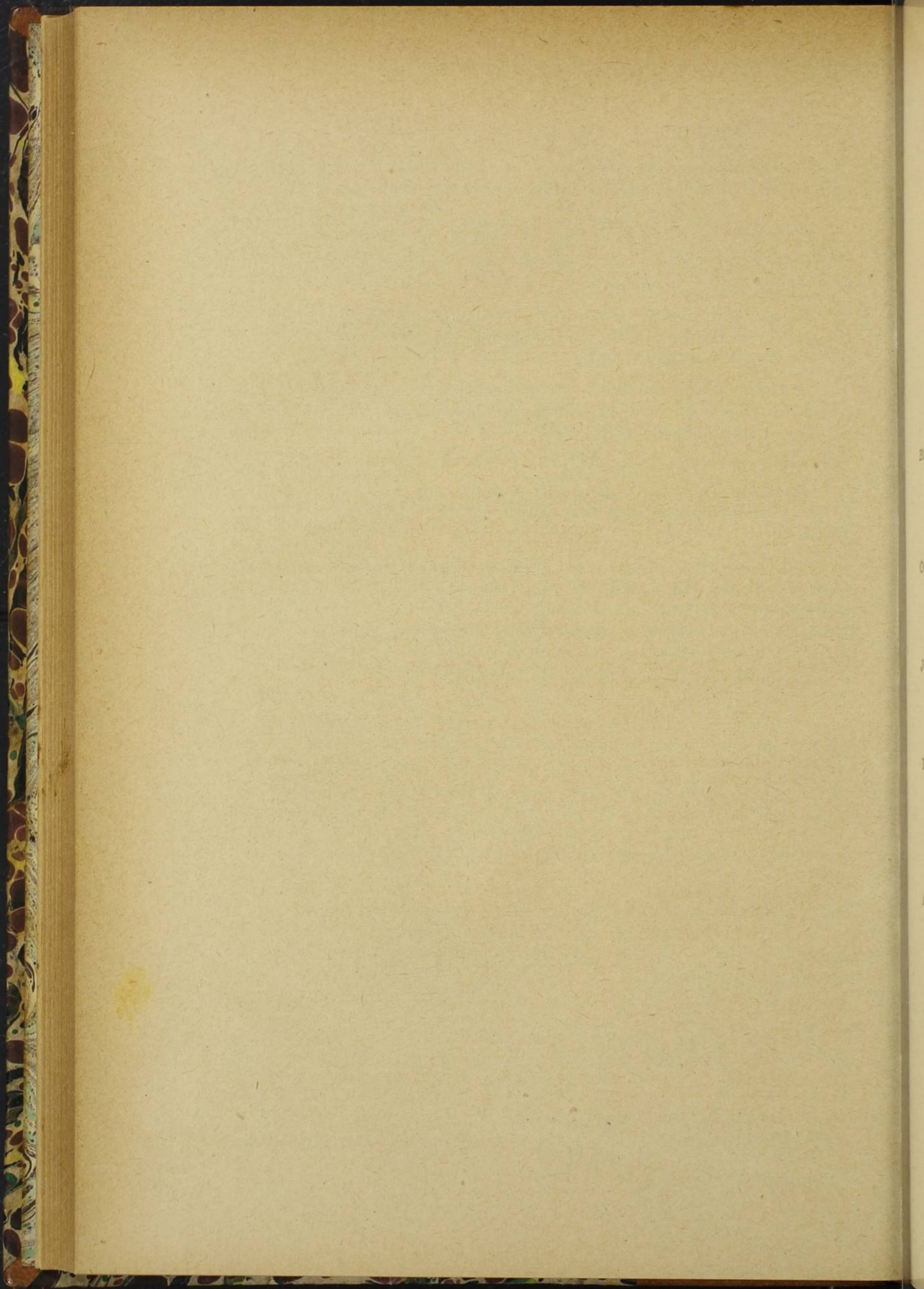
Não nos podemos deter em examinar o que nos ensinam os velhos mapas, de pequena escala, do Brasil e da América do Sul, ocurrentes nos antigos atlas ou isolados e inculcadores de inúmeros disparates geográficos.

Basta lembrarmos que muitos e muitos dos antigos geógrafos de várias nacionalidades estabelecem a maior confusão entre o Tietê e o Parahyba do Sul.

Vários há que em suas cartas inscrevem volumoso rio que passando pela vila de São Paulo vai desembocar na vizinhança ou na contiguidade de Cabo Frio.

Ainda em 1703, Guilherme de l'Isle, reputadíssima autoridade de prestígio mundial, geógrafo mór de Sua Majestade Cristianíssima inculcaria ao Rei Sol que a foz do Tietê era em Cabo Frio!

Tão sumários ainda em 1750 os conhecimentos geográficos do hinterland brasileiro que o famoso "Mapa das Côrtes" nascido do tratado de Madrí e solene documento da bipartição da América do Sul entre as duas coroas ibéricas consignaria muito errada potamografia, a que, andou corrigindo o ilustre Levasseur por incumbência do Barão do Rio Branco.



ÍNDICE DE CAPÍTULOS

Os primeiros anos de Goyaz

CAPÍTULO I

Págs.

- Bartolomeu Paes de Abreu. Notavel personalidade do bandeirantismo. Destaque de sua atuação pelos anos de 1720. Contatos com o Capitão-general Rodrigo Cesar de Menezes 3

CAPÍTULO II

- O Anhanguera. Pormenores sobre a sua vida e carreira sertanista. Prodromos da grande bandeira de 1722 11

CAPÍTULO III

- João Leite da Silva Ortiz. Sua atividade de minerador no Curral D'El Rey. Informes de Abilio Barreto sobre a sua biografia 19

CAPÍTULO IV

- Prosperidade crescente de João Leite da Silva Ortiz. A guerra dos Emboabas. Retira-se o Anhanguera do território das Minas. Causas que levaram Ortiz a aceder à proposta relativa à jornada de Goiás 25

CAPÍTULO V

- As primeiras expedições de devassa do solo goiano. Série de meras hipóteses. A bandeira de Pero Domingues. Franciscanos e jesuítas seiscentistas. Entradas diversas 33

CAPÍTULO VI

- Dúvidas sobre a idade do Anhanguera. Informes sobre sua progênie 43

CAPÍTULO VII

- As diversas fontes de estudo para a fixação do itinerário do Anhanguera. As "Notícias" de Silva Braga, documento capital. O trajeto da bandeira de S. Paulo à margem direita do Paranahyba 49

	Págs.
CAPÍTULO VIII	
Dúvidas de interpretação do roteiro da bandeira. Continuação do relato de Silva Braga. Peripécias variadas	55
CAPÍTULO IX	
Deixam Silva Braga e seus companheiros a bandeira do Anhanguera. Sua viagem pelo Tocantins até Belem do Pará. - Interpretações de Alencastre e Cunha Mattos	61
CAPÍTULO X	
Incerteza do destino da bandeira. Expedição de socorro. Ecoam em S. Paulo, as primeiras notícias dos triunfos do Anhanguera. Volta do bandeirante a São Paulo	75
CAPÍTULO XI	
Petições do Anhanguera e Ortiz ao governo da Capitania. Resguardo de direitos em face de insólitas pretensões. Novo regimento para a segunda entrada do Anhanguera e Ortiz	85
CAPÍTULO XII	
A segunda entrada do Anhanguera. Dúvidas sobre seu itinerário. Primeiros arraiais fundados. Redução dos goiás. Grande afluxo de aventureiros. Início em S. Paulo do governo de Caldeira ôimentel. Intensificação do rush de mineradores para as minas goianas	91
CAPÍTULO XIII	
Dificuldades de Bartolomeu Paes. Posse do novo Capitão-general Caldeira Pimentel. Hostilidade deste governador para com os descobridores de Goyaz. Descoberta das malversações de Sebastião Fernandes do Rego. Prisão. do malversador	99
CAPÍTULO XIV	
Encarceramento de Bartolomeu Paes de Abreu. Vinda de João Leite da Silva Ortiz a S. Paulo. Oescândalo das chaves falsas do cofre da Fundação Real paulistana. Partida de Ortiz para o Reino. Seu fim trágico. Soltura de Bartolomeu Paes. Caldeira Pimentel repreendido pelo Rei. Nomeação de novo Capitão-general	109
CAPÍTULO XV	
A malevolência de Caldeira Pimentel para com os descobridores de Goiás. As vexações e insolências deste Capitão-general para com os seus governados. Providências régias sobre o caso das mercês feitas ao Anhanguera. Depoimento interessante sobre a mineração goiana e m1730	123

CAPÍTULO XVI

	Págs.
Condições e aspetos dos primeiros arraiais goianos. Desordens e criminalidade. Documentação escassa; os preços primitivos das utilidades essenciais	131

CAPÍTULO XVII

Fundação dos primeiros núcleos do povoamento goyano. Controvérsia sobre a fundação do Arraial de Sant'Ana. Os principais povoadores da mineração de 1726 a 1750	137
---	-----

CAPÍTULO XVIII

Primeiros atos do Conde de Sarzedas. Proibição de comunicação entre o território aurífero goiano e as Minas Gerais. Os currais da Bahia e Pernambuco. Notícias de perturbação da ordem. Pretensão da Câmara de S. Paulo à posse de datas. Manuel Rodrigues Tomaz e os motins de Meia Ponte	145
--	-----

CAPÍTULO XIX

Luta improficua contra descaminhadores do ouro, contrabandistas dos Currais da Bahia e os garimpeiros do distrito diamantífero. Deficiências graves do governo do Anhanguera. Atuação do ouvidor Dias da Silva. Queixas do magistrado e pedidos de providências contra os violadores das leis fiscais e os mandões de arraial. Solicitação da presença de tropa de linha	153
--	-----

CAPÍTULO XX

A junta de 25 de abril de 1735 para o exame da situação goyana. Sugestões em favor da criação de duas vilas no território aurífero e de uma capitania abrangendo as terras de Goyaz e Cuyabá e extinção da de S. Paulo	161
--	-----

CAPÍTULO XXI

Medidas contra a evasão dos quintos reais. Estabelecimento da capitação. Repulsa dos povos. Recorre Sarzedas ao governo de Minas Gerais pedindo-lhe tropa para tornar efetivas as ordens régias. Parte o Capitão-generagl para o território goyano. Arbitrariedades por ele cometidas. Repulsa do Senado da Câmara de S. Paulo	167
--	-----

CAPÍTULO XXII

Ordens régias para que o Conde de Sarzedas passasse ao território aurífero goyano. Nomeação de autoridades superiores para as minas. Conflitos de jurisdição entre as Capitánias de S. Paulo e Maranhão. Curta estada de Antonio Luiz de Tavora em Goyaz. Seu falecimento. O governo interino de Gomes Freire de Andrada	181
--	-----

CAPÍTULO XXIII

Págs.

O último trecho de vida de Bartolomeu Paes de Abreu 189

CAPÍTULO XXIV

Manuel Dias da Silva, notavel figura do bandeirantismo. Sua atuação em Goyaz. Sua expedição a Vacaria em 1737. Novos documentos sôbre esta jornada. Enganos de diversos autores a tal respeito 193

CAPÍTULO XXV

Dom Luis de Mascarenhas, novo Capitão-general de S. Paulo. Sua alta posição na Monarquia. Acusações que lhe foram assacadas por Alencastre. Argumentos em sua defesa. Ida do satrapa ao território aurífero. Instauração de Vila Boa de Goyaz. Providências diversas. Proibição expressa de comunicação com as Capitánias vizinhas. A expedição de Amaro Leite 199

CAPÍTULO XXVI

Encontro de Dom Luiz de Mascarenhas com o Anhanguera. Burla por parte da Corôa das promessas e mercês feitas aos descobridores de Goyaz. A perseguição a eles movida por parte dos Capitães-generais Caldeira Pimentel e Conde de Sarzedas 215

CAPÍTULO XXVII

Os dois Antonio Pires de Campos. Confusão dos autores acerca destes ilustres sertanistas. Erros de Azevedo Marques e Antonio Piza. Inexplicável silêncio de Pedro Taques. O Pay-Pirá. Seu encontro com o Anhanguera. Obscuridades que parecem insanáveis 227

CAPÍTULO XXVIII

Os dois Pay-Pirá. Informes de Pedro Taques sôbre o segundo. Palavras de Ayres do Casal. Os assaltos dos caiapós na estrada de S. Paulo a Goyaz. Providências do Conde de Sarzedas e Dom Luiz de Mascarenhas. Convite a Antonio Pires de Campos a que se ponha à testa da campanha de repressão ao gentío. Contrato com ele lavrado 235

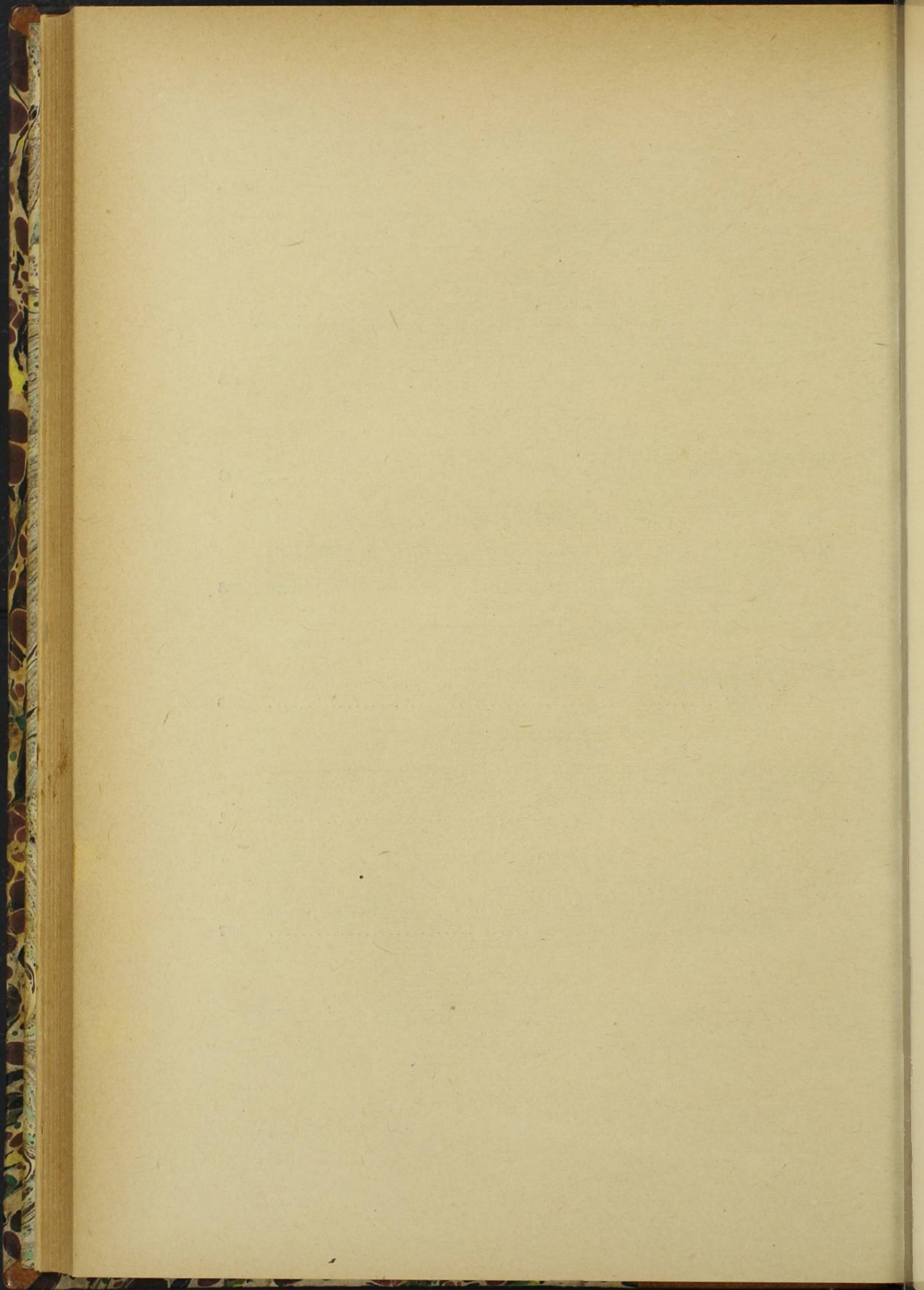
CAPÍTULO XXIX

Recrudescência dos ataques dos caiapós. Apelo da Câmara de S. Paulo ao Rei. Bando de Dom Luiz Mascarenhas. Ajuste com Antonio Pires de Campos para nova campanha. Regimento passado ao Pay-Pirá 245

CAPÍTULO XXX

As campanhas de Antonio Pires de Campos e os cronistas primévos de Goyaz. Aldeias fundadas pelo Pay-Pirá. A última campa-

	Págs.
nha do sertanista. Sua morte em Paracatú. Resultados de suas operações de guerra. João de Godoy Pinto da Silveira, continuador das campanhas de Antonio Pires de Campos	255
CAPÍTULO XXXI	
Domingos Rodrigues do Prado. Sua atuação em Goyaz. Sua pen- dência com um oficial de linha. A tragédia de José de Almeida Lara. A expedição punitiva de Bartolomeu Bueno do Prado. Notícias sobre diversos povoadores de destaque	265
CAPÍTULO XXXII	
Novos povoadores de destaque, oriundos de troncos paulistas dos mais antigos. A estada de Pedro Taques em Goyaz	273
CAPÍTULO XXXIII	
Atos diversos de Dom Luiz de Mascarenhas. Motivos de enfado do Capitão-general. Conflito com os governos do Maranhão e do Pará. Medidas para impedir o acesso ao distrito diamantífero	285
CAPÍTULO XXXIV	
Dom Luiz de Mascarenhas e as lavras diamantíferas. Casos graves de desobediência e malversação. Bandeiras determinadas por D. Luiz	289
CAPÍTULO XXXV	
A bandeira de Pero Domingues no Baixo Tocantins em 1613. desco- bertas de Carvalho Franco. Provável contra-prova a uma des- coberta de Serafim Leite	301
CAPÍTULO XXXVI	
Os irmãos Dias do Prado e Braz Esteves Leme, personagens de des- taque nos fastos do bandeirantismo e obscura biografia. Pes- quizas de Carvalho Franco	307



ÍNDICE DE CAPÍTULOS

Monções cuiabanas

CAPÍTULO I

Págs.

O Tietê, instrumento máximo de penetração do Brasil Ocidental 3

CAPÍTULO II

Papel capital do Tietê nos fastos da conquista ocidental. O episódio das Monções cuiabanas ímpar nos anais da História Universal. O Tietê e o São Francisco. As primeiras navegações para Oeste. Anhembi e Tietê 11

CAPÍTULO III

As discussões sobre o significado de Tietê. A dupla prosódia Tietê e Tieté 17

CAPÍTULO IV

Bibliografia monçoeira principal até hoje desvendada. Subsídios recentes provindos dos arquivos portugueses 23

CAPÍTULO V

A bibliografia antiga e moderna das monções. Novos, abundantes e valiosos itens inéditos. A contribuição das "Notícias práticas" da coleção Diogo Soares. O relato de Gervasio Leite Rebelo ... 29

CAPÍTULO VI

A monção de Rodrigo Cesar em águas do Paraná e do Pardo, Camapóan, Coxim, Taquari e Paraguai. Chegada a Cuiabá. Descrição do arraial 37

CAPÍTULO VII

A "Notícia Prática" de João A. Cabral Camelo. Depoimento inédito sobre o destroço da monção do ouvidor Lanhas Peixoto pelos paiaguás 49

CAPÍTULO VIII

Págs.

- Novo depoimento inédito sobre o destroço da monção do Ouvidor Lanhãs Peixoto o de Domingos Lourenço de Araujo 57

CAPÍTULO IX

- Destino dos prisioneiros dos paiaguás capturados na monção de Lanhãs Peixoto. O depoimento de Dom Carlos de Los Reyes Balmaceda sobre a sorte dos cativos portugueses e do ouro tomado aos monçoeiros 63

CAPÍTULO X

- Mais um documento inédito e valioso. O relatório de Manuel de Barros sobre o percurso monçoeiro. Abundância de informações e pormenores 69

CAPÍTULO XI

- O roteiro anônimo de um informador dos riscos da navegação monçoeira 79

CAPÍTULO XII

- Iconografia das monções. A contribuição notabilíssima documental de Hercules Florence única e insubstituível 89

CAPÍTULO XIII

- A navegação dos rios monçoeiros e seus riscos. Depoimentos diversos e concordes. As preciosas informações de Teotonio José Juzarte. Curioso depoimento de D. Manuel de Flores 97

CAPÍTULO XIV

- As distâncias do percurso monçoeiro. Operações astronômicas de Lacerda e Almeida. Depoimentos de Ordonhes, Sá e Faria e Candido Xavier de A. e Souza 109

CAPÍTULO XV

- As flotilhas monçoeiras. Canôas e canoões, ajoujos, balsas. Informes preciosos de Juzarte. Os camarotes. A tripulação. Acomodação da carga. Aproveitamento dos barcos. As agruras sofridas pelos embarcadiços. O mais antigo documento monçoeiro 116

CAPÍTULO XVI

- As observações climatéricas e nosológicas dos autores monçoeiros. Desintéria e psicoses. Paludismo. Os recursos farmacêuticos da época. Antídotos e amuletos. Teriagas. As pragas das viagens monçoeiras. Insetos e aracnídeos 135

CAPÍTULO XVII

Págs.

- Os recursos das monções havidos da agricultura sertaneja. Preços dos víveres. Camapuan, oasis civilizado. Incidentes de viagem 143

CAPÍTULO XVIII

- Os recursos venatórios do trajeto monçoeiro, segundo os diversos documentos. Pesca e caça ao longo dos rios 153

CAPÍTULO XIX

- Os índios ribeirinhos do percurso monçoeiro. Paiaguás, guaicurús, caiapós, bororós. Perigos da sua presença. Ameaças e precauções 163

CAPÍTULO IXX

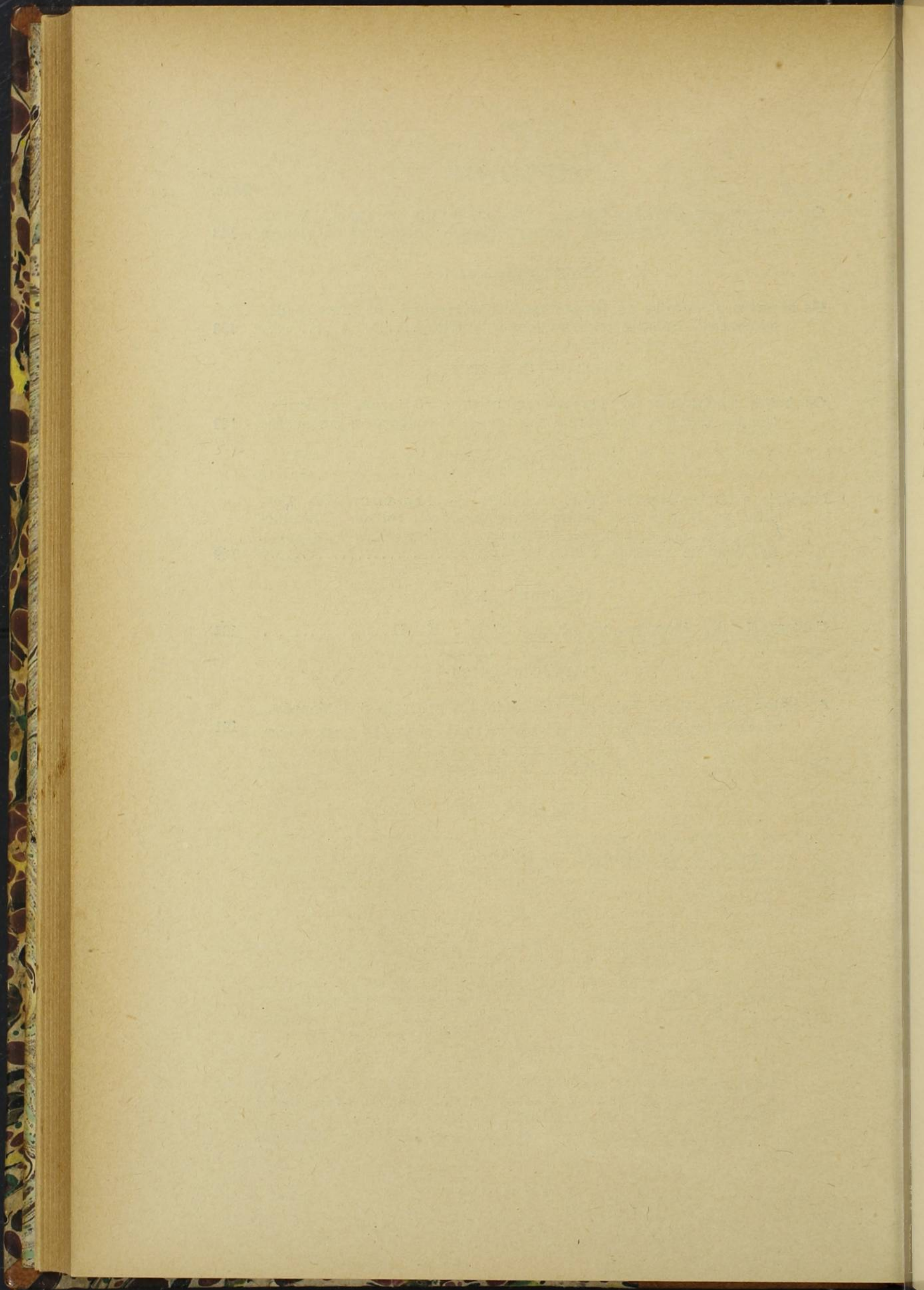
- Lendário e hagiografia do Tietê. Anchieta e o Abaremanduaba. Belchior de Pontes e o padre Pompéu. Frei Galvão e Manuel Portes: A nau catarineta de Juzarte. O monstro de Pirataraca. As Iáras de Lacerda e Almeida 169

CAPÍTULO XXI

- Cartografia das Monções nos séculos XVII e XVIII 185

CAPÍTULO XXII

- Araraitaguaba e Porto Feliz — O declínio e a extinção das Monções. Os avatares do Tietê e a era moderna 191



ÍNDICE ONOMÁSTICO

(PRIMEIROS ANOS DE GOYAZ)

- Abrantes (Marquês de) 78, 79, 81.
Abreu (Antonio Paes da Silva Lara) 192.
Abreu (Bartolomeu Paes de) 3 a 9, 15, 17, 19, 22, 26, 32, 75 a 78, 81, 83, 97, 99, 100, 101, 104, 105, 111, 117 a 120, 125, 150, 162, 174, 179, 189 a 191, 193 a 195, 214 a 216, 219, 222, 223, 225, 239, 270, 280 a 282, 301, 306, 309, 310.
Abreu (Bartolomeu Simões de) 22.
Abreu (Estevan da Cunha de) 275.
Abreu (Gertrudes da Cunha de) 275.
Abreu (João Capistrano de) 49, 53, 78.
Abreu (Leonor Corrêa de) 270, 272.
Abreu (Paulo de Barros) 306.
Acuña (Cristovam de) 38.
D. Afonso VI, 39.
Aguiar (Ana de) 270.
Aguiar (Brites de) 259.
Aguiar (Catarina Madalena de) 272.
Aguiar (Escolastica de) 270.
Aguiar (Gertrudes de) 270.
Aguiar (Manuel Camacho de) 272.
Aguiar (Manuel Carvalho de) 269, 270, 272.
Aguiar (Manuel Gonçalves de) 189, 190, 194.
Aguiar (Rafael Campos de) 128, 129.
Aguilar (Martin Rodrigues Tenorio de) 34.
Aguilar (Manuel de Albuquerque) 211.
Aguirre (Diogo Arias de) 173.
Aguirre (Francisco Angelo Xavier de) 45, 173, 178, 231, 272.
Aguirre (Simão Arias de) 173.
Ala (João dos Santos) 181, 189, 190, 196.
Alarcão (Baltazar Gomes de) 207.
Alencastre (José Martins Pereira de) 36, 37, 40, 43, 63, 64, 67, 68, 82, 83, 95, 96, 124, 125, 135, 137, 161, 162, 165, 169, 183 a 185, 187, 199 a 202, 207, 213, 216, 256, 257, 288.
Almeida (Antonio Castanho de) 274.
Almeida (Anotnio Mendes de) 204, 269.
Almeida (Antonio da Silva) 182.
Almeida (Branca de) 273.
Almeida (Francisco) 302.
Almeida (Francisco Pedroso de) 274.
Almeida (Guilherme Pompéu de) 228.
Almeida (João de) 40.
Almeida (João Mendes de) 24.
Almeida (João Pires de) 273.
Almeida (Luiz Castanho de) 37, 267.
Almeida (Manuel Cardoso de) 277.
Almeida (Matias Cardoso de) 269, 274, 278.
Almeida (Manuel Mendes de) 157, 162, 269.
Almeida (Maria de) 274.
Almeida (Pedro Taques de) 4, 115, 190.
Almeida (Salvador de) 211.
Almeida (Salvador Cardoso de) 274.
Almeida (Wenceslau de) 233.
Alva (Conde d') 198, 200, 201, 209, 212, 219, 241, 245, 249, 251, 257, 281.
Alvarenga (Antonio Pedroso de) 35, 302, 303.
Alvarenga (Luiz Monteiro de) 294.
Alvares (Domingos) 205.
Alves (José) 60.
Alves (Manuel da Silva) 229, 230.
Alvor (Conde de) 120, 198.
Amaral (Alberto de Almeida) 116.
Amaral (Escolastica de) 273.
Andrada (Eugenio Freire de) 106.

- Andrada (Gomes Freire de) 169, 170, 182, 185 a 187, 239, 289, 291, 294, 296.
Andrada (José Antonio Freire de) 269.
Andrada (Martim Francisco Ribeiro de) 200.
Andrade (Atanasio Bicudo de) 276.
Andrade (Braz Martins de) 269.
Andrade (Fernão Bicudo de) 146, 276.
Andrade (Gertrudes de) 276.
Andrade (João Teixeira de) 132.
Andrade (Manuel Antunes Belem de) 177, 178.
Andrade (Maria Joana de) 276.
Andrade (Rodrigo Bicudo de) 276.
Antonil (André João) 25, 131, 136.
Araujo (Antonio Ferraz de) 30, 47, 65, 92, 125, 256, 276, 279, 300.
Araujo (Domingos de) 40.
Araujo (José Ferraz de) 150.
Araujo (Manuel Ferraz de) 143.
Araujo (Melchior de Andrade) 140.
Araujo (Pascoal Paes de) 37.
Arcos (Conde dos) 222, 258, 261, 262, 268, 282.
Aruvigin (Cacique) 238.
Assumar (Conde de) 13, 14, 16, 21, 41, 131.
Avelar (Pedro Fernandes de) 275.
Azevedo (Antonio Bueno de) 139.
Azevedo (João Monteiro de) 292.
Azevedo (Lucas de Freitas) 139.
Barbigoné (Cacique) 238.
Barbosa (Estevam Raposo) 306.
Barbosa (Manuel Antunes) 294.
Barbosa (Manuel Nunes) 271.
Barradas (Domingos Coelho) 162.
Barreto (Abilio) 19, 21 a 27.
Barreto (Custodio) 289, 292.
Barreto (Francisco Aranha) 267.
Barreto (Inacio do Rego) 39.
Barros (Antonio Duarte de) 288.
Barros (Fernão Paes de) 228.
Barros (Francisco Borges de) 307, 310.
Barros (João Martins) 271.
Barros (Jeronimo Pedroso de) 12, 26, 162.
Barros (José Soares de) 162.
Barros (Manuel de) 86, 91, 127.
Barros (Manoel Dias de) 91.
Barros (Manoel Soares de) 91.
Barros (Margarida de) 143.
Barros (Pedro Vaz de) 142, 227.
Barros (Rufino de) 143.
Barros (Sebastião Paes de) 37.
Basto (Antonio de Souza) 140, 141, 146, 147, 149, 151, 154, 155, 157 a 159, 168.
Beliago (Manuel Gomes) 158.
Berredo (Bernardo Pereira de) 37, 38, 40, 93.
Betim (Garcia Rodrigues) 14.
Betim (José Rodrigues) 273.
Bicudo (Felipe de Campos) 232.
Bicudo (Manuel de Campos) 37, 228, 230, 236, 237, 250, 259 a 262.
Bicudo (Maria Velho) 306.
Bobadela Conde de) 185.
Bocarro (Estevam Raposo) 3, 21, 22, 151, 222, 223, 278.
Botafogo (João de Souza Pereira) 33.
Braga (José Peixoto da Silva) 28, 49, 55, 60 a 62, 66, 67, 70, 73, 74.
Braga (José Pereira) 191.
Brandão (Manuel) 37.
Brandão (Pedro Ferreira) 138.
Brant (Felisberto Caldeira) 273.
Brasil (Antonio Americano do) 33 a 37, 40, 41, 50, 73, 79, 220.
Brito (João Bicudo de) 256.
Brito (Maria Bicudo de) 146.
Buenavides (Francisco Lopes) 36.
Bueno (Antonio Pires de Campos) 228.
Bueno (Baltazar da Cunha) 292.
Bueno (Domingos da Silva) 273.
Bueno (Francisco) 45.
Bueno (Isabel) 22.
Bueno (João da Veiga) 207, 305.
Bueno (Luzia) 47.
Bueno (Manuel de Carvalho da Silva) 273.
Bueno (Maria Pires) 143, 279.
Bueno (Salvador Jorge Luiz) 276.
Bueno (Simão) 47, 48, 59, 230.
Cabral (Alfredo do Vale) 49.
Cabral (Bento Tavares) 279.
Cabral (Francisco Tavares) 279, 280 a 282.
Cabral (Jacinto Moreira) 47.
Cabral (Pascoal Moreira) 235, 241.
Cabral (Maria Tavares) 279.
Cação (João de Souza) 76.
Caceres (Luiz de Albuquerque Melo Pereira) 304.
Calhamares (Manuel Peres) 40, 41, 57, 64, 65, 138, 279.
Calmon (Pedro) 310.
Calogeras (João Pandia) 8, 9, 49, 52, 53, 55, 62, 73, 74.
Camargo (Antonio) 150, 151.
Camargo (Antonio Pires de) 255.
Camargo (Fernando) 46, 150, 151.
Camargo (Francisco Bueno de) 124, 139.
Camargo (José Aguirre de) 162.
Camargo (José Ortiz de) 46.
Camargo (Jeronimo de) 46.
Caminha (Mariana) 107, 120.
Caminha (Pero Vaz de) 49.
Campelo (João Rodrigues) 162, 173.

- Campos (Antonio Cardoso de) 276, 278.
Campos (Antonio Pires de) 35, 43, 44, 48, 52, 121, 144, 207, 227 a 232, 236, 237, 241, 243, 245, 246, 249 a 253, 255 a 258, 260, 261, 263, 264, 304, 305.
Campos (Candido de Souza) 260.
Campos (Ernesto de Souza) 260.
Campos (Felipe Cordeiro de) 277.
Campos (Gertrudes de) 276.
Campos (Joaquim Manuel de) 94, 137.
Campos (Manuel de) 45.
Campos (Miguel Paes de) 277.
Campos (Pedro Vaz de) 232.
Cardim (Francisca) 41, 47.
Cardoso (Ana Bueno) 47.
Cardoso (Bento) 271.
Cardoso (Isabel) 45.
Cardoso (Matias) 280.
Cardoso (Pedro) 278.
Carneiro (Belchior Dias) 34.
Carneiro (Bento de Castro) 216.
Carneiro (Bento da Costa) 216.
Carvalho (Antonio de Albuquerque Coelho de) 4, 5, 20, 22, 23, 25.
Carvalho (Domingos Ferreira de) 100.
Carvalho (João Veloso de) 276.
Carvalho (José Pires de) 158.
Carvalho (José Sutil de) 147.
Carvalho (Manuel Rodrigues de) 235.
Carvalho (Teophilo Feu de) 11, 13, 14, 16, 194, 265.
Carvalho (Sebastião Mendes de) 172, 181, 205, 291.
Casal (Manuel Ayres do) 212, 236, 237, 259.
Cascaes (Marquês de) 5.
Castelo Branco (João de Abreu) 288.
Castro (André de Melo) 165.
Cavalcanti (Francisco) 213.
Cavalcanti (Juliano) 142.
Cerqueira (Ana de) 46.
Chassim (Rodrigo Bicudo) 146, 275.
Chaves (Antonio Gonçalves) 310.
Chaves (Antonio Rodrigues) 310.
Chaves (Caetano Alvares) 310.
Chaves (João Gonçalves) 310.
Chaves (Pedro Gomes) 12.
Coelho (Antonio) 275.
Coelho (Antonio Caetano Pinto) 14.
Coelho (João José Teixeira) 23.
Colaço (Gaspar de Godoy) 197, 274.
Colombo (Cristovam) 72.
Conceição (Frei Antonio da) 50, 55, 56, 60.
Cordeiro (José Pedro Leite) 300.
Correia (Manuel) 35, 36.
Corte Real (Diogo de Mendonça) 106, 127, 181.
Cortês (Estanislau Pereira) 146, 285.
Cortez (Sebastião do Prado) 273.
Costa (Antonio de Oliveira) 146.
Costa (Claudio Manuel da) 283.
Costa (Domingos Rodrigues da) 116.
Costa (Henrique da) 302.
Costa (Manuel da) 76.
Costa (Lazaro da) 302, 303.
Costa (Rodrigo da) 291.
vedo) 173.
Cotrim (Clemente Carlos de Azevedo) 173.
Cotrim (Inez de Oliveira) 21.
Coutinho (Francisco do Amaral) 269.
Coutinho (D. Francisco de Lemos Pereira) 224.
Coutinho (João Pereira Ramos de Azeredo) 46.
Couto (João Pacheco do) 287.
Couto (João Pedroso do) 205, 209.
Cubas (Braz) 21.
Cunha (Antonio da) 147.
Cunha (Bartolomeu Bueno da) 207, 292.
Cunha (Clemente Simões da) 201.
Cunha (Escolastica da) 143.
Cunha (Francisco da) 275.
Cunha (Inacio da) 275.
Cunha (Manuel Dantas da) 111.
Cunha (Silvestre Marques da) 308.
Cunha (Tristão da) 142.
Dias (Francisco Martins) 24.
Dias (Rafael) 302.
Dias (Suzana) 301.
Domingues (Pero) 35, 300, 302, 303.
Ebano (Eleodoro) 301.
Ellis Junior (Alfredo) 33 a 35.
ElRey (Tomé Portes) 24.
Eschwege (Guilherme barão de) 55.
Escobar (Maria de) 278.
Escudero (Agostinho Ferreira) 240.
Esmeraldo (Bartolomeu de Freitas) 76, 100, 162, 173, 178.
Faria (Antonio de Lemos) 240, 241, 292.
Faria (Francisco de Souza) 105.
Faria (Manuel Jeronimo de) 38.
Fazenda (José Vieira) 103.
Felipe II, 33.
Felix Caetano, 141.
Fernandes (André) 300 a 303.
Fernandes (Baltazar) 302.
Fernandes (Gaspar) 302.
Fernandes (Pedro) 301.
Ferraz (Manuel Luiz) 77, 99, 173.

- Ferreira (Antonio) 147.
Ferreira (Antonio de Brito) 203, 204.
Ferreira (Manuel) 246.
Ferreira (Manuel de Souza) 143, 213.
Fialho (Domingos Antunes) 14.
Fialho (D. Frei José) 113.
Fidalgo (João Leite Alvares) 269, 272.
Fidalgo (José Alvares) 190.
Figueira (Antonio Gonçalves) 269, 310.
Figueira (João Gonçalves) 310.
Figueira (Luiz) 39.
Fonseca (Francisco Galvão da) 115 157.
Fonseca (José Pinto da) 263.
Fonseca (Manuel Antunes da) 245, 250, 284, 289, 291, 294, 295, 297.
França (Paulo Carlos de) 273.
Francia (Antonio de) 271.
Francisco (Dom) Infante de Portugal, 112.
Francisco Antonio, 291.
Francisco de Assis (São) 37, 38.
Francisco Bento (Frei) 292.
Frances (Estevam Macaste) 60.
Franco (Francisco de Assis Carvalho) 60, 227, 228, 231, 235 a 237, 257, 259, 300.
Franco (Francisco Sanches) 270.
Franco (Virgilio de Melo) 143, 212.
Freire (Alexandre de Souza) 287, 288.
Freire (Felisbello) 312.
Freitas (Augusto Teixeira de) 53.
Freitas (Matias da Silva) 279.
Frias (José de) 168.
Fronteira (Maquezes de) 198, 219.
Frota (J. Antunes da) 36, 44.
Furqueira, 161.
Gagni (Antonio Luiz) 237.
Gago (Antonio de Oliveira) 91, 92, 133, 135, 139.
Gago (Irmãos) 112.
Gaia (Diogo Pinto de) 37.
Gaia (Manuel Afonso) 310.
Galvão (Antonio Alves) 280.
Galvão (Frei Antonio de Sant'-Ana) 277.
Galveas (conde das) 147, 165, 170, 171, 182, 185, 241, 250, 296, 299.
Gama (Jeronimo da) 40.
Garcia (Francisco Xavier) 177.
Garcia (Rodolfo) 165, 169, 198, 307.
Garrido (Antonio Xavier) 203, 204.
Garro (Paulo Martins) 40.
Gato (Manuel de Borba) 6, 16, 19.
Gigante (João Missel) 302.
Gil (Francisco de Siqueira) 275, 276.
Godoy (Baltazar de) 47, 207.
Godoy (Francisco de) 278.
Godoy (José de) 292.
Godoy (Maria Garcia de) 139.
Goes (Baltazar Rodrigues de) 302.
Goes (Teresa de) 4.
Goes (Timoteo Correia de) 4, 126.
Goffiné (Leonardo) 138.
Gomes (Matias) 302.
Gonçalves (José da Silva) 274.
Gralha (Dr. D. Manuel Garcez e) 270.
Gralla (D. Gabriel Garcez y) 270.
Gregorio XIII, 138.
Guadalupe (D. Fr. Antonio) 112, 138.
Guedes (Antonio Pinto) 83, 91, 92, 190.
Guedes (José Pinto) 275.
Gucuriponé (cacique) 238.
Guimarães (Domingos da Costa) 274.
Guimarães (Manuel de Castro) 222.
Gusmão (Alexandre de) 47, 186.
Gusmão (Ana de) 271.
Gusmão (Antonio Bueno de) 271.
Gusmão (Bartolomeu Bueno de de Campos Leme e) 223.
Gusmão (Bartolomeu Lourenço de) 48.
Gusmão (Domingos Felipe de) 116.
Gusmão (Joana de) 47, 48, 204, 271.
Gusmão (Violante Barbosa de) 47, 77.
Homem (Manuel Rodrigues) 140.
Jacome (José de Souza) 292.
João IV (Dom) 39.
João V (Dom) 5, 13, 15, 16, 31, 67, 79, 83, 91, 93, 97, 102, 103, 109, 115, 117, 119, 120, 123, 125, 127, 129, 145, 148, 155, 161, 165, 169, 170, 173, 174, 185, 231, 245, 249, 288, 308.
Jorge (Frei) 71.
José I (Dom) 222, 261.
Lago (Antonio Florencio Pereira do) 62.
Lago (Antonio Pereira do) 280, 282.
Lanhoso (Antonio de Araujo) 144, 154.
Lara (Angelo de Almeida) 274.
Lara (Antonio de Almeida) 273.
Lara (Diogo de Toledo) 190.
Lara (Francisco de Almeida) 273.
Lara (Isabel de) 274.
Lara (José de Almeida) 112 a 114, 268.
Lara (Manuel Godinho) 194.
Lara (Pedro Taques de Almeida) 230, 281.

- Leal (Fernando José) 272.
Leitão (Luiz de Abreu) 106.
Leite (Amador da Silva) 272.
Leite (Amaro) 207, 208, 304.
Leite (Aureliano) 41.
Leite (Escolastica) 276.
Leite (Francisco) 278.
Leite (Gaspar) 228.
Leite (Miguel Pedroso) 263.
Leite (Quiteria Felisarda da Silva) 272.
Leite (Serafim) 35, 39, 40, 300, 303.
Leite (Teresa Correia da Silva) 272.
Leite (Violante) 272.
Leme (Braz Esteves) 306 a 308, 311.
Leme (João) 102.
Leme (Irmãos) 107, 123.
Leme (Lourenço) 77.
Leme (Luiz de Gonzaga da Silva) 27, 41, 46, 47, 63, 79, 121, 124, 233, 256, 262, 306, 307, 309, 310.
Leme (Luzia) 228.
Leme (Manue Nunes de Brito) 221.
Leme (Maria de Abreu Pedroso) 72.
Leme (Pedro) 46, 47.
Lemos (Manuel Fernandes) 216.
Lencastre (D. Fernando Martins Mascarenhas de) 4.
Leverger (Augusto) 305.
Ley (João Gaudie) 271.
Lima (Augusto de) 23.
Lima (Francisco da Rocha) 276.
Lima (José Barbosa) 162.
Lisboa (Antonio Luiz) 276, 280.
Lisboa (Frei Cristovam Severim de) 37, 38, 40.
Lobo (Francisco da Cunha) 101.
Lopes (Jacinto Barbosa) 103.
Lordelo (Francisco Carvalho de) 57.
Loyola (Santo Inacio de) 37.
Luiz (Simão) 40.
Lustosa (Antonio Francisco) 162.
Macedo (Manuel Caetano Homem de) 201, 249, 252, 294, 297.
Maciel (Domingos Alvares) 142, 143.
Madre de Deus (Frei Gaspar da) 204, 281.
Madureira (D. Antonio) 185.
Magalhães (Basilio de) 34, 197, 201, 311.
Magalhães (Belchior dos Reis) 312.
Manso (Manuel de Melo Godinho) 7, 102, 123.
Maria I (D.) 13.
Maria (Fr. João de Jesus) 39.
Mariana d'Austria (Rainha D) 221, 222.
Marinho (Carlos) 132, 142, 158, 288.
Marinho (Sebastião) 33.
Mariz (Pedro Leolino) 307, 308, 312.
Marques (Domingos) 302.
Marques (Manuel Eufrazio de Azevedo) 36, 46, 82, 94, 124, 185, 197, 198, 308, 309, 311.
Martins (Pero) 303.
Mascarenhas (D. Luiz de) 132, 142, 143, 186, 192, 198 a 206, 200, 211, 213, 214, 219 a 221, 225, 239 a 241, 245, 247, 248, 250, 252, 257, 262, 273, 275, 279, 281, 284 a 291, 293 a 296, 298, 299.
Mateus (Luiz) 289.
Mateus (Morgado) de) 270, 271.
Matos (André Cursino de) 113.
Matos (Antonio Monteiro) 162.
Matos (Gaspar de) 99.
Matos (João de) 60.
Matos (Raimundo J. da Cunha) 35, 36, 48, 70, 71, 132, 133, 135, 137 a 139, 141 a 143, 199, 212, 220, 221, 224, 229, 255 a 257, 262, 283.
Mazagão (Manuel Gomes) 204, 275.
Mazagão (Tomé Gomes) 203, 204, 275.
Meciussú (Macia Fernandes) 230.
Medela (Roque Soares de) 162.
Melgaço (Barão de) 305.
Melo (Barão Homem de) 53, 227.
Melo (Desembargador) 115.
Mendes (Antonio) 174.
Mendonça (Martinho de) 65, 159, 171.
Mendonça (Mateus de Siqueira) 162.
Menezes (Artur de Sá e) 141, 197, 200.
Menezes (Luiz Cesar de) 77.
Menezes (Luiz da Cunha) 94, 137.
Menezes (Maria Barbara de) 200.
Menezes (Rodrigo Cesar de) 3, 7, 15 a 17, 28, 31, 32, 44, 46, 50, 64, 67, 71, 75, 78, 81, 82, 86 a 89, 93, 96, 97, 99, 103, 104, 170, 175, 181, 190, 194, 214, 215, 217, 218, 232, 235.
Menezes (Urbano do Couto) 40, 41, 55, 63, 65, 66, 68, 74, 92, 289.
Menezes (Vasco Fernandes Cesar de) 77.
Mericuli (cacique) 238.
Miguel Carlos, 203.
Milliet de Saint Adolphe, 212.
Miranda (Braz Lopes de) 273.
Misch (Gaspar) 40.
Monteiro (Joseph) 190.
Monteiro (Luiz Vahia) 92, 127.
Moraes (Ana Pedroso de) 274.
Moraes (Amaro Leite de) 207.
Moraes (Francisco Ribeiro de) 36.

- Moraes (José de Gces) 4, 83, 162, 177.
Moreira (Amaro Leite) 142, 149, 209.
Mota (Antonio da Silva) 82.
Mota (Manuel) 40.
Morzillo (João) 302.
Muniz (Francisco Vaz) 79.
Murphy (D. Carlos) 270, 271.
Navarro (José de Moraes) 267.
Nogueirol (Antonio Gayoso) 108.
Noronha (Dcm Marcos de) 135, 221 222, 258, 261.
Nunes (Manuel) 39, 40.
Oliveira (Antonio de) 302.
Oliveira (Bento Paes de) 48, 210, 240, 291, 292.
Oliveira (João Gago de) 135, 155, 159.
Oliveira (Manuel de) 60.
Oliveira (Timoteo de) 275.
Ordonhes (Diogo de Toledo Lara e) 224.
Ortiz (Diogo de Escobar) 278.
Ortiz (Francisco de Escobar) 21.
Ortiz (João Leite da Silva) 3, 8, 9, 11, 15, 16, 19 a 23, 25, 26, 28 a 31, 44, 48, 50 a 52, 56, 59, 60, 63, 66, 69 a 71, 80, 81, 85, 87, 88, 94, 96, 97, 104, 110 a 117, 120, 121, 124, 126, 151, 191, 215, 222, 223, 225, 231, 255, 270, 271, 277, 278, 280.
Osorio (Diogo da Fonseca) 141.
Pacheco (Anastacio dos Santos) 116.
Pacheco (Maria) 306.
Paes (Antonio Soares) 37.
Paes (Escolastica de Oliveira) 232.
Paes (Fernão Dias) 21, 43, 47, 162, 228, 232, 240, 279.
Paes (Garcia Rodrigues) 11.
Paes (Gonçalo) 37.
Paes (Inacio Dias) 48, 203, 271, 272, 296.
Paes (José Dias) 278.
Paes (José Ferreira) 274.
Paes (José da Silva) 186, 188.
Paes (Maria Teresa Isabel) 276.
Paes (Pedro Taques de Almeida) 230, 281.
Palha (Gaspar Fernandes) 21.
Pardinho (Rafael Pires) 169.
Parente (Bento Maciel) 38.
Pedroso (Pantaleão) 47.
Pedroso (Estevam Furquim) 162.
Peixota (Leonarda) 60.
Peixoto (Antonio Alves Lanhas) 195.
Penalva (Marquês de) 261.
Penteado (Manuel Correia) 204.
Pereira (Antonio de Sá) 292.
Pereira (Felipede Barros) 11.
Pereira (Gaspar Luiz) 278.
Pereira (José Caetano Lobo) 133, 292.
Picão (Gaspar) 21.
Pimentel (Antonio da Silva Caldeira) 94, 95, 97, 101, 103, 105, 109 a 111, 113, 114, 117 a 120, 123 a 126, 175, 179, 201, 214 a 216, 220, 223, 225, 278.
Pina (Antonio de) 302.
Pinheiro (Francisco) 110.
Pinheiro (José Feliciano Fernandes) 193, 194.
Pinto (Alfredo Moreira) 53, 65, 66.
Pinto (Francisco Pereira) 121.
Pinto (João) 307.
Pinto (Matias da Costa) 112, 114, 117.
Pires (Antonio Olinto dos Santos) 55.
Pires (Domingos) 142, 213.
Pires (José) 286.
Pires (Maria) 47.
Pires (Pedro) 129.
Pires (Pedro Taques) 162, 177.
Pires (Salvador) 230.
Pisarro (Francisco Xavier) 279.
Pissarro (Fr. Francisco) 292.
Pita (Lourenço da Rocha) 211.
Piza (Antonio de Toledo) 46, 74, 81, 153, 161, 209 a 211, 216, 232, 233, 240, 242, 248, 264, 271, 289.
Piza (Bento de Toledo) 190.
Piza (D. Simão de Toledo) 99, 162.
Pizarro (Francisco) 279.
Pombal (Marquês de) 198.
Porto Seguro (Visconde de) 307.
Posso (Padre) 133.
Prado (Antonio Gonçalves do) 310.
Prado (Bartolomeu Bueno do) 266, 269.
Prado (Domingos Dias do) 306 a 311.
Prado (Domingos Rodrigues do) 11 a 17, 20, 27, 33, 34, 48, 86, 132, 140, 265 a 267.
Prado (Estevam Raposo do) 98.
Prado (Francisco Dias do) 306, 308 a 311.
Prado (Helena do) 146.
Prado (João Leme do) 303 a 305.
Prado (Salvador Rodrigues do) 86.
Prado (Sebastião Leme do) 307 a 309, 312.
Prado (Serafim Barbosa do) 275.
Prado (Teresa de Jesus do) 274.
Preto (Angelo) 241, 256.
Preto (Francisco de Godoy) 262.
Preto (João de Siqueira) 162.
Preto (Manuel Antunes) 256.
Preto (Sebastião) 256.
Prcença (Maria Leite de) 273.

- Proença (Martinho de Mendonça Pina e) 169.
Quadros (Diogo de) 302, 303.
Queiroga (Luiz Antonio de Sá e) 162, 182.
Queiroz (Luiz Botelho de) 306.
Ramos (Hugo de Carvalho) 138.
Ramos (Manuel Fernandes) 200.
Ramos (Manuel Martins) 301.
Raposo (Pedro Dias) 278.
Raposo (Antonio) 37, 302.
Raso (Manuel) 246.
Raymundo (José Francisco) 273.
Real (Agostinho Rodrigues) 236.
Rebello (Antonio de Brito) 203, 204.
Rebello (Diogo Barbosa) 132.
Rebello (Gervasio Leite) 89, 93, 118.
Rebello (Lopo Bernardo) 276.
Rebello (Manuel Custodio) 185.
Rebello (Pascoa Veloso) 276.
Rego (José Velho Barreto do) 211, 292.
Rego (Maria Raposo Barbosa) 306.
Rego (Sebastião Fernandes do) 76, 77, 100 a 102, 110, 119, 120, 123, 189, 194, 214.
Rendon (José Arouche Toledo) 46.
Requeixo (Manuel) 301, 302.
Ribeira (Amador Bueno da) 45, 46, 221.
Ribeira (Bartolomeu Bueno da) 139.
Ribeiro (Ana) 256.
Ribeiro (Antonio) 39.
Ribeiro (João Manuel) 286.
Ribeiro (Pedro de Macedo) 242.
Ribeiro (Tomé) 39.
Ricardo (Pedro) 139.
Rio Branco (Barão do) 198.
Rivassi (X) 305.
Romeg (Fr. Dagoberto) 39.
Rosario (Maria Leite do) 146, 275, 276.
Rossi (X) 305.
Sá (Antonio Pereira de) 259.
Sá (José Barbosa de) 131.
Sá (José Ferreira de) 76.
Sabugosa (conde de) 113, 307, 309, 310.
Saia (Luiz) 237.
Saint Hilaire (Augusto de) 255.
Salcedo (D. Miguel de) 185.
Sanches (Antonio) 143.
Sampaio (José) 289.
Sampaio (Teodoro) 200.
Santarem (Rodrigo da Costa) 274.
Sant'Ana (Frei Luiz de) 50, 61, 68.
Santiago (Fr. Domingos de) 39.
Santo André (Frei Cosme de) 50, 71.
Santos (Felipe dos) 15, 27, 162.
São Leopoldo (Visconde de) 190.
Sarzedas (conde de) 120, 125, 145, a 148, 150 a 153, 157, 158, 160, 168, 171 a 173, 175, 174, 178, 181, a 183, 185, 187, 190, 191, 194, 198, 238, 239, 287, 288.
Sarzedas (condessa de) 185.
Sena (José de) 288.
Severiano (Gaspar de Faria) 38.
Silva (Aleixo Leme da) 162, 278.
Silva (Antonio Bueno da) 47.
Silva (Antonio Caetano da) 267.
Silva (Antonio Dias da) 203, 204, 275.
Silva (Antonio de França e) 271.
Silva, o Anhanguera (Bartolomeu Bueno da) 8, 9, 11 a 13, 15, 16, 19, 20, 22, 25, 26, 28 a 31, 37, 40, 41, 43 a 46, 49 a 51, 55, 56, 59, 60, 62, 63, 67 a 69, 71 a 75, 78 a 82, 85, 87 a 89, 91 a 97, 104, 105, 109 a 113, 121, 123, 124, 126, 127, 137 a 139, 143, 145 a 147, 150, 151, 153, 154, 162, 176, 183, 193, 194, 197, 201, 204, 210, 215 a 225, 227, 230, 231, 235, 239, 240, 249, 251, 252, 255, 271, 276, 277, 279, 284, 289, 291, 304, 305.
Silva (Belchior da) 219.
Silva (Colemar Natal e) 37, 40, 50, 192, 272.
Silva (Colemar Naval e) 37, 40, 50, 138, 165, 220, 255.
Silva (Domingos Jorge da) 276.
Silva (Domingos Leonardo da) 45.
Silva (Estevam Raposo da) 270.
Silva (Francisco) 278.
Silva (Francisco Bueno da) 121.
Silva (Francisco de Campos) 274.
Silva (Francisco Dias da) 270, 271.
Silva (Francisco Jorge da) 12, 26.
Silva (Francisco Martins da) 116.
Silva (Gregorio Dias da) 140, 148, 151, 152, 156, 157, 158, 169, 170, 216, 218, 284.
Silva (Henrique) 49, 73, 74.
Silva (Isabel Corrêa da) 280, 282.
Silva (J. Trindade da Fonseca e) 35, 37, 39, 40, 132, 137, 138, 140.
Silva (Joana Correia da) 270.
Silva (João Dias da) 270 a 272, 275.
Silva (João Leite da) 270.
Silva (José Dias da) 270.
Silva (João Leme da) 47.
Silva (José Pereira da) 208.
Silva (José dos Santos) 280.
Silva (Lourenço Leme da) 47.
Silva (Luiz) 127.
Silva (Margarida da) 228.
Silva (Maria Angela Eufrasia da) 224.
Silva (Maria Leite da) 272.

- Silva (Manuel da) 270.
Silva (Manuel Dias da) 125, 147, 149, 151, 189, 190, 194 a 197.
Silva (Miguel dos Passos) 275.
Silva (Pedro Dias da) 98.
Silva (Quiteria Felizarda Leite da) 223, 277, 278.
Silva (Sebastiana Leite da) 228, 233.
Silva (Teresa Leite da) 223.
Silva (Teresa Paes da) 193.
Silveira (D. Braz Baltazar da) 11, 12, 25, 83, 306.
Silveira (Carlos Pedroso da) 13.
Silveira (João de Godoy Pinto da) 132, 139, 256, 262, 263, 267.
Siqueira (Angelo de) 4.
Siqueira (Padre Angelo de) 45, 231.
Siqueira (Antonio do Prado de) 43.
Siqueira (Bartolomeu Bueno de) 36.
Siqueira (D. Catarina de) 4.
Siqueira (Francisco Aurelio de) 177.
Siqueira (J. Bonifacio de) 133.
Siqueira (Joaquim da Costa) 131.
Siqueira (José Tavares de) 204.
Siqueira (Leonor de) 192.
Siqueira (Lourenço de) 36.
Siqueira (Sebastião de) 278.
Soares (Diogo) 49, 70, 92, 188, 238, 294.
Soares (Jacinto Sampaio) 171, 208, 209, 287.
Soares (Sebastião da Costa) 269.
Sobral (Miguel Antonio) 162.
Sodré (Miguel de Faria) 150.
Southey (Roberto) 43.
Souza (Luiz Antonio da Silva e) 35, 40, 43 a 45, 50, 68, 70, 91 a 95, 120, 121, 123 a 125, 132, 133, 136, 137, 139, 143, 144, 152, 161, 182 a 186, 199, 200, 202, 204, 206, 207, 208, 213, 220, 221, 230, 239, 242, 245, 255, 257, 263, 293.
Souza (Luiz Pimentel de) 296 a 298.
Souza (Manuel) 11, 39.
Souza (Manuel Almeida) 115.
Souza (Pero Lopes de) 21.
Souza (Tomaz de) 208.
Sutil (Miguel) 147.
Tagues (Lourenço Castanho) 228.
Tagues de Almeida Paes Leme (Pedro) 4, 7, 9, 11, 22, 23, 25, 27, 28, 33, 35, 37, 41, 45 a 47, 53, 63, 78, 79, 82, 87, 92, 96, 97, 101, 114, 117, 173, 177, 178, 192, 200, 223, 224, 228 a 231, 236, 237, 245, 255 a 259, 262, 263, 265 a 271, 273, 275 a 277, 279 a 284, 286, 303, 309, 310.
Tavares (Ana Maria) 280.
Tavares (Antonio Raposo) 301.
Tavares (Escolastica Maria) 280.
Tavares (Francisco Xavier) 279.
Tavares (Josefa Maria) 280.
Tavares (Mariana) 280.
Tavares (Teresa Maria) 280.
Tavora (Antonio Luiz de) 120, 125, 154, 156, 157, 159, 184, 215.
Tavora (Marquesa de) 198.
Tavora (Salvador Cardoso) 162.
Teixeira (Luciano Nunes) 247.
Teixeira (Sebastião) 40.
Teles (Agostinho Pacheco) 172, 181, 183, 203, 284.
Tenorio (Ana) 301.
Tenorio (André Fernandes) 301.
Toledo (André Correia de) 276.
Tomaz (Manuel Rodrigues) 125, 139 a 141, 146, 148 a 150, 159.
Torres (Pantaleão Ferreira) 147, 152.
Vale (Aleixo Marques do) 168.
Vale (João Dias do) 162.
Valença (Joseph da Silva) 160, 162, 182.
Varnhagen (Francisco Adolfo de) 49, 163, 186, 193, 198, 307.
Vasconcelos (Antonio Pedro de) 185.
Vasconcelos (Diogo de) 13, 24, 35, 309, 311.
Vasconcelos (João de Almeida) 263.
Vaz (Felipe) 45.
Vaz Guassú (Pedro) 143.
Veiga (Amador Bueno da) 5, 41, 216, 292, 305.
Veiga (Pedro Antonio Bueno da) 275.
Veiga (Maria da Encarnação) 275.
Velho (Antonio Rodrigues) 276.
Velho (Domingos Jorge) 233.
Velho (Francisco Dias) 270.
Velho (Salvador Jorge) 228, 276, 278.
Veloso (Francisco) 39, 40.
Veloso (Manuel) 99, 106.
Veras (Gonçalo de) 40.
Viana (Manuel de Araujo) 270.
Viana (Manuel Nunes) 112.
Vieira (Ananaria) 275.
Vieira (Antonio) 38, 39, 40, 225.
Vieira (Pedro José) 275.
Vila Lobos (José de Burgos) 155.
Vilares (Luiz Rodrigues) 48, 99.
Vimieiro (Conde de) 5.
Xavier (Francisco Pedroso) 47.
Xavier (Sulpício Pedroso) 14.
Zedes (João Lopes) 203.
Washington Luiz P. de Souza 43, 44, 46, 49, 50, 77, 102.

ÍNDICE GEOGRÁFICO

(PRIMEIROS ANOS DE GOYAZ)

- Aboboras, 24.
Africa, 278.
Água Quente, 140, 141, 239.
Alaska, 131.
Almas (rio das) 61, 218, 262.
Amaro Leite (sertão de) 62, 72, 142, 207, 208.
Amazonas, 33, 38.
America, 38.
Alemtejo, 199.
Angola, 39, 77, 103, 111.
Angra dos Reis, 116, 276.
Anhangabaú, 277.
Anicuns, 54, 68, 243, 244, 268.
Anta, 135, 208.
Apiahy, 171.
Apreatuba, 74.
Araçariguama, 93, 204, 275, 276.
Araés, 64 a 66, 142, 207, 208.
Araguary, 53.
Araguaya, 34, 37, 39, 40, 62, 65, 66, 142, 207, 210, 231, 243, 244, 264, 289, 300.
Araraquara, 274.
Arassuahy, 310.
Araxá, 237.
Areias (rio das) 69, 72.
Arraias, 142, 211, 271.
Assunção, 194, 195, 270, 271.
Atibaia, 129, 222.
Australia, 131.
Bacalhau (Rio) 218.
Bagagem, 52, 53.
Bahia, 77, 96, 101, 113, 163, 186, 188, 211, 308, 310, 312.
Balsas (Rio) 211, 213.
Bananal, 37, 263, 306.
Barra, 68, 96, 125, 135 a 137.
Barra Grande, 107.
Barra da Palma, 143.
Barreiros (Rio) 244.
Batatal, 93.
Belem, 40, 49, 205, 285 a 287.
Belo Horizonte, 3, 19, 20, 22.
Bertioga, 21, 199, 200.
Boa Vista, 140.
Bocaina, 58.
Bois (Rio dos) 243.
Bomfim, 68, 209, 210.
Eom Sucesso (Rio do) 309.
Bonito (Rio) 144.
Borda da Mata, 274.
Braga, 60, 198.
Brasil, 9, 14, 39, 47, 77, 114, 169, 186, 191 a 201, 219, 241, 250, 288, 304.
Buenos Aires, 64, 65, 186.
Eurity Queimado, 212.
Cabassaco, 69.
Cabrinha, 70.
Cachoeira, 141.
Cachoeira do Campo, 27.
Caeté, 20, 26.
Caiapó, 207, 244, 260.
Caiaçonia, 42.
Calhamares (rio) 262.
California, 131.
Camapuan, 191, 194 a 193, 244, 255, 256.
Cametá, 39.
Campos Geraes, 6, 32, 83.
Capão da Traição, 5, 269.
Capela do Barro, 137.
Carajás (Ilha dos) 231.
Carlos Marinho (Arraial de) 183.
Carmo, 143.
Carolina, 40.
Carriola, 72.
Casa Branca, 24.
Castela, 30.
Cataguazes, 4.
Catalão, 53, 73, 74.
Cavalcanti, 142, 213.
Cercado, 20, 22, 23.
Chapada, 213.
Claro (Rio) 242, 289 a 291, 296.
Cocães, 277.
Cocal, 129, 141.
Coimbra, 112, 114, 192, 224, 295.
Colônia do Sacramento, 64, 65, 169, 171, 174, 185, 188, 193, 195, 270.
Conceição, 142, 213.
Congonhas (Serra das) 20.
Corumbá, 153, 154, 189, 222, 223.
Corumbaré, 37.

- Costa do Mar, 280, 282.
Cotia, 237.
Coxipó, 76, 77, 100.
Coxiponé, 34.
Crato, 236, 270.
Crixás, 96, 124, 129, 135, 140, 159,
172, 241, 265, 273, 273, 277, 282,
283.
Cubatão, 106.
Curitiba, 4, 32, 83, 167, 191, 279.
Currais da Bahia, 3, 20, 22, 127, 145
a 148, 151, 152, 155, 157, 158, 163,
164, 168, 269, 275, 278, 311.
Curral d'El Rey, 3, 19, 22 a 28.
Curral de São João, 83.
Curumatim, 271.
Cuyabá, 3, 7, 34, 35, 53, 65, 71, 75 a
77, 80, 82, 87, 89, 91 a 93, 79, 99,
100, 105, 110, 112, 126, 135, 139,
147, 155, 158, 162, 164, 170 a 172,
174 a 177, 179, 187 a 189, 194 a
197, 207, 210, 227 a 231, 233, 235,
236, 239, 241, 249, 250, 256, 257,
265, 272, 275, 277, 282, 305, 306.
Desemboque, 133.
Divisões (Serra das) 66.
Dourada (Serra) 66, 72.
Dores do Rio Verde, 63.
Espinhaço, 3, 162, 175.
Espírito Santo, 21.
Europa, 117, 121.
Estrela do Sul, 53.
Evora, 87.
Fanado, 309.
Farto (rio) 303.
Fatura (riberão da) 71, 72.
Ferreiro (arraial do) 68, 92 a 94,
135, 137, 279.
Flores, 142.
Fortaleza da Barra de Santos, 177.
Funil, 297.
Gilboés, 213.
Goyaz, 8, 9, 13, 15, 19, 28, 31 a 39,
43 a 46, 48, 49, 53, 56, 58, 68, 69,
71, 73, 75, 79, 81, 89, 91, 93 a 105,
108, 110 a 112, 115, 116, 119, 120,
123, 124, 126 a 128, 131, 132, 134,
135, 137, 138, 140, 143, 146 a 148,
151 a 154, 158, 161, 163 a 165, 167,
168, 170 a 176, 179, 181, 182, 185 a
188, 192, 195, 196, 200, 201, 204,
207, 214, 217 a 221, 224, 228 a 230,
236 a 239, 245 a 250, 253, 255, 260,
261, 263, 265 a 267, 269, 270, 272,
274, 275, 277 a 280, 282, 284, 285,
288, 290, 291, 293, 294, 297 a 299,
304, 306.
Grão Pará, 49, 67, 70.
Guacurumbá, 82.
Guaicuhy, 23.
Guanicuns, 243.
Guaratinguetá, 14, 172.
Guarinos, 140, 156, 159, 268, 282, 283.
Guarulhos, 278.
Guimarães, 199.
Gurgueia, 286.
Iapó, 4, 83.
Iguaricatú, 4.
Iguatemy, 261, 271.
Iguatibaya, 81.
India, 111, 120, 198, 203, 278, 297.
Ingahy, 4.
Itaboca, 38.
Itacambira, 310, 311.
Itaembé, 4.
Itaiacoca, 4.
Itaicy, 277, 231.
Itajubá, 14.
Itamaraty, 243, 306.
Itaverava, 19.
Itú, 162, 227, 233, 237, 256, 276.
Jacarehy, 14, 278.
Jacobina, 310.
Jaguamirim, 222.
Jaguary, 81, 129, 143, 154, 216.
Jaraguá, 139.
Jequitinhonha, 310 a 312.
Jundiáhy, 34, 49, 79, 145, 150, 217,
238.
Lagoa dos Patos, 186.
Lagoinha, 20.
Lapa, 246.
Lavras do Sutil, 147.
Lavrinhas, 140, 142.
Lanhoso, 144.
Leme, 218.
Lençoes, 69.
Limeira, 236.
Limoeiro, 119, 120.
Lisboa, 38, 102, 103, 112, 116, 119,
121, 159, 185, 187, 192, 199, 223,
261, 273, 283.
Machadinha, 140.
Mangabeiras, 213.
Manuel Alves Grande, 213.
Manuel Alves Pequeno, 213.
Maranhão, 33, 40, 44, 55, 61, 62, 72,
78, 140, 141, 143, 148, 150, 152,
155, 157 a 159, 163, 183, 184, 186,
203, 209, 211, 270, 273, 279, 285,
287, 288, 304.
Martirios, 47, 63, 65, 231, 304 a 306.
Matança, 143.
Mato Grosso, 16, 33, 36, 47, 55, 63,
69, 75, 91, 119, 131, 179, 197, 228,
229, 233, 235, 237, 281, 302, 305.
Meia Ponte, 37, 39, 52, 55, 63, 68, 82,
96, 125, 133, 139, 146, 149, 150 a
152, 155, 154, 171, 172, 176, 182,
183, 187, 189, 202, 218, 238, 239,
241, 257, 268, 273, 274, 276, 280.
Mestre d'Armas, 73, 74.
Minas Geraes, 3, 13 a 15, 22, 23, 25,
26, 27, 47, 65, 70, 71, 96, 104, 106,
127, 128, 131, 133, 140, 145 a 149,
153, 156, 162 a 165, 168, 169, 172,
185, 194, 200, 201, 259, 269, 273,
280, 291, 305, 307, 310.

Minas Novas, 309, 312.
Mogy, 14.
Mogy das Cruzes, 162.
Mogy do Campo, 145, 150.
Mogy Guassú, 31, 42, 49 a 51, 81, 82,
129, 148, 151, 216, 233, 237.
Mogy Mirim, 97, 237.
Moquem, 140.
Natividade, 96, 143, 184, 206, 208,
213, 287.
Natividade (Manuel Alves da) rio
62.
Olinda, 96.
Orgãos (Serra dos) 4.
Ouro Fino, 92, 93, 132, 135, 137, 138,
240.
Ouro Preto, 19.
Paiva (Sitio do) 172, 182.
Palma, 73, 143, 211, 212.
Palmares, 63, 233, 248.
Pantanal, 176, 189.
Papuan, 139, 207, 262, 268, 274, 275,
283, 292.
Pará, 19, 78, 286, 288.
Paracatú, 259, 273, 299.
Paraguay, 193, 195, 197, 243, 270, 271.
Paraná, 32, 76, 77, 189, 193 a 195,
211, 243.
Paranaguá, 164.
Paranahyba, 31, 52 a 54, 63, 65, 73,
81, 189, 236, 243, 244, 251, 259, 293.
Paranan, 61, 62, 73.
Paranapanema, 164, 171, 175, 188,
195, 281.
Paranapiacaba, 200.
Paranatinga, 143.
Paraopeba, 25, 33.
Paraupava, 33 a 35, 301, 303 a 306.
Paraty, 272.
Pariz, 2, 186.
Parnaíba, 13, 15, 16, 26, 42, 47, 66,
139, 213, 279, 301 a 303.
Patos, 218.
Pedro Luiz, 24.
Penha de França, 179.
Perdição (rio da) 69, 72.
Pernambuco, 96, 113, 115, 117, 121,
186, 211.
Pernatinga, 211.
Perú, 279.
Piagui, 310.
Piauhy, 148, 163, 213.
Picarrão, 144, 257.
Piedade (Descoberto de) 72.
Pilar, 129, 133, 139, 140, 207, 241, 268,
271, 275, 279, 282, 283.
Pilões, 47, 55, 63, 65, 68, 69, 71, 72,
130, 150, 154 a 156, 210, 242, 289,
290, 296 a 298.
Pindamonhangaba, 14, 270.
Pinhal de Azambuja, 117.
Pirenópolis, 139.
Pitangui, 11 a 14, 20, 26, 27, 150,
162, 265, 276.

Piumhy, 13.
Pompeiros, 147.
Pontal, 132, 143, 205, 215.
Ponte Alta, 246.
Porto, 274.
Porto Velho, 31, 52, 53.
Portugal, 39, 50, 61, 62, 85, 115, 185,
193, 199, 200, 224, 270, 281.
Praia do Barro, 21.
Querilhas, 156.
Quirixás, 159.
Recife, 114, 115, 117.
Registro do Rio Grande, 246, 257.
Registro do Rio das Velhas, 246.
Ribeirão do Carmo, 170.
Rio dos Bois, 72.
Rio dos Bugres, 95.
Rio Claro, 63 a 66, 71, 72, 148, 150,
154, 155, 156, 210.
Rio das Contas, 310 a 312.
Rio Grande, 4, 31, 34, 35, 50 a 52,
64 a 66, 72, 97, 105, 148, 150, 194,
210, 222, 223, 236, 242, 252, 257,
259, 269, 293.
Rio Grande do Sul, 7, 186, 188, 193,
194, 197, 263.
Rio de Janeiro, 11, 33, 36, 77, 92,
103, 106, 112, 113, 127 a 129, 133,
138, 155, 185, 186, 194, 284, 293,
307.
Rio Manso, 309.
Rio das Mortes, 71, 72, 146, 207, 231,
243, 269, 306.
Rio Pardo, 31, 34, 42, 81, 129, 238,
244, 297, 298.
Rio dos Pasmados, 64, 65, 81.
Rio das Pedras, 52, 53, 144, 236, 252,
255, 257, 258.
Rio do Peixe, 133, 184, 293.
Rio da Prata, 34, 195, 210.
Rio Rico, 59, 69, 72, 207.
Rio das Velhas, 4, 8, 12, 19, 20, 22,
23, 25, 31, 52, 61, 81, 93 a 95, 144,
222, 223, 236, 244, 257, 260, 293,
310.
Rio Verde, 72, 244, 291.
Rio Vermelho, 68, 121, 244.
Roma, 199.
Sabará, 11, 20, 265, 299.
Sabarabuçu, 19, 302.
Salvador (Cidade d'O) 121, 309.
Samambaia, 179.
Sant'Ana, 52, 68, 93, 94, 96, 125, 127,
137, 138, 150, 151, 153, 154, 156,
157, 164, 168, 170 a 172, 174, 183,
202, 218, 219, 239, 255, 257, 284.
Santa Catarina, 177, 178, 188, 304.
Santa Cruz, 96, 132, 172, 275.
Santa Luzia, 132, 139, 201.
Santa Marina do Quintal, 198.
Santa Rita, 138, 141.
Santa Teresa, 72.
Santo Amaro, 5.

- Santo Antonio (ribeirão de) 242, 290, 297.
Santo Antonio (rio) 210.
Santo Antonio do Campo do Rio de S. João, 149.
Santo Estevam, 24.
São Felix, 70, 132, 142, 158, 184, 203, 206, 276, 285, 287, 288.
São Francisco, 3, 22, 25, 70, 121, 145, 153, 196, 210, 278, 280, 310.
São José de Tocantins, 141, 159, 168, 170 a 172, 183, 185.
São Luiz, 143, 205, 208, 280.
São Martinho, 210.
São Mateus, 308.
São Miguel da Ponte Nova, 52.
São Paulo, 3, 5, 7, 8, 14, 15, 17, 19, 28 a 30, 34, 35, 44, 45, 50, 55, 61, 64, 66 a 71, 75 a 79, 81, 85 a 88, 91, 93, 94, 96 a 99, 101, 103, 104, 106 a 111, 114, 115, 118 a 120, 123 a 127, 129, 138, 145, 147, a 154, 158, 160 a 164, 167, 168, 171 a 174, 178, 179, 181, 182, 185, 188, 190, 191, 197 a 202, 214 a 217, 223, 227, 232, 233, 235 a 239, 245 a 249, 252, 253, 255, 260, 262, 265, 269 a 273, 275 a 277, 281, 283, 284, 288, 289, 291, 301 a 305, 310, 312.
São Roque, 142.
São Sebastião, 21, 22, 173.
São Tomé, 30.
São Vicente, 5, 224, 279.
Santos, 6, 21, 22, 107, 112, 118, 126, 129, 162, 170 a 172, 181, 185, 189, 199, 204, 217, 222, 236, 248, 249, 267, 278, 279, 293.
Sapão (Rio) 210, 286.
Sapucahy (Rio) 81, 82, 129.
Sapucahy Mirim, 223.
Sena, 278.
Serra Dourada, 242, 250.
Serra Escalvada, 64, 65.
Serra Geral, 72.
Serra Negra, 218.
Serra de São Jeronimo, 235.
Serra Selada, 60.
Serro do Frio, 26, 156, 157, 159, 296.
Sertão dos Bilreiros, 34.
Sitio do Lanhoso, 250, 252, 255, 257.
Sono (Rio do) 210, 211, 286, 293.
Sorocaba, 4, 32, 97.
Tamanduá, 13.
Taquaril, 23.
Taquary, 158, 238.
Taubaté, 13, 14.
Taveira, 138.
Tesouras (São Miguel de) 204, 212.
Tibagy, 83.
Tietê, 189, 243.
Tijuco (rio) 52.
Tocaiunas, 306.
Tocantins, 33 a 35, 37 a 40, 62, 67, 73, 140, 142, 143, 205, 211, 212, 244, 270, 280, 301, 306.
Toldos rio dos) 52.
Torre de Babel, 64, 65.
Torres do Rio Bonito, 63.
Trafaria, 192.
Trairas, 39, 140 a 142, 159, 184, 185, 218, 239, 295.
Transvaal, 131.
Triangulo Mineiro, 52, 61, 73, 236, 244.
Troia, 267.
Tropa, 72.
Turvo (rio) 72, 210, 291.
Uberabinha, 52.
Urucuia, 22, 151.
Uruhú, 274.
Urussanga, 52, 237.
Urussuhy, 213.
Vacaria, 34, 76, 100, 190, 193, 195 a 197, 235.
Verissimo (rio) 189.
Vila Boa, 22, 33, 52, 68, 92, 94, 121, 135, 138, 140, 143, 203, 204, 208, 210, 213, 219, 237, 239 a 245, 249, 251, 252, 257, 258, 261, 262, 269, 271, 273, 274, 276, 278, 282, 289, 290, 292, 295 a 297, 299.
Vila do Carmo, 14, 19, 307.
Vila Nova da Rainha, 26.
Vila Rica, 27, 97, 127, 147, 269.
Xingú, 63.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

MONÇÕES CUYABANAS

- Abranches (Matias Ferrão de) 42.
Abreu (João Capistrano de) 12, 16, 32.
Abreu (Manuel Cardoso de) 20, 26, 112, 137, 144, 145, 148, 154 a 156, 160 a 162, 166, 167.
Abreu (Venceslau Gomes de) 130.
Aguirre (João Batista de Campos) 73, 77.
Aguirre (Juan Francisco de) 27, 30, 67, 105.
Alarcão (D. José de Barros) 171.
Alexandre I, 90.
Alirio, 94.
Almeida (Candido Mendes de) 21.
Almeida (Francisco José de Lacerda, 89, 104, 107, 109 a 111, 121, 122, 127, 148, 155, 157, 159, 160, 162, 165 a 167, 182, 183, 186.
Almeida (João Mendes de) 19.
Almeida (José Pompéu de) 170 a 172, 174, 175.
Almeida (Manuel Cardoso de) 13.
Almeida (Pedro Taques de) 171, 173, 174.
Almeida (Junior (José Ferraz de) 94, 95, 126.
Alvares (João) 72, 76.
Alves (André) 106.
Amaral (Manuel Gomes do) 58.
Anchieta (Veneravel José de) 75, 99, 170, 171.
Andrade (Manuel Antunes Belem de) 78.
Anhumas (Barão de) 20.
Antunes (Manuel) 42.
Apolinario 177, 178.
Arantes (Altino) 95.
Araujo (Antonio Ferraz de) 6, 16.
Araujo (Carlos da Silva) 37, 136.
Araujo (Diogo de Souza) 42.
Araujo (Domingos Lourenço de) 26, 57 a 62, 64 a 66.
Araujo (Jeronimo Ferraz de) 60.
Araujo (João de) 41, 144.
Araujo (Pascoal Paes de) 13.
Arzão (Antonio Rodrigues de) 13.
Arzão (Braz Rodrigues de) 13.
Arzão (Manuel Correia de) 132.
Assumar (Conde de) 47.
Ayrosa (Plinio M. da Silva) 18.
Azambuja (Conde de) 98 a 101, 125, 127, 138, 140, 144, 145, 148, 154 a 156, 160 a 162, 166, 167.
Azara (Felix de) 4, 23, 24.
Balmaceda (Carlos de los Reyes) 26, 63 a 67.
Barbosa (Francisco de Oliveira) 109.
Barbosa (Jeronimo) 76.
Barcia (Juan de) 66.
Barros (Artur Paes de) 77.
Barros (Fernão Paes de) 77, 193.
Barros (Luiz Pedroso de) 6, 12, 15.
Barros (Manuel de) 25, 70 a 78, 113, 114, 170.
Barros (Sebastião Paes de) 13.
Basto (Antonio de Souza) 39.
Beliago (Manuel Gomes) 41.
Benevides (Salvador Corrêa de Sá e) 5.
Benitez (D. Francisco) 64.
Beyer (Gustavo) 125.
Bicudo (Felipe de Campos) 43, 60, 144.
Bicudo (Manuel de Campos) 6, 12, 16, 61.
Billings (Aza) 192.
Bocarro (Estevam Raposo) 13.
Braga (José Peixoto da Silva) 31, 119, 121.
Braga (Manuel Lopes) 60.
Brauning, 188.
Brito (João Bicudo de) 77, 148, 149.
Brito (José Pires de) 13.
Bueno (Bartolomeu) 35.
Cabral (João de Araujo) 60 a 62.
Caceres (Luiz de Albuquerque Melo Pereira e) 26, 186.
Calheiras (Domingos Barbosa) 13.
Camelo (João Antonio Cabral) 25, 26, 30, 31, 49, 51 a 57, 64 a 66, 98, 143, 144, 146, 157, 163, 164.
Caminha (Pero Vaz de) 31.

- Campos (Antonio Pires de) 6, 12, 16, 43, 61, 71.
Campos (Estanislau de) 8.
Campos (Felipe de) 8.
Campos (Francisco de) 131.
Campos (Gabriel Antunes de) 35.
Campos (João Evangelista Pompeu de) 118, 175 a 180.
Campos (Manuel de) 61.
Capacci (Domingos) 31, 69.
Cardoso (João) 179.
Carlos Magno, 183.
Carvalho (Manuel Lopes de) 60, 64.
Casal (Manuel Ayres de) 125, 149.
Castro (Gregorio de) 163.
Castro (Francisco Alberto Veiga de) 131 a 133.
Chateau Renault (Marquez de) 88.
Cocle (Jacques) 188.
Colaço (Gaspar de Godoy) 6, 12, 15, 30.
Correia (Alexandre) 135.
Correia (Dacio Pires) 20, 21.
Corte Real (Diogo de Mendonça) 70.
Costa (Manuel da) 131 a 133.
Cruls (Gastão) 18.
Cruz (Augusto Cesar de Barros) 21.
Cruz (Pereira da).
Cuatiguassú (cacique) 67.
Darila (Juan José) 67.
Debret (João Batista) 88, 92.
Diaz (Santiago Montero) 188.
Dutra (Sebastião Pereira) 58.
Ellis Junior (Alfredo) 12.
Falcão (Antonio de Almeida) 77.
Faria (José Custodio de Sá e) 10, 25, 27, 30, 89, 113, 128, 136, 137, 141, 155.
Faria (Luiz Ribeiro de) 35.
Feijó (Diogo Antonio) 87, 91.
Felipe II, 5.
Felipe IV, 5, 19, 24, 96, 153.
Fernandes (André) 5, 12, 15, 30.
Ferreira (João da Costa) 124, 187.
Ferrez (Marcos) 92.
Ferrez (Zeferino) 92.
Fialho (João de Faria) 72, 76.
Figueira (Antonio Gonçalves) 13.
Florence (Guilherme) 91, 92.
Florence (Hercules) 90, 92 a 94, 125 a 127, 148.
Florence (Paulo) 91, 92.
Flores (D. Manuel de) 106 a 107, 124, 131, 148.
Fonseca (José Gonçalves da) 121.
Fonseca (Manuel da) 171 a 175.
Fontes (Guilherme) 131.
Franco (Francisco de Assis Carvalho) 24.
Franklin (Alfredo) 151.
Freycinet (Luiz de) 92.
Fritz (Samuel) 188.
Furquim (Francisco Pedroso) 132.
Furtado (Francisco Xavier de Mendonça) 128.
Galo (Santiago) 64.
Galvão (Frei Antonio de Santa Ana) 36, 169, 175 a 178, 180.
Garcia (João) 81.
Gato (Manuel de Borba) 13.
Gauto (Amaro Fernandes) 6, 16.
Giusto (Elio de) 126.
Goes (José de) 150.
Goes (Maria de) 148.
Groussac (Paulo) 23.
Guadalupe (D. Frei Antonio de) 58.
Gusmão (Alexandre de) 9, 12.
Gusmão (Armando Nobre de) 32.
Gusmão (Teotonio da Silva) 98.
Guzman (Ruy Diaz de) 4, 23.
Haase (Cristiano) 86, 90.
Holanda (Sergio Buarque de) 15, 30, 118 a 121, 127 a 129, 151.
Homem (Manuel) 38, 144, 183.
Horacio (Quintus H. Flaccus) 181.
D. João V, 31, 33, 64, 69, 98, 124.
D. João VI, 89, 92.
João Francisco, 41.
José (Frei) 150.
D. José I, 30.
Juzarte (Teotonio José) 9, 25, 30, 101 a 103, 114, 122, 124, 126, 135, a 137, 139 a 141, 150, 151, 156, 158, 160, 162, 169 a 171.
Kloster (W) 24.
Knivet (Antonio) 119.
Koch Grünberg (Teodoro) 91.
Krusenstern (Adão João de) 85.
La Condamine, 188.
Lamberto (Ernesto) 58, 60.
Lambrecht (Ernesto) 58.
Langsdorff (Barão de) 89, 90, 92, 94.
Lebreton (Joaquim) 92.
Leitão (Angelo da Fonseca) 77.
Leite (Pedro Dias) 15.
Leite (Serafim) 31, 69.
Leme (Antão) 145.
Leme (Irmãos) 145.
Leme (João) 145, 146.
Leme (Lourenço) 145, 146, 165.
Leme (Pascoal Moreira Cabral) 144.
Leme (Luiz Gonzaga da Silva) 60.
Levasseur (Eduardo) 189.
Lima (Manuel Felix de) 77.
Lima (Manuel de Oliveira) 12.
Limeira (Barão de) 20.
L'Isle (Guilherme de) 189.
Lobo (Antonio Antunes) 86.
Lobo (Fr. José Raymundo Chichorro da Gama) 114.
Löfgren (Alberto) 125.
Lopes (Antonio) 130.
Lopes (Jacinto Barbosa) 77.
Lopo (F) 51.
Lorena (Bernardo José de) 114.
Lugo (D. Pedro de) 15.

- Machado (Francisco Ribeiro) 132.
Maciel (Antonio Antunes) 35, 43.
Maciel (Gabriel Antunes) 77.
Maciel (João Antunes) 38.
Maciel (Mario Radrigues) 42.
Maciel (Miguel Antunes) 86.
Madre de Deus (Frei Gaspar de) 14, 128.
Manso (Manuel de Melo Godinho) 33.
Manson (Patrick) 135.
Maranhão (Frei Francisco dos Prazeres) 19.
Marques (Manuel Eufrazio de Azevedo) 21, 114.
Martius (Carlos F. Felipe von) 89, 90, 92.
Matheus (Morgado de) 128, 129.
Melo (Barão Homem de) 21.
Mendonça (Antonio Manuel de Melo Castro e) 124.
Menezes (Francisco da Cunha) 114.
Menezes (Rodrigo Cesar de) 8, 24, 31 a 34, 37 a 40, 44, 46, 47, 70, 97, 100, 124, 128, 129, 136, 146.
Midas (Rei) 8.
Monteiro (Antonio Rodrigues) 21.
Monteiro (Domingos da Silva) 82.
Monteiro (Luiz Vahia) 70.
Montigny (Augusto H. V. Grandjean de) 92.
Moraes (José de Goes e) 78.
Mota (Candido) 17, 95, 175.
Mota (Cardeal) 78.
Mota (Cardeal D. Carlos C. de Vasconcelos) 74, 91, 173.
Moura (D. Antonio Rolim de) 147, 156, 158.
Moura (Leonardo de Macedo) 132.
Müller (Daniel Pedro) 21.
Nobrega (Melo) 101, 114, 182, 186, 188.
Oliveira (João Ferreira de) 128.
Ordonhes (Diogo de Toledo Lara e) 26, 30, 62, 89, 112, 138, 139, 151, 154, 156 a 159, 161, 162, 157.
Orta (Bento Sanches de) 109.
Paes (Braz Mendes) 6, 25, 30.
Paes (Fernão Dias) 13, 60, 119.
Paes (Garcia Rodrigues) 13.
Paiva (Antonio de Barros) 35.
Paiva (Lucas de Barros) 39.
Parente (Estevam Bocarro) 13.
Parente (João Amaro Maciel) 13.
Pastells (Pablo) 24, 30, 118, 187.
D. Pedro I, 89.
D. Pedro II, 20.
Pedroso (Simplicio) 132.
Peixoto (Antonio Alves Lanhas) 26, 49, 50, 52, 57 a 59, 67, 86, 164.
Peixoto (Domingos de Brito) 13.
Peixoto (Francisco de Brito) 13.
Penteado (José Manuel Leite) 72, 76.
Pequeroby (cacique) 22.
Perdigão (José Rebelo) 31.
Pereira (Miguel) 62.
Pereira (Sebastião) 59.
Pimentel (Antonio Cardoso) 8, 131.
Pimentel (José Cardoso) 133.
Pinto (Alfredo Moreira) 20, 21.
Pires (Matias) 77, 81.
Piza (Antonio de Toledo) 32, 113, 147, 161.
Pohl (João Emanuel) 86, 90.
Pombal (Marquez de) 19.
Pontes (Belchior de) 169, 173.
Portela (João Batista) 93, 126.
Portes (Manuel) 36, 169, 174 a 178, 180.
Portugal (D. Pedro de Almeida) 47.
Pradier (Carlos Simão) 88, 92.
Prado (Armando da Silva) 25.
Prado (Domingos Rodrigues do) 147.
Prado (Eduardo da Silva) 4, 23, 102, 118.
Prado (Luiz de Almeida) 176.
Preto (Manuel Ribeiro) 132.
Queiroz (André dos Santos) 41, 72, 76 a 78.
Rangel (Alberto) 91.
Raposo (Antonio) 76.
Rasec (Austo) 21.
Rebelo (Gervasio Leite) 97, 136, 138, 144, 146, 154, 157, 162, 163.
Rego (Sebastião Fernandes do) 132, 133.
Regulo (Marcos Atilio) 181.
Rendon (José Arouche de Toledo) 150.
Ribeiro (João) 17.
Ricardo (Cassiano) 15.
Richter (Francisco) 175.
Riedel (Luiz) 90, 92.
Rio Branco (Barão do) 189.
Rios (Bartolomeu Fernandes dos) 144.
Rocha (Domingos Luiz da) 78.
Rodrigues (Francisco de Paula) 179.
Rubzoff (N) 83, 90.
Rugendas (Mauricio) 90.
Ruiz (Domingos) 64, 67.
Ruiz (Domingos) 147.
Sá (Estacio de) 5.
Sá (Joseph Barbosa de) 62, 120.
Sá (Martim de) 5.
Sá (Vitoria de) 5.
Saint Hilaire (Augusto de) 90.
Sampaio (Teodoro) 14, 19, 21, 182.
Sant'Ana (Nuto) 21.
Santos (Joaquim Silveira) 15.
São Paulo (Fernando) 135.
Sardinha (Antonio Aranha) 8.
Schmidel (Ulrico) 24, 181.
Sedeño (Jorge) 23.
Schwebel, 183.

- Semmedo (J. Curvo) 137.
Senertoni (Inacio) 188.
Silva (Antonio Castanho da) 12.
Silva o Anhanguera (Barotlomeu Bueno da) 33, 39, 70, 72, 76, 119, 121.
Silva (João Carvalho da) 7.
Silva (João Leme da) 76.
Silva (José Bonifacio de Andrada e) 26.
Silva (Lourenço Leme da) 76.
Silva (Manuel E. Altenfelder) 179, 180.
Silva (Oscar Pereira da) 127.
Silva (Pedro Leme da) 6.
Silva o Bugre Velho (Vicente) 179, 180.
Siqueira (Angelo de) 102.
Siqueira (Bartolomeu Bueno de) 13.
Siqueira (Francisco Dias de) 13.
Siqueira (Joaquim da Costa) 62.
Siqueira (Mateus de) 72, 76.
Soares (Diogo) 25, 26, 31, 36, 44, 46, 56, 57, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 73, 79, 97.
Sodré (Nelson Werneck) 15.
Sotil (Miguel) 44.
Sommer (Frederico) 24.
Souza (Candido Xavier de Almeida e) 26, 114, 123, 125, 127, 130, 136.
Souza (Luiz Antonio de) 20.
Spix (João Batista von) 89, 90.
Sturm, 180.
Sutil (Miguel) 44.
Taqes (Lourenço Castanho) 171, 174.
Taqes (Lourenço de Toledo) 53.
Taqes de Almeida Paes Leme (Pedro) 7, 13, 21, 172 a 175.
Taunay (Adriano) 90, 92 a 95, 103, 105.
Taunay (Nicolau Antonio) 66, 36, 88, 91, 99.
Taunay (Visconde de) 27, 92, 120, 149.
Tavares (Antonio Raposo) 5, 12, 15.
Taveira (André de Frias) 6, 16.
Theuriet (André) 68.
Tincco (Diogo Garção) 119.
Tinoco (Diogo Grasson) 119.
Torquemada (Luiz de) 67.
Valdelirios (Marquez de) 67, 106, 148.
Val de Reis (conde de) 98.
Valmaceda (D. Carlos de los Reyes) 63.
Vasconcelos (Francisco Alvares Machado) 87, 91.
Velez (João) 59, 60.
Velho (Domingos Jorge) 13.
Verne (Julio) 68.
Vergueiro (Nicolau P. de Campos) 91.
Vieira (Antonio) 133.
Vilares (Luiz Rodrigues) 146, 147, 163.
Vila Lobos (José de Burgos) 56.
Xaxier (Francisco Pedroso) 6, 12, 15, 30.
Xeria (D. Luiz de Cespedes) 4, 13, 19, 20, 24, 30, 115, 116, 151, 153, 154, 156, 158, 161, 163, 187, 188.
Washington Luis Pereira de Souza, 32.
Weiszflog Irmãos (Alfredo e Walther), 27, 192.
Wernicke, 24.
Wied (Principe Maximiliano de) 86.
Zani (Amadeu) 95.
Zimermann (Aurelio) 103.
Zuñega (Manuel Caetano de) 129.

ÍNDICE GEOGRÁFICO

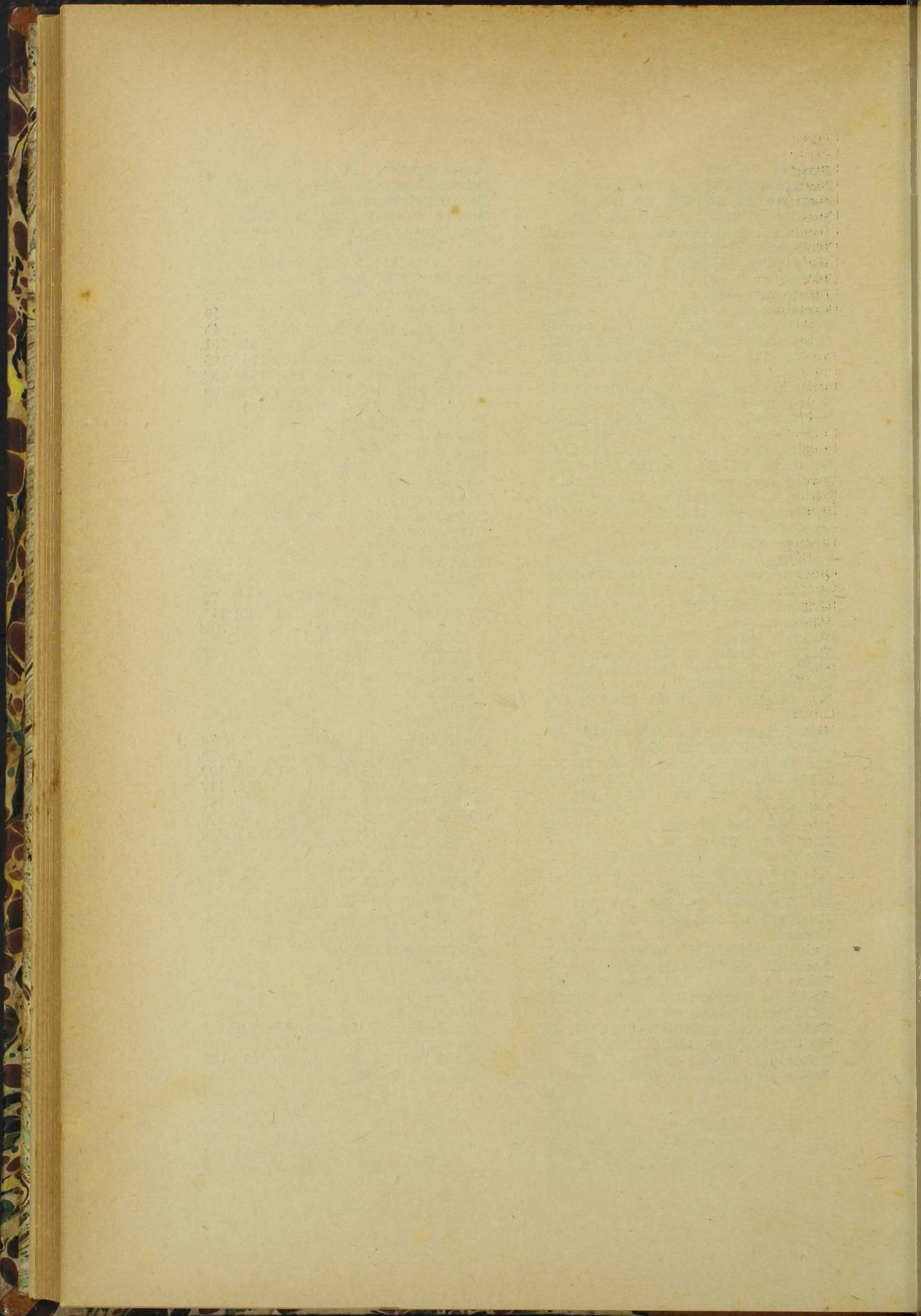
MONÇÕES CUYABANAS

- Abaremanduaba, 75, 170, 171.
Africa, 121.
Aguapey, 155.
Albuquerque, 93, 109.
Amazonas, 3, 4, 17, 27, 36, 94, 126, 188.
Amazonia, 11, 29.
America, 13, 30.
America do Sul, 11, 189.
Andes, 6.
André Alves, 110.
Anhaquepum, 172.
Anhedum, 172.
Anhemby, 4, 16 a 21, 23, 24, 159.
Anhumas, 159.
Araçariguama, 33.
Araquara, 19.
Araraitaguaba, 8, 10, 11, 14, 27, 29, 34, 35, 71, 72, 77, 79, 80, 94, 98, 99, 101, 105, 108, 111, 112, 114, 124, 128, 131, 133, 144, 147, 150, 152, 155, 164, 170, 176, 185, 186.
Araraquara, 18, 19.
Arraial Velho, 42, 43, 70, 143, 144.
Assunção, 5, 23, 26, 63, 64, 66, 67, 120.
Atlântico (oceano) 14.
Atocha (Puerto de Nuestra Señora de) 4, 97, 117.
Austria, 90.
Avanhandava, 3 a 5, 23, 93, 97, 102, 104, 111, 112, 114, 144, 153, 154, 181, 192.
Axianés, 87.
Bagradas, 161, 181.
Bahia, 44.
Banharão, 176, 179, 182.
Banharon, 182.
Barra Bonita, 179.
Barra do Coxim, 109.
Barra do Taquary, 109.
Baruery Mirim, 131.
Baviera, 90.
Belem, 31, 121.
Beliago, 41.
Boa Vista, 92.
Bom Jesus, 43 a 46, 79, 87, 143, 147, 167.
Boqueirão das Furnas, 99.
Borrvalho, 44.
Braga, 20.
Bragança, 20.
Brasil, 3, 5 a 7, 9, 11, 17, 23, 27, 30, 31, 69, 89, 98, 105, 121, 159, 171.
Buenos Aires, 13, 66.
Caasapaguassú, 15.
Cabo Frio, 189.
Cachoeirim, 84.
Cajurú, 39, 54, 55, 59, 62, 73, 83, 93, 143, 146 a 151, 156, 158, 166.
Camapuan, 11, 39, 40, 53 a 55, 57, 60, 62, 63, 75, 84, 93, 108, 113, 122, 138, 146 a 151, 155, 158, 166.
Camapuan Assú, 40.
Camapuan Mirim, 40.
Caminho do Mar, 11, 14.
Campinas, 20, 28.
Capão dos Porcos, 73 a 75.
Capivary, 56, 118, 125.
Carandá, 43.
Carandasinho, 75.
Cartago, 181.
Casa Branca, 19.
Casa Verde, 150.
Cassiquiare, 90.
Cataguazes, 6.
Caxipone, 119.
Chapada de São Francisco Xavier, 76, 77.
Cheanhe, 105.
Ciudad Real, 4, 24, 117, 187.
Colônia do Sacramento '63.
Corau, 93, 143.
Corumbá, 93, 109.
Coxim, 41, 79, 84, 85, 90, 99, 105, 108, 110, 113, 138, 146, 148, 156, 157, 159, 165, 166, 185, 186.
Coxipó, 8.
Coxipone, 16, 119.
Cubatão, 124, 192.
Curraes da Bahia, 13.
Cuyabá, 6 a 8, 10, 11, 14, 16, 24 a 27, 29 a 34, 38, 42, 43, 45 a 47, 49, 51 a 54, 55 a 58, 60, 61, 73 a 80, 82, 85, 90, 98, 100, 105, 108, 111, 112, 119, 124, 125, 128, 129, 133,

- 138, 143 a 148, 154, 156 a 159, 163 a 167, 169, 170, 176, 177, 180, 183, 185 a 187, 189, 191.
- Doce (Rio) 118, 121.
- Eldorado, 4, 7.
- Embuaçava, 21.
- Escaramuça (cachoeira da) 36, 131.
- Espanha, 172.
- Espinhaço, 13.
- Espirito Santo, 121.
- Eupana, 4.
- Evora, 25, 26, 31, 57.
- Forte de Coimbra, 88, 114.
- França.
- Fucano, 165.
- Giengie, 24.
- Goyaz, 14, 31, 32, 63, 69 a 71, 121.
- Guacuhy, 82.
- Guaicuhy, 14.
- Guaporé, 9, 11, 77, 78, 92, 191.
- Guaratinguetá, 33.
- Guarepe, 4.
- Guariticá, 72.
- Guarulhos, 20.
- Guayrá, 5, 13, 15, 23, 117, 187.
- Gurahy, 76.
- Homem Só, 144.
- Iguatemy, 9, 25 a 27, 102, 113, 129, 137, 166, 169, 183, 186.
- Igurey, 114.
- Ilha Comprida, 60.
- Ilha dos Passaros.
- Indaiatuba, 118.
- Itapemirim, 77.
- Itapicurú, 3.
- Itapirú, 131.
- Itapura, 3, 5, 35, 111, 112, 114, 153, 154, 158, 163, 167, 186, 191, 192.
- Itabim, 15.
- Itú, 5, 16, 34, 56, 91, 114, 117, 118, 150, 176, 178.
- Ituguassú, 114.
- Itupanema, 35, 36.
- Ivahy, 187.
- Jaú, 35.
- Jaurú, 105.
- Jequitaiá, 9, 94.
- Jequitinhonha, 118.
- João Garcia, 81.
- Jupia, 37, 79, 97, 98, 100, 101, 104, 114.
- Jurumirim, 170.
- Laguna, 120.
- Lisboa, 60, 171, 186, 189.
- Madeira (Rio), 90.
- Madrid, 12, 189.
- Maelstrom, 97.
- Malvinas (Ilhas) 92.
- Manaus, 90.
- Mandioca, 89.
- Manoa, 4.
- Manuel Homem, 183.
- Maranhão, 4, 13, 44.
- Matias Pires, 81.
- Mato Grosso, 7, 10, 25, 26, 67, 71, 76, 77, 91, 92, 94, 135, 138, 146, 177, 185, 186, 191, 192.
- Mbororé, 15, 119.
- Mboteteú, 6, 8, 16, 30, 120, 186.
- Mburú, 118.
- Médico, 168.
- Meia Ponte, 121.
- Mexico, 68.
- Minas Gerais, 6, 14, 31, 38, 69.
- Miranda, 6, 16, 30, 120, 149.
- Mississipi, 29.
- Mogy Mirim, 20.
- Moinhos, 49.
- Morrinhos, 143.
- Moscow, 90.
- Nhanduhy, 55, 73.
- Nhanduy-assú, 143.
- Nhandúy-mirim, 143.
- Nice, 28.
- Nordeste, 13.
- Nossa Senhora dos Prazeres, 9, 25, 113, 186.
- Nova Coimbra, 109, 168.
- Nova Granada, 67, 106.
- Oceania, 92.
- Ondas Grandes (cachoeira das) 36, 71, 72.
- Orenoco, 90.
- Orgãos (serra dos) 8 9.
- Pactolo, 8.
- Palmares, 13.
- Pantanal, 42, 49, 52, 53, 86, 107, 138, 157, 164, 168.
- Pará, 26, 31, 44.
- Paraguay, 3, 4, 6, 8, 9, 19, 40, 42, 49, 50, 52 a 54, 57, 58, 61, 62, 65 a 67, 77, 79, 86, 97, 105 a 107, 118, 120, 122, 140, 154, 155, 157 a 159, 162, 164.
- Paraguassú, 13.
- Parahyba do Sul, 12, 118, 189.
- Paraná, 3, 4, 5, 12, 13, 15, 17, 21, 24, 27, 29, 30, 35 a 38, 40, 54, 56, 71, 73, 79, 81, 82, 93, 97, 100, 101, 105, 107, 108, 110, 113, 122, 136, 137, 138, 141, 143, 154 a 157, 160, 162 a 164, 166, 167, 185, 186.
- Paranahyba, 118.
- Paranapanema, 13, 19, 118, 187.
- Paranapiacaba, 14, 17, 36, 187.
- Paraopeba, 14.
- Pardo (Rio) 37, 39, 54 a 56, 62, 73, 74, 79, 83, 93, 98, 100, 101, 105, 107, 108, 110, 113, 122, 136, 140, 143, 147, 151, 157 a 160, 162 a 164, 166, 167, 185, 186.
- Paredão, 126.
- Parima, 4.
- Pariz, 91.
- Parnahyba, 3, 5, 16, 117.
- Pau Cavalo, 179.
- Pau Santo, 35.
- Paulo Afonso, 17.

Pequiry, 53, 187.
Pernambuco, 45.
Pianguy, 53, 54, 56.
Piauhy, 13.
Pindamonhangaba, 33.
Pinheiros, 33, 173.
Piracicaba, 55, 56, 93, 98, 191.
Pirapora, 35, 93, 129.
Pirataraca, 181.
Piratininga, 4, 5, 21.
Ponte de Lima, 42.
Porrudos, 42, 49, 53, 75, 79, 87, 107,
108, 138, 154 a 159, 162, 167, 185,
186.
Porto (em Porto Feliz) 98.
Porto das Congonhas, 72.
Porto Feliz, 4, 17, 28, 32, 36, 79, 90,
93 a 95, 125 a 127, 131, 176, 177,
179, 180.
Portugal, 12, 99, 148, 158, 172.
Pouso Alegre, 111, 166.
Porto das Congonhas 172.
Povoado, 111, 144, 145.
Povoado (Rio do) 111.
Preense, 85, 164.
Príncipe da Beira, 109.
Putunduva, 35, 129, 144, 175, 178,
180.
Quebra Pote, 179.
Quexeim, 84.
Rasgão, 192.
Registro Velho, 49, 82.
Registro Velho do Rio Grande.
Represa Grande.
Rio Grande, 25, 31, 55, 73, 121, 172,
174.
Rio Grande de S. Amaro, 110.
Rio Grande do Sul, 114.
Rio de Janeiro, 4, 5, 18, 25, 26, 31,
44, 57, 58, 70, 89, 90, 92, 98, 99,
120, 128, 152, 165, 171.
Rio Mar, 17.
Rio das Mortes, 56.
Rio Negro, 90.
Rio da Prata, 4, 31, 97, 181.
Rio das Velhas, 14.
Rio Verde, 73, 74, 143, 163.
Rio Vermelho, 83, 107.
Rússia, 90.
Sabará, 14.
Salto Grande, 15.
Salto do Alvaro, 110.
Salto de Itú, 18, 117, 192.
Salto do Roque, 39.
Salvador (Cidade d'O) 44.
Sambixuga, ou Sanguessuga, 73, 83,
107, 122, 147, 166.
Santarem, 90.
Santa Catarina, 13, 89.

Santo Amaro, 114.
Santo Anastacio, 141.
Santo Estevam, 19.
Santos, 9, 69, 91, 132, 133, 152.
São Bento, 19.
São Cristovam, 92.
São Francisco, 3, 13, 17, 188.
São José d'El Rey, 57.
São Lourenço, 42, 143.
São Paulo, 4, 5, 7 a 9, 11, 14, 16, 19,
21, 24 a 26, 28, 31 a 33, 36, 42, 45,
47, 77, 78, 91, 92, 94, 98, 99, 101,
108, 109, 113, 114, 117, 124, 125,
128, 129, 133, 146, 149, 150, 152,
164, 166, 167, 171, 173 a 177, 180,
182, 183, 185 a 187, 189, 191.
São Pedro d'El Rey, 109.
São Petersburgo, 90.
Sete Quedas, 38.
Sevilha, 5, 24, 118.
Silada, 166.
Solimões, 17.
Sorocaba, 5, 16, 91, 98, 163, 188.
Straubing, 24.
Sumidouro, 170.
Tamanuatehy, 21.
Tapajóz, 90.
Taquary, 42, 49, 50, 53, 54, 74 a 76,
79, 85, 86, 105, 107, 108, 110, 111,
113, 138, 143, 148, 154 a 160, 164
a 166, 185, 186.
Taquary-assú, 41.
Taquary mirim, 41.
Taruman, 74.
Taubaté, 33.
Tauri, 105.
Tietê, 3 a 6, 8 a 21, 23 a 25, 27, 29,
30, 34 a 37, 54, 56, 57, 71 a 73,
79, 81, 83, 85, 89, 90, 93 a 98, 102,
104, 105, 108, 110, 112 a 114, 117,
118, 124, 125, 127, 131, 136, 138,
143, 144, 153, 155 a 163, 169, 170,
172, 175 a 177, 179, 180, 185 a 189,
191, 192.
Tocantins, 13, 118, 121.
Tordesilhas, 11.
Triangulo Mineiro, 70.
Ubatuba, 33.
Urquuaia, 24.
Urubupungá, 82.
Uruguay, 3, 15, 119.
Ururahy, 21.
Veneza, 38, 136.
Vigo, 68.
Vila Bela, 26, 109, 121, 135, 182.
Votorantim, 192.
Xanês, 50, 53, 54, 61, 87, 105, 185.
Xaraes, 110, 159.



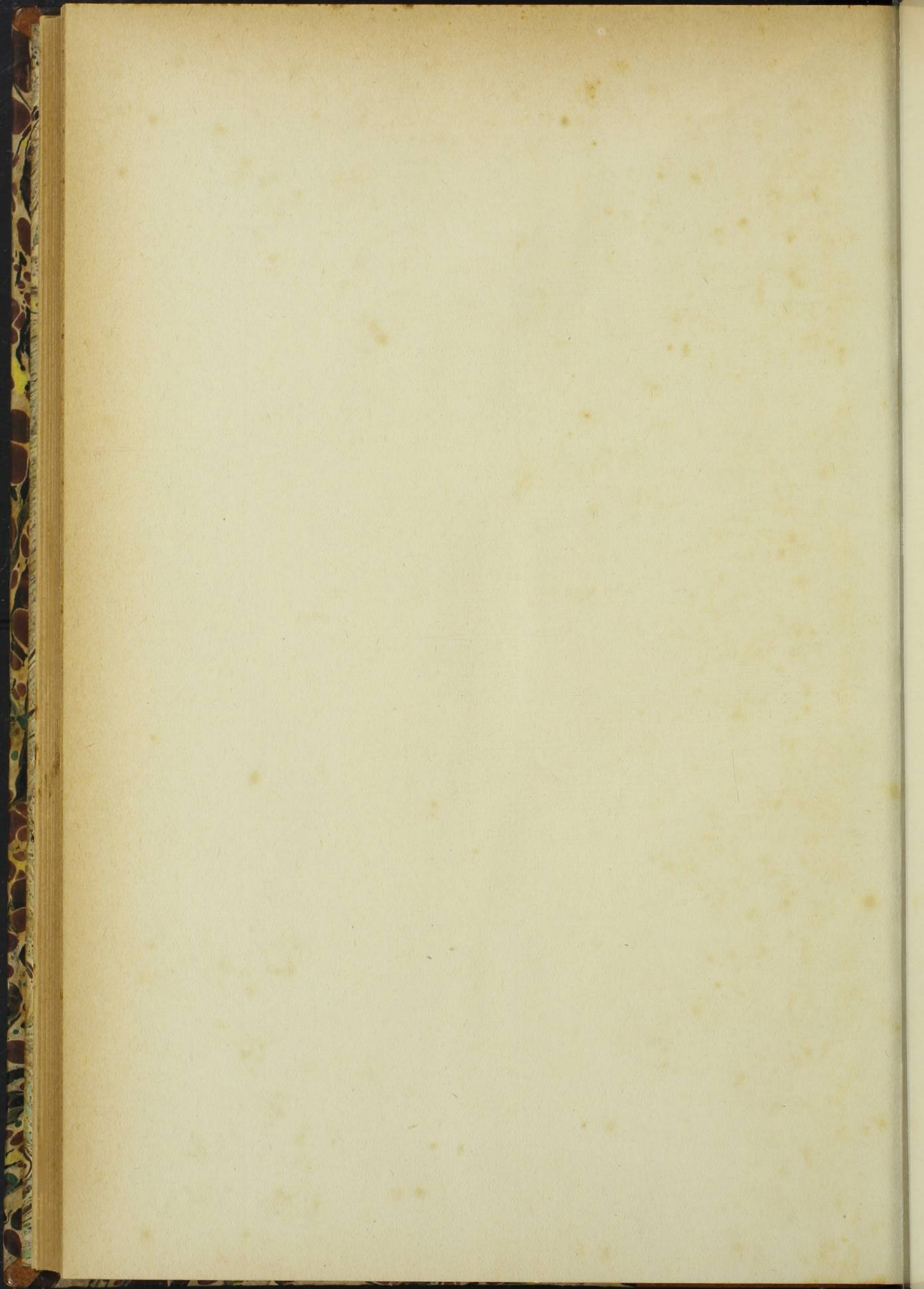
TOMO

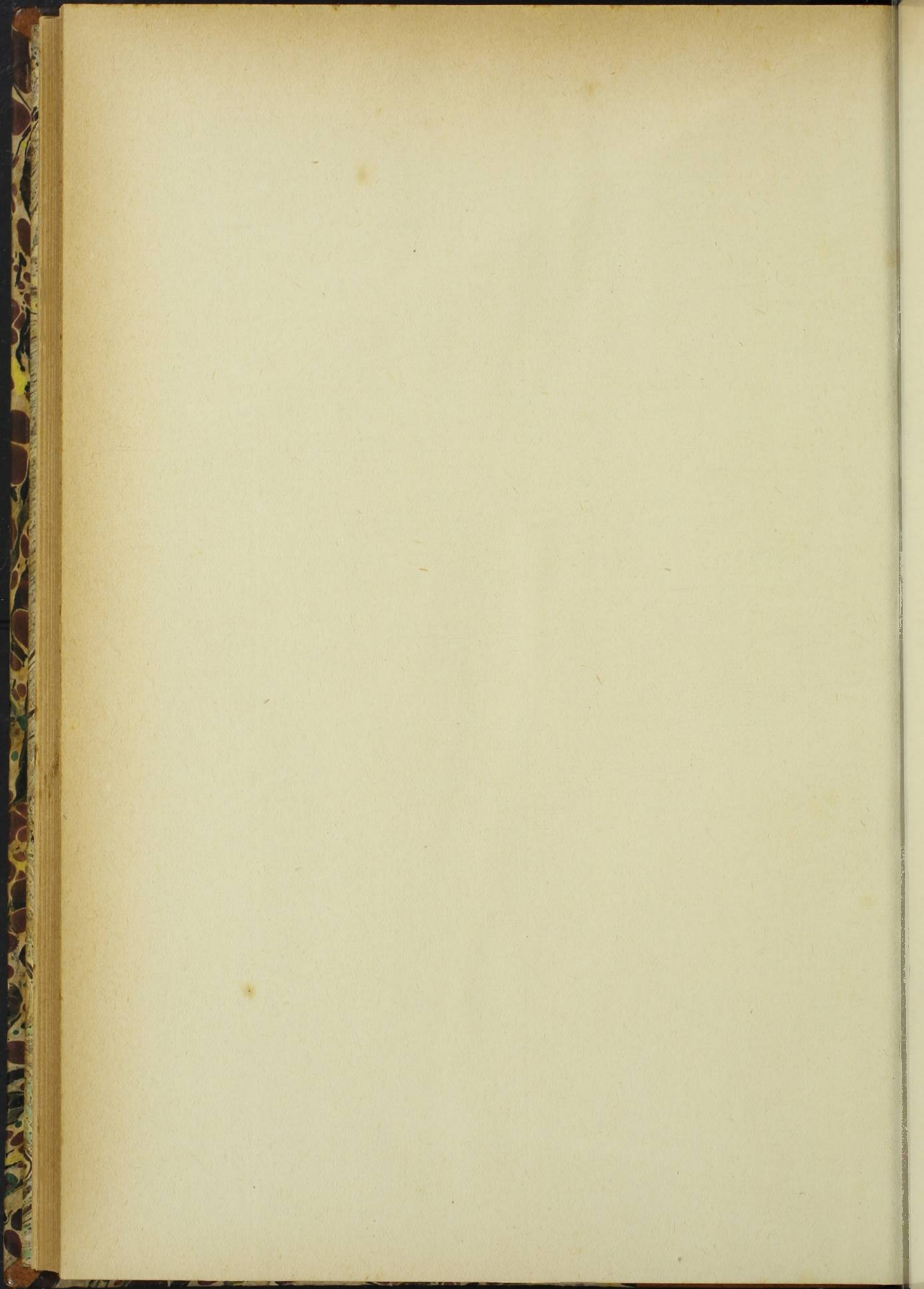
XI

e último

MONÇÕES CUYABANAS NO SÉCULO XVIII

1950





011925





